



A PARTICIPAÇÃO DA HUNGRIA NAS MISSÕES DE PAZ DA ONU EM ANGOLA



A participação da Hungria nas missões de paz da ONU em Angola

(organização de Rákóczi István e Besenyő János)



**Edição do Atelier Científico do Estado Maior do Exército
Húngaro com a participação do Departamento de Estudos
Portugueses da Universidade ELTE de Budapeste**

**A edição deste livro foi patrocinada pela Embaixada de
Angola em Budapeste.**

2017

A participação da Hungria nas missões de paz da ONU em Angola

Organização, selecção e tradução de Rákóczi István
com a colaboração de Besenyő János

Revisão linguística do texto:
João Henriques, Gabriela Tavares, Ana Afecto

Assistente técnica:
Bakó Ágnes

ISBN 978-615-80864-0-0

Prefácio

Nas missões da ONU de manutenção de paz em Angola, entre 1991 e 1999, prestaram serviço militares e polícias húngaros. Para além de testemunhos pessoais, o presente livro oferece um relance sobre a história de Angola e sobre a complexidade étnico-religiosa da sua sociedade e cultura, incluindo também os aspectos económicos e geopolíticos da actualidade neste país.

Os militares e policiais húngaros que chegaram a Angola cumpriram principalmente tarefas de verificação e de observação da paz, e fizeram-no num contexto assaz puritano e muito diferente quando comparado com as condições húngaras, no que diz respeito ao clima e higiene. Para estes operacionais, o perigo maior, além dos provenientes do próprio exercício da sua atividade de manutenção de paz, foram as doenças contagiosas e tropicais, como a malária, a varíola, a disenteria ou o tifo.

É muito provável que a maioria dos leitores nunca tenha ouvido falar sobre as diversas relações que uniram Angola e Hungria, países fisicamente tão distantes. A título de exemplo: Magyar László, chegado ao território da actual Angola em 1848, como enviado do sultão de Kalabar, acaba por casar um ano depois com uma das filhas do rei do Bié. O diário que escreveu informa-nos detalhadamente sobre as suas viagens de exploração e, em reconhecimento do alto valor das suas observações, em 1858 este ‘descobridor’ húngaro foi eleito membro correspondente da Academia das Ciências Húngaras. Desafortunadamente, a maioria dos seus papéis perdeu-se num incêndio em Benguela, pelo que a sua obra persiste apenas de forma fragmentária.

Os autores do presente volume foram entrevistando e recolhendo as memórias ainda vivas dos observadores húngaros da ONU, cujas experiências pessoais em Angola – relatadas nas páginas seguintes – enriquecem os nossos conhecimentos. Ao informar-nos do quotidiano duma missão, os seus valiosos depoimentos tornam próximo e humano o mundo tão distante em que trabalharam.

Constitui um motivo de alegria especial este excelente livro – fruto da colaboração do Centro de Investigação Científica do Estado Maior do Exército Húngaro, da Embaixada de Angola e da Universidade ELTE de Budapeste – ser agora publicado em português, reforçando as relações de amizade que unem os dois povos. Sinto-me satisfeito e orgulhoso pelo empenho dos soldados húngaros, que souberam contribuir para o estabelecimento da estabilidade e da paz angolanas.

General Dr. Benkő Tibor
Chefe do Estado Maior do Exército Húngaro

Índice analítico

Prefácio	5
Besenyó János: O contexto das missões UNAVEM/MONUA	8
Búr Gábor: Angola - um relance histórico	18
Búr Gábor - Rákóczi István: Angola: factos e factores tendo em vista o futuro	52
O contexto alargado	52
A economia	53
A exploração petrolífera	55
A agricultura	57
As relações da Hungria com Angola em dois “movimentos”	59
Horváth Sándor: Uma breve síntese do longo caminho até à paz, através das missões UNAVEM	63
Besenyó János: Experiências dos operacionais húngaros em Angola - depoimentos	99
Tenente coronel Varsányi Lajos	99
Nagy Lajos, major dos corpos policiais	109
O tenente-coronel engenheiro Kovács Tibor	120
O tenente-coronel engenheiro Pintér István	132
Márkus Tamás, tenente-coronel do Corpo Policial	145
Makay Viktor, tenente-coronel	152
Forgács László, coronel engenheiro	156
Surányi Péter, Major do Corpo Policial	161
Varsányi Lajos, tenente-coronel (2)	174
Bozsik József, tenente-coronel	179
Bibliografia utilizada:	182
Rákóczi István: Notas civis sobre uma fotogaleria militar	199
RECONHECIMENTO DO SERVIÇO NA MISSÃO MONUA	200

Besenyó János: O contexto das missões UNAVEM/MONUA

A Angola, ainda colónia, os portugueses chamavam-lhe antigamente pérola de África. O país, no momento em que é tratado nestas páginas, perdeu o seu brilho, e por causa das guerras civis travadas nas décadas oitenta e noventa tornou-se opaco e gasto. Angola passou a ser nestes anos um mero brinquedo nas mãos das grandes potências. Nestes estudos e depoimentos, o leitor poderá tomar conhecimento do empenho da ONU para alcançar a paz, esforço que apresentamos pelas sucessivas missões UNAVEM I, II e III, e MONUA.

Pouco conseguiríamos do nosso objectivo se não contextualizarmos estas informações para o leitor do século XXI, pelo que serão tratadas não apenas as circunstâncias gerais da vida que esperavam os participantes das missões, mas também os factores que influenciavam a situação da segurança em que era cumprida a sua missão. Será que alguma vez ouviram que militares e polícias húngaros participaram em Angola nas missões de paz como observadores da ONU entre 1991 e 1999? Provavelmente não. Ou provavelmente bem poucos. Mesmo na Hungria houve poucas notícias na imprensa que tivessem dado conta de tal presença. Porquê? Talvez porque o contingente militar e policial húngaro nas missões em Angola vivia quase completamente isolado, exercendo a sua função sem o apoio de qualquer representação diplomática oficial. Ou então bastava a enorme distância para não chegarem à Hungria mais notícias destas missões. Ou então eram outras as notícias que se sobrepunham às das missões de paz angolanas, pois a região europeia – incluindo a Hungria – estava exposta a perigos à sua segurança que a afetavam mais de perto. Todas estas hipóteses têm um fundo de verdade, e são capazes de dar uma resposta, pelo menos parcial. Com ou sem elas, podemos concluir que o êxito ou o fracasso da manutenção da paz teve uma repercussão regional, ou mesmo global também, tanto mais porque veio a determinar os processos políticos em curso em todos os países da região. Nós, húngaros, de qualquer forma podemos estar orgulhosos de termos podido participar nestas operações sob a égide da ONU.

Como dissemos, a história aqui contada prende-se com a década de noventa, e muito especialmente com a segunda metade dela. Recuemos e vejamos portanto o que é que interessava às pessoas, ou o que pelo menos atingia o limite mínimo da curiosidade do leitor húngaro:

- Na vizinha região balcânica, o foco principal era a guerra da Jugoslávia, bem como os planos de resolução adoptados, ficando o protagonismo com as tropas multinacionais de manutenção da paz. Ocorre, mesmo assim, o massacre de Srebrenica, onde milhares de muçulmanos bósnios são massacrados, vítimas do Exército da República da Sérvia, e das forças paramilitares sérvias, conhecidas por Escorpíões.
- Chegam ao Kosovo as primeiras unidades das Forças de Segurança Internacional do Kosovo (KFOR - Kosovo International Security Force).
- Um sismo de intensidade de 7.1 na escala de Richter vitima mais de quatro mil almas no Irão.

- Por esta altura, a Rússia fica integrada nas cimeiras regulares dos „G7”, que a partir de então passarão a chamar-se „G8”.
- A Grã-Bretanha devolve Hong Kong à China e (re)começam as negociações de paz na Irlanda do Norte.
- Algures na Ásia Central eclode a primeira guerra entre russos e chechenos e tem lugar a batalha de Grozni, enquanto os talibãs tomam as rédeas do poder no Afeganistão.
- Na Albânia, o colapso dum “jogo do bicho” local ocasiona uma onda de manifestações e um quase estado de guerra, instalando-se por pouco tempo também neste país tropas de preservação da paz de composição internacional, com os italianos à cabeça num primeiro momento.
- Morre Diana, princesa de Gales, vítima dum acidente de viação em Paris.
- No continente americano dá-se o escândalo de Bill Clinton, envolvido num caso amoroso com a sua secretária, Monica Lewinsky.
- Aterra na superfície do planeta Marte a sonda espacial „Pathfinder”.
- O parlamento húngaro aprova uma “lei sobre as divisas”, que elimina os últimos obstáculos à convertibilidade da moeda nacional, o forint. Os cidadãos a partir desta data deixam de ficar limitados, por um chamado “plafond turístico”, na aquisição de qualquer moeda dum outro país.
- Em Budapeste gera-se o “pânico do Postabank”, em que os detentores de contas neste banco retiram em poucas horas as suas poupanças, num total de cerca de 70 mil milhões de forints, equivalente a uma sexta parte de todos os depósitos.
- Na cidade de Székesfehérvár, na Hungria, é inaugurada a primeira fábrica da IBM em toda a região centro-leste europeia, para a produção de discos rígidos (uma ferramenta informática hoje entretanto desaparecida).
- Óbuda, na Hungria, é cenário dum ajuste de contas, quando Prisztás József, figura cimeira da máfia local, é assassinado a golpe de mão.
- Göncz Árpád, presidente da República da Hungria, faz uma visita oficial na sede da NATO. Realiza-se o referendo nacional sobre a integração do país na organização euro-atlântica.
- atentado em Budapeste. Quatro pessoas morrem quando um engenho explode para tirar a vida a Boros Tamás, famosa figura do mundo da delinquência e da violência.
- Em África, a Eritreia ganha a sua independência da Etiópia. Eclode a primeira e a segunda guerras do Congo.
- O conflito étnico entre os Tutsi e os Hutu acaba num massacre que faz um milhão de vítimas no Ruanda.
- Fim do sistema de apartheid na África do Sul. Nelson Mandela é o primeiro presidente democraticamente eleito da República da África do Sul.

Simultaneamente a estes acontecimentos, numa outra parte do mundo, longe da Hungria, ao sul do Equador, na costa do Índico, na África Oriental, em Moçambique¹, um punhado de militares e polícias húngaros acaba a sua missão, ao passo que um outro contingente se prepara para viajar para Angola numa missão semelhante. Chegamos ao começo da nossa história.

As Missões de Verificação da ONU em Angola², e posteriormente a Missão de Observação da ONU,³ que operaram entre Junho de 1991 e Fevereiro de 1994⁴, foram criadas depois duma guerra civil que se ia arrastando já por 16 anos.

Para a missão angolana de observadores de paz eram admitidos militares e polícias para o desempenho das funções de verificação e de observação⁵, sem utilização de armas.⁶ Esperavam-nos condições puritanas que implicavam de vez em

¹ A missão da ONU em Moçambique (UN Operation in Mozambique [UNOMOZ]) decorreu entre os meses de Dezembro de 1992 e 1994. O país foi assolado por uma guerra civil de vinte anos, com um milhão de vítimas e uns dois milhões de refugiados nos países vizinhos. 70 % do território nacional foi minado. Soldados desmobilizados e guerrilhas formavam bandos armados e saqueavam por todo o país. A insuficiência da repressão da delinquência andava associada à falta de mantimentos do corpo policial, mal pago aliás, num mundo de corrupção generalizada. Uma resistência passiva dos dirigentes da polícia tornou a cooperação bastante complicada. Na transformação democrática da polícia local, na garantia dos direitos humanos, no melhoramento das condições técnicas e da qualidade do funcionamento, os polícias da ONU tiveram um papel preponderante. Na operação de apoio à paz da ONU, qualificada como particularmente bem-sucedida, a Hungria participou com 23 militares e 20 polícias. As razões que levaram à participação húngara foram idênticas em Angola, só que nestas operações já participaram também quatro batalhões inteiros. Estes constituíam uma força considerável e contribuíram para garantir a segurança dos observadores. Cf. Kiss Zoltán László: “Magyarok a békefenntartásban” (Húngaros na manutenção da paz), Budapeste, 2001, Editora Militar Zrínyi – HM Kommunikációs Kft, pp. 88-91.

² UN Angola Verification Mission [UNAVEM].

³ UN Observer Mission in Angola [MONUA].

⁴ A história da evolução desta missão conheceu as seguintes etapas: UNAVEM-I (Janeiro de 1989 – Junho de 1991); UNAVEM-II (Junho de 1991 – Fevereiro de 1995); UNAVEM-III (Fevereiro de 1995 – Junho de 1997); MONUA (Julho de 1997 – Fevereiro de 1999). Cf. Kiss Zoltán László, op. cit., pp. 88-91.

⁵ Em tempos da Guerra Fria, uma parte das missões de manutenção da paz revestia-se de um carácter “tradicional”: controlar o cessar-fogo entre as partes, averiguando casos de violação dos acordos. Por seu turno, nas missões que tiveram o objectivo de forçarem as partes a aceitarem a paz, uma presença limitada ou baixa servia para protecção das ajudas humanitárias, bem como o seu transporte, limitando-se ao apoio das partes envolvidas. Uma nova era pós-Guerra Fria foi acompanhada por alterações de fronteiras e desintegração de países. Para a coordenação das suas operações de manutenção da paz gerais e abrangentes, a ONU criou em 1992 um departamento responsável (Department of Peacekeeping Operations – DPKO). A eficiência da organização depende da vontade política dos seus estados membros, que decidem numa dada e determinada situação se a ONU intervém ou não, e no caso de intervir, quando e como, ou seja, que tipo de operações visam pôr termo a um conflito. Fonte geral: Blahó András-Prandler Árpád: *Nemzetközi szervezetek és intézmények* (Organizações e instituições internacionais). Aula Kiadó, 2005.

⁶ O serviço sem utilização de armas é característico entre os observadores. Estes diferem daqueles militares que serviam na missão em unidades militares regulares, cuja função era a de defender e vigiar a segurança dos acampamentos e serviços centrais da administração da ONU, bem como, em todo o país, de intervir militarmente em casos que o justificassem, como por exemplo defesa de outros observadores não-armados, garantia dos patrulhamentos, desactivação de minas, etc.

quando condições de vida e de trabalho desumanas, associadas a dificuldades de abastecimento alimentar, perigos decorrentes da luta armada e doenças contagiosas.

Em vez de fazer uma lista das doenças contagiosas, temos que mencionar em primeiro lugar a malária que, depois dos engenhos explosivos (minas) e dos indivíduos armados, constituía no país o perigo mais iminente.

No contingente húngaro quase todos contraíram a malária⁷, afortunadamente não causando porém nenhuma vítima. Lamentavelmente não foi este o caso generalizado dos capacetes azuis das outras nações. Mas houve uma adesão total de todos ao período pós-doença. Depois de convalescerem, todos vestiram com orgulho a t-shirt “Sobrevivi à malária, bem-vindo ao clube!”⁸ Para além da malária, havia doenças de ocorrência geral em todo o país que os militares apanhavam, tais como infecções do sistema urinário, gastroenterite, cegueira dos rios, cólera, febre tifoide, paratifo, lepra, hepatite (B), febre amarela, poliomielite, meningite, às vezes raiva, dengue, infecções de parasitas e SIDA⁹, cujo número de infecções aumentava a cada dia. Em relação ao crescente número de infectados pela SIDA, temos que mencionar aquela opinião (colhida junto da experiência dos participantes na missão) de que provavelmente terão contribuído seriamente para a progressão da SIDA em Angola aqueles militares e polícias provenientes de países vizinhos, que também serviam no país, através do seu apetite sexual incontrolável. Havia também rumores sobre um insuficiente processo de seleção, que fez com que seropositivos ficassem integrados no respectivo contingente, já portadores da SIDA. Além de doenças contagiosas, virais e base de infecções da pele ou dos intestinos, as cobras venenosas, os insectos, os roedores e outros animais selvagens também constituíam fonte de perigo para os capacetes azuis.¹⁰

Os membros dos primeiros contingentes da missão, incluindo os primeiros grupos de militares e de polícias húngaros, desempenharam uma importante função na selecção dos pontos de deslocação¹¹ a serem agora construídos e instalados, como também nos contactos por estabelecer com os organismos locais aí encontrados. Duma forma geral, a população local vivia em extrema pobreza e em condições precárias. Passava-se muita fome e a subnutrição infantil era imensa. O humor e o dia-a-dia dos militares nesta missão era também marcado por estas penosas características. Não era nada fácil confrontar-se no quotidiano com estes fenómenos: gente que passava fome, vítimas de ataques armados, mutilados por minas, infra-estruturas destruídas, edifícios demolidos. Uns menos, outros mais, o certo é que nenhum deles podia ter fugido à carga psíquica e emocional do que via e vivenciava. Por outra parte, a beleza natural deslumbrante de Angola criava um contraste com o deplorável e triste panorama que as suas cidades apresentavam. As monstruosidades da guerra civil, prolongada por várias décadas, as perdas humanas e os trajectos trágicos que se acumulavam, não fizeram esquecer o sorriso do rosto dos angolanos, o que dava sempre um motivo para uma renovada esperança em si mesmos e nos

⁷ Dr. Axmann Ágnes: *Fertőzõ és trópusi betegségek* (Doenças contagiosas e topicais), 2002, Alexandra Kiadó, pp.78-82.

⁸ *I survived Malaria – Join the Malaria club!*

⁹ Dr. Axmann Ágnes: op. cit., pp.78-82.

¹⁰ Idem, ibidem. As “cobras” ou serpentes venenosas mais perigosos eram as víboras *causus*, *bitis* e as da família das *Elapidae*.

¹¹ Em inglês, “Team Site”.

que estavam a cumprir uma missão da paz, reforçando o sentimento de que sempre é possível um novo começo.

Entre os capacetes azuis, houve também alguns que não conseguiram ombrear com o desafio, que ficaram doentes ou que desistiram antes do previsto.¹² Além das circunstâncias supramencionadas, alguns fenómenos negativos internos também agudizaram um certo mal-estar entre os efectivos internacionais. Sem nenhum anúncio prévio, a ONU veio a cortar a pensão diária¹³ que se destinava para o seu auto-sustento. Na capital e nas guarnições das cidades capitais de província, quase metade da diária estipulada era gasta no alojamento¹⁴ para os que serviam na missão da paz. Duma forma geral, pode concluir-se que os padrões de vida e condições de alojamento local estavam muito aquém das normas esperadas num conceito civilizacional ocidental. As adversidades das condições de serviço e de alojamento eram, na maioria dos casos, pouco condignas e humanas. O alojamento em que se vivia consistia normalmente de tendas, com raras excepções de contentores ou de edifícios de pedra ou de tijolo, ainda construídos no período colonial português. Os escritórios da ONU nas capitais das províncias estavam equipados com geradores e baterias que só proporcionavam um abastecimento temporário de electricidade. De igual modo, o abastecimento de água era durante semanas e meses irregular e temporário, devendo habituar-se os que cumpriam o seu serviço nesta missão de manutenção de paz a um teia logística, que funcionava intermitentemente no que diz respeito à alimentação, água potável, correios ou abastecimento de combustível. A água para lavar a roupa era, na maioria das vezes, tirada à bomba dos rios da vizinhança, esperando cada um o seu turno, ou retendo a bicha que faziam os camaradas e os locais durante 30 ou 40 minutos, enquanto a água era tirada dos poços por manivelas e transportada a custo, em carros-cisterna.

A maior parte da rede rodoviária de Angola não estava apta para o transporte, já que era perigosa de mais, devido ao grande número de engenhos com que estavam minadas as estradas. Por esta razão, a maior parte do transporte de efectivos militares e policiais para a zona do interior, bem como o transporte de cargas civis e militares da ONU, fazia-se por via aérea. Em Angola, calcula-se que o número de minas colocadas se situe entre 9 e 15 milhões de explosivos.¹⁵ O número estimado de pessoas amputadas de braços e pernas é de aproximadamente setenta

¹² Geralmente, os contratos de missão eram assinados por 12 meses, prorrogáveis por um período não superior a este, com certa flexibilidade aliás.

¹³ Montante destinado ao auto-sustento. Uma nota: o auto-sustento das pessoas em Angola, já nos anos noventa era também muito caro, essencialmente devido aos distúrbios no abastecimento, causados principalmente pela guerra. A livre circulação de pessoas e mercadorias também não estava assegurada. Por outra parte, as condições podiam diferir consideravelmente de região para região. Por exemplo, nas regiões ricas em petróleo e diamantes, os preços praticados eram o dobro ou o triplo da média geral dos preços. Noutras regiões, menos favorecidas, o que se praticava era o comércio de trocas directas, sendo que o sabão azul tinha o valor de moeda). Para dar um exemplo, o açúcar e sal eram trocados por frangos ou cabras. Hoje em dia, Luanda é a segunda cidade mais cara do mundo.

¹⁴ As condições de alojamento estavam classificadas na missão nas categorias A, B ou C, conforme o seu conforto: tendas, contentores ou edifícios de pedra ou tijolo. Conforme o contexto infra-estrutural e o acesso aos víveres (por exemplo, o litoral marítimo, o interior do país, regiões de minas de diamantes, ou campos de exploração petrolífera), tais categorias eram também elas próprias subdivididas.

¹⁵ “Facts about landmines”, <http://www.landminefree.org/index.php/facts-about-landmines> (consultado em 20.12. 2012).

mil, incluindo oito mil crianças menores de 15 anos.¹⁶ O número de inválidos aumentava com 150 ou 200 casos semanais, de que uns 7% acabaram por falecer. Ao largo das décadas da guerra de independência e da guerra civil prolongada, as partes beligerantes não preparavam mapas das zonas minadas, ou então estes mapas foram destruídos. Deste ponto de vista, a situação podia também considerar-se crítica.

Além das minas, os bandos armados, a situação caótica da administração pública e a precária segurança influenciavam de forma negativa o grau de segurança dos participantes da missão. As maiores cidades eram dominadas pelas forças governamentais, ao passo que as zonas entre as cidades eram controladas pela UNITA,¹⁷ muitas vezes dividindo e hostilizando até famílias. Quem vivia e permanecia em áreas dominadas por uma ou outra das forças, era considerado simpaticante dessa força, mesmo contra a sua própria vontade ou convicção. Para os locais – e muitas vezes também para os funcionários da ONU – existiam limitações de movimentação, uma vez que não era de facto nada aconselhável a passagem dum para outra das zonas controladas desta forma, pois não tardavam a qualificá-los de espíões. Ambos os lados vigiavam e defendiam os respectivos territórios nas suas fronteiras visíveis ou invisíveis. Esta defesa era praticada por armadilhas, campos de minas improvisados, guardas armados e pontos de passagens *sui generis*. Transitar nestas zonas de fronteiras virtuais era ainda mais perigoso depois do anoitecer. Duma forma geral, podemos concluir que garantir a segurança das forças militares, policiais e civis da ONU era uma tentativa sumamente arriscada, sobretudo para aqueles que estavam em serviço de patrulhamento. De resto, o regulamento de segurança da ONU proibia também que depois do cair da noite fossem efectuadas tarefas de patrulhamento. Até de dia, o patrulhamento em viaturas requeria também o recurso a no mínimo dois efectivos.

No que diz respeito à comunicação, usavam-se estações de rádio de onda curta ou longa e seus respectivos relés. Encontrava-se também difundido o sistema por satélites artificiais CAPSAT, mas este sistema estava longe de poder considerar-se ideal. O seu funcionamento requeria corrente eléctrica, e já que na maioria dos postos de observação não havia acesso regular a electricidade, só nas cidades havia uma alternativa de comunicação. O reabastecimento dos pontos de observação deslocados, em metade dos casos só podia ser efectuado através de ponte aérea. A chegada dos aviões era dificultada não apenas por obstáculos naturais ou construídos, mas também por um possível fogo antiaéreo, factores que constituíam um grande desafio para os pilotos. Os observadores policiais geralmente trabalhavam juntos e misturados com os observadores militares em determinados pontos de observação dispersos, cuja composição média habitual consistia de 6 a 10 membros. O número dos efectivos podia aumentar para o dobro, no caso das operações UNAVEM III, por volta de 1996-1997, o que significava simultaneamente a diminuição dos níveis de conforto nos alojamentos, já anteriormente precários. A cada um destes postos deslocados de observação correspondia uma área de vigilância de várias centenas de quilómetros quadrados, ou até mesmo de milhares de quilómetros quadrados, conforme o caso.

¹⁶ “Mines Awareness Project 1997”, UNICEF ANGOLA and Advocacy Project Proposal, Angolan Campaign to Ban Landmines (consultado em 20.12. 2012)

As funções e tarefas diárias consistiam em patrulhamento, manutenção de contactos, observação e vigilância, ou seja a fixação e o acompanhamento de quaisquer acontecimentos notados, que iam sendo notificados aos superiores por meio de relatório. No desempenho das suas funções, os capacetes azuis enfrentavam numerosos problemas. Em primeiro lugar, as estradas estavam intransitáveis e repletas de minas. Por outro lado, também não estavam equipados com suficiente número, estado e qualidade técnica de viaturas para executarem as suas tarefas. Os obstáculos naturais e construídos, bem como a existência de grupos armados, faziam recuar também o raio de operações dos participantes das operações de manutenção de paz durante o seu patrulhamento. As estradas de terra batida, no que diz respeito ao seu reconhecimento e transitabilidade, variavam conforme a estação: a maioria das que podiam ser usadas nas estações secas tornavam-se praticamente irreconhecíveis e inacessíveis nas estações de chuva. O curso e passagem de pequenos rios mudavam completamente de aspecto dum momento para o outro, com a subida do nível das águas, sendo por isso impossível a sua utilização.

Num país de aproximadamente 1,3 milhões de quilómetros quadrados, à semelhança dos filhos das outras nações, os húngaros eram divididos um por um, sozinhos, e a uma distância média de milhares de quilómetros um do outro. Uma das regras específicas da missão angolana era de que, nos vários pontos de deslocação, só podia estar destacado um observador de cada uma das nações que compunha a missão. Com esta regra, a ONU teria querido prevenir-se de alegados “casos de concentração nacional”, em que se formariam grupos internos de composição cultural e linguística pré-determinadas para evitar certo isolamento. Manter o contacto e assegurar a comunicação externa e interna foram desafios consideráveis, sobretudo em relação a nativos de composição étnico-linguística muito variada. Em numerosos casos, não estava presente um intérprete oficial delegado pela ONU, mas sim, e em substituição dele, alguns observadores militares e polícias lusofalantes, que dominavam esta língua e que em parte tinham a função de facilitar a comunicação do seu grupo de trabalho. No entanto, lamentavelmente os *peacekeepers* brasileiros, guineenses e outros não sabiam falar bem inglês. Por seu turno, acontecia também que os grupos étnicos à volta podiam não dominar em absoluto o português, falando os seus próprios dialectos, de que existem mais de cem no território de Angola.

Considerando os desafios, os soldados e polícias húngaros¹⁸, junto com filhas e filhos de outras nações, foram considerados idóneos e aprovados no decurso das suas actividades nas missões UNAVEM e MONUA da ONU em Angola. Fizeram-no com o objectivo de que o resplendor e brilho do diamante colonial de antigamente, livre e vivendo em paz, voltasse a iluminar o país, menina dos olhos de todos os angolanos. Bem hajam!

¹⁸ Ver a lista anexa.

Lista dos efectivos húngaros que serviram nas operações de paz angolanas Angola – UNAVEM-II (Maio de 1991- Fevereiro de 1995)

Polícias:

Adorjáni Attila, alferes- mor
Bánky Tibor, capitão

Borszéki Tivadar, primeiro-tenente
Havas Zoltán, primeiro-tenente
Kuti István primeiro-tenente

Nagy Géza, tenente
Nagy Lajos, primeiro-sargento
Palló Róbert, tenente

Sebestyén János, capitão
Siska Gábor, primeiro-tenente
Szenes Mihály, capitão

Dr. Szauter Zoltán, primeiro-tenente
Dr. Temesi László, major
Vass György, major

Militares:

Andrási Kálmán, major
Balogh Ferenc, capitão
Bézi László, major

Boldizsár Gábor, capitão
Braun László, major
Czinege László, capitão

Csodányi László, capitão
Deáki Csaba, major
Faludy Sándor, major

Forgács László, coronel
Gulyás József, capitão

Káló László, capitão
Katona István, capitão
Kállai László, major

Kovács Tibor, tenente-coronel
Kövér István, major
Kranciczki József, capitão

Makai Viktor, capitão

Nagy Árpád Zoltán, capitão
Nagy Zoltán, capitão

Pallos László, capitão
Pintér István, major
Tatorján Béla, tenente-coronel

Tóth László, major
Tóth Zoltán, major
Török László, tenente-coronel

Varjú Gusztáv, major
Varsányi Lajos, major

Angola – UNAVEM-III (Fevereiro de 1995- Fevereiro de 1997)

Polícias:

Horváth Sándor, primeiro-sargento
László Tamás, primeiro tenente
Lipniczki István, tenente

Márkus Tamás Csaba, tenente
Nagy Lajos, primeiro-sargento
Palló Róbert, tenente

Streng Ferenc, major
Surányi Péter, alferes
Szalai József, tenente-coronel

Vass György, major
Zólyomi Zsolt, alferes

Militares:

Kolok János, capitão
Kondorosi Ferenc, major
Nagy Albert, major

Nyári Dezső, tenente-coronel
Pávics Sándor, coronel
Perei István, major
Szóke Attila, capitão

MONUA (Junho de 1997- Fevereiro de 1999)

Polícias:

Bacsa István, capitão
Bozsik Ferenc, primeiro-tenente

Horváth Sándor, primeiro-sargento
Hrabovszki József, primeiro-sargento
Huszár Péter, tenente
Karácsony Károly, tenente
Kiss András, alferes

Kiss Károly, primeiro-sargento
Ruzicska Zsolt, primeiro-sargento
Dr. Szabó Károly, major
Szlankó János, alferes-mor
Szóke Ferenc, tenente
Zsíros Mihály, capitão

Militares:

Adorján János, major
Bozsik József, major

Dikter József, capitão
Dr. Varga László, major

Herter György, major
Király László, tenente-coronel
Mayer Csaba, major

Németh Sándor, major
Pelczéder Gyula, capitão
Solti István, tenente-coronel

Túróczi Zoltán, tenente-coronel
Vámos József, tenente-coronel
Varsányi Lajos, engenheiro major

História pré-colonial e colonial

O actual território de Angola era habitado pelos povos koi-san, considerados os primeiros ocupantes destas paragens de África, ao sul da linha equatorial. Nos séculos que precederam a nossa era começou a „migração bantu”, que atingiu o território angolano também, afastando insistentemente para sul os povos koi-san, até à zona da atual fronteira da Namíbia, onde ainda vivem os seus poucos descendentes. No começo da nossa era, os povos que falavam línguas banto-ocidentais, e que podem ser considerados como os habitantes do futuro país, já conheciam a agricultura e eram utilizadores do ferro; estes bantos, em constantes vagas migratórias, irão constituir uma civilização no planalto angolano, rico em cobre e ferro, dominando militarmente os seus vizinhos. Na altura da chegada dos portugueses a extração nas ricas minas de cobre de Angola era ainda presente, mas já documentada desde há séculos¹⁹. Dos dirigentes deste povo emergirá o Nakongo, ou Manicongo, o „rei” da região na viragem dos séculos XIII-XIV, que passou a dominar uma vasta zona, a partir da cidade de Mbanza Kongo (a futura São Salvador).²⁰

Por outro lado, formaram-se também outros „reinos”²¹ no território actual de Angola, como do Nizko e do Nziko dia Nlaza, no século XV, ao sul dos territórios dominados pelo Manicongos, seguidos pelos Ndongo e Songo ao sul, bem como o de Benguela no planalto de Bié, que se estendia até a linha da costa, e posteriormente o „império” dos Lunda e Lundu, a leste.²² Pese a sua relativa importância, nenhum rei fazia concorrência ao Manicongo, a que prestavam vassalagem aliás. Ndongo, Matamba Ndongo, ou Ngola destacam-se mesmo assim, ao ponto de ser este último a dar o seu nome a todo o país, posteriormente. No 350º aniversário da morte da lendária rainha de Angola do século XVII, Nzinga Mbande Ngola Kiluanji, aquela data passou a ser comemorada anualmente, constando da respetiva lista da UNESCO a partir de 2013.²³

¹⁹ Béres Mária: „Számok Fekete-Afrika mindennapi életében.” (Os números no quotidiano africano) In: *Afrika Tanulmányok* (Estudos Africanos) Budapeste, VII. évf. 1. sz. (2013. tavasz)

²⁰ Roland Oliver, Anthony Atmore. *Medieval. Africa, 1250-1800*. Cambridge, 2001. p. 166.

²¹ O nome dos dirigentes tradicionais ou chefes de aldeia é „soba”, enquanto que os que dominam uma área maior, denominam-se „sobas grandes”.

²² Matthew Schoffeleers: „Myth and/or History: a Reply to Christopher Wrigley.”

In: *The Journal of African History*. Vol. 29. No. 3. November 1988. pp. 385-390.

²³ A rainha Nzinga Mbande Ngola Kiluanji, segundo a descrição da UNESCO, foi uma figura emblemática da luta contra a escravatura e pela emancipação feminina em África. <http://www.unesco.org/new/en/unesco/events/prizes-and-celebrations/celebrations/anniversaries-celebrated-by-member-states/2013#> (descarregado em 13.02.2013).

Os estados fundados na zona das savanas centro-africanas criaram uma agricultura a partir da queima das terras. No entanto, as parcelas assim tornadas cultiváveis eram rapidamente abandonadas devido à sua pouca fertilidade, pois produziam pouco mais do que o suficiente para a própria sustentação. Diferentes espécies de sorgo, milho-miúdo, feijão e outras hortaliças africanas foram combinadas a partir do século XVI com o cultivo de plantas provenientes da Ásia e América, como o milho, a batata-doce, a mandioca²⁴, o amendoim, a banana e a cana-de-açúcar. A rafia da palmeira fornecia matéria para a produção de têxteis, o cobre e o ferro para uma indústria artesanal.

O minúsculo Portugal, desafiando a Espanha, desempenhou um papel pioneiro na primeira fase dos grandes descobrimentos geográficos.²⁵ O objetivo maior dos portugueses era descobrir o caminho marítimo para a Índia, circum-navegando o continente africano. No século XV, o Infante Dom Henrique funda uma escola naval em Sagres, junto ao cabo São Vicente, tornando realizáveis viagens cada vez mais ambiciosas.²⁶ A primeira divisão do planeta, feita entre portugueses e espanhóis fez com que África, à exceção das ilhas Canárias, ficasse reservada para o reino português.²⁷ Depois de percorrerem toda a orla marítima de África, Brasil e Índia, os navegantes portugueses chegam em 1542 às costas do Japão. Não se estranha portanto que o primeiro europeu a pisar as terras hoje angolanas tenha sido também um português. Em Agosto de 1482, Diogo Cão²⁸ atinge a foz do rio Congo, tomando posse da região em nome do então rei de Portugal, D. João II. Como testemunho dos seus feitos, deixa erguido um padrão de pedra na margem meridional da

²⁴ A mandioca proveniente de América aparece frequentemente denominada por cassava também: as suas raízes tuberosas contêm um alto teor de amido, razão pela qual se tornou uma das plantas de alimento mais importantes à escala mundial.

²⁵ A conquista de África por parte dos europeus começou pela conquista de Ceuta pelos portugueses em 1415, praça frente a Gibraltar.

²⁶ Sagres foi destruída em 1587 pelo almirante inglês Drake. O primeiro modesto monumento levantado ao pai espiritual do “século de ouro” português, o infante D. Henrique, surge também aí, em 1837. Pouco depois é encontrado o monumento historiográfico mais importante em Paris pelo então embaixador de Portugal em França, Luís António de Abreu e Lima. Na biblioteca régia fora descoberto o manuscrito julgado perdido a partir dos meados do século XVI da crónica de Gomes Eanes de Zurara (1410? - 1474) – Crónica dos Feitos da Guiné – até então inédita e publicada agora com um prefácio do eminente historiador do século, Manuel Francisco de Barros e Sousa. irt előszót. Lásd: Paulo S. Polanah: „The Zenith of our National History!” National identity, Colonial Empire, and the Promotion of the Portuguese Discoveries: Portugal 1930s.

http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-64322011000100003&script=sci_arttext (descarregado em 13.02.2013).

²⁷ Rákóczi István: „*Monopoly and free trade – Tordesillas become global. In: Tradecraft Review, Periodical of the Scientific Board of Military Security Office*”, 2011/1. pp. 91-104.

²⁸ Da vida do descobridor Diogo Cão, ou Diogo Cam, pouco se sabe, sendo a sua fonte mais importante o francês Eustache de la Fosse „*Voyage d’Eustache Delafosse sur la cote de Guinée, au Portugal & en Espagne 1479-1481.*” (reeditado em Paris em 1992).

desembocadura do rio, dedicado a São Jorge. Cão, um „nobre cortesão” pensava que andaria apenas a poucas léguas das águas do „Arabicus Sinus” (o oceano Índico) e que o rio Congo abrir-lhe-ia o caminho para a Índia.²⁹ Navegando rio acima descobriu o Reino do Congo,³⁰ e estabeleceu contacto com o rei Nzinga a Nkuwu³¹, o quarto na lista dos monarcas do Congo, cujo domínio se estendia em cerca de cem mil quilómetros quadrados e que era um estado bem organizado e centralizado, comparável aos reinos da Europa do seu tempo.³² Voltando daqui para a costa oceânica, seguindo a sua linha, Cão navegou para o sul até o cabo de Santa Maria³³, onde ergue de novo um padrão, o de São Agostinho, e, tocando de novo a foz do rio Congo³⁴, regressa a Portugal. Em 1485 empreende uma nova viagem e consegue ir bem mais longe no rio Congo adentro, onde, ao chegar às cataratas, chega à conclusão de não ser esse o caminho para a Índia. Sofre novo revés ao constatar que, mesmo navegando a sul do cabo Santa Maria até o cabo da Cruz, não lhe aparece a desejada passagem nas paragens da costa média da Namíbia actual. Pese todos estes insucessos, considera-se Diogo Cão o descobridor de toda a costa angolana.³⁵

Os portugueses encontraram-se pessoalmente pela primeira vez com o monarca do Reino do Congo só em 1489. Nzinga a Nkuwu, o manicongo, mostra-se satisfeito com a chegada dos longínquos estrangeiros, reconhecendo logo que o acesso as armas de fogo proporcionar-lhe-ia uma enorme vantagem face aos seus adversários vizinhos. Baptizado já em 1491, tomou o nome de João.³⁶ A capital do país, que se estendia do oceano Atlântico até ao rio Nkisi, era Mbanza-Kongo³⁷, provavelmente a então maior cidade de toda a África subsariana, que os contemporâneos descreviam com evidente exagero como uma urbe de cem mil habitantes. Centro do comércio incipiente com a Europa, exportava escravos, marfim e cobre para Lisboa, para depois serem reexportados para outras cidades. O facto de ser comparada pelos viajantes portugueses coevos com a cidade de Évora da metrópole demonstra bem a importância desta cidade.³⁸ Embora o rei do Congo Dom João I. tenha reabraçado a

²⁹ Rákóczi István: *Tengerek tengelye. Ibér terjeszkedés az Atlantikumban a 15-16. században* (O eixo dos mares, A expansão ibérica no Atlântico no século 16), Budapest, 2006. pp. 124-125.

³⁰ O Reino do Congo é um dos numerosos “proto-estados” da África subsaariana, cujo desenvolvimento foi parado precisamente pela influência europeia, pelo comércio de escravos e pela colonização.

³¹ Noutras fontes aparece mencionado como Nkuwu Nzinga.

³² Roland Oliver, Anthony Atmore: *Africa since 1800*. Cambridge. 2005. p. 167.

³³ 13°26’ sul, entre as actuais Benguela e Moçamedes.

³⁴ Quatro africanos são levados para Portugal, dos quais três voltam na seguinte expedição, enquanto o seu quarto companheiro que abraça a religião católica regressa com a expedição de Tomé de Sousa em 1490.

³⁵ Cão explora ao total 2500 quilómetros da costa africana, mais do que qualquer outro navegante português anterior.

³⁶ Se bem que voltará pouco tempo depois, em 1493 ou 1494, à religião dos seus antepassados.

³⁷ A capital Mbanza-Kongo é mencionada pelos portugueses como Cidade do Congo, que passa a denominar-se desde finais do século XVI como São Salvador, sendo de novo baptizada de Mbanza-Kongo, com a independência em 1975.

³⁸ A cidade alentejana de Évora vive precisamente neste período o seu esplendor, sendo aclamados aqui os reis, em cuja corte floresce o humanismo português do século XV-XVI.

fé dos seus ancestrais, o seu filho Nzinga Mpangu-t³⁹, nascido em 1456, fora educado por missionários cristãos. Morto o pai, instaura-se uma guerra fratricida, já que o poder real não era hereditário naquele reino, sendo a subida ao trono feita por eleição. O resultado desta luta não sempre foi logo aceite mas, graças ao apoio dos portugueses, a guerra fratricida teve um desfecho positivo para Nzinga Mpangu em 1506, quando conseguiu derrotar o seu irmão numa decisiva batalha travada junto à capital.⁴⁰

Nzinga Mpangu reinou com o nome de Afonso I⁴¹ o país, considerado por ele soberano e não inferior aos países europeus cristãos. Os europeus que mantinham relações com ele tratavam-no precisamente assim, em termos igualitários e com grande respeito. Mandou construir igrejas, palácios de vários andares e outros edifícios feitos de pedra na capital⁴², com intenção de atrair mestres e artesãos europeus, bem como padres missionários e cientistas.⁴³ D. Afonso I do Congo destinou o seu filho Kinu a Mvemba, de nome cristão Henrique, à carreira sacerdotal, enviando-o para a Europa, onde foi ordenado bispo em Roma em 1518, por mãos de Leão X. D. Henrique regressa ao Congo em 1521, tornando-se o primeiro bispo africano do Continente Negro. Após a sua morte, ocorrida em 1531, a catequização deixa de ser particularmente bem-sucedida.⁴⁴ A política de modernização seletiva de D. Afonso I naufragou precisamente devido aos interesses contrários dos portugueses. O comércio dos escravos tomou um crescimento vertiginoso, com nefastas consequências para toda a região. A posição do rei estava enfraquecida por uma imagem em que era visto cada vez mais um servidor submisso a interesses alheios. Já nos últimos anos do reinado de D. Afonso I, há uma marcada resistência contra os estrangeiros, a nova religião e o próprio rei. O rei tentava limitar o tráfico dos escravos em vão, os interesses dos portugueses tinham transitado do apoio a um estado cristão seu aliado ao – e em primeiro lugar – favorecimento dos seus próprios interesses económicos. Em 1665, junto a Ambuíla, o reino do Congo é derrotado, desmoronando-se com a subsequente guerra fratricida, e a sua capital, oficialmente chamada já de São Salvador, fica despovoada em 1570. Reconstruída só nos começos do século XVIII, São Salvador jamais recuperou o esplendor e importância de outrora...

³⁹ Ou então Nzinga Mbemba, aliás D. Afonso nome de baptismo.

⁴⁰ Segundo as lendas é acudido por cavaleiros portugueses na decisiva batalha travada contra o seu irmão.

⁴¹ Reinou até 1543.

⁴² As ruínas das igrejas datadas do século XVI demonstram terem sido – exceptuando as da Etiópia - as mais antigas da África subsaariana.

⁴³ Bernard Nantet: *Dictionnaire d'histoire et civilisations africaines*. Paris, 1999. pp. 164-165.

⁴⁴ Rákóczi István: „A Portugál Tengerentúli Birodalom” (O Império Ultramarino Português) In: Poór János (szerk./org.): *A kora újkor története* (A história da era moderna). Budapest, 2009. pp. 377-387.

Ao longo do século XVII Portugal foi forçado a abandonar as suas posições até então adquiridas no Congo, que desta forma fica imerso numa anarquia total. Grande parte dos nativos baptizados aderem à seita fundada no começo do século XVIII pela profetisa Kimba Vita, a Jeanne d'Arc de África, particularmente hostil com os padres capuchos, em que viam encarnados os representantes mais proeminentes da intromissão europeia. Este movimento de avivamento cristão pretendia restaurar a grandeza e extensão do antigo Reino do Congo, mas sem a influência portuguesa. Depois de um sucesso temporário, o movimento reformista da seita extinguiu-se, e a sua profetisa foi presa pelos capuchos, que levantaram um processo contra ela, queimando-a por bruxaria em 1706.⁴⁵

Posteriormente os portugueses deixaram de fundar colónias no Reino do Congo, preferindo os territórios mais a sul, ao longo da costa do oceano, melhor situados do ponto de vista do comércio dos escravos. Luanda foi fundada pelo capitão e explorador português Paulo Dias de Novais, em 25 de Janeiro de 1576, com o nome de São Paulo da Assumpção de Loanda. Chegado o seu navio à Ilha do Cabo, Dias desembarca no total 700 homens, metade dos quais homens de armas, fundando uma nova colónia. Em 1618 foi construída a Fortaleza de São Pedro da Barra, seguida por outras duas fortalezas, nos séculos XVII e XVIII. Em 1627 passa a ser a capital da nova colónia portuguesa, posição que manteve – à excepção do período de ocupação holandesa – de 1641 até 1975. Em meados da década de 1660, a população de Luanda atingiria 3000 almas, em 1711 umas 5000, decaindo em 1760 para 500 habitantes. Outras fontes indicam que em finais dos anos 1690 existiria uma população de 50 mil pessoas (número que peca pelo exagero), de que 40 mil seriam africanos, 6 mil mulatos e 4 mil europeus.⁴⁶

A reinterpretação da história da parte Noroeste de Angola, ou seja do antigo Reino do Congo, foi feita logo depois de o país ter adquirido a sua independência, sendo melhor analisados os aspectos africanos, até então negligenciados ou considerados como secundários.⁴⁷ Nos últimos anos têm visto a luz vários documentos dos arquivos holandeses, que lançam uma nova luz sobre os acontecimentos, inclusivamente sobre a Guerra Luso-congolesa de 1622, e que se revestem da maior importância. Se anteriormente os historiadores davam obviamente por derrotados os congolezes, essa interpretação hoje em dia tem sido posta em causa: embora a batalha travada junto a Mbumbi tenha terminado com uma vitória portuguesa,⁴⁸ houve depois um segundo reencontro, em que o triunfo das armas terá sido do exército congolês. Esta vitória terá possibilitado a retoma de algumas das áreas anteriormente dominadas pelos portugueses. Um dos documentos conserva também o esboço de uma aliança congoleza-holandesa, com vista a lançar um novo ataque

⁴⁵ Thea Büttner: *Geschichte Afrikas*. Teil I. Von den Anfängen bis zur Gegenwart. Berlin, 1976. pp. 163–167.

⁴⁶ Jose C. Curto, Raymond R. Gervais: *The Population History of Luanda during the Late Atlantic Slave Trade 1781-1844*. In: *African Economic History* 29. 2001. pp. 1-59.

⁴⁷ Joseph C. Miller: „Angola before 1900: A Review of Recent Research.” In: *African Studies Review*, Vol. 20, No. 1 (April 1977), pp. 103-116.

⁴⁸ Este reencontro coincide com o que é conhecido na historiografia europeia como a batalha de Ambuíla.

contra Luanda em 1624 e a afastar definitivamente os portugueses desta região. O projecto basicamente coincide com planos realizados em 1641, se bem que com um carácter temporário, e não satisfazendo totalmente o que a parte congoleza ideava.⁴⁹ No entanto, os holandeses tiveram que abandonar as suas posições em 1648.

Depois desta guerra, os portugueses conseguiram dominar mais facilmente os reinos africanos, quebrando a sua resistência em menos de duas décadas. Em 1665 é a vez do Congo, seguido por Ndongo em 1671, e completado por Matamba em 1681. O objectivo dos portugueses não era uma ocupação territorial para atrair a estes territórios colonos europeus, mas sim o controle do comércio negreiro, cujo montante podia subir até várias dezenas de milhares de escravos por ano. O comércio de escravos atingiu os seus auge em 1740-59, e entre 1790 e 1829, canalizado via Luanda.⁵⁰ Angola desempenhava a função de “mina de escravos” fornecedora da metrópole, que carecia por completo de qualquer riqueza. Originariamente o “trato” de humanos destinava-se sobretudo ao Brasil, em troca de vinho trazido da metrópole. Este era um produto de armazenamento e conservação relativamente fácil, mas também pesado, podendo assim servir de peso de lastro nas embarcações. A importância dos opulentos municípios brasileiros aumenta no século XVIII, devido aos benefícios do comércio de escravos, a ponto de eliminarem o vinho do comércio triangular em detrimento da sua cachaça⁵¹. Esta bebida manteve o seu papel privilegiado até à proibição do tráfico negreiro. Neste período particularmente intensivo de relações entre o Brasil e Angola, uma terça parte de todas as importações recaía naquele produto.⁵²

Graças às intensas relações existentes, eram muitos os navegantes, comerciantes e militares que, partindo de cidades coloniais brasileiras, se deslocavam para Angola, ou passavam por este país. Também não foram poucos os governadores portugueses que vieram a exercer as suas funções vindos do Brasil. Já a partir da década de 1770 que as autoridades da metrópole se vinham dando conta deste assaz preocupante fenómeno, pois Luanda, Cabinda e outras cidades-portos da colónia angolana estavam mais ligadas ao outro lado do Atlântico do que a Portugal. Perdida a maior colónia de Portugal, com a independência do Brasil em 1822, estes vínculos receberam uma ainda maior importância, pois os comerciantes de Benguela formularam o seu pedido para que Angola ficasse associada ao novo país. Tanto em 1822 como em 1826, advogaram junto do Império Brasileiro a favor da manutenção destes laços privilegiados, entre Angola e o Brasil, fortalecidos ao longo de vários

⁴⁹ John Thornton, Andrea Mosterman: „A re-interpretation of the Kongo-Portuguese War of 1622 according to new documentary evidence.” In: *The Journal of African History*, Vol. 51, No. 2. (2010) pp. 235-248.

⁵⁰ Jan Vansina: „Ambaca Society and the Slave Trade c. 1760-1845.” In: *The Journal of African History*, Vol. 46, No. 1. (2005), pp. 1-27.

⁵¹ Este fermento de cana-de-açúcar era a “aguardente”, ou cachaça, na sua versão mais forte conhecida sobretudo como giritiba.

⁵² Charles Ambler: „African Resistance to the Atlantic Slave Trade.” In: *The Journal of African History*, Vol. 46, No. 3. (2005), pp. 513-514.

séculos. Dois membros angolanos das Cortes da metrópole aderiram à causa do movimento independentista brasileiro, renunciando aos seus mandatos. No entanto, a grande potência da época, a Inglaterra, não estava nada interessada numa conexão tão estreita no Atlântico sul entre Angola e o Brasil, razão pela qual exerceu a sua influência junto do Rio de Janeiro, para que – em troca do reconhecimento da sua independência –, o Brasil renunciasse aos projectos angolanos. Em 1826 os portugueses fixaram em texto o acordo de que “Sua Majestade, o Imperador do Brasil, promete que não acataria nenhum pedido vindo de qualquer colónia portuguesa se esta eventualmente quisesse associar-se ao seu Império.”⁵³

Nos começos do século XIX apenas uma décima parte do actual território de Angola estava efectivamente sob controlo português, e em Luanda e Benguela viviam não mais do que 1832 europeus.⁵⁴ Para além destes dois territórios, havia ainda uma população permanentemente fixada em Moçâmedes, no sul, faltando porém qualquer vestígio duma administração colonial. Tal circunstância conferiu um carácter talassocrático⁵⁵ ao domínio português em Angola. Nada demonstra melhor a insegurança da posição dos colonizadores como o facto de que dois dos governadores de Benguela, nos anos 1840, caíram numa armadilha de guerrilheiros africanos, tendo sido feitos prisioneiros.⁵⁶ Era este o contexto no momento em que chegou a Angola o explorador húngaro, László Magyar, em 1848.⁵⁷ Este nosso compatriota continua sendo até hoje o nosso único explorador, sendo que a sua actividade decorreu maioritariamente no continente negro.

⁵³ „Bridging the Atlantic: Brazil and Sub-Saharan Africa.” *World Bank Publications*, April 30, 2012. <http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/africa-brazil-bridging-chapter2.pdf> (decarregado em 23.01.2013).

⁵⁴ Eduardo de Sousa Ferreira: *Africa: the end of an era. The effects of Portuguese colonialism on education, science, culture and information*. Paris, 1974. p. 31.

⁵⁵ A talassocracia baseia-se no domínio dos mares, limitando-se à posse efectiva de apenas alguns portos e fortalezas costeiras para o controlo sobre uma determinada região. Para além do domínio colonial português, foi este o método dos holandeses também e até bastante tempo dos próprios britânicos para a colonização da Índia. Cf: Rákóczi István „Portugália és gyarmatainak interaktív története” (A história inactiva de Portugal e das suas colónias), In: Szabó- Ölbei- Wilhelm: *Anyországok és (volt) gyarmataik*, (Metrópoles e (ex-)colónias), Pécs, 69-83.

⁵⁶ Jacopo Corrado: *The Creole Elite and the Rise of Angolan Protonationalism: 1870-1920*. New York, 2008. pp. 34-35.

⁵⁷ László Magyar nasceu a 13 de Novembro de 1818 em Szombathely. Começou os seus estudos em Kalocsa, completados em Szabadka (hoje Subotica, na Sérvia). Após a conclusão do liceu emprega-se por algum tempo, para depois ingressar na Academia da Marinha de Fiume (hoje Rijeka, na Croácia) no Outono de 1841. Concluída a formação nesta instituição, trabalha em vários barcos, em diferentes postos e funções. Nos anos 1840 encontramo-lo em Buenos Aires, de onde pretendia organizar expedições de exploração para as partes desconhecidas da América do Sul. Para os seus projectos, pediu em vão o apoio da Academia das Ciências da Hungria em 1846. Procurando ganhar a vida chega a África e emprega-se na corte do soberano da costa do Calabar, em 1848.

László Magyar realizou a sua primeira viagem de exploração por incumbência de um “sultão de Calabar” até hoje não identificado.⁵⁸ Numa cabotagem costeira sempre para o sul chega até à foz do rio Congo, e navega rio acima com o objectivo de tentar encontrar as suas nascentes. Consegue chegar até as cataratas de Faro-Songo (Jellala) de onde volta para a Costa de Calabar; nesse mesmo ano regressa a Angola, ponto de partida de três grandes sucessivas expedições entre 1849 e 1856.

No total passou dezasseis anos em África, período de que dá um testemunho pormenorizado nos seus diários e uma dissertação enviada para a Academia das Ciências da Hungria.⁵⁹ No Verão de 1849 casa com uma das filhas do régulo do Reino de Bié, e assim, graças a este casamento, pôde observar de uma perspectiva interna os usos e costumes, bem como a sociedade que o acolhia e onde se integrava. Em 1856 termina a descrição detalhada das suas viagens, escrita em húngaro, à qual anexa também um mapa, que envia para a Hungria em 1857. Desde 1857 até à sua morte, ocorrida em 1864, trabalha na segunda parte do seu diário de viagens. A partir dos anos 1850 mostra indícios frequentes de pretender voltar para o seu país, faltando-lhe porém o apoio necessário, esperado por parte do seu pai ou a Academia das Ciências. Esta, na sua ausência, elege-o como seu membro correspondente em 1858, sendo também eleito como académico de número pela Sociedade Geográfica Imperial e Real Vienense. A Academia das Ciências só recebe a notícia do seu falecimento – ocorrido a 9 de Novembro de 1864, perto de Benguela, na localidade de Ponto do Cuio – quatro anos depois. A maior parte da sua obra, incluindo manuscritos de dois livros terminados, desaparece num incêndio em Benguela. Os seus trabalhos, que subsistiram de forma fragmentária, constituem fontes únicas, fidedignas e complexas para o estudo da geografia universal, bem como da história

⁵⁸ A figura do „sultão de Calabar”, ou „rei calabar”, ou ainda „o sultão negro de Calabar”, Trudodati Dalaber Almanzor, carece por enquanto de uma identificação real. Pode tratar-se do Calabar no sudoeste da Nigéria ou Old Calabar, mas nesta parte da costa era relativamente numerosa a presença de europeus nos anos 1840, embora até hoje não tenha aparecido nenhuma referência relativa a László Magyar. Nos mapas portugueses aparece a denominação de Costa Calabar, significando a linha costeira dos Camarões, ou até mesmo do Gabão, portanto é plausível também que László Magyar tenha chegado a Angola partindo não da Nigéria actual, mas dos Camarões ou do Gabão.

⁵⁹ Para um resumo da obra de László Magyar, ver: *Magyar László dél-afrikai levelei és naplókivonatai*. (Excertos das cartas e diários sul-africanos de László Magyar) kiadta, editado por: Hunfálvy János, Pest, 1857, pp 92, Thirring Gusztáv: „Magyar László élete és tudományos működése. Kritikai adalék a magyar földrajzi kutatások történetéhez. Magyar László kiadatlan írásaival.” (Vida e actividade científica de László Magyar. Achegas críticas para a história das explorações geográficas dos húngaros, com seus textos inéditos) Budapest, 1937, pp 166, Krizsán László: „Magyar László kongói útinaplójának betűhű szövege.” (O texto fiel do diário congolese de László Magyar) In: *Vasi Szemle*. Vol 57. N.º.1. 2003. pp. 3–20., Sebestyén Éva: „Kaland és kutatás Afrikában. Magyar László életrajza.” (Aventura e exploração em África. A biografia de László Magyar) Budapest, 2009. pp 288, Biernaczky Szilárd: „Még egyszer Magyar Lászlóról.” (Mais uma vez sobre László Magyar) In: *Magyar Tudomány*, 2011, Vol. 172. No. 6. pp. 710-716.

de Angola. As suas observações etnográficas também alargaram consideravelmente os conhecimentos do seu tempo.⁶⁰

No interior de Angola a expansão e consolidação dos domínios só foram aceleradas a partir da década de 1850. Mesmo assim deparamos com alguns casos de cedência de territórios já ocupados nos anos 1860, quando se tornava impossível manter as posições ocupadas, dado o escasso número de efectivos na região. Em 1873 sublevaram-se os dembós próximos de Luanda,⁶¹ libertando-se por algum tempo do jugo do domínio estrangeiro. No que diz respeito às regiões interiores, as posições portuguesas tornaram-se ainda mais vulneráveis. Segundo uma afirmação do governador-geral português Almeida e Albuquerque, nos finais da década de 1870 o domínio português de Angola era uma mera ficção, pois „as colónias do interior são minúsculas ilhas, perdidas na imensidão de um oceano de indígenas”.⁶² Em 1878 foi finalmente proibida a escravidão também em Angola, mas tal como no caso do “trato” de humanos, ambas as actividades subsistiram por bastante tempo de forma ilegal ou velada. O verdadeiro dinamismo da expansão portuguesa só ganhou força depois da Conferência de Berlim sobre o Congo, em 1884-85. Quando Portugal se quis apoderar da foz do Congo também, surgiu uma série de reacções por parte dos seus rivais europeus. A maioria da região da foz do rio acabou por ficar dividida entre a França e a colónia privada de Leopoldo II, rei belga, o chamado Estado Livre do Congo. Portugal perdeu, mas anexou por sua parte o pequeno enclave de Cabinda, ao norte de Angola.

A ambição mais importante dos colonizadores portugueses consistia numa ligação entre as suas possessões angolanas e moçambicanas. Para assegurá-lo, Portugal assinou dois acordos, um no dia 12 de Dezembro com a França e outro no dia 30 com a Alemanha. Seguidamente, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Barros Gomes, tornou público um mapa em que afiguravam as pretensões territoriais africanas do seu país.⁶³ Conhecido e afamado com o nome de „mapa cor-de-rosa”,⁶⁴ unificando as Áfricas Ocidental e Oriental portuguesas, a pretensão era de formar um „segundo Brasil”, causando reacções particularmente impulsivas nas capitais europeias.

⁶⁰ No Verão de 2012 Szilasi Ildikó e Lantai-Csont Gergely percorreram uma parte do itinerário de László Magyar em Angola e na República Democrática do Congo, facto amplamente noticiado pelos *media* húngaros e angolanos.

⁶¹ Os dembó frequentemente aparecem mencionados como um povo pelas fontes coevas. Este grupo étnico („tribu”) que vivia apenas a uns 150 quilómetros de Luanda, sofreu entre 1631 e 2919 um total de 15 campanhas militares, até a sua sujeição se considerar definitiva.

⁶² Corrado, op. cit. p. 35.

⁶³ Teresa Pinto Coelho: „Lord Salisbury’s 1890 Ultimatum to Portugal and Anglo Portuguese Relations”. http://www.mod-langs.ox.ac.uk/files/windsor/6_pintocoelho.pdf (descarregado em 23.11.2011).

⁶⁴ O „mapa cor-de-rosa” reivindicava os territórios actuais da Zâmbia, Zimbabwe e Malawi, que intersectava o plano inglês Cairo-Cape Town, e que levou ao *ultimatum* britânico de 1890, que por sua vez levou a Lisboa retroceder, reconhecendo a superioridade da outra força.

O atraso de Portugal em relação ao progresso industrial dos outros países teve consequências directas em África. As fronteiras de Angola (e de Moçambique) foram contestadas pelas potências rivais, mesmo depois da Conferência de Berlim, até Lisboa ter encontrado um *modus vivendi* com Londres, o mais interessado no assunto. O acordo luso-britânico relativo às fronteiras das duas colónias portuguesas foi assinado no dia 14 de Novembro de 1890. Este acto porém só solucionou os problemas de Lisboa durante muito pouco tempo. A 30 de Agosto de 1898, ingleses e alemães assinaram um acordo secreto (Angola-Vertrag), no qual estabeleceram uma divisão, entre si, de Angola, de Moçambique e de Timor de Leste. Angola, com a excepção da região vizinha à Rodésia do Norte, teria passado a ser alemã caso tal acordo tivesse sido posto em prática.⁶⁵ No ano seguinte os ingleses recuaram e assim a divisão planeada não se concretizou.

Nos anos que precederam a Primeira Grande Guerra os projectos dos finais do século XIX foram reaquecidos. Edward Grey, ministro dos Negócios Estrangeiros britânico (1905-16), fez várias observações sobre o „estado escandaloso” das colónias portuguesas. Esta crítica acabou no entanto por se traduzir numa atitude realista e de certo modo positiva: conhecendo o texto do acordo, Portugal evitou recorrer a dívidas externas, para não ser forçado a dar como garantia de pagamento as suas colónias. Apesar e devido a este facto, Portugal acumulou um atraso em matéria de desenvolvimento e fomento, que se foi agravando pelo atraso económico em relação aos outros colonizadores europeus, e que causou também uma diminuição da rentabilidade económica das colónias. A posição de Grey fez com que em 1911 particulares ingleses e alemães, e posteriormente especialistas com vínculo estatal, voltassem a entabular um diálogo de negociações. O acordo prévio, concretizado em 1912-13, estabelecia que, há semelhança do acordo de 1898, ingleses e alemães veriam aumentado o seu domínio colonial africano à custa de Angola⁶⁶ e Moçambique. Desta vez, foi a eclosão da guerra que salvou Portugal de esta resolução prévia ser posta em prática.⁶⁷

Mesmo no final do século XIX, a Câmara Comercial de Luanda queixava-se do escasso número de moradores „civilizados” (isto é, de brancos), pese o facto de o seu número se ter multiplicado em relação à cifra de meio século antes, pois, em 1897 atingiu 9 mil almas.⁶⁸ A ocupação efectiva do interior, no leste e no sul do país, só terminou nos começos do século XX. Isto basicamente significou uma guerra constante a partir de 1885. Um dos episódios importantes foi a batalha

⁶⁵ Peter Walkenhorst: *Nation - Volk - Rasse: Radikaler Nationalismus Im Deutschen Kaiserreich 1890-1914*. Berlin, 2007. p. 184.

⁶⁶ A fim de facilitar a anexação de Angola foi fundada na Alemanha uma „associação angolana” (Angola-Bund) em 1912.

⁶⁷ J. D. Vincent-Smith: „The Anglo-German Negotiations over the Portuguese Colonies in Africa, 1911-14” In: *The Historical Journal*, Vol. 17, No.3. (1974) pp. 620-629.

⁶⁸ de Sousa Ferreira, i.m. p. 32.

travada a 25 de Setembro de 1904 na zona da fronteira meridional, na terra dos Ovambos, junto a uma das passagens do rio Cunene.⁶⁹ A batalha de Cuamato significou um desastre para os portugueses, muito semelhante ao revés que os italianos sofreram junto a Adua em 1896. Em Portugal compararam-na porém à batalha de Alcácer Quibir em Marrocos, em 1578.⁷⁰ De facto, desde esta batalha que o exército português nunca tinha sofrido tantas baixas militares em África. O terror espalhado entre os colonos brancos angolanos foi lembrado nos seus círculos durante várias décadas. Na memória dos africanos, porém, o mesmo acontecimento continua a ser lembrado como uma das maiores glórias das suas armas.⁷¹ O território da chamada África Ocidental Portuguesa só foi pacificado efectivamente entre 1906 e 1919. No entanto, dada a sua grande extensão, a sua parte oriental ficou desaproveitada até 1913, altura em que os caminhos-de-ferro, que partiam do litoral, atingiram este território. À fronteira angolano-congolesa os caminhos-de-ferro só chegaram em 1929, passando esta linha a ter como função o transporte de cobre do Congo belga (ou de Catanga).⁷²

Nos começos do século XX, a dimensão do império colonial português já era vinte vezes maior do que a extensão do território da metrópole. Dominavam sete por cento do total do território do continente africano, em quatro colónias e territórios adjacentes.⁷³ A colónia mais valiosa era Angola. O *boom* da borracha atingiu também este país, e em 1903 83% das exportações da colónia provinham da

⁶⁹ A batalha teve 300 baixas do lado português, incluindo muitos oficiais e suboficiais, mas mais de metade dos perecidos eram soldados africanos recrutados em Angola. As perdas do outro lado não são conhecidas.

⁷⁰ O rei D. Sebastião em 1578 sofreu na batalha de Alcácer Quibir uma derrota desastrosa, na qual ele próprio também perdeu a vida.

⁷¹ Patricia Hayes: „Order out of Chaos: Mandume Ya Ndemufayo and Oral History.” *Journal of Southern African Studies*, Vol. 19, No. 1, Special Issue: Namibia: Africa's Youngest Nation (1993), pp. 89-113.

⁷² Ricardo Roque: „The Razor's Edge: Portuguese Imperial Vulnerability in Colonial Moxico, Angola.” In: *International Journal of African Historical Studies*, Vol. 36, No. 1. Special Issue: Colonial Encounters between Africa and Portugal (2003), pp. 105-124.

⁷³ Os ditos sete por cento são comparáveis aos territórios africanos colonizados pelos italianos, mas ficam um pouco aquém dos domínios alemães e belgas (8%), e claro são ultrapassados de longe pelos territórios correspondentes da França e da Grã-Bretanha (36% e 30%, respectivamente). Depois da Primeira Grande Guerra, quando os alemães perderam todas as suas possessões, tal proporção só se modificou no sentido de passarem a corresponder a França 37% do total dos territórios africanos, ao passo que aos ingleses tocava o domínio de 34% do continente negro. Portugal recebeu uma mínima compensação (o triângulo Kionga), o que não se traduzia em nenhuma mudança estatística contável. Seja como for, Portugal em menos de meio século, desde 1825 tinha conseguido reunir um novo império colonial africano, que era maior do que o Brasil perdido. Tais e já efectivas ocupações foram mantidas depois da Primeira Grande Guerra, o que corresponde a um êxito notável por parte do país ibérico.

borracha natural.⁷⁴ Em 1902 começaram as obras dos caminhos-de-ferro no litoral, desde Benguela, e em 1911 chegavam já ao planalto de Bié, de clima bem agradável, particularmente apto para a produção do trigo e do milho, produzidos aliás em grande quantidade e estabilidade. Em 1914 a linha de Benguela transportou só 13 mil toneladas de milho, para os portos do litoral, mas esta quantidade já se tinha multiplicado por sete em 1927, com 83 mil toneladas aproximadamente.⁷⁵ Além da cana-de-açúcar, de produção tradicional, a cultura do café também recebeu um grande impulso. Nos vales dos rios foram encontrados telões de ouro e diamantes, mas havia uma grande abundância de cobre e ferro também. Portugal tentou reter para si todas as riquezas da sua colónia, especialmente depois do golpe de estado militar de 1926, com o advento da Segunda República e nos tempos do chamado „Estado Novo”.⁷⁶ A partir de então Portugal pretendeu manter fora os investidores, afastando até os comerciantes das suas colónias mais valiosas. Sob o signo desta política, os portugueses introduziam uma nova moeda em Angola, o angolar.⁷⁷ Na sua legislação colonial de 1930, Salazar declarou o mercado livre como uma instituição ultrapassada.⁷⁸ O maior problema e o maior entrave do desenvolvimento da sua política foi porém a notória falta do colono branco.

A imigração branca no continente africano – a uma escala histórica e numa perspectiva mais global – é um processo relativamente recente. Pese os vários séculos de contactos e relacionamento intensos, em 1800 apenas viviam 25 mil brancos em todo o continente. No “ano de África”, ou seja, em 1960, viviam já mais de 5,5 milhões de europeus, desde a Argélia até à África do Sul, correspondendo, mesmo assim, a apenas 3% do total da população. Grande parte deles estava fixada nos três países da África setentrional francesa (uns 1,8 milhões), sendo a sua outra grande área de concentração a África do Sul, onde residiam 3 milhões de europeus, constituindo a classe privilegiada. Os restantes 700-800 mil europeus estavam dispersos por todo o continente, correspondendo a segmentos muito diversos em cada país. A seguir à Rodésia do Sul, situava-se em Angola a segunda maior população branca, e em Moçambique esta presença era também numericamente forte: pouco antes de 1974, observa-se a emigração para esta colónia de 200 mil colonos brancos. O seguinte dado estatístico dá um testemunho particularmente

⁷⁴ Linda M. Heywood: *The Growth and Decline of African Agriculture in Central Angola, 1890-1950*. In: *Journal of Southern African Studies*, Vol. 13, No. 3 (1987), pp. 355-371.

⁷⁵ *Idem*, *ibidem*, p.358

⁷⁶ Um dos importantes objectivos da “revolução nacional” era acabar com os privilégios comerciais e de investimentos, que tinham sido cedidos às potências colonialistas rivais europeias, ainda no século XIX.

⁷⁷ O angolar – i.e., angolano – esteve em circulação até 1958, altura em que foi reintroduzida a utilização do escudo da metrópole. O BNU (Banco Nacional Ultramarino) foi fundado em 1864 para impulsionar o comércio com as suas colónias. Em Luanda, a primeira filial deste banco abriu as suas portas em 1865, sendo esta a primeira sucursal colonial. Responsável, as pelo fomento e créditos comerciais, o BNU reteve o monopólio colonial até começos do século XX, quando outros bancos passaram também a funcionar nas colónias; no entanto, o BNU manteve a exclusividade da emissão de moeda. Até 1914 esteve em circulação, tal como na metrópole, o real, que foi então substituído pelo escudo, como moeda nacional republicana. A partir de 1953 Portugal voltou a centralizar e unificar as suas moedas de emissão colonial, acção completada em Angola em 1957.

⁷⁸ Heywood, 1987, op.cit. p.364.

evidente do carácter anacrónico da colonização portuguesa: no último ano do período colonial chegaram mais 100.000 novos colonos portugueses a África.

Nos começos do século XX viviam apenas 10 mil europeus no território de Angola, na sua maioria em Luanda e regiões vizinhas. Começou por esta altura uma imigração e deportação organizadas a partir da metrópole, mas sobretudo da ilha da Madeira.⁷⁹ Com esta medida aumentou consideravelmente o número de europeus – pobres, acrescente-se – em Angola, portugueses estes que foram afastando os crioulos, muitas vezes melhor qualificados, da administração colonial hipertrófica, uma vez que esta oferecia posições bem pagas. Em contrapartida, a lei que a partir de 1919 proibia que nas escolas primárias angolanas as aulas fossem dadas em línguas „nativas” favoreceu o aceleração da assimilação. A política do momento considerava todas as suas colónias como partes de um único universo. Alguns dos reflexos desta união ilusória eram manifestamente simbólicos, em actos como, por exemplo, a exposição colonial de Antuérpia, onde Angola, Moçambique, Timor, Guiné, Goa e São Tomé e Príncipe estavam expostos num mesmo pavilhão. Na Exposição Colonial Portuguesa de 1934, na cidade do Porto, os representantes dos mais distantes povos, de origens totalmente diferentes, foram apresentados com uma feição uniformizada.⁸⁰ Na Segunda Grande Guerra, Portugal e as suas colónias mantiveram-se neutros no conflito, o que se traduziu num sério impulso para agricultura angolana e a exploração de minérios. Tal fenómeno estendeu-se, apesar das dificuldades de transporte entre a colónia e a metrópole e da queda das importações europeias, à indústria de transformação primária local, que tentava substituir os bens em falta. Nestas circunstâncias, por seu turno, eram agora atraídos mais técnicos e especialistas ao país também, cujo número já na década de 40 era quase o dobro, passando de 48 mil para 78 mil peritos. Na agricultura, o número de colonos brancos já era aproximadamente de 200 mil, número este que, fugindo à regra geral, voltou a duplicar nos começos da década de setenta. Assim, ao contrário dos outros países africanos, nos quais o seu êxodo foi massivo, os europeus de Angola, mormente portugueses, não paravam de aumentar, subindo até às 335 mil pessoas.⁸¹

⁷⁹ De Portugal saíram principalmente degredados, enquanto que da ilha da Madeira, na altura superpovoada, foram recrutados colonos agrícolas.

⁸⁰ Matthew G. Stanard: „Interwar Pro-Empire Propaganda and European Colonial Culture: Toward a Comparative Research Agenda.” In: *Journal of Contemporary History*. Vol. 44. No. 1. (2009) pp. 27-48.

⁸¹ David Killigray: „African Civilians in the Era of the Second World War, c. 1935-1950.” In: John Laband (ed.): *Daily Lives of Civilians in Wartime Africa: From Slavery Days to Rwandan Genocide*. Westport, CT., 2007. p. 153.

A descolonização portuguesa

Para a grande maioria da população angolana o domínio colonial trouxe imenso sofrimento. „O trabalho contratual” que substituiu a escravidão, abolida em 1879, era na verdade um trabalho forçado, apenas com um novo nome. Mesmo nas décadas posteriores à Segunda Grande Guerra, este afectava mais de 800.000 pessoas, número que não incluía os muitos milhares de angolanos que trabalhavam nas minas do Congo Belga ou das duas Rodésias, onde se submetiam ao trabalho mais duro e mais mal remunerado.⁸² Nas cidades, pelo mesmo trabalho, recebiam só um terço ou mesmo um sexto dos vencimentos dos trabalhadores brancos. Em 1941, o colono português recebia 7,5 angolares por um saco de milho por ele produzido, ao passo que aos camponeses africanos pagavam pelo mesmo saco apenas 2,5 angolares.⁸³ Por um preço intencionalmente mais baixo compravam igualmente aos produtores africanos a planta de sucesso dos anos quarenta, o sizal (o ouro branco), ou o café, em cuja produção Angola tinha subido ao primeiro posto no ranking do continente africano.⁸⁴ O descontentamento para com a situação dos povos angolanos levou à criação das primeiras associações de mestiços e assimilados, as „ligas” de Luanda e de Benguela, em 1910. Dela nasceu nos anos 1940 o movimento „Vamos Descobrir Angola”, cujos dirigentes, como por exemplo Viriato da Cruz, se tornaram nos primeiros propulsores da luta independentista.⁸⁵

Tal como as outras metrópoles europeias, depois da Segunda Grande Guerra, Portugal procedeu também a uma reorganização das suas colónias africanas. Os dirigentes do pequeno país, que em comparação com os seus congéneres europeus era de facto subdesenvolvido, não pretendiam e nem estavam na condição de poder investir mais capital nas suas colónias, mas também não queriam abdicar da sua exploração. Por esta razão, a reorganização preconizada acabou por reduzir-se a um mero rebatismo das colónias. Portugal passou a administrar as suas possessões indianas, a partir de 1946, e o resto das suas colónias, a partir de 1951, como suas províncias ultramarinas. Com esta mudança, que ficou incorporada no texto da Constituição, pretendiam contrabalançar o avanço cada vez mais notório das ideias anticoloniais. Angola, colónia portuguesa oficialmente desde 1656, passou a chamar-se Província de Angola a partir de 11 de Janeiro de 1951. Simultaneamente, foi extinta também a denominação de Império Colonial Português. Com esta falsa solução „doméstica”, a própria metrópole acabou por empurrar para formas

⁸² James Ciment: *Angola and Mozambique: Postcolonial wars in southern Africa. Facts on File*. New York, 1997. pp.33-34.

⁸³ John A. Marcum: *The Angolan Revolution: The anatomy of an explosion (1950-1962)*. Cambridge, MA., 1969. p. 120.

⁸⁴ A produção do café em Angola começou nos anos 1830, mas só depois da Segunda Grande Guerra passou a ter uma importância económica à escala mundial, altura em que 2000 plantações e um sem-número de pequenos produtores produziam café tipo „robusta”, de que Angola passou a ser o terceiro maior exportador.

⁸⁵ Guus Meijer, David Birmingham: *Angola from past to present*. p. 13. http://www.c-r.org/sites/c-r.org/files/accord%2015_3Angola%20from%20past%20to%20present_2004_ENG.pdf (descarregado em 11.01.2013).

violentas o descontentamento existente, para uma situação que se via agudizar e cujo escalamento não tardou muito mais tempo.⁸⁶

Mesmo assim, houve reformas internas também, como, por exemplo, as que pretendiam limitar o sistema do trabalho forçado obrigatório, cuja utilização para fins particulares tornou-se proibida em 1955.⁸⁷ Quando Portugal foi admitido na ONU em 1955, os seus diplomatas rejeitaram rotundamente aplicarem ao caso português todas as medidas que previam uma descolonização, e em primeiro lugar o parágrafo 73 da carta da ONU, – a declaração relativa aos territórios que não possuam auto-determinação⁸⁸ –, alegando que Portugal „não tem colónias”.⁸⁹ Outra prova da alienação e divórcio total em relação à realidade é o facto de algumas declarações destes mesmos tempos falarem numa simbiose luso-africana exemplar, apontando-a como um convívio invejável e cobiçado, a ser seguido por outros países também. Fixados nesta ideia, desde os funcionários coloniais de primeiro escalão até ao próprio Salazar, todos os meios oficiais do regime falavam de um iluminismo cristão, numa tolerância racial e de um idealismo humanista, que caracterizavam os sucessos da política assimilacionista portuguesa.⁹⁰ Tal política de reformas trouxe algumas, se bem que poucas mudanças positivas, a uma diminuta camada de „assimilados.”

Na década de 1960, quando em poucos anos o mapa do continente ficou reconfigurado pelo „ano de África”⁹¹ e pelos „ventos da mudança”,⁹² Portugal ficou “só” na sua política colonial. O fundador do Estado Novo, Oliveira Salazar, chegou mesmo a acusar os Estados Unidos da América de apoiarem movimentos de

⁸⁶ David B. Abernethy: *The Dynamics of Global Dominance. European Overseas Empires 1415-1980*. New Haven, 2000. p. 148.

⁸⁷ A não utilização da mão-de-obra em trabalho forçado para fins privados estava preconizada pelo decreto de 1928, só que era desrespeitada de uma forma geral, dando lugar a inúmeros abusos. A legislação de 1955 teve a mesma sorte, e em 1958 eram submetidos a este tipo de trabalho 120 mil angolanos, dos quais cerca de 95 mil trabalhavam em plantações privadas.

⁸⁸ O Artigo 73 diz que “Os Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de os promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta.” Cf. o texto inteiro em: <http://www.menszt.hu/layout/set/print/content/view/full/186>

⁸⁹ de Sousa Ferreira, op.cit. p. 13.

⁹⁰ James Duffy: „Portuguese Africa (Angola and Mozambique): Some Crucial Problems and the Role of Education in Their Resolution.” In: *The Journal of Negro Education*. Vol. 30, No. 3, 1961. pp. 294-301.

⁹¹ 1960 foi o „ano de África”, já que 17 países da África Negra conseguiram conquistar simultaneamente a sua independência, o que rompeu os obstáculos levantados perante o processo da descolonização.

⁹² O „vento das mudanças” (Wind of Change) faz referência para um discurso do primeiro-ministro britânico Harold Macmillan, proferido no dia 3 de Fevereiro de 1960 na Cidade do Cabo, no parlamento sul-africano, dando a entender que a roda da história não dará uma marcha atrás nem por obra dos mais tenazes adeptos da ideia do colonialismo.

resistência armada nas suas colónias.⁹³ Esta mesma atitude obstinada continuou a caracterizar a política do país mesmo na década de 70, embora as mudanças que transformavam o mundo, por todos os continentes, não tenham deixado de influenciar as colónias portuguesas. 1961 constituiu um momento de viragem em Angola. Em Janeiro deste ano, ao sul de Luanda, em Malanje, o exército português reprimiu um motim local, sem ter no entanto conseguido solucionar a crise, pois em Fevereiro os distúrbios propagaram-se para a capital. A 4 de Fevereiro, resistentes amados com paus e catanas atacaram duas prisões. O ataque não foi, de forma alguma, diretamente perigoso para o domínio português, mas teve no entanto um enorme eco e repercussão internacionais. (Em memória deste primeiro acto de revolta, em 2005 o aeroporto internacional de Luanda foi baptizado como „Aeroporto 4 de Fevereiro“.) Em Março de 1961 estavam já lançadas no norte do país as bases para uma autêntica guerra colonial.⁹⁴

Em 1962, na Guiné Portuguesa, e em 1964, em Moçambique, eclodiram também lutas armadas visando alcançar as respectivas independências. Os movimentos de resistência da Guiné Portuguesa e de Angola decidiram formar uma „Frente Revolucionária” conjunta em Tunes, já em 1960. Completados pelos movimentos de resistência de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, os movimentos de libertação das quatro colónias portuguesas, tendo em vista a coordenação da luta armada, fundaram em 1961 a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), sob a orientação de Mário Pinto de Andrade, fundador do Partido Comunista Angolano. No caso de Angola, a luta armada começou precisamente quando o preço do saco de café, o mais importante produto de exportação, desceu no mercado mundial de 20 para 5 dólares⁹⁵ e a compra de um outro importante produto, o algodão, foi suspensa pelos compradores portugueses devido à queda vertiginosa do seu preço, deixando os produtores angolanos numa situação impossível.⁹⁶

À diferença das outras colónias portuguesas, a peculiaridade da situação angolana, no primeiro período da resistência, foi a organização étnico-regional da maioria dos movimentos nos anos cinquenta, faltando-lhes uma feição nacional.⁹⁷ Quinhentos

⁹³ Em 1961, coincidindo precisamente com o começo da luta armada angolana, a administração Kennedy anunciou uma nova política africana, que significou uma ruptura com a política que respeitava até aí exclusivamente a posição do regime de Salazar, embora não se tenha operado uma reviravolta radical na política externa dos Estados Unidos. O ensaio desta nova política deu-se precisamente em Fevereiro de 1961, altura em que eclodiu a luta armada em Angola.

⁹⁴ Inge Brinkman: „Angolan Civilians in Wartime 1961-2002.” In: John Laband (ed.): *Daily Lives of Civilians in Wartime Africa: From Slavery Days to Rwandan Genocide*. Westport, CT., 2007. p. 171.

⁹⁵ Nos anos 60, para além das aproximadamente 2500 plantações já existentes, mais de um quarto de milhão de pequenos produtores angolanos – ou seja, uma parte considerável da sociedade colonial – dedicava-se ao cultivo do café.

⁹⁶ Marcum, op.cit. p. 120.

⁹⁷ Com a terminologia pejorativa daqueles tempos, acusavam-se estes movimentos duma ideologia „tribalista”, sendo considerados como marcados por um nacionalismo de índole tribal.

angolanos africanos formularam, em 1952, um pedido dirigido à ONU, denunciando e protestando contra a exploração, e pedindo o reconhecimento da independência da colónia. O partido da Luta dos Africanos de Angola (PLUA), fundado em 1953, foi a primeira organização a ter por meta a independência do país. Em 1956 uniu-se com o partido Comunista Angolano, fundado um ano antes. Surge assim, em Luanda a 1 de Dezembro de 1956, o Movimento Popular de Libertação de Angola, o MPLA. Na altura da sua fundação, a direcção e a maioria dos seus partidários foram recrutados em primeiro lugar dos ambundos (mbundos do norte) da região noroeste de Angola, e das proximidades da capital.⁹⁸

Em 1954 activistas pertencentes à etnia bakongo, fundaram na região nordeste do país a União das Populações do Norte de Angola (UPNA) com o objectivo de fazerem ressuscitar o antigo reino do Congo. Tratava-se dum movimento que se estendia ao Congo belga também, e que durante muito tempo teve por sede Leopoldville, já que aqui as autoridades mostravam-se mais liberais do que as portuguesas. Em 1957, a UPNA fez uma petição à ONU, reforçando o pedido de reconhecimento internacional do Reino do Congo.⁹⁹ Tardando tal reconhecimento, a organização no ano seguinte mudou de nome e de ideologia: nasceu assim a União das Populações de Angola (UPA) que passou a reivindicar a partir de então a independência para e em nome de toda Angola. Em 1962 a UPA uniu-se ao partido Democrático de Angola (PDA), de Holden Roberto, e com tal fusão nasceu a Frente Nacional de Libertação de Angola, a FNLA.

De entre os três movimentos de libertação angolanos, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foi aquele que teve a sua formação mais tardia. A maioria dos seus fundadores eram ovimbundos, portanto pertencentes ao maior grupo étnico-linguístico do país, mas muitos deles tinham passado anteriormente já pelas fileiras da FNLA também.¹⁰⁰ Jonas Savimbi tinha passado já pelo MPLA e pela FNLA, chegando a desempenhar a função de secretário-geral nesta última, antes de lançar os alicerces do seu próprio movimento, a 13 de Março de 1966. A direcção da UNITA negou sempre a organização ter sido organizada em bases tribais, passando a autodefinir-se como um movimento que professava o nacionalismo, em vez do etnicismo. Devido ao seu papel um tanto peculiar, a UNITA muitas vezes é comparada – na maior parte das vezes por autores empenhados com a esquerda política – com a RENAMO¹⁰¹ moçambicana, ou com os “contras” da Nicarágua.

⁹⁸ Marek Garztecki: „Angola. Recent History.” In: Katherine Murison (ed.): *Africa South of the Sahara* 2003. London, 2003. p. 34.

⁹⁹ David Lea, Annamarie Rowe: *Political Chronology of Africa*. London, 2005. p. 21.

¹⁰⁰ Linda M. Heywood: „Unita and Ethnic Nationalism in Angola.” In: *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 27, No. 1 (1989), pp. 47-66.

¹⁰¹ A RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) esteve em luta armada contra a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) entre 1975 e 1992, tendo funcionado a partir de 1992 como um partido político de valores conservadores.

Tanto como belgas e britânicos, depois de 1958 os franceses também tentaram reconciliar-se com os movimentos que exigiam a independência das suas respectivas colónias, preferindo uma via pacífica e negociadora. Portugal não enveredou pelo mesmo caminho. Quem mais perdeu com esta atitude foi Angola, que depois duma longa guerra de independência, ficou submersa numa também prolongada guerra civil.¹⁰² Depois de o conflito colonial de 1961 desembocar numa guerra de independência escalada, de acordo com a lógica da Guerra Fria, Portugal como membro da NATO podia contar com um apoio ocidental, enquanto os movimentos de independência receberam armas, equipamento e treino militar, sobretudo, da União Soviética, de Cuba e da China. Os países de África já independentes, por seu turno, também forneciam um apoio cada vez mais eficiente. O governo português, para além das acções militares, incentivava a emigração para as colónias, esforçando-se por apoiar o processo da assimilação cultural, incluindo a fundação de universidades nas respectivas colónias, e tomando a decisão de assegurar mais assentos parlamentares também para os representantes das suas colónias. Angola e Moçambique, cada uma delas, a partir de 1967 podia enviar para o parlamento português sete representantes em vez dos dois em meados do século XIX, mas foram tomadas também outras medidas de menor importância para „tirar o vento das velas” dos movimentos independentistas. A supressão da discriminação jurídica existente entre as categorias de africanos “assimilados” e “não assimilados” („indígenas”), em 1961, visou, por exemplo, melhorar a situação dos africanos.¹⁰³ Depois de meio milénio de domínio português (pelo menos no litoral), contava-se apenas 2% de população negra africana „assimilada”, que passava, portanto, a poder beneficiar de um tratamento jurídico igual aos angolanos de descendência europeia.¹⁰⁴ Foi um gesto para que os africanos pudessem não só ficar alistados no exército colonial, como também subir em patente, até à posição de suboficiais. Nada caracterizará porém melhor a „profundidade” irrisória de tais reformas do que o facto de as estações de rádio poderem também passar música africana a partir de 1968, um tipo de manifestação cultural que até então as autoridades não achavam próprias de ser divulgadas. Estas mudanças pretendiam atingir camadas, que até então nem sequer eram objecto de atenção.¹⁰⁵ Em 1970, o governo lisboeta lançou uma política chamada de „autonomia progressiva”, segundo a qual Angola e Moçambique (mas não as restantes colónias) passariam a ter uma categoria „estatal” a partir de Dezembro de 1972. Isto significava que a partir de então passariam a denominar-se estas colónias não como simples províncias, senão como estados de feição própria – no caso, como Estado de Angola.¹⁰⁶

¹⁰² Abernethy, op.cit. p. 72

¹⁰³ Em Angola existia desde 1926 uma legislação própria sobre os direitos de cada uma destas categorias.

¹⁰⁴ Ferreira, op.cit. pp. 18-19.

¹⁰⁵ Gerald J. Bender: *Angola Under the Portuguese: The Myth and the Reality*. Berkeley and Los Angeles, 1978. p. 224.

¹⁰⁶ Luis Nuno Rodriguez: „For a better Guinea. Winning Hearts and Minds in Portuguese Guinea.” In: Phillip E. Muehlenbeck (ed.): *Race, Ethnicity, and the Cold War*. Nashville, 2012. p. 120.

Tais passos e medidas pretendiam simbolizar uma afinidade que Portugal defendia ter com os povos tropicais, mas nem o lema do „lusotropicalismo”¹⁰⁷ era capaz de reter, no campo ideológico, o avanço dos movimentos de libertação. O general Galvão de Melo¹⁰⁸ queixava-se de que „os portugueses tiram pouco proveito da África, e os africanos tiram pouco proveito de Portugal. O povo português e os povos africanos desconhecem-se mutuamente e são estranhos um ao outro.”¹⁰⁹ Salazar, mas também Marcelo Caetano, que depois do acidente de Salazar em 1968 tomou as rédeas do governo do país, introduziram apenas cautelosas e ténues reformas, que não foram acompanhadas por mudanças estruturais. Mesmo o odiado sistema de trabalho forçado, que substituíra a escravatura clara, continuou a funcionar sob o nome de „trabalho contratual”¹¹⁰ na África portuguesa até os começos dos anos 1960.¹¹¹ Na passagem da década de 60 para a de 70, tornou-se evidente que o conflito para os portugueses colonial não poderia ser resolvido com as armas, mesmo que se tivesse sido incrementado o número dos soldados no teatro de guerra para 140 mil efectivos, ou seja, 80% do exército português. O tempo de serviço militar foi prolongado de três para quatro anos, mas o moral das tropas era cada vez mais baixo. Calcula-se em cerca de cem mil o número de jovens que preferiram fugir para o estrangeiro para não cumprirem o serviço militar. Portugal era alvo de críticas cada vez mais duras por parte das organizações internacionais, começando a ser boicotado na ONU por um número cada vez maior de pessoas. A Organização da União Africana (OUA)¹¹² reconheceu já em 1963 os movimentos de libertação das colónias portuguesas como os únicos representantes oficiais destes países, tendo todos os países da OUA, um após o outro, cortado as suas relações diplomáticas com Portugal. Devido à imposição de um embargo de armas, declarado pela ONU a Portugal, os seus parceiros membros da NATO tinham suspenso também o fornecimento de materiais bélicos, que Portugal se via assim obrigado a

¹⁰⁷ O “lusotropicalismo” originariamente sai da pena do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, que como ideologia pretendia demonstrar o vínculo especial entre Portugal e as suas colónias, sendo uma atitude visionária e missionária no campo da assimilação civilizadora. Em boa verdade, acontecia precisamente o contrário do que o regime contava acontecer: não foram os africanos que se assimilaram aos portugueses, mas sim os portugueses, nascidos tanto em Angola como na metrópole, que se foram aproximando dos movimentos de libertação africanos.

¹⁰⁸ Carlos Galvão de Melo era general das Forças Aéreas e foi um dos membros da Junta de Salvação Nacional que depôs o sistema ditatorial em 1974, na “revolução dos cravos”.

¹⁰⁹ Apud Binder, op.cit. p. 224

¹¹⁰ No sistema de „trabalho contratual” estava determinado o que os camponeses africanos deviam produzir, que depois as autoridades coloniais compravam a um preço artificialmente baixo.

¹¹¹ A supressão do trabalho forçado ocorreu depois e sob efeitos do choque produzido pela revolta armada de 1961, prática que mesmo assim subsistiu, sobretudo nas regiões mais longínquas do país.

¹¹² A Organização da União Africana (Organization of African Unity, OAU), Organization de l'Unité Africaine (OUA), de que é organização herdeira a actual União Africana, foi fundada no dia 25 de Maio de 1963 pelos países africanos já então independentes. A 9 de Julho de 2002 na cidade de Lusaka (Zâmbia) a organização, que já contava com 53 países membros, sob proposta do presidente sul-africano, Thabo Mbeki, declarou por constituída a União Africana. Angola foi membro da OUA a partir de 1975. O dia 25 de Maio, Dia de África, é um dos feriados nacionais de Angola (que aliás conta com 14 feriados, além das datas variáveis no calendário do Carnaval e da Páscoa).

comprar no mercado livre, a um preço exorbitante, uma vez que a indústria militar portuguesa era insignificante e incapaz de suprir tais faltas, nem em termos de quantidade, nem de qualidade. Devido a este mesmo embargo, não havia número suficiente de aviões, sem falar de helicópteros de guerra, que tinham uma presença inevitável nas guerras da segunda metade do século XX. A União Soviética, os outros países do bloco oriental e os países recentemente independentes, como a Argélia, estavam dispostos a fornecerem armas cada vez mais sofisticadas e modernas aos movimentos de libertação que lutavam com Portugal, ao passo que o Congo e a Tunísia ofereciam campos de treino militares adequados. Com a independência da Zâmbia em 1964, o MPLA tornou-se capaz de abrir uma nova frente oriental e obter as suas primeiras vitórias significativas.

As cúpulas do exército português estavam de certa forma divididas e em estado de esquizofrenia por causa da guerra colonial, o que deu origem à „revolução dos cravos”, com a qual chegaram ao poder os oficiais que tinham como objectivo acabar com o sistema colonial. Foi a primeira vez na História que as colónias dum país puderam exercer uma influência tão directa e decisiva nos acontecimentos duma metrópole. Por muito que a maioria do corpo dos generais portugueses tivesse uma preferência por um esquema federalista pluricontinental e uma comunhão de estados independentes e autónomos, que pudesse nascer nos escombros do sistema colonial, prevaleceu a posição anticolonialista do „movimento dos capitães.” Uma lei votada no parlamento de Lisboa no dia 27 de Julho de 1974 reconheceu os direitos de independência e de autodeterminação dos povos das colónias portuguesas. Entre o Verão de 1974 e Março de 1975, o governo português entabulou negociações com os movimentos de independência das suas antigas colónias. O primeiro foi o PAIGC, movimento que lutava pela independência de Cabo Verde e da Guiné, que assinou um acordo com Portugal (Agosto de 1974, Algir), na base do qual foi reconhecida a República da Guiné Bissau a 10 de Setembro de 1974 (que já tinha declarado há um ano a sua independência nos territórios por ela libertados, reconhecida por mais de 80 países do mundo). Com Moçambique chegou-se a um acordo em Setembro de 1974, tendo surgido um governo de transição misto, constituído por seis representantes da FRELIMO e três do governo português. Os colonos europeus falaram de traição e sublevaram-se, mas as tropas portuguesas estacionadas ainda em Moçambique facilmente controlaram o seu levantamento. Foi logo a seguir que começou o êxodo dos colonos, causando tremendos prejuízos materiais e outros, já que aqueles que deixaram o país levaram consigo os seus bens e capitais acumulados, mas levaram também o seu *know-how*, o que resultou numa perda ainda maior. Neste momento ficou particularmente claro e demonstrado o quão pouco se tinha investido na formação dos africanos...

O acordo com Angola produziu-se após negociações levadas a cabo entre os dias 10 e 15 de Janeiro de 1975 em Alvor, no Algarve português. Portugal conseguiu sentar à mesma mesa os dirigentes dos três movimentos de libertação, o MPLA, a FNLA e a UNITA, o que de facto constituiu um avanço muito positivo, sobretudo à luz do facto de que a responsabilidade da luta armada recaía principalmente nos ombros do

MPLA.¹¹³ Este acordo introduziu para o período de transição previsto até à independência total a figura de um alto-comissário e governador-geral português¹¹⁴ e um governo de transição composto pelos três movimentos, que dirigiriam o país. O dever mais importante do governo consistia em transformar as forças armadas dos três movimentos de libertação num só exército unificado e nacional, bem como organizar as primeiras eleições democráticas ainda antes da definitiva saída dos portugueses. O acordo considerava parte integrante o enclave de Cabinda, anteriormente gerida pelos colonizadores como território ora integrado, ora não integrado de Angola.¹¹⁵ O vários pedidos formulados pelo governo de transição para os colonos europeus ficarem no país foram ignorados, e uma comunidade de aproximadamente 350 mil colonos – tal como acontecia em Moçambique – sentia-se traída. Tanto este factor, como o da deterioração da situação da segurança acabaram por levar a uma fuga migratória maciça, em que praticamente todos os brancos abandonaram o país. O êxodo causou evidentes distúrbios, desde os serviços públicos até ao funcionamento das universidades.¹¹⁶

Guerra Civil, intervenção estrangeira em Angola

A 25 de Junho de 1975 é a vez de Moçambique, a 5 de Julho a de Cabo Verde, e a 12 de Julho a de São Tomé e Príncipe de ganharem as respectivas independências. No caso de Angola a declaração de independência foi prevista para o dia 11 de Novembro de 1975. Porém, a descolonização neste país conheceu um desenvolvimento diferente das outras colónias. Na década de 1970 Angola transformou-se na segunda maior economia da África tropical, só ultrapassada pela

¹¹³ Patrick Chabal: *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. London, 2002. p. 12.

¹¹⁴ No período de ano e meio que medeia a “revolução dos cravos” e a independência de Angola, seguiram-se no cargo de altos-comissários e governadores-gerais um total de 6 pessoas. Na altura das negociações de Alvor, o almirante António Alva Rosa Coutinho, desde 28 de Janeiro de 1975 o general António Silva Cardoso, e desde 2 de Agosto de 1975 Ernesto Ferreira do Macedo, que ocupou este cargo apenas durante duas semanas. No fim da lista encontra-se o almirante Leonel Cardoso, em funções entre 16 de Agosto e 10 de Novembro de 1975.

¹¹⁵ Segundo a Constituição Portuguesa de 1933, Cabinda era um protetorado separado de Angola, e só em 1956 passou a ser administrado sob a jurisdição dos governadores-gerais angolanos.

¹¹⁶ Joseph C. Miller: „Angola before 1900: A Review of Recent Research.” *African Studies Review*, Vol. 20, No. 1. (1977), pp. 103-116.

Nigéria.¹¹⁷ A riqueza imensa dos seus recursos naturais aliada às condições caóticas do país e ao contexto da Guerra Fria, tornaram Angola num cenário ideal para as partes beligerantes iniciarem um confronto aberto. A União Soviética continuava a fornecer o seu apoio material ao MPLA, em sobretudo armamento, ao passo que a FNLA e a UNITA eram financiados e apoiados com treino militar e armas pelos Estados Unidos e pela China. O alto-comissário e governador-geral que desempenhava este cargo na altura do acordo de Alvor, António Alva Rosa Coutinho, era conhecido como “o almirante vermelho”, devido às suas simpatias pró-comunistas,¹¹⁸ não surpreendendo assim o seu apoio ao MPLA. Rosa Coutinho era acusado também de passar ilegalmente armas dos armazéns e paióis do exército português¹¹⁹. Pouco tempo depois de ser assinado, o acordo de Alvor foi rompido por todos as partes, e já em Março de 1975 as forças do MPLA, da FNLA e da UNITA estavam envolvidas em graves confrontos militares. A violência destes confrontos é comprovada pelo número das baixas: em poucos meses apenas, foram vítimas 10 mil pessoas, aproximadamente o mesmo número de efetivos que morreram na Guerra de Independência durante um decénio e meio de lutas.¹²⁰ Em começos de Agosto, o MPLA tinha conseguido expulsar todos os seus adversários da capital, com a consequência de Luanda ter ficado por seu turno cortada de grande parte do país, com graves distúrbios no abastecimento e depois falta de alimentos e de combustível. Luanda, outrora comparada ao Rio de Janeiro, ficou imersa num caos.¹²¹

A FNLA e a UNITA consideraram extinta a fórmula de governo para a transição (1+3) e o general Ernesto Ferreira do Macedo, que desempenhava o seu cargo de alto-comissário e governador-geral apenas há duas semanas, viu-se obrigado a declarar que “em virtude da falta de qualquer governo” tinha-se perdido o sentido e

¹¹⁷ Exceptuando a África do Sul, a economia da Rodésia do Sul foi durante muito tempo superior à de Angola, mas as sanções internacionais contra o regime dos colonos brancos após a declaração unilateral da sua independência em 1965, bem como a intensa guerra de guerrilha, fizeram com que o ranking se tenha modificado a favor de Angola.

¹¹⁸ O tenente da Marinha Rosa Coutinho foi capturado por guerrilheiros a 12 de Abril de 1962, ao patrulhar as águas costeiras angolanas, tendo sido levado para o Congo Kinshasa, no qual foi mantido como prisioneiro numa base. Passados alguns meses foi libertado na fronteira entre o Congo e Angola, retornando ao serviço das forças armadas. O jovem oficial, que não escondia o seu engajamento na esquerda política, foi promovido ainda naquele ano e considerado herói nacional. Na Marinha de Guerra portuguesa não era o único, um dos ditos de Salazar era até afirmar que “cortai em dois um marinheiro e logo recebeis dois comunistas”. Entre 1964 e 1972, Rosa Coutinho cumpriu o seu serviço em Moçambique, subindo de escalão. De 24 de Julho de 1974 até 28 de Janeiro de 1975 foi o comissário-geral e governador-geral de Angola, para passar a ser o almirante em reforma mais novo da NATO.

¹¹⁹ Rosa Coutinho era acusado também de ter gerado um caos consciente e propositado em Angola, por diretiva do partido comunista, aproveitando-se desta situação para passar o poder ao MPLA.

¹²⁰ Búr Gábor: *A szubszaharai Afrika története 1914-1991*. (História da África subsaariana 1914-1991) Budapest, 2011. p. 169.

¹²¹ W. Martin James: *A Political History of the Civil War in Angola: 1974-1990*. Piscataway, N.J., 2011. p. 58.

vigor o Acordo de Alvor.¹²² Isto significava que a metrópole pretendia retomar o controlo total sobre a sua colónia. O MPLA protestou, e exigiu ainda a retirada imediata dos 24 mil soldados portugueses de Angola. De Lisboa não tardou a chegar a resposta inequívoca, e o general recém-nomeado teve que abandonar urgentemente Luanda.

Nem as tentativas para restaurar a paz, nem o reforço das competências do alto-comissário e governador-geral conseguiram evitar que o conflito se tornasse internacional. Entraram em solo angolano tropas cubanas e sul-africanas, para apoiar o MPLA e a UNITA, respetivamente. O presidente do Zaire, Mobutu,¹²³ enviou por seu turno a sua tropa de elite e dois batalhões para apoiar a FNLA. Face a este contexto, Lisboa mostrava-se hesitante em considerar qualquer dos movimentos de libertação como o único representante legal da população. Às seis horas da tarde de 10 de Novembro de 1975, ao sair de Luanda, foram arriadas as bandeiras da fortaleza de São Miguel, construída no século XVI, e da haste do palácio do governador-geral, e o almirante Leonel Cardoso afirmou que Portugal saía "sem sentimentos de culpa e sem ter que se envergonhar".¹²⁴ A seguir, „em nome do Presidente de Portugal” entregou o poder „aos seis milhões do povo angolano”. Com este acto, a última das colónias africanas de Portugal tinha deixado também de existir.¹²⁵ Leonel Cardoso aponta porém para o carácter contraditório do facto de que nenhum angolano ter participado na cerimónia. O último alto-comissário e governador-geral embarcou e deixou a Angola na mesma noite.¹²⁶ Portugal com este passo deixou legada às partes beligerantes decida decisão sobre a divisão ou expropriação do poder.

Às zero horas do dia 11 de Novembro de 1975 foi içada a bandeira da República Popular de Angola. O primeiro presidente do novo estado foi o dirigente do MPLA, Agostinho Neto. „Em nome do Povo angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola proclama solenemente perante a África e o Mundo a Independência de Angola." Nasceu a República Popular de Angola.¹²⁷ A cerimónia

¹²² W. Martin James: *A Political History of the Civil War in Angola: 1974-1990*. Piscataway, N.J., 2011. p. 58.

¹²³ Entre 1971 e 1997, a denominação oficial da República Democrática do Congo era Zaire. Em 1972, mesmo o nome de batismo Joseph acabou por ser africanizado, para passar a chamar-se Mobutu Sese Seko.

¹²⁴ Robert Moss: *Battle of Death Road*. <http://www.rhodesia.nl/moss3.htm> (descarregado em 11.01.2013).

¹²⁵ Não se trata da extinção total do império colonial português. Na Ásia, pelos peculiares vaivéns da política de Pequim, a descolonização de Macau não foi possível. Por isso, em 1976 o governo português declarou Macau como um „território chinês sob administração portuguesa”, que passou para a soberania da República Popular da China no dia 20 de Dezembro de 1999. Foi a independência de Timor de Leste, território sob o domínio da Indonésia durante um quarto de século e proclamado independente com o nome de Soro Lae a 20 de Maio de 2002, que deu por terminada a história colonial portuguesa.

¹²⁶ Piero Gleijeses: *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. University of North Carolina Press, Chapel Hill, N.C. 2003. p. 331.

¹²⁷ Dos acontecimentos entre Setembro e Novembro de 1975 dá-nos um testemunho presencial o famoso jornalista polaco Ryszard Kapuściński no seu livro *Jeszcze dzień życia*

que teve lugar no estádio de Luanda, com exceção de um diplomata soviético, teve poucos estrangeiros convidados presentes. Neto, no seu discurso proferido no estádio, criticou severamente os portugueses por não terem reconhecido o MPLA como o „único representante legal do povo angolano”. O reconhecimento internacional, também se fazia esperar. Por seu turno, os outros dois movimentos rivais proclamaram a República Popular Democrática de Angola, e com a denominação de Conselho Nacional foi constituído um contra-governo em Nova Lisboa.¹²⁸ Esta „aliança contranatural” da UNITA e da FNLA não durou por muito tempo, e já no próprio dia 10 de Novembro houve confrontos em Nova Lisboa entre os membros das duas organizações. Assim, o dia da independência foi festejado por estas organizações também, mas separadamente. Se os partidários do MPLA cantavam e dançavam em Luanda, o mesmo faziam os adeptos da FLNA em Ambriz, a 180 quilómetros da capital, e os fiéis da UNITA, a 600 quilómetros a leste da capital, em Nova Lisboa, que voltou a chamar-se Huambo desde então.

No dia da proclamação da independência, a capital e os seus arredores eram controlados pelo MPLA. No entanto, as forças da FNLA aproximavam-se do norte, encontrando-se a escassos 30 quilómetros de Luanda, ao passo que a vanguarda das tropas sul-africanas, que intervieram do lado da UNITA, tomaram posição a 200 quilómetros a sul da capital. Cabinda, onde se localizam os poços de petróleo, que constituía a principal fonte de receitas do MPLA, era ameaçada pelos rebeldes locais e as tropas do Zaire. A partir de Outubro de 1975, as tropas cubanas que chegavam por barco e por uma ponte aérea, bem como a artilharia pesada soviética começaram a inverter esta grave situação. O número de „voluntários internacionalistas” que estavam em Angola na altura da proclamação da independência era de 2800, tendo subido para 15 mil em Fevereiro de 1976. A operação „Carlota” ou „Carlota a negra” (baptizada assim devido ao nome duma escrava, heroína nacional cubana, que tinha encabeçado a luta contra os espanhóis no século XIX) na sua primeira fase não contava com nenhum apoio logístico soviético. A partir dos começos de 1976, porém já havia um contingente de mil soldados de elite cubanos diariamente transportados em cargueiros para Angola.¹²⁹ Com a ajuda de unidades cubanas bem preparadas e abastecidas com um armamento pesado, o governo de Luanda, em Março de 1976 infligiu uma decisiva derrota sobre a FNLA,¹³⁰ reconquistou Cabinda e parou as tropas sul-africanas. O congresso norte-americano, receando um novo Vietname, impediu a administração Ford, através do CIA, de dar um apoio mais sério à FNLA e à UNITA. Eliminada a FNLA, o único adversário do governo marxista do MPLA passou a ser a UNITA pró-ocidental, dirigida por Jonas Savimbi, e apoiada pela África do Sul. Porém, O apoio militar sul-africano virou-se, no

(O próximo dia da vida) publicado em 1976, que conheceu uma edição húngara em 1977, com o título de *Golyózaporban Angola földjén*.

¹²⁸ A cidade foi chamada Huambo até 1928, altura em que recebeu o nome de Nova Lisboa, sendo rebatizada depois da independência. Hoje é a quinta maior cidade do país, no planalto de Bié.

¹²⁹ Muehlenbeck, op.cit. p. 203.

¹³⁰ A FLNA, pese a sua marginalização militar, não se tinha extinguido, e a partir de 1992 transforma-se em partido político, até hoje com assento parlamentar (de parca importância, diga-se de passagem).

campo diplomático contra esta organização, pois os países africanos, encabeçados pela Nigéria, que tinham ocupado uma situação neutral no conflito, nas últimas semanas de 1975, passaram para o lado do MPLA. Desta forma, a Organização da União Africana, em vez da mediação que tinha pensado primeiro oferecer, reconheceu também a legitimidade do governo de Luanda. Como a maior parte do país ficou sob o controlo do MPLA, no dia 23 de Fevereiro de 1976, Portugal reconheceu também a República Popular de Angola.¹³¹

Após a vitória, as tropas cubanas não abandonaram Angola, e com elas chegavam cada vez mais voluntários civis, também da ilha, para pôr a funcionar de novo o aparelho de estado e a economia, desmornados com a saída dos portugueses. Na viragem dos anos 1970 para os de 1980 dois terços dos médicos que exerciam em Angola eram cubanos. Também chegou um grande número de peritos dos países socialistas europeus. Mesmo assim, a economia angolana não se conseguia recuperar nem atingir os seus índices da época colonial. Tal facto deveu-se a uma guerra civil contínua, associada a novos objetivos. Depois de “capturar” Angola, o eixo Moscovo-Havana fixou na sua mira a Namíbia. Mas de Angola e Moçambique o apoio dado aos movimentos de libertação em luta contra os regimes de apartheid rodesiano e sul-africano também entrava numa fase mais intensiva. Em Março de 1976 Angola ofereceu bases militares do seu território de apoio à South West Africa People's Organization (SWAPO), que a partir de 1966 lutava já contra os ocupantes sul-africanos, para a libertação dos seus territórios.¹³² Castro anunciou mais do que uma vez que as tropas cubanas não sairiam da África meridional até à queda do sistema de apartheid. Por seu lado, a África do Sul enviou os seus soldados reiteradas vezes aniquilar os acampamentos da SWAPO, apoiados militarmente pela União Soviética e os seus aliados, e apoiava por sua vez a UNITA, pois pretendia criar uma zona tampão na parte meridional de Angola. Assim, a retirada das tropas cubanas anunciadas por Fidel Castro em Luanda em 1977 não se concretizou, havendo pelo contrário um envio crescente de reforços. Em 1982 estes somavam já 35 mil, em 1985, 40 mil, em 1986, 45 mil, e em 1988 era quase de 50 mil o número de soldados cubanos estacionados no país. Depois de terem sofrido consideráveis reveses em 1975-1976, as tropas cubanas preferiram ficar a apoiar os angolanos nas lutas travadas de uma posição de retaguarda, limitando-se, mormente, a ocupar os pontos estratégicos. Mesmo assim não conseguiam evitar participarem em novos reencontros.

Os sul-africanos tinham levado a cabo operações bem-sucedidas nas suas campanhas de 1978, 1981 e 1983 no sul de Angola, ao passo que a UNITA por eles apoiada¹³³ em mais do que uma ocasião tinha conseguido penetrar nos campos de diamantes no nordeste de Angola. Destruíam as instalações e capturavam os engenheiros estrangeiros que lá trabalhavam e passando as fronteiras do sul, levaram-nos pelo

¹³¹ Búr (2011), op.cit. p. 170.

¹³² Besenyő János – Molnár Erik: „ENSZ békefenntartás magyar részvétellel: Namíbia”, (Missões de paz da ONU com participação húngara), *Seregszemle*, ano X., n° 1, 2012, janeiro-março, pp. 133-144.

¹³³ Besenyő János – Molnár Erik: „A fegyverkereskedelem jelenlegi helyzete és szabályozása Afrika déli részén” (A situação actual do comércio de armas e a sua regulamentação na África meridional) *Szakmai Szemle*, 2012. n°1., p. 99.

“sendeiro de Savimbi” fora do país. Na „operação Prótea” de 1981, os sul-africanos liquidaram cerca de mil soldados da SWAPO, bem como dois coronéis soviéticos. Os sul-africanos também capturaram um sargento-mor, juntamente com um enorme arsenal, tanto de armas, como de equipamentos.¹³⁴

Comparando com os seus antecessores, a administração Reagan ofereceu à UNITA um apoio muito mais eficiente, aceitando mesmo a cooperação aberta também com os sul-africanos. Em 1986 Savimbi recebeu até um convite para a Casa Branca. Depois do encontro, Ronald Reagan, falando dos sucessos da UNITA, apontou que „esta vitória estimula ao mundo e assegura a simpatia e apoios dos demais povos em luta pela liberdade”.¹³⁵

Além dos apoios externos, a UNITA tinha conseguido recursos significativos tanto originados das minas de diamantes, como dos chamados “diamantes sangrentos”. A Guerra Civil Angolana, era desta forma (tal com a da Serra Leoa), sob muitos aspectos, auto-suficiente. Os recursos cada vez mais minguantes, provenientes das províncias de Lunda Norte e Lunda Sul, significavam para o governo de Luanda um grave problema, tal como a impossibilidade de reabertura da linha de caminhos-de-ferro de Benguela, inativa desde 1975. Este último facto servia indiretamente os planos estratégicos da África do Sul também, já que os seus vizinhos hostis, „os países da frente” não podiam deixar de utilizar as infraestruturas de transporte sul-africanas. Ao mesmo tempo, a extração do petróleo das águas costeiras de Cabinda prosseguia normalmente e sem distúrbios, passando a constituir, precisamente após a independência do país, o produto de exportação mais importante do mesmo. O produtor mais importante era de longe a multinacional americana Gulf Oil Corporation (GOC).¹³⁶ Já em novembro de 1975 a CIA tinha verificado que as lutas não tinham feito danos significativos nas instalações de extração dos poços *offshore*. A produção diária estimada em 140 mil barris assegurava um rendimento significativo para Luanda. Em Dezembro de 1975 a administração Ford fez com que se congelassem os pagamentos, suspendendo a transferência de 125 milhões de dólares de impostos sobre o rendimento e consumo „até que Angola não tenha um governo aceite pela generalidade da comunidade internacional”,¹³⁷ mas a partir do ano seguinte os pagamentos foram regularmente liquidados. Esta solução foi um dos cínicos paradoxos da Guerra Fria. Dos rendimentos provenientes da sua produção de petróleo, Angola conseguia pagar os custos do apoio cubano. Este “investimento”, que rondava cerca de centenas de milhões de dólares anuais, era lucrativo para a direção do MPLA, tanto mais que os cubanos os defendiam também de tentativas de golpes militares dos seus próprios oficiais descontentes.

¹³⁴ Búr (2011), op.cit. p. 171.

¹³⁵ Reagan anteriormente já tinha qualificado como independentistas aos mujahedes afegãos, os talibãs actuais também. <http://www.guardian.co.uk/technology/2012/nov/27/call-of-duty-savimbi> (descarregado em 02.02.2013).

¹³⁶ Em 1984, a Gulf Oil fundiu-se com a Standard Oil of California (SOCAL), uma outra multinacional americana, e a megaempresa proveniente desta fusão leva o nome de Chevron Corporation desde 1985.

¹³⁷ Gleijeses, op. cit. p. 312.

A maior batalha da Guerra Civil Angolana teve lugar entre Novembro de 1987 e Março de 1988, junto da cidade do sudeste angolano de Cuito Cuanavale. Desde El-Alamein esta foi a maior batalha travada em solo africano. Os primeiros sucessos sul-africanos foram contrabalançados pelo envio para África de novas unidades de elite cubanas, lançadas em combate. Mesmo o batalhão 50, que vigiava a base americana de Guantánamo, fora mandado para Angola. Nesta batalha, o número de baixas cubanas, que se acumulavam ao longo da década e meia de presença cubana em Angola, subiu para mais de 4 mil. A África do Sul tinha perdido muito menos soldados, mas mostrava-se incapaz de romper as linhas do inimigo. Na historiografia africana (e naturalmente na cubana) é por isso que a batalha de Cuito Cuanavale figura muitas vezes como a “Estalinegrado do apartheid”.¹³⁸ Ambas as partes reivindicaram para si a vitória, mas para os estrategas tornou-se evidente que a guerra, ora mais ora menos violenta, tinha chegado a um ponto morto, e que por muito que se apostasse em novos esforços, essa não seria a solução. Com mediação americana, em Nova Iorque foi alcançado um acordo em Dezembro de 1988, segundo o qual as tropas cubanas seriam retiradas de Angola até 1991, e a África do Sul daria a independência à Namíbia em 1990. O processo de paz foi apoiado entre Janeiro de 1989 e Julho por uma Missão de Verificação da ONU (United Nations Angola Verification Mission, UNAVEM),¹³⁹ que desde a operação da ONU no Congo (ONUC) era a primeira missão da ONU no continente africano.¹⁴⁰

Lamentavelmente o futuro fez com que se tivesse que acrescentar um cardinal à abreviatura desta primeira missão, já que na década de 90, esta seria seguida por mais duas missões UNAVEM, década que ficou caracterizada pelos esforços da organização mundial na manutenção da paz em cada vez mais focos de conflito africanos. Entre Abril de 1989 e Março de 1990 foi implementada uma outra missão, também pela ONU, na fronteira da Namíbia e Angola, o Grupo de Assistência da Transição (United Nations Transition Assistance Group, UNTAG) que tentava controlar a separação das forças das partes beligerantes.¹⁴¹

¹³⁸ Búr (2011), op.cit. p. 172.

¹³⁹ As missões empreendidas nesta época ainda eram da categoria de “operações de paz clássicas” mas cedo se chegou à conclusão de que, por obra das circunstâncias, seria impossível recorrer aos métodos anteriores de forma eficaz. Foi isto que levou à introdução de operações de apoio que depois receberiam o nome de “quarta geração”. Cf: Besenyő János: „Az Afrikai konfliktusok és kezelésük sajátosságai, a békefenntartó műveletek során szerzett tapasztalatok” (Conflictos em África e a peculiaridade do seu tratamento na perspectiva das operações de preservação da paz), *Felderítő Szemle*, ano VII., nº 3, 2008. szeptember, pp. 5-15.

¹⁴⁰ Idem, p. 172.

¹⁴¹ A missão foi dirigida pelo emissário especial do secretário-geral da ONU, o finlandês Martti Ahtisaari. Cf.: Besenyő János – Molnár Erik: „ENSZ békefenntartás magyar részvétellel: Namíbia”, (Missões de paz da ONU com participação húngara: Namíbia) *Seregszemle*, ano X., nº 1, 2012, janeiro - março, pp. 133-144.

A guerra que fez de Angola um dos pontos de crispação mais importante da Guerra Fria, tirou a vida a centenas de milhares de pessoas e desalojando milhões e milhões. A Guerra Civil Angolana e a intervenção estrangeira subjacente passou a ser um dos importantes pontos da agenda dos encontros Reagan-Gorbachev. No dia 10 de Dezembro de 1977, o MPLA, após um abortado golpe de estado militar ¹⁴² viu-se livre dos seus radicais internos, e no seu congresso declarou ser um partido marxista-leninista, propondo juntar à sua sigla a abreviatura de Partido do Trabalho (MPLA-PT). A ideologia oficial do partido manteve-se esta até 1990, e as praças públicas e ruas foram embelezadas com retratos dos líderes do movimento operário internacional e muitas delas levaram os nomes destes heróis.

Pouco antes de cumprir os seus 57 anos de idade, Agostinho Neto faleceu num hospital de Moscovo, vítima de um cancro. Depois da sua morte, a direcção do MPLA e do país passou para as mãos de José Eduardo dos Santos. O novo líder representava uma linha mais pragmática do que a do seu antecessor. Como consequência, Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, sentaram-se à mesa das negociações, com mediação portuguesa, chegando a um acordo de paz no dia 1 de Maio de 1991, no Estoril. ¹⁴³ Os Acordos de Estoril (ou como aparece noutras fontes, os Acordos de Bicesse), ¹⁴⁴ previam o desarmamento parcial de pelo menos 150 mil soldados das duas partes e a sua integração num exército nacional. ¹⁴⁵ Com este acordo terminou a Segunda Guerra Angolana. ¹⁴⁶ O seu ponto mais importante estipulava um cessar-fogo a partir da meia-noite do dia 15 de Maio, garantido por representantes do MPLA, da UNITA, de Portugal, dos Estados Unidos e da União Soviética. O fornecimento de armas destinadas às partes beligerantes devia cessar imediatamente, e a missão UNAVEM II começou também a sua atividade na manutenção da paz. ¹⁴⁷ Começou a formação das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, (FAPLA) ¹⁴⁸ compostas, metade-metade por forças armadas do MPLA e das unidades da UNITA, segundo o acordado. Entre os pontos do acordo, figuravam também a possibilitação do retorno dos refugiados e a organização, no

¹⁴² O golpe de estado associa-se ao nome de Nito Alves, ministro do interior, que comparado com a linha mais tolerante de Neto, era um político radical, comprometido em estreitar ainda mais os vínculos a Moscovo, e em oferecer também à União Soviética bases militares em Angola. Em Maio de 1977 foi expulso do partido. Durante o golpe libertou os seus correligionários encarcerados e tomou uma estação de rádio. As tropas de Neto, com apoio cubano, esmagaram a sublevação. Nos anos seguintes, foram vítimas vários milhares de pessoas em repressões semelhantes.

¹⁴³ Estoril é uma cidade balneária a 15 quilómetros da capital portuguesa. Ali viveu exilado também até a sua morte, ocorrida em 1957, o almirante Horthy Miklós.

¹⁴⁴ Bicesse é um dos bairros residenciais do Estoril, praticamente contíguo a Cascais.

¹⁴⁵ Segundo o Acordo, as forças do exército nacional deviam ser compostas por 40 mil efectivos do exército, 6 mil da marinha de guerra e 4 mil das forças aéreas.

¹⁴⁶ A Primeira Guerra Angolana refere-se à guerra de independência contra os portugueses.

¹⁴⁷ A UNAVEM II funcionou até Fevereiro de 1995, quando foi substituída pela UNAVEM III.

¹⁴⁸ As FAPLA acabaram por formar-se no dia 1 de Agosto de 1974 das forças armadas do MPLA sendo modificado o nome do anterior Exército Popular de Libertação de Angola (EPLA), fundada ainda em começos da década de 60.

ano seguinte, de eleições livres e democráticas. Em Agosto de 1992 a Constituição foi modificada. Angola, de República Popular passou a República, abandonando o marxismo-leninismo como ideologia oficial de estado. O MPLA suprimiu também do seu nome o termo “ Partido de Trabalho”.¹⁴⁹

Nas eleições parlamentares e presidenciais, organizadas nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992, houve uma participação particularmente elevada, de mais de 90% da população. Na primeira volta das eleições, consideradas geralmente como justas e legais pela maioria dos observadores internacionais, a UNITA, que naquele momento controlava a maior parte do país, ficou atrás do seu rival, o MPLA. Segundo os resultados divulgados a 17 de Outubro, nas eleições presidenciais Eduardo dos Santos ganhou quase metade dos votos, 49,6%, frente aos 40,1% de Jonas Savimbi.¹⁵⁰ Estes resultados exigiam uma segunda volta, na qual a hipótese de vitória de Eduardo dos Santos era claramente maior.¹⁵¹ As eleições parlamentares foram ganhas incontestavelmente pelo MPLA, com 53,7% de votos apurados. Tal resultado permitiu a este partido 129 assentos no parlamento angolano, dos 220 existentes. De acordo com muitos observadores, as eleições de 1992 significaram uma espécie de „censo étnico”, uma vez que a UNITA tinha conseguido dois terços dos votos nas três províncias ovimbundu, enquanto que os resultados das outras províncias tinham ficado muito aquém deste número.¹⁵² Mesmo assim, a nível nacional a UNITA foi relativamente bem-sucedida, já que com os seus 34,1% dos votos conseguiu 70 assentos parlamentares, enquanto o seu rival-aliado de antigamente, a FNLA, tinha conseguido apenas 2,4% dos votos, traduzidos em apenas 5 assentos parlamentares. Concorreram nas eleições mais outros 15 partidos também, que receberam menos de 10% dos votos, e no seu conjunto não mais do que 16 assentos.¹⁵³

Savimbi, alegando fraudes eleitorais abandonou a comissão de concertação criada para a formação das Forças Armadas de Angola (FAA) no dia 5 de Outubro.¹⁵⁴ Não concorreu sequer na segunda volta, optando de novo pela guerra. As lutas continuaram, pois, desde 1992, por mais de um decénio.¹⁵⁵ Devido ao agravamento da situação, a comunidade internacional responsabilizou principalmente Jonas Savimbi. Na Resolução 864 do Conselho de Segurança, votada unanimemente no dia 15 de Setembro de 1993¹⁵⁶, a ONU, além de reforçar as suas resoluções anteriores (dos anos 1991, 1992 e 1993), instou para que a UNITA voltasse ao processo de paz, e exigiu serem suspensos imediatamente os repetidos ataques de

¹⁴⁹ Garztecki, *op.cit.* p. 36.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 36.

¹⁵¹ Chabal, *op.cit.* p. 121.

¹⁵² World Directory of Minorities. Africa Minority Rights Group International. Directory, Angola, Ovimbundu. <http://www.minorityrights.org/?lid=3881&tmpl=printpage> (descarregado em 13.01.2012).

¹⁵³ African Elections Database. Angola. <http://africanelections.tripod.com/ao.html> (descarregado em 02.12.2011).

¹⁵⁴ Garztecki, *op.cit.* p. 36.

¹⁵⁵ Gérard Prunier: *Africa's World War: Congo, the Rwandan Genocide and the Making of a Continental Catastrophe*. Oxford, 2009. pp. 88-91.

¹⁵⁶ A Hungria era membro (não permanente) do Conselho de Segurança nesta altura.

que eram alvos os funcionários da ONU. Além disso, a organização mundial declarou sanções contra a UNITA, proibindo o fornecimento de armas, peças de reposição, combustíveis, bem como de qualquer tipo de ajuda militar.¹⁵⁷

Pese estas sanções, em finais de 1993 a UNITA controlava 70% do território do país. Com a saída dos cubanos e o desarmamento de uma parte considerável das suas forças armadas, o MPLA ficou em séria desvantagem em relação ao seu adversário. Eduardo dos Santos comprou clandestinamente armas modernas, dando origem ao que anos depois viria a ser escândalo conhecido por „Angolagate”.¹⁵⁸ Graças a estes esforços, no ano seguinte, no Outono de 1994, o domínio militar inverteu-se, voltando o MPLA a dominar 60% de Angola. A guerra, porém, pôs um fardo pesado demais no ombro de ambas as partes, mas sobretudo na própria população. Criou-se uma situação de impasse, a „guerra das cidades” e a „guerra rural”, sem que nenhuma das partes conseguisse vencer nos dois contextos.¹⁵⁹ Uma vez reconhecida esta situação, em 1994 os generais da UNITA começaram a “tactear o terreno” da outra facção, para ver se havia alguma abertura por parte desta. As negociações começaram com recurso a mediadores. O presidente sul-africano Nelson Mandela convidou Jonas Savimbi a visitá-lo em Pretória, mas Savimbi recusou o convite. No entanto, Mandela e Robert Mugabe conseguiram que Eduardo dos Santos e os representantes de Savimbi se sentassem à mesa de negociações em Lusaka, na Zâmbia.

Finalmente, no dia 15 de Novembro de 1994 nasceram os Acordos de Lusaka, cujas disposições previam acatar o estipulado no acordo de paz anterior, e reconhecer as instituições que tinham surgido com base nos resultados da eleição de 1992.¹⁶⁰ As partes acordaram também na criação de um governo de união nacional, em que Eduardo dos Santos desempenharia as funções de presidente, e Jonas Savimbi a de vice-presidente. Porém, esta posição não foi aceite por Savimbi, que preferiu ficar „fora, no mato” para manter o controlo sobre as suas tropas. Diferindo do acordado em 1992, nestes acordos não estavam fixadas datas próximas para uma eleição, havendo uma maior atenção na construção duma confiança mútua. Porém, dadas as circunstâncias, esta confiança não foi conseguida. O MPLA exigiu que a UNITA enviasse todos os seus soldados para os acampamentos designados, juntamente com as suas armas pesadas. A UNITA censurou a atitude do seu adversário, por não determinar medidas concretas, no sentido de uma divisão do poder, acrescentando que as competências de vice-presidente oferecidas a Savimbi eram mínimas, e que

¹⁵⁷ http://daccess_dds.ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/502/71/PDF/N9350271.pdf?OpenElement (descarregado em 02.02.2013).

¹⁵⁸ O „Angolagate” ficou também conhecido como o caso Mitterrand-Pasqua, tornado público em 2000 e levado a tribunal em 2007.

¹⁵⁹ A „guerra das cidades” nunca podia ser ganha pela UNITA, enquanto que a „guerra das províncias” não podia ser vencida pelo MPLA.

¹⁶⁰ Lusaka Protocol. Lusaka, Zambia, November 15, 1994. Peace Agreements Digital Collection. http://www.usip.org/files/file/resources/collections/peace_agreements/lusaka_11151994.pdf (descarregado em 13.05.2011).

os seus representantes indigitados para o governo tinham sido bloqueados nos bastidores, por homens de Eduardo dos Santos.¹⁶¹

A ONU tinha apoiado o processo de paz de Lusaka com a missão UNAVEM III, tendo a organização internacional gasto 1,5 mil milhões de dólares nela. Os resultados foram assaz magros. Não foi conseguida nem a formação do exército conjunto, nem das forças policiais mistas, de acordo com o plano de integração de homens armados provenientes das duas partes, MPLA e UNITA.¹⁶² Mesmo assim, depois de 1992, instaurou-se de novo um relativamente curto período de transição pacífica, se bem que as lutas não tenham cessado completamente. A situação mais corrente era a seguinte: na estação da chuva, as forças da UNITA ocupavam certos territórios, territórios estes reconquistados pelas forças melhor equipadas do governo, na estação seca. O Conselho de Segurança da ONU, na sua Resolução 1118, tomada no dia 30 de Junho de 1997, dispôs sobre a substituição da missão UNAVEM III pela missão de observação MONUA¹⁶³, que por seu turno também não teve sucesso, uma vez que o processo de paz colapsou de novo em finais de 1998. As lutas recomeçaram, dando origem à Terceira Guerra Angolana, a mais sangrenta de todas. O Governo de União Nacional e da Reconciliação só existia no papel, pois tinham saído dele os últimos representantes da UNITA, restando um domínio do MPLA¹⁶⁴. Politicamente, esta situação era muito mais vantajosa para Eduardo dos Santos do que o sistema de partido único anterior, porque – e não injustificadamente – podia responsabilizar a UNITA pela obstrução ao processo de reconciliação pacífica. As tentativas das forças do governo ocuparem por golpe armado as bases da UNITA, em começos de 1999, foram frustradas, procurando a partir de então, ambos os lados uma solução com recurso às armas. Perante esta situação, a 24 de Fevereiro de 1999 a ONU retirou definitivamente os seus observadores e capacetes azúis, colocados em Angola desde 1988. O Conselho de Segurança da ONU, reforçando as suas Resoluções 1127 (1997), 1173 (1998) e 1229 (1999), votou a Resolução 1237, na qual apontou como o obstáculo mais importante para o processo de paz a política da UNITA, e pessoalmente, a de Jonas Savimbi. As sanções contra a UNITA foram alargadas: para além do petróleo e seus derivados, os diamantes e as transações financeiras passaram a ser incluídos na lista das áreas sancionadas. Para verificar eventuais abusos, foram enviados vários grupos de peritos fiscalizadores.¹⁶⁵

Mudanças políticas depois da Guerra Civil

¹⁶¹ Stephen L. Weigert: *Angola: A Modern Military History, 1961-2002*. New York, 2011. p. 3.

¹⁶² *Ibidem*. p. 3.

¹⁶³ <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/Monua/monuab.htm> (descarregado em 20.02.2013).

¹⁶⁴ Com a excepção de alguns „dissidentes” que passaram para o lado do MPLA, mas que continuavam a considerar-se como membros da UNITA.

¹⁶⁵ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/134/03/PDF/N9913403.pdf?OpenElement> (descarregado em 18.02.2013).

A Guerra Civil, que corria de sorte alternada para uma e outra parte, foi de repente terminada com a morte inesperada de Jonas Savimbi, que pereceu a 22 de Fevereiro de 2002, a mil quilómetros a sudeste de Luanda, na província de Moxito, durante um reencontro com as tropas governamentais. No mesmo confronto foi ferido também o sucessor designado de Savimbi, o general António Dembo, que dez dias depois veio falecer, vítima dos ferimentos. Com as mortes de Savimbi e de Dembo, a posição da UNITA ficou abalada, e a nova direcção, à cabeça do embaixador Isaias Samakuva,¹⁶⁶ viu-se obrigada a entrar em negociações de novo, tendo sido assinado um acordo de paz, desta feita duradouro, em Luanda, no dia 4 de Abril do mesmo ano, pelas Forças Armadas Angolanas (FAA), representadas pelo general Armando da Cruz Neto, e pela UNITA, na pessoa do general Geraldo Abreu Muengo Ucuatchitembo („Kamorteiro”).¹⁶⁷

Este acordo ressuscitou o de Lusaka, reajustando-o à nova realidade do poder político, se bem que os generais da UNITA não tenham querido admitir a sua derrota. A propaganda, que cantava a vitória nas primeiras semanas depois da morte de Savimbi, foi substituída por um tom de reconciliação, que procurava compromissos na paz alcançada. Tal atitude ajudou muito para ser efectivamente dado por concluído o sangrento conflito que – com poucos intervalos – durou 27 anos, sendo a guerra mais prolongada da história de África. Em Outubro de 2002 a UNITA declarou a sua transformação num partido político, que lutaria pelos seus objectivos por meios exclusivamente pacíficos. Todas as sanções tomadas pela ONU contra esta organização foram suspensas. Mesmo assim, a paz, não foi total, já que a Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC),¹⁶⁸ que lutava pela independência desta região e que fora apoiada a partir dos anos 1980 pela UNITA e África do Sul, não aceitou a proposta de uma autonomia restrita nesta província, feita pelo governo de Eduardo dos Santos. A guerra de guerrilha, pouco intensa, teve uma pausa com um cessar-fogo acordado em Abril de 1996. No entanto, a trégua não durou por muito tempo e a luta prosseguiu mesmo depois de 2002. Em 2010, um ataque contra o autocarro da seleção nacional do Togo, que viajava para um jogo da Taça de África (e que vitimou três pessoas), foi a última acção violenta da FLEC. As eleições de 2012 foram ganhas nesta província também pelo MPLA, com uma vantagem convincente (60%).

Com os efeitos de uma guerra civil sangrenta e prolongada, Angola entrou no século XIX sumamente pobre e subdesenvolvida. Para além das perdas humanas, que se calcula em um milhão e meio de pessoas, entre 4 e 4,7 milhões de angolanos (um terço da população total) tinha-se visto forçados a abandonar as suas terras, incluindo meio milhão que ficou desalojado fora das fronteiras de Angola.¹⁶⁹ Em

¹⁶⁶ Isaias Samakuva entre 1989 e 1994 e entre 1998 e 2002, foi diplomata da UNITA enviado para a Europa, representando a sua organização em numerosos países.

¹⁶⁷ https://peaceaccords.nd.edu/site_media/media/accords/The_Luena_Agreement_2002.pdf (descarregado 18.02.2013).

¹⁶⁸ A Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda foi fundada em 1963, resultando da fusão de três grupos de resistência menores, mas foi desintegrada em diversas fracções em várias ocasiões, sendo que última reestruturação teve lugar em 1996.

¹⁶⁹ <https://peaceaccords.nd.edu/matrix/accord/12> (descarregado em 18.02.2013).

2002, apenas 42% da população adulta sabia ler e escrever, um quarto(!) das crianças nascidas não vivia o seu quinto ano, a expectativa média de vida era de 36-42 anos, o que significava que a Guerra Civil tinha tirado dez anos de esperança média de vida à população adulta. Além destes dados, as consequências da guerra fizeram-se sentir nos anos da paz também, nos 70% de infraestruturas destruídas,¹⁷⁰ nos milhares de pessoas que aguardavam o retorno Às suas terras, terras de resto infectadas de minas (calculava-se à volta de 7 milhões o número de minas terrestres), que continuavam a reclamar vítimas. Devido a estes engenhos explosivos, Angola passou a ser o país com o maior número de inválidos por mutilação de braços e pés (aproximadamente umas 80 mil pessoas).¹⁷¹ Com o fim da guerra começou logo o processo da reconstrução, que trouxe resultados muito significativos, sobretudo graças aos rendimentos provenientes do petróleo. Entre 2002 e 2012 Angola foi um dos países que verificou um crescimento mais acelerado. Pese esta circunstância, a reconstrução não está ainda terminada, tendo as devastações da guerra deixado profundas cicatrizes em Angola.

Depois das eleições legislativas de 1992, os angolanos voltaram às urnas pela primeira vez em Setembro de 2008. Nestas eleições, as segundas realizadas depois da independência, participaram 87,36% dos possíveis eleitores. O MPLA, força do governo, conseguiu 81,64% dos votos, um resultado incomparavelmente melhor do que o de 1992 (na altura 53%), infligindo uma pesada derrota eleitoral à UNITA, que obteve apenas 10,39% dos votos (contra os 34% de 1992). Como resultado deste escrutínio, o MPLA conseguiu 191 assentos parlamentares dos 220 possíveis, o que significava uma maioria de dois terços. A UNITA conseguiu apenas 16 mandatos, portanto Eduardo dos Santos não apenas conservou as suas posições (dele e do seu partido), como as reforçou ainda mais. No dia 21 de Janeiro de 2010, o parlamento de Luanda votou uma nova constituição. Esta foi a primeira proclamada como permanente, substituindo a constituição temporária que vigorou a partir de 1991. Segundo a nova constituição, o presidente do país deixava de ser eleito directamente, recebendo automaticamente esta função o líder do partido parlamentar mais forte. Outra importante alteração foi a nomeação de um vice-presidente da República. O primeiro vice-presidente a desempenhar a nova função foi o primo do presidente em funções, Fernando da Piedade Dias dos Santos (conhecido popularmente como Nandó), que entre 2002 e 2008 tinha sido primeiro-ministro do país.¹⁷²

As últimas eleições parlamentares, realizadas em 2012,¹⁷³ não alteraram significativamente a relação de forças. Da população, estimada em 21 milhões,

¹⁷⁰ <http://www.angola-today.com/country-profile/transport-and-infrastructure/> (descarregado em 22.02.2013).

¹⁷¹ Brinkman, op. cit. p. 175., Jon Unruh: „Landmines and Land Tenure in Postwar Angola.” http://www.gichd.org/fileadmin/pdf/ma_development/wk-landrights-oct2010/LMAD-wk-Angola-case-study-Feb2011.pdf (descarregado em 26.02.2013).

¹⁷² Entre 1999 e 2002 o posto de primeiro-ministro não foi ocupado. Fernando da Piedade Dias dos Santos foi presidente do parlamento entre 2008 e 2010.

¹⁷³ Neste texto não se incluem as eleições de 2017, pelo que remetemos o leitor para o estudo de Búr Gábor e de Rákóczi István no presente volume.

tinham direito a voto 9,7 milhões, dos quais 6,1 milhões exerceram o seu voto de eleitores, o que significou um decréscimo de participação considerável: apenas 63%, uma participação muito mais baixa comparativamente à das eleições anteriores. Os observadores da União Africana consideraram-na como „livres, honestas, transparentes e credíveis”.¹⁷⁴ Fizeram notar, porém, que na campanha eleitoral os partidos da oposição tinham tido um tempo de antena muito menor do que o partido no governo. Apurado o resultado oficial final, declara-se vencedor o MPLA com 71,84% dos votos e 175 assentos parlamentares, 16 menos do que quatro anos antes, mas que, mesmo assim, oferecia uma maioria absoluta de dois terços. A UNITA, com 18,66% dos votos, duplicou os seus 16 assentos, que subiram para 32 novo parlamento. O novo partido, dissidente da UNITA e formado em Março de 2012, liderado por Abel Chivukuvuku¹⁷⁵, o CASA-CE (Convergência Ampla de Salvação em Angola – Coligação Eleitoral) conseguiu 6% e assim 8 assentos parlamentares, enquanto que o Partido de Renovação Social (PRS)¹⁷⁶ três e a FNLA dois.¹⁷⁷

Eduardo dos Santos, que se mantinha no poder já há 33 anos, viu este prolongado por mais quatro, embora que tenham surgido vozes sobre o dever de passar o leme do país para um sucessor por ele indicado após ganhar as eleições. No entanto, estes rumores careciam de qualquer fundamento. Na lista do MPLA, encabeçada por Eduardo dos Santos, o segundo era Manuel Domingos Vicente, presidente e diretor-geral da empresa estatal de petróleo, a Sonangol, entre 1999 e 2012. Deste modo, Domingos Vicente veio ocupar o lugar de Fernando da Piedade Dias dos Santos na vice-presidência, tendo este recebido as funções de presidente do parlamento.¹⁷⁸

¹⁷⁴ „Angola election judged „free and fair” by African Union. BBC News”, Africa, 2 September 2012. <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-19460914> (descarregado em 09.01.2013).

¹⁷⁵ Chivukuvuku em várias ocasiões desafiou Isaias Samakuva na chefia da UNITA, sem no entanto ter conseguido o apoio da maioria dos seus correligionários do partido, nem em 2007, nem no congresso do partido da UNITA, em Dezembro de 2011.

¹⁷⁶ O Partido de Renovação Social é o único partido organizado em bases étnicas em Angola, sendo o representante da comunidade étnico-linguística chokwe.

¹⁷⁷ <http://www.rnw.nl/africa/bulletin/dos-santos-mpla-takes-718-angola-elections-commission> (descarregado em 9 de janeiro de 2013).

¹⁷⁸ Fernando da Piedade Dias dos Santos já tinha desempenhado esta função entre 2002 e 2008.

O contexto alargado

Angola, com um poder potencial na região sudoeste do continente africano, é um dos *players* importantes da política global actual. Ainda aguardava a sua independência oficial, quando em 11 de Fevereiro de 1975, tendo já sido admitida na Organização da União Africana, precedendo as outras colónias portuguesas um bom meio ano, pese embora o facto, destes terem adquirido anteriormente a sua soberania. Decidir quem representaria o país na OUA foi objecto de agudas discussões naquela altura. Em 2002 tornou-se membro da União Africana. O país é membro da ONU, desde o dia 1 de Dezembro de 1976, sendo o 148º estado-membro. Angola é também membro de numerosas organizações de cooperação regionais, das quais a mais importante é a Comunidade de Desenvolvimento da África do Sul (Southern African Development Community, SADC). Nascida com a participação dos chamados "estados da frente" e da República de África do Sul, da qual Angola faz parte, com um papel preponderante, desde a sua fundação, em 1992.¹⁷⁹ Desde 2007 que Angola é membro de pleno direito da OPEC. Além destas organizações, Angola faz também parte da União Latina (Union Latina), da G-77-ek, da WTO e de outras instituições e organizações internacionais, onde se tem revelado um parceiro activo e cooperativo.

Nos anos da guerra fria, Angola estava situada na zona de confrontação dos dois sistemas-mundo, e no seu território realizavam-se operações militares de tropas cubanas, soviéticas, sul-africanas, congolésas e outras. Angola apoiava activamente a luta da SWAPO e, também tinha parte activa no derrubamento do sistema do *apartheid* sul-africano. Até 2002, teve um papel passivo e ancorado à sua região mais restricta no pódio internacional mas, a partir desta data (tendo em consideração o grande número dos seus efectivos relativamente bem equipados ao nível do continente) assume protagonismo em vários conflictos africanos e missões de paz. Angola assume um papel activo nos processos políticos e militares que tiveram lugar na República Democrática do Congo, "na primeira guerra mundial de África". Nos anos 90 as tropas angolanas ajudaram, também, no fortalecimento do regime de Laurent Kabila, bem como, no do seu filho, Joseph Kabila, intervindo, também, a favor da preservação do seu poder. As tropas angolanas participaram nas missões de paz na Costa do Marfim, e ofereceram uma ajuda militar directa para o governo de Guiné Bissau entre 2011-2012, dividindo, aliás, de certa forma, a comunidade internacional. Este foi o seu primeiro compromisso militar no estrangeiro, em que podemos detectar um interesse económico directo. Angola fez um investimento na ordem de 500 milhões de dólares nas minas de bauxite e na construção de um porto internacional para barcos de grande calado.¹⁸⁰ Angola, pelas suas condições naturais, o seu rápido desenvolvimento, a situação interna dos seus vizinhos regionais e o seu contexto no continente irá desenvolver um papel notavelmente

¹⁷⁹ Juntamente com outros 14 países da região.

¹⁸⁰ „Angola to end military reform aid in Guinea Bissau.”

<http://www.reuters.com/article/2012/04/10/ozatp-angola-guineabissau-idAFJ0E83900P20120410> (descarregado em 28 de fevereiro de 2013)

acrescido, que faz prever um protagonismo muito maior. Este, tem vindo a ser também demonstrado, pelo facto de Angola ter assumido a posição de membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU em 2015-2016.

A economia

Angola é um dos países mais ricos em recursos naturais de África e do mundo inteiro. Entre os seus minérios contam-se o petróleo, o diamante, o ferro, o fosfato, o cobre, o ouro, a bauxite, o urânio e os feldspatos, que se revestem de grande importância económica ao nível mundial. Os rios de Angola possuem um potencial hídrico de 18 GW. O seu solo é fértil e 65% situa-se numa altura entre os 1000 e 1600 metros de altura, o que proporciona um clima moderado num país junto ao Equador, oferecendo um leque variado de expressões climáticas.¹⁸¹ O país possui uma orla marítima com mais de 1600 quilómetros, sendo as condições para transporte marítimo e para pesca ideais para que os cidadãos possam beneficiar dum bem-estar e duma segurança alimentar proveniente do mar.

Apesar das condições naturais altamente favoráveis, Angola não se encontra entre os países mais ricos do nosso planeta. O dinamismo do crescimento dos últimos anos também não conseguiu projectá-la mais do que para o terço menos desenvolvido dos países de rendimento médio. Contrastando com a média destes países, a grande maioria da população economicamente activa de Angola continua a viver da agricultura e não produz directamente para o mercado, vivendo em patamares inferiores ao de pobreza. Segundo os dados estatísticos do Banco Mundial, o rendimento anual *per capita* foram 5,230 dólares no ano 2011. Isto traduz-se num crescimento muito significativo na última década, mesmo numa comparação internacional, já que o dado estatístico referente ao ano de 2002 indica apenas 1,900 dólares. Somando também, o assaz notável aumento populacional, torna-se ainda mais expressivo o aumento do volume do PIB, que dos 6,67 mil milhões de dólares do ano 2002 sobe para os 14^o,33 mil milhões de dólares em 2011.¹⁸² A estimativa para o ano 2012 era de 114,8 mil milhões de dólares.¹⁸³ Não obstante os números incontestáveis, uma relativa pobreza, ainda assim, é evidente. As razões são assaz complexas, desde as precondições históricas desfavoráveis, passando pelo passado colonial, os 27 anos de guerra civil em que o país fica submerso, até ao êxodo das camadas mais e melhor formadas, à corrupção e à falta de saber especializado, todos estes factores contribuíram para que isso acontecesse.

O advento da segunda metade dos anos 70 trouxe, para toda a África, um período desfavorável em termos macroeconómicos, conhecido como as “décadas perdidas”, que só no início do século XXI teve uma mudança alternada.¹⁸⁴ O caso de Angola

¹⁸¹ Besenyő János: „A Magyar Honvédség részvétele az angolai béketeremtésben” (A participação do Exército Húngaro nas operações de paz em Angola) - *Sereg Szemle*, VIII. évfolyam, 1. szám, 2010. január-március, pp 134-143

¹⁸² <http://search.worldbank.org/data?qterm=angola&language=EN> (descarregado em 14 de fevereiro de 2013)

¹⁸³ <http://www.dfat.gov.au/geo/fs/ango.pdf> (descarregado em 14 de fevereiro de 2013)

¹⁸⁴ Cf. Búr Gábor: „A 21. század Afrika évszázada?” (O século XXI, um século para a África) In: *Afrika-történeti tanulmányok*. (Estudos de História de África) Budapeste, 2011. p. 146

insere-se nesta tendência, só que mais dramática do que a média do restante continente. O responsável pela vertiginosa queda das pautas económicas foi, sem dúvida alguma, a guerra civil. Houve, porém, uma notável excepção, o ramo petrolífero, onde a extração foi realizada por empresas *offshore*. O aumento geral anual da economia até 1994 ficou aquém do ritmo do crescimento da população: o crescimento calculava-se em 1%. Existiram anos, como por exemplo o de 1993, quando a queda da economia atingiu os 24,% (sic!). Após a assinatura do Acordos de Lusaka, Angola conheceu alguns anos mais pacíficos, que se traduziram em resultados como o aumento na ordem dos 12% em 1995, ou dos 8% em 1996. Os padrões do endividamento externo também foram assaz notáveis (atingindo os 12 mil milhões de dólares), enquanto a inflação subiu para 3,780% em 1995, mantendo-se ainda em 1,650% no ano seguinte. O PIB *per capita* calculava-se em 360 dólares por ano em 1997, o que fora apenas a metade do dado estatístico de há dez anos atrás. 61% da população urbana vivia numa pobreza absoluta (no caso dos adultos vivia-se com menos de que 40 dólares mensais), sendo os índices rurais ainda mais deploráveis que os cidadãos. O recrudescimento das lutas varreu para 1998 tudo o que se podia interpretar como sendo resultado dos anos intercalados da guerra.¹⁸⁵ Os seguros e crescentes rendimentos provenientes da exploração petrolífera serviram para financiar a guerra, como de igual modo, os “diamantes sangrentos” tinham idêntica função para o outro lado.

O ponto de viragem deu-se depois de 2002, com o advento da paz, e o início da reconstrução do país. Nesse ano o crescimento da economia foi de apenas 3,5%, mas, logo nos anos seguintes, foi crescendo até os 11% anuais. Para esse ano, a inflação tinha atenuado para menos de 35%, o que não acontecia já há décadas em Angola.¹⁸⁶ Mas o verdadeiro *boom* aconteceu em 2005-2007, pois nestes anos, o crescimento económico rondava os 20% (18,3; 20,7 e 22,6% respectivamente), que depois perdeu ritmo, descendo para os 13,8% em 2008, 2,4% em 2009, 3,4% voltando a aumentar para 3,9% em 2010.¹⁸⁷ Para 2012 as estimativas apontavam para 8,1% e as previsões do Banco Mundial eram de 7,2% para esse ano e para 2013-2015 8,08% de crescimento económico anual. Com tais dados, Angola num futuro imediato seria o nono país de maior crescimento ao nível mundial, precedido neste *ranking* por Mongólia, Iraque, Timor Leste, Serra Leoa, China, Moçambique, Gana e Laos.¹⁸⁸ O governo angolano lançou um programa estatal de investimentos na ordem dos 16 mil milhões de dólares para o desenvolvimento e diversificação da economia. Em 2012 as exportações atingiram 60,9 mil milhões de dólares, enquanto que as importações alcançaram valores na ordem dos 21,14 mil milhões de dólares.¹⁸⁹ Na lista das exportações aparecem o petróleo, os diamantes, o café, o pescado e o sisal, enquanto que na das importações as maquinarias, os equipamentos electrónicos, os veículos, as peças de desgaste, os alimentos, os têxteis e outros

¹⁸⁵ Victor Agadjanian, Ndola Prata: „War, Peace, and Fertility in Angola”. In: *Demography*, Vol. 39, No. 2. (2002), pp. 215-231.

¹⁸⁶ Angola: „Towards an Energy Strategy”. OECD/IEA, Paris, 2006. p. 20

¹⁸⁷ <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?page=1> (descarregado em 11 de fevereiro de 2013)

¹⁸⁸ Lucas Kawa: „The 20 Fastest-Growing Countries In The World”. *Business Insider*. Jan. 29, 2013. <http://www.businessinsider.com/fastest-growing-economies-through-2015-2013-1?op=1> (descarregado em 14 de fevereiro de 2013)

¹⁸⁹ http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/economia/2012/2/10/Angola-exports-reached-over-USD-billion-2011.69d4248d-f010-47b7-9570-02b8afbc9421.html (descarregado em 14 de fevereiro de 2013)

produtos industriais. Angola importa, aliás, 80% dos bens de consumo. Em 2011, 37,7% das exportações destinavam-se à China, 21,0% aos Estados Unidos e 9,5% à Índia. Nas suas importações estava, em primeiro lugar Portugal, com 20,3%, no segundo a China, com 17,6% e o terceiro os Estados Unidos, com um índice de 9,5%.¹⁹⁰

A exploração petrolífera

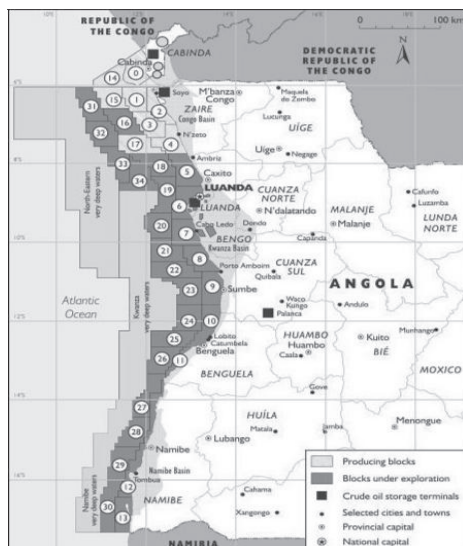
O petróleo foi encontrado em Angola, primeiro na bacia do rio Cuanza em 1955, seguido pelo da bacia do rio Congo nos anos 60, até que se encontrou também nas águas costeiras em Cabinda, em 1968. A plataforma continental foi dividida em 35 sectores, dos quais o setor 0, de Cabinda, foi o mais abundante, tal como foram particularmente “generosos”, os sectores 0-4 ao norte de Luanda. Hoje em dia, a exploração, alargada a toda a costa angolana, tem demonstrado que aí os jazigos de hidrogénio de carbono são, segundo as expectativas, comparáveis aos campos do Brasil. Em 2010, o volume comprovado do petróleo explorável atingiu os 9 mil milhões de barris, mas as expectativas eram muito maiores e, provavelmente, realistas.¹⁹¹ O petróleo angolano é leve e de excelente qualidade e, dado seu reduzido teor de enxofre, particularmente apto para a refinação de combustíveis Premium, de alta categoria. Desde o princípio, que o maior produtor é o Gulf Oil Corporation (GOC), uma multinacional americana, que foi a primeira a arrancar com a exploração em 1955. Quanto ao valor, o café foi ultrapassado nas exportações, pelo petróleo em 1973. Nem a guerra da independência, nem as lutas que se reacenderam em 1975 prejudicaram, não tendo danificado equipamentos das instalações das torres de furo dos poços *offshore*. A produção, que até então já tinha subido para, aproximadamente, 140 mil barris, rendeu um retorno considerável, tanto para os investidores como para Luanda. A Gulf Oil Company funcionou em 1984 com a Standard Oil of California (SOCAL), uma outra multinacional americana para criar a megaempresa Chevron Corporation, com este nome a partir de 1985, que até aos dias de hoje continua a ser um dos actores principais na exploração petrolífera angolana. Com isso, foi criada a fórmula mais bizarra de guerra fria: os investimentos duma multinacional americana são defendidos por um governo com estreita aliança soviética e cubana contra os movimentos rivais (FNLA e UNITA) que eram apoiados pelas potências ocidentais. Por seu turno, foram precisamente os títulos transferidos por uma multinacional americana que financiaram a presença das tropas cubanas e a aquisição de técnicas militares, equipamentos e reabastecimentos soviéticos. Tudo o que caracterizava a “economia dual” angolana anterior a 1974, sobreviveu assim, se bem que alterada. Ao passo que o rendimento *per capita* caiu drasticamente, dos 1300 dólares de 1973, para pouco mais do que 200 dólares em 1999, e o PIB estagnou entre 1967 e 1999 (aos 6 mil milhões de dólares calculados no valor do mercado), os títulos provenientes da

¹⁹⁰ <http://www.dfat.gov.au/geo/fs/ango.pdf> (descarregado em 14 de fevereiro de 2013)

¹⁹¹ <http://www.angola-today.com/country-profile/industries/oil-and-gas/> (descarregado em 14 de fevereiro de 2013)

exploração petrolífera que em 1967 ainda eram insignificantes, atingiram os 4 mil milhões de dólares em 1999.¹⁹²

Isto significava uma mistura muito *sui generis* do “afro-estalinismo” e do “petro-capitalismo”.¹⁹³ Era o mesmo dualismo que caracterizava Cabinda, o Kuwait africano,¹⁹⁴ responsável por metade da produção angolana. Apesar dos muito significativos rendimentos provenientes daqui, metade da população aqui residente tinha que se refugiar fora da fronteira, (no Congo e no Zaire) em meados da década 90. Os rendimentos petrolíferos, depois de 2002, com a paz e aumento dos preços no mercado mundial, continuavam a aumentar.



Fonte: International Energy Agency: Angola towards an Energy Strategy, p. 87 e IBP USA staff: Angola Mineral and Mining Sector Investment and Business Guide, p. 35.

Angola, comparada com os outros países do golfo da Guiné, está na posição de oferecer um contexto económico e de segurança mais estável para os investidores, sobretudo, se compararmos com a Nigéria. A companhia estatal, a empresa SONANGOL (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, E.P) foi

¹⁹² Philippe le Billon: „Angola's Political Economy of War: The Role of Oil and Diamonds, 1975-2000”. In: African Affairs, Vol. 100, No. 398. (2001). pp. 55-80.

¹⁹³ Sem dúvida alguma o termo original inglês, um tanto jornalístico e bombástico, contempla aqui os lucros provenientes dos diamantes também (Petro-Diamond Capitalism), mas em abono da verdade, nunca se pode esquecer que os jazigos de diamantes estavam durante a guerra civil maioritariamente em mãos da FNLA e da UNITA respectivamente. Cf. Tony Hodges: Angola from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism. Oxford, 2001. pp 201.

¹⁹⁴ Mike Stead, Sean Rorison: Angola. Bradt Travel Guides. Guilford, CT., 2009. p. 177.

fundada em 1976 com a nacionalização duma empresa outrora portuguesa, a ANGOL.¹⁹⁵

Com *joint ventures*, bem como através de contractos assentes na divisão do petróleo extraído¹⁹⁶, o país soube atrair com grande sucesso companhias petrolíferas estrangeiras, como a Shell, a Total, a Exxon Mobil, ou a maior companhia de petróleo chinesa e de toda a Ásia, a Sinopec. Esta última, com um investimento estimado em 1,7 mil milhões de dólares, conseguiu 50% de participação no bloco marítimo 18, que explora conjuntamente com a Sonangol. Nas importações de petróleo da China, Angola, há mais de um decénio, que desempenha um papel de suma importância. Em 2011, o país asiático importava, em média, 623 mil barris diários, o que significa 11% do total das importações da China. A China importa maioritariamente, petróleo da Arábia Saudita, ao passo que, a África toda não exporta tanto deste produto como a Angola isoladamente.¹⁹⁷ A “rota da seda” concebida pelos chineses, veio atrair para Angola os seus investidores não só neste ramo, mas também, noutros sectores, em que os créditos, generosamente, oferecidos pelo governo chinês fazem com que as suas posições sejam mais que privilegiadas.¹⁹⁸

A agricultura

A agricultura constitui um sector decisivo para a modernização e o incremento do emprego no país. Em 2010, viviam da agricultura aproximadamente 6 milhões de pessoas, o que corresponde a 68% do total da mão-de-obra empregue, e que por seu turno produz apenas 9,6% do PIB nacional. Devido à falta de equipamentos, infraestruturas e conhecimentos técnicos, o país não está, por enquanto, em situação de poder auto-abastecer-se de produtos agrícolas. Segundo o “Food Security Risk Index 2010”, Angola, no que diz respeito à segurança do abastecimento alimentar, era o sétimo país, a nível mundial, mais exposto a riscos. O “Food Security Risk Index 2013” já apresenta uma melhoria substancial, onde Angola sobe para uma categoria de riscos menores.¹⁹⁹ Nos produtos de consumo, notamos um elevado nível das importações, incluindo as de artigos alimentares e, também, agro-industriais.²⁰⁰ A causa da fome, que o governo está empenhado em erradicar, é a insuficiência da produção agrícola local. O índice GHI (Global Hunger Index)²⁰¹ do país era 24,1 em 2012, o que aponta ainda para uma notável seriedade

¹⁹⁵ <http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/ep> (descarregado em 26 de fevereiro de 2013)

¹⁹⁶ Os acordos base da chamada Production Sharing Agreements (PSAs) servem para dividirem a quantidade explorada de petróleo e de gás natural segundo regras previamente estabelecidas.

¹⁹⁷ <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=CH> (descarregado em 28 de fevereiro de 2013)

¹⁹⁸ Besenyő János: „Harc az afrikai olajért, Kína gazdasági térnyerése a fekete kontinensen” (Luta pelo petróleo africano. A expansão chinesa no Continente Negro) *Nemzetvédelmi Egyetemi Fórum* XI. évfolyam, 2007. 4. szám, pp. 36-37.

¹⁹⁹ http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Food_Security_Risk_Index_2013_Map.pdf (descarregado em 24 de fevereiro de 2013)

²⁰⁰ http://csis.org/files/publication/110623_Vines_Angola_Web.pdf (descarregado em 23 de fevereiro de 2013)

²⁰¹ O Global Hunger Index é elaborado desde 2006, pela Welthungerhilfe alemã, a partir de 2007 com a colaboração da organização irlandesa Concern Worldwide. O índice GHI

do problema.²⁰² Ao mesmo tempo, Angola é precisamente um daqueles 15 países do mundo, tal como Bangladesh, Etiópia, Malawi, Nicarágua, Níger ou Vietname, que conseguiram reduzir em 50% este índice, entre os anos 1990 e 2012.²⁰³ A melhoria da situação é visível em outros domínios também: a subnutrição que era de 67% no período de 1990-1992, e que diminuiu para 41%, entre 2006 e 2008,²⁰⁴ corresponde a um maior dinamismo na diminuição do número daqueles que passavam fome, na década anterior, em toda a África.

Na actual tendência da diversificação da economia angolana, o sector agrícola tem todas as prioridades, entre as quais importa incluir também o *know-how* estrangeiro. No sector agrícola, o aumento estimado para 2015 da produção era apenas de 0,2%, segundo os cálculos do Banco Mundial. Angola importava produtos agro-alimentares como trigo, milho ou soja, no valor de 5 mil milhões de euros.²⁰⁵

As perspectivas de Angola no terreno da agricultura dão, mesmo assim, sobejos motivos para um favorável optimismo, e não falta quem prognostique uma "revolução verde" devida aos efeitos do renascimento da agricultura num país que pretende diversificar a totalidade da sua economia, aumentando os rendimentos e oferecendo melhores possibilidades de negócio. A reconstrução do sector nos últimos anos tem sido uma preocupação e alvo de vários programas governamentais, em que a reconstrução da rede rodoviária destruída desempenha um papel primordial. Os investimentos rurais são dotados pelo governo de sérios incentivos fiscais, e os investidores estrangeiros descobriram também, este sector. Em 2009, o Banco de Desenvolvimento da China abriu um *budget* para investimentos na ordem de 1,2 mil milhões de dólares, destinado a projectos de desenvolvimento agrícola. No futuro, Angola poderá tornar-se o novo "prato de arroz" da China: as exportações de cereais, café, peixe, de frutas tropicais e outros produtos serão fornecidos num volume muito maior do que no passado. Investidores sul-coreanos, japoneses, italianos, brasileiros e outros, apostam na produção de bio-etanol e de bio-diesel, apostando para alguns produtos com grande procura no futuro.²⁰⁶

relativo a 2012 foi calculado para 120 países em desenvolvimento e 57 economias de transição.

²⁰² O índice GHI de Angola em 1990 foi 41.9, em 1996 teve 39.9 e 33.0 pontos em 2001. <http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/ghi12.pdf> (descarregado em 24 de fevereiro de 2013)

²⁰³ Junto com estes países Angola conseguiu reduzir esta taxa cem 13 pontos entre 1990 e 2012.

²⁰⁴ Data underlying the Calculation of the 1990, 1996, 2001, and 2012 Global Hunger Index Scores. <http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/ghi12.pdf> (descarregado em 24 de fevereiro de 2013)

²⁰⁵ Fonte: Ministério do Comércio Exterior e dos Negócios Estrangeiros

²⁰⁶ http://www.ipim.gov.mo/worldwide_partner_detail.php?tid=11400&type_id=1285&lang=en-us (descarregado em 25 de fevereiro de 2013)

As relações da Hungria com Angola em dois “movimentos”

São relativamente poucos os trabalhos sobre o tema dos contactos – diplomáticos, políticos e/ou económicos – como também, as fontes relevantes aguardam ainda, por imposição do sigilo arquivístico, ou outros, para serem analisadas e interpretadas no que respeita ao tema que nos propomos estudar. A única monografia específica sobre Angola que existe em húngaro²⁰⁷ – que na opinião do blogue que acompanha a sua venda pela Internet – está totalmente ultrapassada.²⁰⁸ No nosso juízo, mesmo assim, o autor nas páginas que dedica aos contactos bilaterais²⁰⁹ merece toda a atenção, mas devemos dispensar porém, as suas considerações assaz “epocais”, tanto na terminologia, como na mundivisão. O ensaio da pena de Hegedűs Éva²¹⁰, mais profundo e objectivo é exemplar, sendo um resgate da memória: tece as suas considerações na base de fontes primárias e de *oral history*, numa proporção e simbiose salutares e com um distanciamento louvável quando se trata dum tema “presentista”²¹¹. Publicado em 2008, faz a análise entre os anos 1975 e 1993, balizas temporais que, correspondem ao começo do auge e ao ponto final dum lento declínio no nosso relacionamento, impulsionado por políticas e ideologias que se divorciam, mas encontram fórmulas duma cooperação nova, ou reciclada, abrindo um novo capítulo no século XXI. O nosso intento não pode ir além de apontar para os constantes e cambiantes, ou com pontos de exclamação – simples chamadas de atenção, para que existiram hiatos (a falta duma continuidade) e que são talvez as falhas mais penosas. É esta a razão, pela qual pedimos emprestado um termo da música ao nosso capítulo pois, as relações húngaro-angolanas, por muito que, fossem compostas em andamentos e tempos diferentes e variáveis, constituem uma obra única, em que o presente volume, em que estas linhas ficam inseridas, pretende servir como ponte.

Os contactos diplomáticos oficiais começam a 23 de Dezembro de 1975, através do embaixador da Hungria em Lagos, sendo Tibor Újvári o primeiro diplomata que – por decisão do Comité Central do PSOH - chega a Luanda em Fevereiro de 1976, para preparar a abertura da nossa embaixada, como encarregado

²⁰⁷ Apáti Sándor: *Angola, múlt, jelen, jövő*, (Angola, passado, presente, futuro) Budapest, Kossuth Kiadó, 1981

²⁰⁸ <https://moly.hu/konyvek/apati-sandor-angola> (descarregado em 2 -10-2017)

²⁰⁹ Em boa verdade o autor do livro é o antigo embaixador Árgyelán Sándor, que veio acumular vivências especiais em tempos especiais, de que o estatuto de diplomata o privara de revelar muita informação, que em entrevistas posteriores ficaram parcialmente resgatadas. Cf. Apáti: op.cit. pp.209-232.

²¹⁰ Hegedűs Éva. „Angola és Magyarország kétoldalú kapcsolatai 1997 és 1993 között” (Os contactos bilaterais de Angola e Hungria entre 1975 e 1993) In. *Kül-Világ, A nemzetközi kapcsolatok folyóirata*, V. évf., 2008/1. szám. acessível pela Internet em: <http://www.kulvilag.hu/2008/01/hegedus.pdf>

²¹¹ Para termo na historiografia Cf: Hertog,Franois, *Croire en l’histoire*, Paris, Flammarion, 2013,p.50

de negócios.²¹² Os primeiros contactos remontam a 1967, muito antes, por tanto, da independência, quando a Hungria oferece apoio através da sua Comissão da Solidariedade Húngara, em forma de doações, tratamento médico para feridos e inválidos da guerra e bolsas de estudos, que veremos ser as formas apoio mais eficientes oferecidas pela parte húngara, mesmo depois do estabelecimento dos contactos oficiais.²¹³ Em 1981 assina-se um Acordo de Amizade e de Cooperação²¹⁴ por um período de vinte anos, que vinha a ser preparado por uma longa série de protocolos entre 1977 e 1979.²¹⁵ Sem dúvida alguma, o mais importante destes foi o Acordo de Cooperação Científico-Técnica assinado a 2 de Setembro de 1977, em Luanda, um dos, ao total 57 protocolos, que constituíam o marco global para a colaboração da Hungria com 57 países em vias de desenvolvimento, cujo trabalho era coordenado pela TESCO (Buró de Cooperação Científico-Técnico Internacional).²¹⁶ O envio de especialistas em regime contratual ou de comissão de serviços conhecia alguns altos e baixos, problemas de índole muito variada, que contribuíam para “marcar a presença húngara” em Angola em vários sectores económicos, sobretudo naqueles, em que havia um certo protagonismo na “divisão do trabalho da COMECOM”. O caso mais emblemático era a montagem de autocarros em Angola, numa unidade em Viana, bem como, o contributo na assessoria de economistas húngaros (e muito, particularmente, do sector bancário), em 1986, para acompanhar Angola a dar os primeiros passos na reforma para uma economia de mercado, depois duma década marcada pela planificação centralizada,²¹⁷ que na Hungria - jogo dos números -, teve o seu início em 1968.

Outra das áreas em que foi fructífera esta cooperação, foi o ensino universitário, pois a vinda de bolseiros húngaros, significava, tanto na esfera civil, como na militar, um importante contributo, e por ventura, a melhor forma de ajudar um país em que havia défice de técnicos e especialistas formados em vários ramos das ciências. Era não só imprescindível para colmatar as faltas *ad hoc* do país, como resultava também, num excelente investimento no futuro. É esta a razão pela qual, vemos hoje, com grande satisfação, as novas edições desta cooperação, abertas tanto através de bolsas de estudo grátis oferecidas pelo governo húngaro – no quadro de apoios STIPENDIUM HUNGARICUM -, como através das que canalizam para áreas e formações de índole variada a feliz prática, apenas interrompida.²¹⁸ Antes do ano de 1989, eram oferecidas, anualmente, 10 bolsas de estudo para iniciarem os seus cursos na Hungria, aqueles jovens angolanos, que haviam sido escolhidos pelas autoridades competentes de Angola. Este número desceu para 3 bolsas anuais, entre 1989 e 1991, ano em que o acordo base deixa de vigorar. Hoje em dia, são 20, as bolsas de estudo oferecidas, novamente, pelo governo húngaro no âmbito do novo sistema de bolsas, chamadas STIPENDIUM HUNGARICUM. Saliente-se que,

²¹² Hegedús, p. 31

²¹³ Segundo fontes de arquivo do MNE húngaro disponíveis, até 1991 acabaram os seus estudos em formações „civis” uns 50 bolseiros angolanos. Cf. Hegedús, p. 38.

²¹⁴ https://net.jogtar.hu/jr/gen/hjegy_doc.cgi?docid=98200039.TVR

²¹⁵ Hegedús, p. 32

²¹⁶ idem, ibidem

²¹⁷ Contamos com dois futuros ministros de finanças entre os peritos que se deslocavam a Luanda e recebiam delegações em Budapeste, Kupa Mihály e Boros Lajos.

²¹⁸ Um primeiro Acordo de Intercâmbio Educacional é assinado em 2014 pelas duas partes, que re-assinam o protocolo no dia 9 de Março de 2017. Cf.

http://www.angolaembassy.hu/pt/renovacao_acordo_de_intercambio_educacional_66

actualmente, são, precisamente o dobro do número de bolsas a que se podia concorrer *illo tempore*, no período socialista. É bom saber também, que através dos seus excelentes diplomatas acreditados em Budapeste²¹⁹, Angola manifesta um interesse e empenho compartilhado pela Hungria em alargar, também, a outras formas esta cooperação. É assinado, também, desta forma, um acordo entre a Conferência dos Reitores Húngaros e o INAGBE o que, possibilita a vinda de outros 50 estudantes angolanos para a Hungria que, depois de um ano propedêutico de preparação, começam os seus cursos BAsC.²²⁰

Entre 1983 e 1992, foram mais de cem os cadetes e sub-oficiais angolanos que estudaram na Hungria nas Academias Militares de Budapeste, de Szentendre e Debrecen. Em 1988 a Hungria assumiu a formação de 20 sub-oficiais e de 30 oficiais anuais em formação gratuita e com pagamento numa co-participação nas propinas, respectivamente. Os últimos 82 alunos dos estabelecimentos de ensino superior militar foram “repatriados” em Agosto de 1992. Tal passo, foi comunicado à parte húngara por Manuel Quarta “Punza”, embaixador angolano não residente em Budapeste (estava acreditado de Praga) numa carta em que se explicam os motivos: o governo angolano pretendia evitar ser acusado pela UNITA de ter reservas militares no estrangeiro, o que teria ido contra o espírito do Acordo de Bicesse.²²¹ A utilidade da cooperação anterior nesta área é relembada também, pelo atual ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior húngaro, Péter Szijjártó, por ocasião do último encontro com o seu homólogo angolano, Georges Chicoti em Budapeste.²²²

Angola abre a sua Embaixada em Setembro de 2004 em Budapeste, onze anos transcorridos sobre a data, quando a Hungria fecha, por motivos de restrição financeira, a sua representação diplomática em Luanda, em 30 de Junho de 1993.²²³ Hoje reaberta,²²⁴ depois de vários anos a Hungria ser representada por embaixador não residente, - tal como acontecia com Angola entre 1976 e 1992 - o embaixador indigitado, Zsolt Maris, empenhado em abrir caminhos inovadores na cooperação, mesmo antes de ocupar o seu posto, entrega as suas cartas credenciais ao Presidente da República.²²⁵ Tal, na altura correspondia não só, a um recomeço, ou começo do fim dum época “de maré baixa” nas relações bilaterais,²²⁶ mas também, a um

²¹⁹ Achamos particularmente útil ser disponibilizado e amplamente divulgado na Internet uma newsletter regular a Embaixada de Angola em Budapeste, oferecendo, e noticiando eventos, boas práticas e importantes informações relativamente, aos contactos, cada vez mais amplos, entre os dois países. Cf. <http://noticiasenovidades-nn.com/2017/04/01/embaixada-angola-na-hungria-cria-portal-estreitar-relacoes/>

²²⁰ <http://www.mrk.hu/2015/09/18/az-mrk-es-angola-felsooktatasi-egyuttmukodesi-megallapodast-irt-ala/>

²²¹ Hegedűs, p. 39

²²² Cf. <http://www.kormany.hu/hu/kulgazdasagi-es-kulugyminiszterium/hirek/rendkivul-elonyos-magyarorszagnak-az-egyuttmukodes-angolaval>

²²³ Hegedűs, p. 46

²²⁴ http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2015/5/25/Angola-Hungria-reabre-embaixada-2016.ba68f97b-ca97-4caa-9f8f-0c1b76719dae.html

²²⁵ www.angonoticias.com/.../chefe-de-estado-recebe-cartas-credenciais-de-embaixadores

²²⁶ „Zsolt Maris, 11 de Abril de 2017, que foi recebido em audiência pelo Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, disse que, no encontro, também, foi analisada a cooperação bilateral entre os dois países no domínio da energia eléctrica”.- notícia do portal do governo. <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=32517>

vistoso sinal da expressão duma firme vontade do governo húngaro de ir ao reencontro dos seus interesses de cooperação a uma escala mundial.²²⁷ Na política da chamada “Abertura para o Sul”, que segue uma linha duma maior mundialização da política exterior húngara em “maré alta”, actualmente, são reabertas uma série de representações outrora suspensas no seu funcionamento. A partir de 2014 são mais que evidentes os sinais positivos: comemora-se em Setembro o Dia do Herói Nacional na Universidade ELTE de Budapeste através dum colóquio e da abertura de uma exposição, que recebe uma atenção especial tanto na imprensa húngara como angolana.²²⁸ O Departamento de Língua e Literatura Portuguesas destaca-se ainda entre os seus congéneres europeus pelo facto de colaborar com os professores, um leitor português, brasileiro e, num projecto piloto um leitor convidado angolano também.²²⁹ Constituiu um marco importante das relações bilaterais a visita do vice-ministro húngaro, László Szabó, no Verão de 2015. O diplomata entrevistado pela Angop, no Aeroporto Internacional, a 4 de Fevereiro, momentos após a sua chegada a Luanda, cumpre uma visita de três dias destinada ao relançamento das relações de cooperação entre Angola e Hungria, estado membro da União Europeia. Durante a sua visita teve encontros, com o ministro de economia, Abrahão Gourgel, e a **secretária de Estado da Cooperação do Mirex, Ângela Bragança**, e negocia documentos como o Acordo de Supressão de Vistos e o Acordo de Cooperação Económica e Técnica.²³⁰ O Acordo assinado na visita do Ministro Georges Chicoti hoje é uma realidade.²³¹ „É sumamente vantajoso para a Hungria desde o ponto de vista económico ter uma relação uma mais estreita com um país africano de tão forte economia, como Angola”, realçou por sua parte o ministro, Péter Szijjártó, depois das mesmas negociações.²³² Nas vésperas da sua visita oficial a Angola, que retribuí a do seu homólogo, estávamos e continuamos convencidos de marcar um novo ritmo para as nossas relações em todos os âmbitos, numa Angola sempre nova e reforçada no seu recente ciclo eleitoral.

²²⁷ Cf. Geopolítica futures HUG nº 1, Hungarian geopolitics, pp103

²²⁸ Cf. dois exemplos:

http://agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1088:hungria--budapeste&catid=37:noticias&Itemid=206 <http://budapest.globotv.hu/video/629/porondon-angola-az-elte-portugal-tanszeken/>

²²⁹ O Doutor Manuel Tschimbwembwe Severino foi leitor convidado na Universidade ELTE no segundo semestre no ano lectivo 2014/2015

²³⁰ http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/proposto_a_hungria_reforco_das_relacoes

²³¹ http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/assinado_acordo_de_cooperacao_com_a_hungria

²³² <http://www.kormany.hu/hu/kulgazdasagi-es-kulugyminiszterium/video/rendkivul-clonyos-magyarorszagnak-az-egyuttmukodes-angolaval>

1. Horváth Sándor: Uma breve síntese do longo caminho até à paz, através das missões UNAVEM

Os historiadores, pese distinguiem guerras sucessivas, acabam por contar uma mesma história: a da guerra da independência que os povos nativos angolanos (tal como nas outras colónias portuguesas também)²³³ conduziram para encontrarem o seu caminho para a autodeterminação e o progresso. O MPLA²³⁴ começou a sua guerra luta armada contra os colonizadores portugueses em 1961. Este acto foi precedido de numerosas tentativas políticas para alcançar o mesmo objectivo por via pacífica e consensual, objectivo compartilhado pelos portugueses também. O seu insucesso acabou por engendrar um conflito de guerrilhas, que por seu turno se transformou numa terrível e sangrenta guerra colonial, como resposta por parte de Portugal. O MPLA pensava poder influenciar os estados ocidentais a pressionarem Portugal, membro da NATO, para que modificasse a sua posição, sem qualquer sucesso, aliás. Ouvido o seu pedido de apoio por Cuba, pela União Soviética e por outros países do bloco oriental, esta guerra de guerrilha foi levada aos extremos: uma guerra global.

Junto do MPLA surgiram também outras duas organizações de libertação, a FNLA²³⁵ em 1962 e a UNITA²³⁶ em 1966, organizações que tiveram um papel secundário na guerra pela independência contra Portugal. Ao passo que o MPLA professava um estado e um conceito de nação modernos, a FNLA e a UNITA seguiam uma certa ideologia popular, não isenta de algum racismo em relação à cultura europeia, aproveitando-se também das diferenças intertribais angolanas existentes.

²³³ A guerra de independência começa em 1962, na Guiné Portuguesa e em 1964 em Moçambique também. Os representantes dos movimentos independentistas da Guiné Portuguesa e de Angola já em 1960 decidem criar uma „Frente Revolucionária”. Completados pelos movimentos de independência de São Tomé e Príncipe e de Moçambique, os movimentos separatistas das quatro colónias portuguesas fundam em 1961 na cidade de Casablanca, Marrocos, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), sob direção de Mário Pinto de Andrade, fundador do Partido Comunista Angolano, para a coordenação da luta armada. Fonte: Marcum, op.cit. p. 120.

²³⁴ Movimento Popular de Libertação de Angola, criado a 1 de Dezembro de 1956, em Luanda. Na altura da sua fundação, os quadros dirigentes e a maioria dos seus apoiantes eram maioritariamente mbundos (ou seja mbundos do norte) da região do noroeste e das proximidades da capital. Cf. Marek Garzdecki: *Angola. Recent History. Africa South of the Sahara*, London, 2003, p. 34.

²³⁵ Frente Nacional de Libertação de Angola. A União dos Populações de Angola (UPA) em 1962 unifica-se com o Partido Democrático de Angola (PDA) dirigido por Holden Roberto, criando assim a plataforma da FNLA. Cf. David Lea – Annmarie Rowe: *Political Chronology of Africa*, London, 2005, p. 21.

²³⁶ União Nacional para a Independência Total de Angola. A maioria dos seus fundadores é proveniente do grupo étnico-linguístico mais numeroso do país, os ovimbundos, que anteriormente se afiliavam no MPLA ou na FNLA. Os dirigentes da UNITA sempre negaram que se tivessem organizado com bases étnicas, e em vez de etnicismo, na sua autoafirmação sublinhavam o carácter nacionalista do seu movimento de independência. Cf. Linda M Heywood: „UNITA and Ethnic Nationalism in Angola”, In: *The Journal of Modern African Studies*, vol. 27, N°1 (1989), pp. 47-66.

Quando, depois da queda da ditadura em Portugal, Angola tornou-se independente, eclodiu uma guerra civil entre estas três organizações. Em apoio da UNITA houve uma intervenção por parte do exército sul-africano²³⁷ (a África do Sul ocupou então a parte meridional de Angola para que a UNITA pudesse atacar as linhas do MPLA) enquanto que a FNLA recebe apoio por parte do exército colonial português e de mercenários. Tudo isto pese o facto de serem precisamente estas as duas organizações que mais veementemente se professavam partidárias da negritude, e se consideravam africanos. O MPLA recorreu por seu turno ao apoio de Cuba, que se apressou a oferecê-lo, na forma de tropas enviadas no momento em que Angola proclama a sua independência nacional. De notar aqui que a FNLA, que não estava em condições de poder continuar a pagar mercenários, abandona o teatro de guerra, mas consegue estabilizar-se como força política no futuro na vida pública.

Extinto o conflito global Este-Occidente,²³⁸ Angola precipita-se para novas voltas de uma guerra que parecia estar parada. Ambos os pólos das grandes potências, os Estados Unidos e a União Soviética, architectavam agora uma nova política, um pacote de paz, em virtude do qual a África do Sul abandonaria a Namíbia, oferecendo a independência à antiga colónia alemã, em troca da retirada das tropas cubanas para a sua ilha do Caribe.²³⁹ A 22 de Dezembro de 1988, Angola e Cuba assinam em Nova Iorque um acordo que assegurava a saída das tropas expedicionárias cubanas estacionadas em Angola. Os cubanos começam a sua retirada em Janeiro de 1989, o que não significou, por seu turno, o advento duma paz em Angola. A UNITA „enquartelou-se” na selva e prosseguiu a sua luta de guerrilha contra o MPLA, que de certa forma estava a ser intimidado por parte dos Estados Unidos e de África do Sul.

²³⁷ Angola UNAVEM I: http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unavem_1B.html (descarregado em 13.11.2012).

²³⁸ Com o fim do conflito do Vietname, as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, encontraram em Angola, e duma forma geral em África, um novo cenário para prosseguirem a sua guerra global.

²³⁹ Uma primeira “retirada das tropas cubanas” seria declarada por Fidel Castro em Luanda ainda em 1977, facto que nunca se realizou, muito pelo contrário, uma vez que eram necessários cada vez maiores reforços. Em 1982 o número de soldados cubanos estacionados em Angola aumentou para 35 mil, em 1985 para 40 mil, em 1986 para 45 mil e em 1988 aproximadamente para 50 mil.

No mapa seguinte podem ver-se as posições das forças governamentais e das áreas controladas pela UNITA:



Fonte: Jonas Bernstein: „, A Freedom Fight Deep in Africa”, *Insight*, 19 de Dezembro de 1988, p. 11.

A luta iniciada entre o MPLA e a UNITA prosseguiu com a mesma intensidade depois de escassos hiatos, correspondentes aos acordos de cessar-fogo assinados em 1989, mas que duraram poucos meses. Provavelmente, é nesta altura que a cisão acabou por se aprofundar num abismo intransponível para as partes envolvidas. Estes partidos apenas se sentaram à mesa de negociação por pressão simultânea dos Estados Unidos e da União Soviética, para assinarem em Lisboa, em Maio de 1991, o Acordo de Paz de Bicesse. Neste, fixavam-se objectivos como a retirada das tropas cubanas ou a unificação das forças armadas divididas por filiações partidárias num único exército nacional. Previa-se igualmente verificações por parte de observadores da ONU, a supressão da economia de planeamento pela economia de mercado, a autorização da formação de partidos políticos, e a organização de eleições livres em 1992. Para a fiscalização da retirada das tropas cubanas, o Conselho de Segurança da ONU²⁴⁰ criou a missão UNAVEM I²⁴¹ em Dezembro de 1988. A pedido do governo angolano, a ONU prolongou o mandato desta missão, que prossegue a sua presença no país com o nome de UNAVEM II²⁴², verificando o cessar-fogo e observando a realização das eleições.

Na altura das eleições, dois terços do país eram dominados pela UNITA, sobretudo no que diz respeito às áreas rurais; este facto verificava-se há vários anos, sem que aquela tivesse conseguido sequer ocupar alguma das capitais de províncias, para lá poder proclamar a sua própria „República de Angola”, que figurava como um dos seus objectivos. Por seu lado, o MPLA dominava as grandes cidades, que funcionavam – cortadas das suas retaguardas e do abastecimento de víveres e linhas logísticas de reabastecimento – como fortalezas sitiadas pelo inimigo. Ao proclamar não se tratar mais de um partido comunista, mas sim social-democrata, e começando uma abertura real para o sistema de mercado, o MPLA tornou a situação da UNITA cada vez mais difícil, uma vez que esta já não conseguia fazer acreditar no estrangeiro que lutava para travar a propagação do comunismo africano.

As eleições decorreram em Outubro de 1992. GANHOU o MPLA com 53,7% dos votos, frente aos 34,1% da UNITA. Nas eleições presidenciais José Eduardo dos Santos (MPLA) recebeu 49,1%, frente aos 40,1% dos votos para Jonas Malheiro Savimbi. De acordo com a lei eleitoral, devia ter sido organizada uma segunda volta, que nunca se concretizou, por ter eclodido uma nova e sangrenta edição da guerra

²⁴⁰ Cabe ao Conselho de Segurança especificar as tarefas dos observadores de paz numa missão que depende sempre da situação específica a que se adapta. Os objectivos numa operação podem ser muito variados: verificar o cumprimento de um cessar-fogo, criar zonas de choque, dar assistência na implementação de um acordo de paz, realizar tarefas humanitárias, ou ainda assegurar, por exemplo, o transporte de ajuda e doações. Podem contribuir para o desarmamento de antigos combatentes, realizar programas de desactivação de minas, realizar e observar eleições, formar corpos policiais civis e verificar o cumprimento dos direitos humanos. Fonte: Blahó András-Prandler Árpád: *Nemzetközi szervezetek és intézmények* (i.e.: Organizações e Instituições Internacionais), Aula Kiadó, 2005.

²⁴¹ United Nations Angola Verification Mission I (Primeira Missão de Verificação da ONU em Angola), realizada entre Janeiro de 1989 e Junho de 1991.

²⁴² United Nations Angola Verification Mission II (Segunda Missão de Verificação da ONU em Angola), realizada entre Junho de 1991 e Fevereiro de 1995.

civil. A Resolução 864 (1993)²⁴³ do Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou a UNITA, responsabilizando-a pelo recomeço das hostilidades.

Ambas as partes dispunham de recursos financeiros suficientes para continuarem o conflito, uma vez que uma parte considerável das regiões ricas em diamantes de Angola eram controladas pelos rebeldes, ao passo que as forças do governo dominavam as áreas ricas em petróleo. Segundo fontes da área industrial, entre 1993 e 1997 aproximadamente 10% da mineração de diamantes, à escala mundial, estava sob o controlo da UNITA. Por seu turno, o governo também tinha fontes de rendimento para continuar a financiar a guerra: com os 750 mil barris diários de petróleo extraídos, Angola, a seguir à Nigéria, passou a ser o segundo maior produtor africano desta matéria, e integrou o grupo dos dez maiores produtores do mundo.²⁴⁴ Simultaneamente, milhões de angolanos passavam fome, e o Programa Alimentar Mundial (WFP), por si só, salvou um milhão de angolanos duma morte provocada pela fome.

No Outono de 1994 em Lusaka, na Zâmbia, voltou a ser assinado um cessar-fogo entre os representantes do MPLA e – à excepção de Savimbi – numerosos altos dirigentes da UNITA, e ambas as organizações políticas acordaram em seguirem a agenda de paz proposta pela ONU, concretizando o que fora estipulado pelo Acordo de Lusaka²⁴⁵. Para vigiar o seu cumprimento, a ONU criou em Fevereiro de 1995 a operação UNAVEM III²⁴⁶, que consistia na observação e verificação do processo. Esta operação transformou-se numa missão de mera observação, que centrava a sua atenção nos programas políticos, de policiamento, de direitos humanos, humanitários e de informação da sociedade, com o objectivo de apoiarem o processo de reconciliação nacional iniciado.

Em Agosto de 1993, Savimbi descartou categoricamente a possibilidade de vir assumir o papel de vice-presidente, que lhe fora proposto pelo governo de Luanda. Pese os imensos avanços verificados no processo de paz, a agenda não foi levada avante com o ritmo desejado, nem foram conseguidos os seus objectivos, dada a falta de confiança e de compromisso entre a UNITA e as forças do governo, que ameaçava o processo de construção de uma paz duradoura. Mesmo assim, e dado um diálogo intenso e a um alto nível entre o governo e a UNITA, as partes em conflito conseguiram criar um exército unificado (as Forças Armadas de Angola, FAA),²⁴⁷ a Polícia Nacional Angolana (PNA)²⁴⁸, e os antigos dirigentes da UNITA e os políticos do governo de Angola conseguiram mesmo formar juntos um Governo

²⁴³ <http://decasses-dds-ny.un.org/UNDOC/GEN/N93/502/71/PDF/N9350271.pdf> (descarregado em 13.11.2012).

²⁴⁴ HVG, Heti Világ Gazdaság (Semanário de Economia Mundial): Angola, a lázadóvezér halála (i.e., Angola: a morte dum caudilho): http://archivum.hvg.hu/article6200209/Nyugtaval_dicserve_Angola_a_lazadovezer_halala.aspx (descarregado em 13.11.2012).

²⁴⁵ Lusaka Protocol. http://www.usip.org/files/file/resources/collections/peace_agreements/lusaka_11151994.pdf (descarregado em 13.11.2012).

²⁴⁶ Missão de Verificação da ONU em Angola III (8 de fevereiro de 1995): <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unavem3.htm> (descarregado em 13.11.2012)

²⁴⁷ Na terminologia dos documentos da ONU: National Angolan Army.

²⁴⁸ Na terminologia dos documentos da ONU: Angolan National Police.

de Unidade e de Reconciliação Nacional (GURN)²⁴⁹, que num primeiro momento pareceu actuar com eficácia.

Por esta altura eclode a Primeira Guerra do Congo (Novembro de 1996 - Maio de 1997) no Zaire, e temia-se que pudesse atingir Angola também²⁵⁰, havendo boatos sobre o envolvimento de tropas angolanas no conflito.

No ano de 1997 a situação da segurança tinha piorado consideravelmente em várias regiões do país. Grupos armados da UNITA realizavam ataques contra aldeias, autoridades da administração local e funcionários da ONU e de outras organizações internacionais também. O banditismo, as minas, que voltaram a ser instaladas, e as operações de deslocação de tropas eram cada vez mais preocupantes. Houve muitas vítimas, baixas sofridas em reencontros cada vez mais abertos, que causaram muitos danos em vidas e prejuízos em bens materiais, e largos milhares de pessoas tiveram que se refugiar donde viviam. Com a sua Resolução 1035 de 30 de Outubro de 1997,²⁵¹ o Conselho de Segurança da ONU impôs sanções contra a UNITA, mas esta não se mostrou disposta a cumpri-las e dissolver as suas unidades militares, optando pela continuação da guerra. Entretanto a operação UNAVEM III foi substituída pela missão MONUA²⁵².

A missão MONUA foi criada pela ONU com o objectivo de apoiar o processo de paz e a reconciliação nacional em Angola, promover a construção do espírito de confiança entre as partes em conflito, ajudar a criação de um contexto para a estabilidade a longo prazo, e fomentar no país a democracia e a reabilitação da sociedade. Em 1998, precisamente num dos momentos críticos do processo de paz, a chefia da missão teve que ser reorganizada, já que o seu chefe, Blondin Beye, que negociava com as partes com um dom diplomático especial, sofreu um trágico acidente de aviação, perdendo nele a sua vida.²⁵³

Em 1998 tornou-se evidente que a UNITA dispunha de capacidades militares muito maiores do que tinha informado possuir anteriormente. Várias vezes as unidades remanescentes da UNITA foram identificadas como as responsáveis pela execução de ataques contra aldeias e cidades, em actos provados de banditismo. Chegavam informações sobre acções especialmente cruéis, execuções e sequestros, cujo objectivo principal era semear um ambiente de temor na população local, de modo a que esta deixasse de colaborar com as autoridades da administração pública recém-criadas. Como o governo deixou de apoiar a continuação da presença da missão de observadores da ONU (MONUA), em Fevereiro de 1999 esta organização pôs fim definitivamente às suas actividades. O governo tinha assim a possibilidade de continuar a luta contra a UNITA, cujas fontes de rendimento tinham diminuído

²⁴⁹ Na terminologia dos documentos da ONU: Government of Unity and national reconciliation.

²⁵⁰ Nomeadamente para a província de Cabinda e o norte do país.

²⁵¹ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC7GEN/N97/290/37/PDG/N9729037.pdf> (descarregado em 13.11.2012).

²⁵² United Nation Observer Mission to Angola, criada em 30 de Junho de 1997 através da Resolução 1118 (1997) do Conselho de Segurança da ONU.

²⁵³ Deslocando-se precisamente para uma região em conflito, para mais uma vez dar o seu apoio no processo de paz em Angola, Alioune Blondin Beye pereceu a 26 de Junho de 1998 num trágico acidente de avião, no qual faleceram mais cinco funcionários da ONU e os dois tripulantes do avião.

consideravelmente graças ao embargo e outras sanções, diminuição essa que em parte se devia ao facto de a comunidade internacional qualificar também de forma negativa a actuação da UNITA.

Finalmente, dá-se a morte, em combate com as forças do governo, de Jonas Savimbi, no dia 22 de Fevereiro de 2002. Com a sua morte nasceu a esperança de que as hostilidades de uma guerra civil que se prolongava há quase 30 anos pudessem terminar, já que perdidas as suas cúpulas, a UNITA renunciou à continuação da luta. Tinha chegado o momento de os angolanos saudarem a esperança num mundo melhor, mais pacífico e mais feliz.

2. Em detalhe: o quadro legal das missões de paz angolanas

2.1 UNAVEM I (Dezembro de 1988 - Maio de 1991)

A primeira Missão de Verificação em Angola da Organização das Nações Unidas (UNAVEM I) foi criada pela Resolução 626 (1988)²⁵⁴ tomada pelo Conselho de Segurança a 20 de Dezembro, a pedido dos governos cubano e angolano respectivamente. A tarefa da missão consistia em controlar o envio e concentração das tropas cubanas estacionadas em Angola para o norte, bem como verificar a sua retirada por etapas e total, segundo uma agenda concertada previamente entre os dois governos. A retirada da totalidade das tropas ocorreu a 25 de Maio de 1991, precedendo um mês em relação à data prevista e concertada anteriormente. No dia 6 de Junho, o secretário-geral da ONU fez a sua declaração informativa, anunciando ao Conselho de Segurança²⁵⁵ a ocorrência deste facto, bem como o de a UNAVEM ter cumprido a sua missão, de forma cabal e eficiente.

2.2 Antecedentes

Em 1975, livre do seu passado colonial português, Angola deixa para atrás também um longo conflito de guerrilha, que durou mais de 15 anos depois da obtenção da independência. O governo português fez uma tentativa para pôr em execução um programa quadrilateral para a concertação do futuro pós-colonial, no Acordo de Alvor, em que estiveram presentes os três movimentos de libertação: o MPLA, a FNLA, e a UNITA. Porém, o Acordo de Alvor não se concretizou, não evitando que os três movimentos se virassem uns contra os outros, e que eclodisse uma luta armada pelo poder em todo o território do país. As partes beligerantes receberam ajuda de países estrangeiros, como por exemplo de Cuba, da África do Sul, da União Soviética e dos Estados Unidos. A África do Sul enviou tropas contra o MPLA e como resposta, a União Soviética e Cuba também procederam da mesma forma contra a UNITA. O MPLA proclamou a República Popular de Angola no dia 11 de Novembro de 1975. Embora a força militar da FNLA tivesse deixado de ter impacto, a UNITA continuava a sua luta, sobretudo nas zonas rurais do país. A primeira Missão de Verificação em Angola da Organização das Nações Unidas (UNAVEM I)

²⁵⁴ http://www.unhcr.org/refworld/country_RESOLUTION.AGO_3b00f17374.0.html (descarregado em 20.11.2012).

²⁵⁵ Itens relacionados com a situação em Angola: http://www.un.org/en/se/repertoire/89-92/Chapter%208/AFRICA/item%2001_Angola.pdf (descarregado em 20.11.2012).

foi criada no contexto internacional da Guerra Fria, em que as partes em oposição tinham que encontrar uma solução para uma situação complexa, que englobava não só um país, mas uma região geopolítica inteira.²⁵⁶

2.3 A criação da UNAVEM I.

A criação da UNAVEM I em Dezembro de 1988 foi obra de um processo diplomático complexo, que se traduziu na Resolução 435 (1978) do Conselho de Segurança da ONU,²⁵⁷ visando preservar a paz e a estabilidade da região. No dia 22 de Dezembro de 1988 foi assinado oficialmente, na sede da ONU, em Nova Iorque, um acordo entre Angola, Cuba e África do Sul, que “pretendia instaurar a paz na região sudoeste da África”.²⁵⁸ Este acordo abriu o caminho tanto para a proclamação da independência da Namíbia e a retirada das tropas cubanas do território de Angola, como ainda para prosseguir os ulteriores passos para paz num contexto regional mais alargado. Angola e Cuba assinaram também um acordo sobre a retirada total e definitiva das tropas cubanas estacionadas em Angola, que eram calculadas em 50.000 efectivos. Em troca, a África do Sul aceitava a independência da Namíbia.

No dia 17 de Dezembro, após a assinatura dos acordos supramencionados, Cuba e Angola pediram ao secretário-geral da ONU que esta organização propusesse ao Conselho de Segurança a criação de um grupo de observadores sob a sua égide, que vigiarão a execução dos acordos. O objectivo, portanto, era a fiscalização e controlo internacional dos acordos assinados pelas duas partes e pelo Conselho de Segurança, respectivamente. A 20 de Dezembro, na sua Resolução 626 (1988),²⁵⁹ o Conselho de Segurança das Nações Unidas decretou a criação da UNAVEM I, por um período de 31 meses, período alargado por mais um mês do que a data prevista para a conclusão da retirada das tropas cubanas (1 de Julho de 1991).

A Resolução entrou em vigor a 22 de Dezembro, depois de terem sido assinados os acordos entre Cuba, Angola e África do Sul. Pouco tempo depois, o Conselho de

²⁵⁶ Com uma mediação norte-americana em Nova Iorque, surge o acordo em Dezembro de 1988, em virtude do qual as tropas cubanas deveriam retirar-se de Angola até 1991, e a África do Sul, por seu turno, dar independência à Namíbia em 1990. Para acompanhar o processo de paz foi criada a Missão de Verificação em Angola da ONU, que operou entre Janeiro de 1989 e Junho de 1991. Na fronteira entre Angola e Namíbia surge uma outra missão, o Grupo de Assistência da Transição da ONU (United Nations Transition Assistance Group, UNTAG) que iria controlar a separação das partes beligerantes. A guerra que fez de Angola um dos pontos de confrontação mais importantes da Guerra Fria, tirou a vida a centenas de milhares pessoas, forçando também milhões de angolanos a abandonarem os seus domicílios. Cf. os preâmbulos dos Acordos de Paz (Peace Agreements: Angola). <http://www.usip.org/publications/peace-agreemnets-angola> (descarregado em 20.10.2012).

²⁵⁷ <http://www.un.org/documents/sc/res/1978/scres78.htm> (descarregado em 20.10.2012).

²⁵⁸ From military peace to social justice? The Angolan peace process: <http://www.c-r.org/accord/angola> (descarregado em 20.10.2012).

²⁵⁹ http://www.unhcr.org/refworld/country_RESOLUTION.AGO_3b00f17374.0.htm (descarregado em 20.10.2012).

Segurança criou o Grupo de Assistência à Transição da ONU, na Namíbia, o UNTAG.²⁶⁰

2.4 A verificação da retirada de tropas

A UNAVEM I²⁶¹ começou a exercer a sua actividade a partir do dia 3 de Janeiro de 1989, quando chegou a Luanda, capital de Angola, o primeiro contingente de observadores, composto por 18 militares. A sua primeira tarefa consistiu em presenciar, verificar e apresentar informações sobre a saída da primeira unidade cubana, composta por 450 soldados, no dia 10 de Janeiro de 1989. Pouco tempo depois, o número do contingente da missão aumentou para 70 observadores. Estes tinham que controlar todos os movimentos de Angola e para Angola, tanto de tropas como de equipamentos e de armas, com particular atenção aos portos marítimos, como os localizados nas cidades de Cabinda, Lobito, Luanda e Namibe, bem como ao aeroporto de Luanda. Uma vez concluída a retirada das tropas cubanas na parte meridional de Angola, o número dos observadores militares internacionais desceu para 60 pessoas. De uma forma geral, pode concluir-se que as operações relativas à retirada das tropas cubanas com base no acordo bilateral cubano-angolano avançaram bem, ou até mais rápido do que o previsto inicialmente.

O secretário-geral da ONU foi informado por parte dos governos de Cuba e de Angola no dia 22 de Maio de 1991 de que a retirada total e definitiva das tropas cubanas seria concluída com um mês de antecedência em relação à data agendada. A 6 de Junho, o secretário-geral da ONU apresentou esta informação ao Conselho de Segurança,²⁶² declarando ter executado a UNAVEM todas as tarefas incumbidas no seu mandato. Agradeceu aos governos de Cuba e de Angola pelo trabalho e empenho na execução – com um mês de antecedência em relação ao que fora previsto – do objetivo, tornando possível desta forma serem alocados os recursos materiais da missão para os desígnios previstos na Resolução 696 do Conselho de Segurança, de 30 de Maio de 1991.²⁶³ O secretário-geral das Nações Unidas enfatizou o sucesso da UNAVEM, reforçando a ideia de que com a total colaboração das partes envolvidas, qualquer missão de paz da ONU poderá chegar a resultados positivos semelhantes.

Após a retirada das tropas cubanas, a comunidade internacional voltou a presenciar uma oportunidade para que as prolongadas hostilidades entre as forças do governo e a UNITA pudessem ser superadas por via pacífica. Por esta razão, em Abril de 1991, começaram várias sessões de negociação entre a UNITA e as forças do governo, acompanhadas pela mediação e a presença de observadores dos países da „Troika”²⁶⁴. Estas negociações levaram a um acordo de paz, conhecido por Acordos

²⁶⁰ United Nations Transition Assistance Group.

²⁶¹ <http://www.un.org/Depts/DPLO/Missionas/unavem1/unavem1.htm> (descarregado em 13.11.2012).

²⁶² Itens relacionados com a situação em Angola: http://www.un.org/en/se/repertoire/89-92/Chapter%208/AFRICA/item%2001_Angola.pdf (descarregado em 30.11.2012).

²⁶³ http://www.unhcr.org/refworld/country_RESOLUTION.AGO_3b00f16117.0.htm (descarregado em 30.11.2012).

²⁶⁴ Portugal, Estados Unidos e União Soviética.

de Bicesse ou Acordos de Paz para Angola²⁶⁵, que foram assinados por parte do governo por José Eduardo dos Santos, primeiro ministro de Angola, e por Jonas Savimbi, presidente da UNITA.

Os Acordos de Paz para Angola abrangeram quatro grandes tópicos:

um acordo de cessar-fogo,

as principais linhas conceituais para a construção da paz,

um projecto para debater os problemas a solucionar entre o governo e a UNITA;

e o protocolo de Estoril.

3. A segunda Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II, Maio de 1991 - Fevereiro de 1995)²⁶⁶

O Acordo de Paz entrou em vigor a 15 de Maio de 1991. Dois dias depois, o secretário-geral da ONU recebeu uma carta do governo angolano, na qual pedia a participação da ONU na fiscalização e execução do referido acordo. No dia 20 de Maio de 1991, o secretário-geral da ONU propôs ao Conselho de Segurança²⁶⁷ criar um segundo mandato para a missão de verificação UNAVEM, para continuar o controlo da execução dos pontos previstos no dito acordo. A UNAVEM II foi incumbida de verificar o cessar-fogo, bem como de controlar a imparcialidade na formação da polícia angolana, cujo mandato cobria todo o território do país. O número limite seria de 350 observadores militares e 90 observadores policiais, todos de composição internacional e sem armas.

A missão foi criada com base no disposto na Resolução 696 (1991) do Conselho de Segurança da ONU,²⁶⁸ no dia 30 de Maio, pelo período dos 17 meses subsequentes, para cumprir as tarefas supramencionadas, bem como para a observação das eleições (legislativas e presidenciais) previstas para o Outono de 1992. A UNAVEM II tinha os seguintes objectivos:

a observação do cessar-fogo durante a sua vigência, seguida pela observação da actividade da polícia a seguir ao cessar-fogo, de acordo com o convencionado pelos partidos;

a observação e o controlo das eleições legislativa e presidencial respectivamente;

²⁶⁵ <http://www.incore.ulst.ae.uk/services/cds/agreements/pdf/eng1.pdf> (descarregado em 06.11.2012).

²⁶⁶ <http://www.un.org/en/peacekeeping/missionss/past/Unavem2/Unavem2.htm> (descarregado em 10.12.2012).

²⁶⁷ http://www.unher.org/refworld/country_RESOLUTION.AGO_3b/f16117.0.html (descarregado em 10.12.2012).

²⁶⁸ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/011/06/IMG/NR001106.pdf> (descarregado em 10.12.2012).

o incentivo às partes para voltarem a reunir-se em futuras sessões de negociação, com o intuito de manter a paz alcançada;

a verificação e observação do cumprimento do disposto no Acordo de Lusaka.

3.1 A verificação do cessar-fogo

As partes opostas do conflito assinaram o Acordo de Paz a 30 de Maio de 1991. No terceiro dia a contar da assinatura, 2 de Junho de 1991, já estava no terreno o primeiro grupo de observadores militares internacionais. Pouco tempo depois, já estavam presentes outros grupos de observadores em 46 cenários, nomeadamente em acampamentos onde tinham sido reunidos e acantonados soldados das duas partes durante a vigência do acordo de cessar-fogo, bem como em locais tidos como “críticos”, do ponto de vista das operações militares (portos marítimos, aeroportos, estações de controlo de passagens de fronteiras).

A tarefa principal das forças de manutenção da paz era o controlo e acompanhamento do funcionamento dos grupos de observação mistos, compostos por um número equitativo de observadores delegados pelas forças governamentais e da UNITA. O papel destes era verificar o acatamento do cessar-fogo em determinados pontos de deslocação. Os grupos de observação da UNAVEM II, para além do seu papel principal, ofereciam ajuda em diferentes actividades de investigação e na indagação de alegados casos de violação do cessar-fogo. O controlo da imparcialidade da polícia angolana era levado a cabo por grupos de observação de composição idêntica, cuja actividade era observada e acompanhada pelos observadores policiais. Os polícias destes grupos de observação da ONU visitavam juntos diferentes esquadras de polícia locais e regionais, instalações penitenciárias e prisionais, etc., para recolherem informações sobre processos em curso de alegadas violações de direitos humanos e de índole política. Em Outubro de 1991 os polícias tinham ocupado os seus postos em todas as 18 províncias angolanas. Entre os efectivos que serviam nesta missão, contavam-se 350 militares, 89 polícias, 14 médicos militares, 54 funcionários civis internacionais e 41 funcionários locais.

A UNAVEM II dispunha de uma unidade de apoio civil, composta por um avião de carga, 12 helicópteros menores, e em caso de necessidade, um acesso a aviões de carga pesados e outros aviões de transporte de passageiros. Segundo o convencionado entre as partes, os que serviam na manutenção da paz, para além do seu mandato original, desempenhavam ainda as seguintes funções:

controlo do número de soldados, bem como do seu armamento, controlo este feito de forma contínua nos pontos de concentração dos efectivos (em casernas/guarnições/quartéis/campos militares), pelo menos 3 vezes por dia, por contagens repetidas, sendo a informação passada para o centro, em Luanda;

tarefas de acessoria em dificuldades pontuais eventualmente surgidas nos pontos de concentração ou acantonamento;

além dos observadores, estava presente nos mesmos pontos de concentração representantes de diferentes organizações humanitárias, que exerciam funções no asseguramento da distribuição alimentar e de água potável.

A cooperação entre as partes envolvidas não foi automática e nem isenta de fricções e de dificuldades ao longo da execução do Acordo de Paz. Embora não se tenham verificado casos graves de violação do cessar-fogo, para os observadores era visível e evidente o conflito, o ódio e a discórdia. Nos pontos de concentração (acantonamentos) o relacionamento entre as partes opostas era também envenenada por questões logísticas quotidianas, sobretudo quando era possível culpabilizar a outra parte pelos problemas.

A concentração dos efectivos das unidades das forças em conflito, de facto, não foi realizada até Outubro de 1991, a data agendada, como também não foi conseguida a criação dos grupos de observação policiais. As causas supramencionadas tinham minado a confiança mútua entre as partes envolvidas no conflito. Enquanto as instituições de verificação e de observação tentavam solucionar os problemas, o ambiente político e de segurança mantinha-se vulnerável, e a situação tensa. Aos observadores da missão de paz chegavam contínuas informações sobre acontecimentos violentos, ameaças, intimidações e provocações, em que as partes se acusavam mutuamente.

3.2 A observação das eleições

Tal como disposto no Acordo de Paz, as partes comprometiam-se a garantir a realização de eleições livres e justas sob o controle de observadores internacionais. Em Dezembro de 1991 o governo angolano pediu ajuda técnica à ONU para a organização, realização e o controlo de todo o processo eleitoral²⁶⁹, incluindo a data da sua realização, prevista para o Outono de 1992. Em Janeiro de 1992 o governo angolano assinou um Acordo Técnico.

O secretário-geral das Nações Unidas informou o Conselho de Segurança da nomeação de Margaret Joan Anstee (Reino Unido) como sua enviada especial para Angola. A sua função principal consistia, na qualidade de dirigente número um da UNAVEM II, em coordenar toda a actividade ligada ao processo de paz. A 3 de Março, data que coincidia com a visita da enviada especial em Angola, o secretário-geral da ONU enviou num parecer as suas propostas ao Conselho de Segurança relativas à observação das próprias eleições.

²⁶⁹ Angola Presidential and Legislative Elections, September 29-30 1992, Report of the IFES Observation Mission:

http://www.ifes.org/Content/Publications/Reports/1992/Angola_Presidential_and_Legislative_Elections_September_29-30-1992_Report_of_the_IFES_Observation.aspx (descarregado em 01-12-2012)

Com a sua Resolução 747 (1992),²⁷⁰ o Conselho de Segurança da ONU alargou o mandato da missão, incumbindo-a de funções para a observação das eleições. A partir de Março de 1992 começou a funcionar em Luanda um Gabinete do Enviado Especial do secretário-geral da ONU. Para além do funcionamento dos observadores militares e policiais, bem como dos funcionários internacionais e locais civis da ONU, começou a funcionar também um Departamento Eleitoral. Por seu turno, este Departamento Eleitoral criou outras subdivisões em Luanda e nas sedes das 18 províncias das seis regiões do país. Nestes novos gabinetes foram colocados cerca de 100 funcionários, consagrados ao processo eleitoral. Deve-se esclarecer porém, que não foram estes que organizaram as eleições, o papel da ONU limitava-se à vigilância e observação da realização das eleições, uma vez que a organização era responsabilidade do Conselho Nacional Eleitoral (NEC em inglês²⁷¹). Nas eleições podiam concorrer todos os partidos políticos, cuja fundação e funcionamento cumprissem a lei, que podiam obter um apoio técnico dos peritos do Programa de Desenvolvimento da ONU (UNDP²⁷²). As eleições e os seus preparativos consistiram em quatro etapas principais:

O registo dos eleitores (20 de Maio - 10 de Agosto)

A campanha eleitoral (29 de Agosto - 28 de Setembro)

As eleições legislativas e presidenciais (29 e 30 de Setembro)

A contagem dos votos, a investigação das queixas apresentadas e o anúncio do resultado final, por parte do presidente do Conselho Nacional Eleitoral, no dia 17 de Outubro.

O secretário-geral da ONU, no seu parecer apresentado ao Conselho de Segurança no dia 9 de Setembro, destacou que o resultado do registo eleitoral tinha ultrapassado as suas expectativas, uma vez que, de acordo com informações do Conselho Nacional Eleitoral, dos 5,3 milhões de potenciais eleitores tinham sido registados 4,8 milhões de votantes, o que correspondia a uma adesão na ordem dos 92%²⁷³. No total tinham sido apresentados candidatos por parte de 18 partidos políticos. Toda a campanha eleitoral tinha decorrido sem terem sido registados distúrbios, ou recursos à força, se bem que houvesse acusações mútuas entre o MPLA e a UNITA. Foram apresentadas queixas, mesmo assim, mas mais por parte dos partidos menores, relativas a uma presença militar contínua (tanto de soldados do governo como da UNITA), o que ia contra as disposições de desarmamento. Outras queixas referiam-se à deslocação de unidades para zonas que afectavam o anterior acantonamento, à lenta criação das Forças Armadas Angolanas, ou ainda à impossibilidade de acesso aos *media* em tempos de antena, que eram dominados pelo governo, tanto no caso da Rádio, como nos canais de televisão.

²⁷⁰ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/011/06/IMG/NR001106.pdf> (descarregado em 01.12.2012).

²⁷¹ National Electoral Council.

²⁷² United Nations Development Programme.

²⁷³ <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/Unavem2/UnavemIIB.htm#observations> (descarregado em 01.12.2012).

Os observadores da eleição da missão UNAVEM II tinham acompanhado a campanha, participado em programas de esclarecimento e de formação da população civil, bem como divulgado informações sobre o papel das Nações Unidas. Como a grande parte do sistema rodoviário continuava a ser inacessível ou inseguro, para poderem chegar aos centros eleitorais menores e mais longínquos, os observadores eleitorais receberam também o apoio de transporte aéreo, o que facilitou o seu trabalho. Tal apoio estendeu-se até ao momento das eleições, que decorreram nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992, altura em que chegaram aos centros de votação os seus 400 funcionários, que se deslocaram em pares de observadores, a 4000 círculos eleitorais – do total de 6000 – em 164 localidades de 18 distritos angolanos, para efectuarem a verificação da legalidade das eleições.

No que diz respeito à função principal da UNAVEM II, a observação militar continuou a verificar a concentração de combatentes e armamento nos pontos de acantonamento até 27 de Setembro de 2012, altura em que ambas as forças militares, tanto as governamentais da FAPLA²⁷⁴ como a FALA²⁷⁵ da UNITA, foram extintas. Ao aproximar-se a data das eleições, o processo de desarmamento tinha adquirido um ritmo maior. A 7 de Outubro, 80% dos efectivos das forças armadas governamentais, calculadas em 96.620 soldados, entregaram as suas armas e começou o seu processo de reintegração na esfera civil da sociedade. No mesmo programa participaram muito menos elementos da UNITA. Os observadores policiais da ONU continuaram a fiscalizar o funcionamento neutro da polícia, verificando porém que a criação de uma polícia nacional unificada dava passos mais lentos do que o seu congénere militar.

3.3 A UNITA não aceita os resultados eleitorais

A enviada especial da ONU em Angola publicou uma tomada de posição a 1 de Outubro de 1992²⁷⁶, na qual expressou que, pese os problemas organizativos e logísticos, a maioria dos eleitores tinha feito uso do seu voto, acatando a ordem e de modo pacífico. Mesmo assim, a 3 de Outubro a UNITA e alguns outros partidos apresentaram queixa por alegadas irregularidades, fraudes ampla e sistematicamente ocorridas. O secretário-geral da ONU pediu então ao líder da UNITA, Jonas Savimbi, para não rejeitar os resultados da eleição e esperar pelos resultados da averiguação das queixas apresentadas em curso, bem como para entabular negociações com José Eduardo dos Santos. A averiguação das queixas era tarefa do Conselho Nacional Eleitoral, em que participavam também peritos delegados por parte da UNAVEM II.

Foram enviadas comissões de indagação a todas as 18 províncias. Os investigadores não encontraram porém provas de alegadas irregularidades e fraudes que pudessem levar à contestação dos resultados finais das eleições. Entretanto, chegaram notícias sobre graves violações do Acordo de Paz, quando em começos de Outubro, 11 dos antigos generais da UNITA, incluindo o chefe máximo das fileiras do exército da

²⁷⁴ Na terminologia inglesa: People's Armed Forces for the Liberation of Angola.

²⁷⁵ Na terminologia inglesa: Armed Forces of the Liberation of Angola.

²⁷⁶ <http://daccess-ods.un.org/access.ns.Get?Opens&s/1992/24623&LANG=e> (descarregado em 20.12.2012).

UNITA, abandonaram as Forças Armadas Angolanas recentemente institucionalizadas, dando como motivo as alegas fraudes e falsificações dos resultados eleitorais. Devido a estes acontecimentos, o Conselho de Segurança enviou a Angola uma comissão ad hoc (composta por Cabo Verde, Marrocos, Rússia e Estados Unidos), cuja tarefa consistia em convencer as partes a continuarem com a agenda estabelecida no Acordo de Paz.

A despeito dos esforços diplomáticos supramencionados, a situação política e militar piorou no país. A 17 de Outubro de 1992 o Presidente do Conselho Eleitoral Nacional anunciou os resultados oficiais finais da eleição:²⁷⁷ 91% dos eleitores tinha feito uso do seu voto e as eleições legislativas tinham sido ganhas pelo MPLA, com 53,74% dos votos, ao passo que a UNITA tinha alcançado 34,1%. Nas eleições presidenciais, José Eduardo dos Santos (MPLA) recebeu 49,57%, e o seu opositor, Jonas Savimbi (UNITA), 40,07% dos votos, não tendo conseguido, portanto, nenhum dos candidatos o limite dos 50%, o que implicava a organização de uma segunda volta. No seu comunicado de 17 de Outubro, a enviada especial da ONU anunciou que durante as suas indagações não tinham sido encontradas provas dos alegados actos fraudulentos, e deste modo os resultados oficiais anunciados a 17 de Outubro eram aceitáveis, afirmando ainda que as eleições organizadas nos dias 29-30 de Setembro, pese as dificuldades, na sua generalidade tinham sido livres e justas.

Anunciados os resultados eleitorais, a UNITA empreendeu contra o governo um ataque generalizado, a nível nacional. Foi a vez da ONU reiterar, afirmando que as partes deviam cumprir as suas promessas, e trabalhar para a realização do que fora negociado, nos trâmites do Acordo de Paz. O comunicado fazia referência aos soldados, que deviam voltar para as respectivas guarnições, ser realizado o seu desarmamento e transferência para os seus domicílios, caso não integrassem as novas Forças Armadas Angolanas. O comunicado chamava ainda a atenção da UNITA, para respeitar e aceitar os resultados das eleições, incentivando os dois dirigentes a sentarem-se para começar o diálogo a favor da realização da segunda volta eleitoral. Tendo analisado as informações que falavam sobre hostilidades violentas escalonadas, o Conselho de Segurança da ONU decretou a sua Resolução 785 (1992)²⁷⁸, em que alargava o mandato da UNAVEM II até 30 de Novembro de 1992, bem como aprovava a tomada de posição da enviada especial do secretário-geral da ONU sobre o carácter livre e justo das eleições realizadas.

A 31 de Outubro eram reacesas as lutas, cada vez mais duras, sobretudo nas imediações de Luanda, entre as forças governamentais e as unidades armadas da UNITA. Graças aos esforços diplomáticos do secretário-geral e dos estados-membros da ONU, a 2 de Novembro foi conseguido um cessar-fogo. A UNAVEM II, presente em 67 lugares diferentes do país, trabalhava por seu turno para preservar esse frágil cessar-fogo. O serviço dos representantes da missão consistia em patrulhar os nós de conflito mais neurálgicos, e contribuir para estabelecer um diálogo entre as partes envolvidas. No seu parecer detalhado de finais de Novembro

²⁷⁷ Parllimentary Chamber: Assembleia nacional, elections held in 1992:

http://www.ipu.org/parline_e/reports&arc/2007_92.htm (descarregado em 20.12.2012).

²⁷⁸ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N92/665/54/IMG/N9266554.pdf> (descarregado em 20.12.2012).

de 1992,²⁷⁹ o secretário-geral pediu a prorrogação do mandato da missão até 31 de Janeiro de 1993. Salientou que, ainda que lhe parecesse prematura uma análise da situação, poder-se-ia concluir que as lutas reacesas se prendiam com o facto de terem sido desrespeitados pontos cruciais do Acordo de Paz. Assim, por exemplo, o processo de desarmamento, entrega das armas e repatriação dos soldados era lento demais, ou muito pouco eficiente. Também não se tinha conseguido proceder à organização das Forças Armadas nacionais integradas, havendo um insucesso no funcionamento das autarquias locais e uma demora na criação de um corpo policial neutro. Parecia ser pouco, afinal, um período de 16 meses para restabelecer a confiança, a tolerância e o respeito mutuamente perdidos entre as partes que se vinham opondo ao longo dos largos anos da guerra civil. Ao mesmo tempo, sublinhou que era também cedo demais para abdicar da criação e fortalecimento da paz, lembrando que ambas as partes se tinham comprometido, mais de que uma vez, a prosseguir novas negociações. Em resposta, a 30 de Novembro, o Conselho de Segurança na sua Resolução 793 (1992)²⁸⁰ prorrogou o mandato da UNAVEM II até o dia 31 de Janeiro de 1993.

Simultaneamente, a enviada especial do secretário-geral da ONU conseguia reunir-se com os altos representantes das partes do conflito, na cidade de Namibe, que aceitaram a validade do Acordo de Paz, bem como prometeram efectuar um cessar-fogo imediato e a suspensão dos movimentos das tropas, para o qual pediam o apoio da ONU. Pese estes desenvolvimentos promissores, pouco tempo depois, as negociações foram interrompidas, porque as unidades da UNITA ocuparam a capital da província nortenha, Uíge, e o aeroporto estrategicamente importante na proximidade de Negage, no dia 29 de Novembro. Foram numerosas as tentativas para recomençar o diálogo interrompido entre as partes, incluindo um convite de visita do secretário-geral da ONU, mas a situação continuava a piorar, voltando a acontecer graves combates por quase todo o país. Naturalmente, cada facção atribuía à outra parte a responsabilidade pela luta reacesa.

No seu parecer de 21 de Janeiro de 1993²⁸¹, o secretário-geral declarou que, não obstante todas as iniciativas e empenho, Angola voltava a experienciar a guerra civil, provavelmente pior do que a vivida no período anterior a 1991. As lutas que se travavam nas cidades e em territórios mais densamente povoados não conheciam precedentes nos 16 anos que levava o conflito. A guerra, que se desenrolava numa extensa área, o colapso das capacidades do governo, e muito particularmente na criação administração local, traduziu-se numa fome generalizada para o povo, que respondia a esta situação fugindo do país assolado pela guerra cruel. A situação humanitária, já em si mesma grave, passou a ser catastrófica, pois o número e actividade das organizações humanitárias que se tinham prontificado a estar presentes no terreno diminuiu consideravelmente.

²⁷⁹ <http://daccess-dds-ny.un.org/en/peacekeeping/missions/past/Unavem2/UnavemII.htm> (descarregado em 20.12.2012).

²⁸⁰ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N92/761/01IMG/N9276101.pdf> (descarregado em 10.12.2012).

²⁸¹ <http://daccess-dds-ny.un.org/en/peacekeeping/missions/past/Unavem2/UnavemII.htm> (descarregado em 01.12.2012).

3.4 O quadro humanitário²⁸²

No contexto duma guerra civil é a população civil que sofre as maiores perdas. Segundo as estimativas, em 1993 morriam cerca de 1000 pessoas por dia, incluindo, e em grande número, idosos, mulheres e crianças. Mesmo assim, a Organização Mundial conseguiu fazer chegar ajuda humanitária a aproximadamente 2 milhões de pessoas. Nos finais de Abril de 1993, começou a funcionar, sob a égide do Gabinete da Enviada Especial do secretário-geral da ONU, uma unidade de coordenação de assistência humanitária²⁸³ em Luanda. As instituições e programas da ONU fizeram um esforço redobrado para ajudar os carentes e necessitados, mas fazer chegar esta ajuda à região-centro do país era praticamente impossível. Como fruto das constantes, insistentes mediações entre as partes, bem como o atenuamento das lutas a um nível nacional, em Outubro de 1993 é que conseguiram levar ajuda humanitária a certas cidades sitiadas como, por exemplo, Kuito, ou Huambo, cuja população estava há largos meses cortada do acesso de qualquer assistência humanitária internacional. Nestas localidades, a crónica subnutrição tinha atingido já 35% da população, e morrer de fome era uma situação diária.

A ONU empreendeu uma acção de assistência humanitária de grande envergadura, encabeçada pelo Programa Alimentar Mundial (WFP),²⁸⁴ viabilizando um suporte logístico próprio para o transporte aéreo das doações das distintas organizações da ONU. Esta acção durou apenas meio ano (entre Novembro de 1993 e Abril de 1994), já que voltou a eclodir uma luta ainda mais sangrenta entre as partes, que foram exortadas nas negociações propostas pela ONU, a tornar a garantir a segurança dos funcionários das organizações humanitárias, possibilitando continuar-se a fazer chegar ajuda aos necessitados. Dados os elevados e aumentados riscos, e pela falta de operabilidade de vôos, as actividades humanitárias tiveram que ser suspensas entre Maio e Agosto de 1994. Em Junho de 1994, o secretário-geral da ONU chamou à atenção do Conselho de Segurança para a violação cada vez mais grave dos direitos humanos e o agravamento dos riscos e perigos a que eram expostos os funcionários das organizações humanitárias. O Conselho de Segurança, por seu turno, insistiu junto das partes para a viabilização e garantia da segurança pessoal dos funcionários da ONU, para que se pudesse dar continuidade à assistência humanitária às pessoas necessitadas de tal ajuda. Pese os graves problemas de índole logística, os programas humanitários da ONU continuaram a dar assistência a 3,5 milhões de angolanos, para além das centenas de milhares de refugiados, que aguardavam o fim das hostilidades no Congo, Zaire, Zâmbia e Namíbia.

²⁸² Extraído de informes da United Nations Humanitarian Assistance Coordination Unit e de outras organizações afins da ONU:

<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/Unavem2/UnavemIIB.htm#humanitarian> (descarregado em 14.12.2012).

²⁸³ United Nations Humanitarian Assistance Coordination Unit (UCAH).

²⁸⁴ World Food Programme: <http://www.wfp.org/> (descarregado em 14.12.2012).

4. A renovação do mandato da UNAVEM

Após o começo da nova crise, o papel fundamental da UNAVEM foi contribuir para que se restabelessem as negociações entre as partes envolvidas. De qualquer modo, o secretário-geral afirmou que o sistema de observação de composição mista, previsto no mandato original da UNAVEM II passou a ser cada vez menos relevante. A função de mediação também não pôde ser aprofundada, devido ao contexto da situação de segurança deteriorada. Além de isso, os observadores militares e policiais que prestavam o seu serviço nos pontos de deslocação estavam expostos ao perigo físico devido ao escalonamento da crise, até ao ponto de ter havido a necessidade de capacetes azúis serem evacuados de 45 dos 67 pontos de observação.

O secretário-geral da ONU concluiu que se apresentavam três alternativas para o futuro da missão da UNAVEM II. A primeira opção era a de manter o seu número de efectivos, a segunda propunha a diminuição da sua presença provincial, e a terceira – a favorita em relação ao futuro da UNAVEM II – de que todos os observadores em serviço na operação se concentrariam em Luanda e num outro ponto de concentração. Esta terceira situação deixaria abertas as portas à continuação da actividade da UNAVEM II, caso tivessem resultado as negociações da enviada especial do secretário-geral da ONU para Angola. Tendo em conta este desiderato, na sua Resolução 804 (1993),²⁸⁵ o Conselho de Segurança da ONU prolongou em mais três meses o mandato da UNAVEM II, ou seja, até 30 de Abril de 1993. Partindo da análise prévia da situação de segurança existente naquele momento, o secretário-geral da ONU autorizou que a maioria do contingente em serviço na missão fosse concentrada em Luanda e em mais alguns pontos de observação escolhidos, com a condição de que logo que fosse possível, os efectivos e respectivo equipamento voltariam a instalar-se nos seus pontos de observação anteriores. O Conselho de Segurança impôs cumprirem as partes um cessar-fogo a ser estipulado, o reinício de um diálogo contínuo e que o estabelecimento de um acordo com uma nova agenda para cumprir o que fora disposto no Acordo de Paz violado.

Nos meses que se seguiram a ONU voltou a prorrogar repetidas vezes o mandato da UNAVEM II, possibilitando aos capacetes azúis a mediação entre as partes e *modus operandi* do processo da paz e do cumprimento do cessar-fogo, tanto ao nível local como nacional.

Finalmente as partes voltaram a reunir-se, desta vez na Etiópia (Addis Abeba), onde discutiram as bases para o recomeço do diálogo, de modo a viabilizar o processo de paz. Na primeira fase destas negociações (entre 27 e 30 de Janeiro de 1993), o governo e a UNITA chegaram a um acordo em várias das questões importantes, sem no entanto resolverem as de carácter crucial, imprescindíveis para o cessar-fogo. A segunda volta das negociações teve que ser cancelada devido à ausência da comitiva de negociação da UNITA. No entanto, como fruto de repetidos esforços, a continuação das negociações foi acordada para Abril em Abijão, na Costa de Marfim, que de resto voltaram a ser suspensas em Maio seguinte.

²⁸⁵ http://www.unher.org/refworld/country_RESOLUTION.AGO_3b00f11643c.0html (descarregado em 10.12.2012).

Mesmo durante o período das negociações, os capacetes azuis foram vítimas de várias agressões físicas e verbais, de que apontamos apenas para alguns exemplos:

- Um observador militar da Jordânia, Fyez Shdaifat, foi raptado em Cabinda no dia 23 de Fevereiro de 1993; depois de longas negociações foi libertado a 15 de Março de 1993, numa intervenção da UNDP que operava no Zaire.

- A 6 de Março de 1993, também na província de Cabinda, o acampamento da UNAVEM foi atacado por um grupo armado desconhecido, com granadas e armas pesadas; durante o ataque, o polícia holandês Herman Palm foi lesionado num braço.

- A 19 de Março de 1993 um dos aviões da ONU foi ocupado por tropas da UNITA na proximidade de Toto, a cerca de 100 quilómetros de Uige, e só quatro horas depois foi abandonado, sob ordem superior.²⁸⁶

Esperançado num possível desenvolvimento positivo da situação, o Conselho de Segurança na sua Resolução 864 (1993)²⁸⁷, do dia 15 de Setembro, dilatou em mais três meses o mandato da UNAVEM II. Na altura da tomada desta Resolução, os observadores da UNAVEM II exerciam a sua actividade em cinco locais de actuação, patrulhando e mantendo o contacto com as autoridades locais. Durante a sua acção apoiaram a realização de assistência humanitária, participaram em indagações policiais e outras tarefas de índole semelhante. Na mesma Resolução, a ONU condenou a UNITA devido à sua incessante actividade bélica e à violação do disposto sobre o embargo de fornecimento de armas e de derivados de petróleo. O Conselho de Segurança insistiu em que a UNITA respeitasse o Acordo de Paz de 1991 e recomencesse as negociações. A Organização Mundial, empenhando-se no seu esforço, continuou a exigir as condições prévias e necessárias para a realização de encontros, tendo esse esforço sido coroado de êxito. No dia 15 de Novembro de 1993, os representantes do governo angolano e da UNITA recomeçaram as negociações, presididas pelo representante especial do secretário-geral da ONU, Alioune Blondin Beye em Lusaka, na Zâmbia. No que diz respeito aos aspectos militares, chegaram a um acordo em finais de Dezembro de 1993, nas questões relativas à polícia em finais de Janeiro de 1994, e nos assuntos relativos às eleições em Maio, tendo também sido encontrado um consenso sobre as tarefas a desempenhar pela nova missão da ONU e pelos países observadores, em Outubro do mesmo ano. No entanto, a meta da reconciliação nacional continuava a ser o objetivo mais difícil de atingir, pois este terreno tão embaraçoso incluía também o assunto da integração dos dirigentes da UNITA nos quadros administrativos e governamentais. Após demoradas e difíceis negociações, chegou-se finalmente a um acordo nestes pontos também, em Outubro de 1994.

A 20 de Outubro de 1994, o secretário-geral da ONU propôs ao Conselho de Segurança que o mandato da UNAVEM II fosse prorrogado até 30 de Novembro, já que as partes em conflito tinham assumido o compromisso de concluírem as suas negociações com um acordo até 31 de Outubro de 1994. Na sua proposta, o secretário-geral pediu também que voltasse a ser aumentado o número do contingente anteriormente diminuído, de modo a estarem preparados em número

²⁸⁶ UNAVEM-II. Yearbook (24-25.pps) ISBN-978-010-264-7.

²⁸⁷ http://www.sipri.org/databases/embargoes/un_arms_embargoes/angola/UNSC_Res864.pdf (descarregado em 10.12.2012).

suficiente para a verificação do processo de paz, que apresenta sempre mais fragilidades nos seus primeiros tempos iniciais, tidos como críticos. Tal proposta foi apoiada pelo Conselho de Segurança, que na sua Resolução 952 (1994)²⁸⁸ declarou a prorrogação do mandato da UNAVEM II até 8 de Dezembro de 1994, bem como o aumento do número disponível de efectivos na operação. O Conselho de Segurança expressou ainda a sua disponibilidade para reforçar no futuro a presença internacional, caso viesse a ser assinado formalmente também o Protocolo de Lusaka. Finalmente, a organização internacional criou a operação UNAVEM III, para a execução e verificação do estipulado nos Acordos de Paz de Lusaka (Protocolo de Lusaka).

4.1 Os acordos de Lusaka²⁸⁹

O Acordo de Paz Global foi assinado a 20 de Novembro de 1994, na cidade de Lusaka, pelo governo de Angola, na pessoa de Venâncio de Moura, Ministro responsável pelas Relações Exteriores, pela UNITA, na pessoa de Eugénio N'golo "Manuvakola", secretário-geral, e pela Organização das Nações Unidas com o representante especial do secretário-geral da ONU, Alioune Blondin Beye.

Na cerimónia oficial da assinatura participaram numerosos chefes de estado, ministros de negócios estrangeiros e distintos convidados. Tendo em consideração os altos riscos de segurança, o presidente da UNITA Jonas Savimbi não viajou para a capital da Zâmbia, tendo estado ausente no acto cerimonial da assinatura.

O Protocolo de Lusaka consta de 10 documentos anexos, que tratam de diferentes matérias relevantes para o processo de paz, desde aspectos jurídicos e militares até aos políticos:

Agenda de trabalhos para as conversações de paz sobre Angola entre o Governo e a UNITA;

Reafirmação da aceitação pelo Governo e pela UNITA dos instrumentos jurídicos pertinentes;

Questões Militares I;

Questões Militares II;

Polícia;

Reconciliação Nacional;

Conclusão do Processo Eleitoral;

²⁸⁸ Resolução 952 (1994) do Conselho de Segurança:

http://www.unher.org/refworld/country_RESOLUTION_AGO_3b00fl16318.0.html
(descarregado em 15.12.2012).

²⁸⁹ <http://www.unhcr.org/refworld/docid/3ae6b50f4.html> (descarregado em 01.12. 2012).

Mandato da ONU, o papel dos observadores dos “Acordos de Paz” e a Comissão Conjunta;

Calendário da Aplicação do Protocolo de Lusaka;

Questões Diversas.

As principais questões militares prendiam-se com o restabelecimento do cessar-fogo, a retirada, aquartelamento e desmilitarização das forças militares da UNITA, o desarmamento de toda a população civil e a conclusão da formação das Forças Armadas Angolanas (FAA). Para além dos temas de teor fundamentalmente político, foi importante serem estabelecidas as bases para o funcionamento imparcial da polícia nacional, em que seriam integradas unidades da UNITA. Foi tratado também o papel e o mandato dos observadores da ONU, bem como a conclusão do processo eleitoral, e ainda a temática relacionada com a reconciliação nacional.

5. A Missão de Verificação de Angola III.

5.1 A criação da UNAVEM III.

Pese o facto de se ter estabelecido um cessar-fogo a 22 de Novembro, a situação da segurança em vários pontos de Angola continuava frágil ou vulnerável, dada uma tensão persistente. Os combates entre forças da UNITA e do governo continuavam em certos pontos do país, circulando notícias dos mesmos. Dadas as circunstâncias, o representante especial do secretário-geral da ONU decidiu deslocar para a província comissões militares e policiais de observação, de reduzido número quanto à sua composição, com a intenção de reforçar a missão e contribuir para o estabelecimento da imprescindível confiança entre as partes envolvidas. Assim, foram criados centros regionais em Huambo, Luena, Menongue, Saurimo e Uige, para além do já existente em Lubango. O secretário-geral da ONU enviou também uma comitiva composta por especialistas de diversas áreas, com a finalidade de elaborar uma análise técnica. Com base na informação desta comitiva, apresentou uma proposta global e abrangente ao Conselho de Segurança da ONU sobre o papel desta na implementação dos dispostos nos Acordos de Lusaka²⁹⁰. Neste seu parecer, o secretário-geral reforçou que fora informado por parte do seu representante especial em Angola de que fora acordado e mantinha-se o cessar-fogo, razão pela qual propõe o aumento do número de efectivos da UNAVEM II para o seu nível anterior, bem como a prorrogação do seu mandato até 31 de Janeiro de 1995. Tendo sido aceite esta proposta, a 8 de Dezembro o Conselho de Segurança na sua Resolução 966 (1994)²⁹¹ prorrogou o mandato da UNAVEM II até à data de 8 de Fevereiro de 1995.

²⁹⁰ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/477/60/PDF/N9447760.pdf> (descarregado em 15.12. 2012).

²⁹¹ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/491/41/PDF/N9449141.pdf> (descarregado em 15.12. 2012).

A 1 de Fevereiro de 1995 o secretário-geral da ONU apresentou as suas propostas para o mandato alargado da UNAVEM III.²⁹² Ao mesmo tempo, reafirmou que a UNAVEM II tinha conseguido aumentar o número dos seus efectivos consideravelmente: o dos observadores militares de 50 para 171, e o dos polícias de 18 para 122. A Resolução 976 (1995) do Conselho de Segurança da ONU²⁹³ criou as bases para a operação da UNAVEM III, como instrumento de apoio às partes na recuperação da paz e sua manutenção. O número máximo foi limitado em 7.000 soldados e pessoal militar de apoio, 350 observadores militares desarmados, 260 observadores policiais, 420 funcionários civis de contratação internacional, 300 funcionários contratados locais e 75 voluntários das Nações Unidas. O Conselho de Segurança pensava dar por realizado todo o seu empenho a favor dos objectivos supramencionados até Fevereiro de 1997.

5.2 O funcionamento da UNAVEM III.

O mandato da missão abarcava as seguintes áreas principais²⁹⁴:

- desempenho de funções de mediadoras entre as partes, com uma presença da ONU alargada a todo o país;
- promoção do processo de reconciliação nacional, e sua verificação, bem como do funcionamento do poder central e local;
- verificação e fiscalização do acordo de cessar-fogo e dos movimentos das tropas;
- verificação da credibilidade das informações provenientes das forças do governo e da UNITA relativas às forças militares e outras forças de repressão, bem como dos movimentos de tropas;
- apoio na escolha e organização dos pontos de concentração e de acantonamento;
- fiscalização do desarmamento e do transporte para o acantonamento dos soldados da UNITA;
- fiscalização do armamento entregue pela UNITA e do seu armazenamento;
- fiscalização do acantonamento das forças do governo, bem como da formação das Forças Armadas Angolanas integradas;
- verificação da livre circulação (de pessoas e mercadorias), fiscalização da isenção e imparcialidade da polícia angolana e fiscalização do desarmamento total da população civil;
- verificação do acantonamento das “Forças de Intervenção Rápidas” da polícia;

²⁹² <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/034/39/PDF/N9503439.pdf> (descarregado em 15.12. 2012).

²⁹³ http://www.unhcr.org/refworld/country/_RESOLUTION.AGO.,3b00f15d48,0.html (descarregado em 15.12. 2012).

²⁹⁴ http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unavem_p.htm (descarregado em 15.12. 2012).

- fiscalização das medidas de segurança relativas aos dirigentes da UNITA; apoio e coordenação dos programas humanitários directamente vinculados ao processo de paz, apoio ao programa de desminagem;

- confirmação da existência das condições indispensáveis para a realização da segunda volta das eleições presidenciais, bem como observação e fiscalização da realização das eleições.

Podemos dizer que a assinatura dos Protocolos de Lusaka abriu uma nova página no processo de paz angolana. No entanto, apesar dos muitos avanços positivos, o calendário da sua execução ou implementação acabou por acumular atrasos, devido à sempre presente falta de confiança mútua entre as forças do governo e as da UNITA, que acabaram por prejudicar e pôr em perigo a criação de uma paz duradoura. O Conselho de Segurança na sua Resolução 1075 (1996) de 11 de Outubro ²⁹⁵ sublinhou que as promessas não cumpridas, as demoras injustificáveis, principalmente por parte da UNITA, nas questões políticas e militares mais cruciais, não eram mais admissíveis. A UAVEM III elaborou um calendário geral de implementação para a execução de todas as questões pendentes, fossem militares, policiais ou políticas, para ambas as partes. Lamentavelmente as partes também não cumpriram esta agenda de actividades, tendo havido apenas pequenos desenvolvimentos positivos. Simultaneamente, dada a aproximação das datas da execução das tarefas da missão, bem como do prazo da própria missão, que estava a caducar, foi também elaborado um plano para a retirada dos elementos daquela do terreno de operações. De acordo com o referido plano, previa-se que até Dezembro de 1996 a ONU retiraria de Angola quatro unidades de infantaria, ou seja, aproximadamente 600-700 soldados.

Até Dezembro de 1996, a missão registou os seguintes resultados:

- 65.692 soldados e 4644 policias da UNITA , num total de 70.336 pessoas, foram registados e acantonados em 15 campos instalados pela ONU, dispersos por todo o território do país, e tendo a UNITA declarado neste momento não possuir mais efectivos armados;

- das 70.336 pessoas colocadas no campos de acantonamento, foram declarados 15.372 casos de desertores, o que significa que estes não estavam presentes em duas ou mais ocasiões de contagem; no fecho dos dados continuavam ausentes 3.233 pessoas;

- o comandante geral militar da UNAVEM III anunciou que até 11 de Outubro de 1996 tinham sido registadas 37.375 armas pessoais, de unidade, ou de artilharia, das quais cerca de 60% estavam funcionais. Foram também registadas 883 toneladas de materiais explosivos e munições, todos reunidos das unidades da UNITA. Simultaneamente, os dirigentes da UNITA declararam não possuírem mais armas e munições;

- relativamente aos equipamentos de comunicação, a UNITA apenas entregou à missão seis rádios HF e dois VHF. Por seu turno, os observadores da UNAVEM das

²⁹⁵ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/272/23/PDF/N9627223.pdf>
(descarregado em 15.12. 2012)

37 estações de rádio utilizadas pela UNITA visitadas, 34 foram verificadas visualmente, qualificadas e declaradas inutilizáveis. Nos três pontos de direcção e comando (em Bailundo e Angulo) as estações de rádio continuavam aptas para a utilização;

- dos 184 pontos de passagem e controlo operados pela UNITA apenas foram eliminados 110, continuando 74 em funcionamento.

O Conselho de Segurança da ONU na sua Resolução 1102 (1997)²⁹⁶ saudou os esforços feitos no sentido da reconciliação nacional. A Comissão de Observação Conjunta (composta por representantes do governo angolano, da UNITA, da ONU, dos Estados Unidos, da Rússia e de Portugal), que verificava a implementação dos dispostos nos Acordos de Lusaka, informou o secretário-geral da ONU de que, no decorrer da sua visita efectuada a Angola entre os dias 22 e 25 de Março, tinham conseguido promover e dar impulso ao processo de paz, motivando a UNITA e o governo a entabularem um novo diálogo para formar um novo governo de união. Simultaneamente, no seu parecer de 25 de Março, o secretário-geral das Nações Unidas propôs a prorrogação do mandato da missão apenas em duas semanas, até 15 de Abril, por reinar grande incerteza relativamente à data da formação do dito novo governo de união. Ao longo da visita, tanto Jonas Savimbi como José Eduardo dos Santos fizeram declarações positivas relativamente ao desenlace das negociações. Por seu turno, Alioune Blondin Beye e os representantes dos países observadores começaram intensas consultas a favor da execução do disposto na Resolução 1098 (1997)²⁹⁷ do Conselho de Segurança da ONU.

Os encontros centraram-se na formação, actividades e agenda do novo governo de união. Entre as actividades figuravam pontos como a integração dos soldados da UNITA nas novas Forças Armadas Angolanas unificadas, e a participação de mandatários da UNITA na Assembleia Nacional. No dia 21 de Março a Comissão Conjunta dos Observadores aceitou a proposta de lei sobre o estatuto especial do dirigente da UNITA, a ser aceite pelo parlamento. O Conselho de Segurança, na sua Resolução 1102 (1997)²⁹⁸, prorrogou o mandato da UNAVEM III até 16 de Abril de 1997, mas de acordo com o plano de diminuição do número de efectivos da UNAVEM, proposto ainda em Dezembro de 1996 pelo secretário-geral, o contingente baixou aproximadamente em 30% os participantes da missão para Abril de 1997, estando previstas outras diminuições até Agosto do mesmo ano.

O Conselho de Segurança, através da sua Resolução 1106 (1997)²⁹⁹, prorrogou o mandato da UNAVEM III até 30 de Junho de 1997, realçando a mudança do seu carácter, já que esta transformar-se-ia numa mera missão de observação, que concentraria a sua atenção nos aspectos políticos, policiais, relativos aos direitos humanos, e humanitários, bem como nos programas de informação social, para além

²⁹⁶ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/085/59/PDF/N9708559.pdf> (descarregado em 15.12.2012).

²⁹⁷ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/051/59/PDF/N9705159.pdf> (descarregado em 15.12.2012).

²⁹⁸ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/085/59/PDF/N9708559.pdf> (descarregado em 15.12.2012).

²⁹⁹ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/103/41/PDF/N9710341.pdf> (descarregado em 15.12.2012).

de continuar a apoiar o processo de reconciliação nacional. A Resolução encarregou ainda o secretário-geral da ONU para que, de acordo com o planeado, iniciasse a retirada das unidades militares da UNAVEM III do teatro de operações e preparasse um plano (estrutura, objectivos e orçamento) para as novas operações até 6 de Junho.

O Conselho de Segurança nesta sua Resolução instou para que as partes continuassem e acelerassem a execução das suas restantes tarefas, muito particularmente no terreno militar, com o desarmamento dos soldados da UNITA e sua integração nas forças armadas nacionais, o processo de selecção dos soldados da UNITA e dos civis para a polícia nacional, de forma a que ficassem também integrados nela. Também exortou às partes para que acelerassem o restabelecimento das unidades administrativas territoriais e locais, expressando ainda a sua esperança sobre um eminente encontro entre os dois líderes (da UNITA e do governo).

Em Agosto de 1996 Jonas Savimbi recusou-se terminantemente a aceitar a proposta do governo de Luanda que visava que aceitasse o cargo de vice-presidente do país. No entanto, antigos dirigentes da UNITA, junto dos políticos do governo de Luanda formaram em Abril de 1997 um Governo de União e Reconciliação Nacional (GURN), que embora lentamente, começou a funcionar. Finalmente, a 30 de Outubro foram votadas sanções contra a UNITA, mas pese esta tomada de posição da organização mundial, a UNITA não mostrou vontade e disposição para dissolver as suas unidades, decidindo pela continuação da guerra. Apesar de reavivadas as lutas, o governo angolano não apoiou a permanência da missão dos observadores da ONU em Angola, razão pela qual em Fevereiro de 1999 esta concluiu definitivamente as suas operações.

6. Missão de Observadores das Nações Unidas em Angola (MONUA)³⁰⁰

Esta missão “contínua” (que substituiu a extinta UNAVEM III) recebeu uma prorrogação do seu mandato até 31 de Outubro de 1997. O Conselho de Segurança tinha previamente instado veementemente ao governo angolano e à UNITA que sem mais demora completassem os objectivos políticos e militares pendentes do processo de paz, incluindo a normalização da administração pública estatal no país, a transformação da emissora de rádio da UNITA num serviço de radiodifusão não “guerrilheiro”, impondo também à UNITA a sua transformação num partido político. Foi pedido a ambas as partes que se abstivessem do recurso a qualquer tipo de força que pudesse influenciar a conclusão do processo de paz. Foi também pedido que concluíssem o registo dos seus efectivos militares, a sua desmobilização, e a integração destes nas forças armadas nacionais unificadas. Finalmente, foi pedido que se tornasse possível a liberdade de trânsito (de pessoas e mercadorias), e a conclusão do desarmamento da população civil.

³⁰⁰ <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/Monua/monua.htm> (descarregado em 20.12.2012).

6.1 A actividade da MONUA

6.1.1 Aspectos políticos:

O departamento responsável pelos assuntos políticos da MONUA prestou auxílio ao Representante Especial do secretário-geral da ONU nos seguintes itens:

- verificação do processo de construção da rede de administração pública (nacional e local);
- manutenção da abertura dos gabinetes regionais e locais, desempenho na mediação entre as partes;
- observação e fiscalização da integração dos dirigentes da UNITA nas estruturas estatais, com base no disposto no Protocolo de Lusaka e em outros acordos celebrados entre o governo e a UNITA ou de resoluções da ONU; gestão de outros assuntos na ordem do dia;
- assistência e promoção, através da presença da ONU, na criação de um ambiente de confiança nas zonas mais densamente povoadas ou expostas a tensões.

6.1.2 Aspectos policiais

Após a retirada dos militares da ONU e o melhoramento do funcionamento da administração pública, a componente policial da MONUA executava as seguintes tarefas:

- verificação do funcionamento imparcial da Polícia Nacional;
- verificação da integração dos elementos seleccionados pela UNITA na polícia nacional;
- verificação do acantonamento da Unidade de Reacção Rápida da polícia³⁰¹, bem como a sua eventual utilização;
- verificação da livre circulação de pessoas e de mercadorias,
- acompanhamento do cumprimento dos principais direitos humanos políticos, de cidadania e relativos à liberdade em geral (ponto realçado);
- realização de patrulhamentos colectivos com polícias angolanos, principalmente em regiões controladas pela UNITA,
- fiscalização de algumas prisões e, em carácter temporário, de certas capitánias e postos policiais,
- fiscalização e observação do desarmamento da população civil;

³⁰¹ A „Rapid Reaction Police” era a unidade mais bem preparada e equipada do governo angolano.

- fiscalização do armazenamento e/ou destruição das armas confiscadas;
- fiscalização das medidas de segurança para os dirigentes da UNITA.

6.1.3 No terreno dos direitos humanos:

- promoção do cumprimento dos direitos humanos básicos, de modo a prevenir as violações que vinham sendo verificadas;
- promoção do funcionamento de organizações de direitos humanos e de outras organizações não-governamentais; organização de programas de formação;
- verificação de casos de violação do respeito pelos direitos humanos, dando respostas adequadas.

6.1.4 Na esfera militar:

A componente militar incluía:

- observação do cumprimento do cessar-fogo;
- verificação de alegadas movimentações de tropas e de casos ligados a grupos armados da UNITA;
- fiscalização da eliminação dos pontos de controlo de passagem instalados pela UNITA;
- fiscalização da integração dos efectivos da UNITA nas Forças Armadas Angolanas.

6.1.5. No âmbito da ajuda humanitária³⁰²

Eram tarefas da Unidade de Coordenação de Ajuda Humanitária:

- promoção da integração na sociedade civil dos soldados da UNITA desmobilizados;
- observação de forma permanente da situação da segurança, procedendo à sua análise, bem como aos passos humanitários adequados, de acordo com as necessidades;
- desempenho da função de pontos de informação e de contacto entre os doadores e os necessitados, bem como a instalação de uma rede para estes efeitos.

³⁰² <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/Monua/monua.htm> (descarregado em 20.12.2012).

6.2 A criação da MONUA

Depois da assinatura do Protocolo de Lusaka em 1994, uma paz relativa instalou-se em Angola. Como fruto de um diálogo intenso, entabulado a vários níveis, nasceram as Forças Armadas Angolanas, a Polícia Nacional Angolana e o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional. O mandato da MOUNA, que se seguiu às operações da UNAVEM III, foi conferido pela Resolução 1118 (1997)³⁰³ do Conselho de Segurança da ONU, tomada a 30 de Junho. A Resolução apontou como áreas principais da sua actuação a manutenção da paz, a criação da unidade nacional, a construção da confiança, a criação de um contexto que favorecesse a estabilidade a longo prazo e um desenvolvimento democrático a favor da reconstrução do país. Na sua Resolução, a ONU chamou a atenção das partes (e particularmente da UNITA) para a colaboração com a missão MONUA, bem como exortou as mesmas a continuarem o diálogo e concluírem os programas iniciados nas esferas política e militar respectivamente. O Conselho de Segurança expressou a sua esperança no esclarecimento, por ambas as partes, das causas que teriam contribuído para o atraso no processo agendado pelo Protocolo de Lusaka, na resolução dos problemas e na efectivação de um encontro entre os dois presidentes. Chamou a atenção da comunidade internacional para a necessidade de continuidade do apoio humanitário através de doações, para a integração dos soldados desarmados, a reconstrução do país e a sua recuperação económica. Segundo os planos originais, a componente militar da missão da ONU seria retirada do país à medida do avanço da construção de uma administração pública, local e nacional, funcional. A componente policial seguiria dando o seu apoio nas esferas da fiscalização da neutralidade da polícia nacional e na integração nas suas fileiras dos que tenham sido seleccionados e delegados por parte da UNITA, bem como na verificação do acantonamento da Unidade de Reacção Rápida da Polícia, fiscalizando também o recurso à mesma. Tinham finalmente entre as suas incumbências, a fiscalização do desarmamento da população civil, e do armazenamento e destruição das armas retiradas, e das questões relativas à segurança dos dirigentes da UNITA.

Segundo os objectivos supramencionados, após a retirada da maioria das tropas disponibilizadas para a missão, restaria a participação de um número reduzido de observadores militares no teatro de operações. A sua competência ficaria circunscrita a actividades de observação, verificação e fiscalização das manobras militares e de outras actividades de verificação e fiscalização previstas no seu mandato, tais como das manobras e movimento de tropas, da presença dos soldados da UNITA, da procura de armazéns e paióis escondidos e actividades afins. De acordo com o plano, o prazo do fim do mandato foi fixado para 1 de Fevereiro de 1998, mas o processo de paz avançava a passos muito lentos. A administração da MONUA, por sua parte, também tinha ainda de dedicar muito tempo a finalizar tarefas suspensas ou herdadas da UNAVEM III. De entre estes itens destaca-se o desarmamento dos combatentes da UNITA, a construção do estado e do sistema de administração pública, a transformação da emissora de rádio, que continuava a sua actividade de forma ilegal. De região em região, a presença de unidades da UNITA perturbava, se não mesmo impossibilitava a criação da administração pública civil.

³⁰³ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/178/44/PDF/N9717844.pdf> (descarregado em 20.12.2012).

Apesar da profunda desconfiança enraizada entre as duas partes, os delegados da ONU e dos países observadores da “Troika” tinham conseguido avançar no terreno da criação da estabilidade política e da promoção da reconciliação nacional.

6.3 A prorrogação do mandato da MONUA

O Secretário-geral da ONU no seu parecer elaborado para o Conselho de Segurança enfatizou que tinham surgido dificuldades consideráveis no processo de operação pela paz, ditando o adiamento da retirada da componente militar, razão pela qual havia ainda 2.650 soldados estacionados no país, até Outubro de 1997. Nos sucessivos pareceres apresentados posteriormente, o secretário-geral sublinhava a inexistência de avanços decisivos no processo da paz angolana, razão pelo qual fez a proposta de prorrogação do mandato da MONUA por parte do Conselho de Segurança até 31 de Janeiro de 1998, suspendendo também a retirada dos efectivos até uma data a ser fixada posteriormente. A seguir, e em consequência do parecer apresentado, o Conselho de Segurança, na sua Resolução 1135 (1997)³⁰⁴, emitida a 29 de Outubro, decidiu prolongar o mandato da missão. Na sua Resolução, o Conselho de Segurança condenou a UNITA pelo não cumprimento das obrigações assumidas pela mesma no Acordo de Lusaka, e impôs sanções punitivas contra esta organização, que incluíram, entre outras medidas, um maior rigor na autorização de saídas para o estrangeiro dos seus dirigentes.

A diminuição do número de efectivos do contingente acabou por finalizar-se a 12 de Janeiro de 1998, pese o facto de terem continuado a existir razões para não executá-la, por motivos de segurança, o que levou à retenção de quatro companhias (aproximadamente 910 soldados), 45 oficiais de patente superior e 90 observadores militares. O Conselho de Segurança, na sua Resolução 1149 (1998)³⁰⁵ aprovou a retenção deste número de efectivos e prorrogou o mandato da MONUA até 30 de Abril, e posteriormente 30 de Junho. Finalmente a retirada do contingente acabou por realizar-se – à excepção de uma companhia de infantaria e de 90 observadores militares –, no dia 1 de Julho de 1998.

6.4. Medidas contra a UNITA

Apesar de todas as diligências da ONU, a situação de segurança no país mantinha-se tensa. A UNITA, e muito particularmente os seus dirigentes, foram responsabilizados pela organização mundial tanto por esta situação, como por desacatar determinadas normas e medidas assumidas. O Conselho de Segurança, cada vez mais impaciente, na sua Resolução 1173 (1998)³⁰⁶ exigiu que a UNITA colaborasse imediatamente e sem nenhuma reserva na criação dos órgãos do estado

³⁰⁴ <http://www1.umn.edu/humanrts/resolutions/SC97/1135SC97.html> (descarregado em 10.12.2012).

³⁰⁵ [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1149\(1998\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1149(1998)) (descarregado em 10.12.2012).

³⁰⁶ [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1173\(1998\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1173(1998)) (descarregado em 10.12.2012).

e da administração pública local, com destaque especial para as regiões de Andulo, Bailundo, Mungo e N'harea. O Conselho de Segurança chamou também a atenção da UNITA para cooperação com as forças de manutenção da paz no desarmamento dos combatentes da UNITA, bem como na erradicação dos ataques à MONUA, ao governo, à polícia e de uma forma geral à população civil. O Conselho de Segurança determinou que todos os estados congelassem as contas bancárias e pertenças ligadas à UNITA, bem como se abstivessem de estabelecer quaisquer contactos com ela, oficiais ou outros.

No seu parecer de 17 de Junho de 1998, o secretário-geral da ONU expressou o quanto lamentava o facto de não ter sido executada, pese os extraordinários esforços do seu representante especial, Alioune Blondin Beye, a criação do aparelho estatal e administração local ao nível nacional em Angola. Constatava igualmente a deterioração da situação de segurança no país, pois os combatentes da UNITA atacavam aldeias, autoridades da administração local, bem como funcionários da ONU e de outras organizações internacionais. O banditismo e a instalação – novamente – de minas e de engenhos explosivos tornaram-se muito problemáticos e os reencontros armados entre tropas das partes beligerantes cada vez mais frequentes. Como consequência destes combates muitos pereceram, outros perderam os seus bens e mais de 1,3 milhões de pessoas ficaram desalojadas. Tais acontecimentos travaram quase totalmente quaisquer avanços pretendidos nos processos de paz iniciados.

O secretário-geral da ONU e o Conselho de Segurança, dirigiram-se de forma conjunta à UNITA, pedindo a sua colaboração com a organização mundial e o cumprimento dos dispostos nos Acordos de Paz assinados por ela. Paralelamente, o mandato da MONUA foi prorrogado por mais dois meses (até 31 de Agosto de 1998). Finalmente, os representantes do governo e da UNITA reataram as suas conversações em Andulo, tendo conseguido esclarecer algumas das questões. Apesar disso, a UNITA não estava disposta a fixar um prazo o alargamento do aparelho de estado, e da administração pública.

Nesta altura, o representante especial do secretário-geral da ONU, Alioune Blondin Beye, iniciava intensas negociações tanto com o presidente José Eduardo dos Santos, como com Jonas Savimbi, de modo a poderem ser concluídos e executados os dispostos assumidos nos Acordos de Lusaka. O representante especial teve também encontros particulares com Jonas Savimbi, que repetiu a sua promessa anterior de execução, até 30 de Junho, dos compromissos assumidos. Em consequência disso, e com o consenso expresso do governo angolano, o Conselho de Segurança emitiu a Resolução 1176 (1998)³⁰⁷, na qual era decidida a suspensão até dia 1 de Julho de 1998 da entrada em vigor de outras sanções punitivas previstas pela Resolução 1173 (1998).³⁰⁸

No dia 26 de Junho de 1998, Blondin Beye deixou o país para negociações com os dirigentes dos países vizinhos. Depois de ter tido conversas com os presidentes do Gabão e do Togo, o seu avião sofreu um acidente perto de Abidjão, numa manobra

³⁰⁷ http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1176%281998%29 (descarregado em 10.12.2012).

³⁰⁸ http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1173%281998%29 (descarregado em 10.12.2012).

de aterragem. As oito pessoas a bordo (Blondin Beye, cinco funcionários da MONUA e os dois pilotos) perderam a vida no trágico acidente. A morte do representante especial aconteceu numa altura crítica do processo de paz. O vice-secretário-geral da ONU, Bernard Miyet, deslocou-se então a Angola e entrou em negociações com os representantes das partes oponentes. O secretário-geral da ONU indigitou como dirigente interino da missão o comandante militar da MONUA, o general Seth Kofi Obeng, e para o cargo de conselheiro político da MONUA, Berhanu Dinka. O novo representante especial para Angola, Issa B.Y. Diallo, chegou a Luanda a 28 de Agosto de 1998. Paralelamente, na sua Resolução 1180 (1998)³⁰⁹, o Conselho de Segurança decidiu retirar a componente militar da MONUA, de acordo com a anterior Resolução 1164 (1998)³¹⁰ logo que a situação o permitisse. Ao mesmo tempo, o secretário-geral pediu o envio de novos observadores policiais para Angola. O mandato da MONUA voltou a ser prorrogado, desta vez até 31 de Agosto de 1998.

6.5 Um conflito escalonado

Nas semanas seguintes a situação da segurança continuava a piorar. O secretário-geral, no seu parecer de 6 de Agosto de 1998, relatou os continuados ataques contra as posições das novas Forças Armadas e das quadras da Polícia Nacional, ataques por parte das forças da UNITA nas regiões de Lunda Sul, Lunda Norte, Moxico, Uíge e Cuanza Norte. Evidenciou-se que a UNITA dispunha de capacidades militares maiores do que as declaradas por ela anteriormente. Em inúmeras ocasiões ficou claro também que as tropas da UNITA aumentavam os seus rendimentos através de actos de banditismo, roubos e vexando a população civil com delitos semelhantes. Chegavam notícias de várias execuções e raptos com o intuito de atemorizar a população civil, de modo a que não colaborasse com as autoridades da administração pública recém instalada.

Vendo o cenário da situação da segurança no país cada vez pior, a ONU suspendeu, de forma temporária, a retirada dos seus soldados. O número total dos efectivos da missão nesta altura era de 782 militares, do qual 414 correspondia a unidades regulares armadas, 185 de pessoal auxiliar, 37 oficiais do estado-maior e 92 observadores militares. No dia 13 de Agosto de 1998, na sua Resolução 1190 (1998)³¹¹, o Conselho de Segurança da ONU voltou a prorrogar o mandato da MONUA, desta feita até 15 de Setembro. A resolução exigia energeticamente que a UNITA suspendesse as novas ocupações de territórios e que pusesse termo aos ataques contra a população civil, bem como contra as autoridades, incluindo a polícia e os funcionários da ONU e das outras organizações internacionais.

³⁰⁹ [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1180\(1998\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1180(1998)) (descarregado em 10.12.2012).

³¹⁰ [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1164\(1998\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1164(1998)) (descarregado em 10.12.2012).

³¹¹ http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1190%281998%29 (descarregado em 10.12.2012).

Nas semanas seguintes o processo pela paz fundamentalmente parou, já que a UNITA se indis pôs à execução dos pontos constantes nos Acordos de Lusaka, faltando na vontade real e expressa. A desconfiança e animosidade entre as forças do governo e as da UNITA eram visíveis, e o diálogo foi completamente interrompido entre os dois. A situação de segurança em todo o país passava por uma notória incerteza, muito particularmente nas regiões do norte e do nordeste, onde eram constantes os combates entre as forças do governo e as da UNITA. As lutas em questão repercutiam-se nas outras províncias também, traduzindo-se numa total falta da livre circulação de pessoas ou mercadorias, e cessamento da quase totalidade da actividade comercial.

Durante os meses de Setembro e de Outubro o Conselho de Segurança tinha prorrogado em duas ocasiões o mandato da MONUA, primeiro para 15 de Setembro, na sua Resolução 1195 (1998)³¹² e depois, para 15 de Outubro, na Resolução 1202 (1998)³¹³. Esta última prorrogou o mandato da missão até 3 de Dezembro de 1998. O Conselho, na sua resolução realçou a direcção da UNITA como primeira responsável pela situação de instabilidade e entraves ocasionados no processo de paz, uma vez que não cumpriam o compromisso assumido de abandonarem imediatamente os novos territórios ocupados pela sua expansão. A mesma resolução sublinhou também que o conflito não poderia ser solucionado por uma intervenção militar, e que as partes beligerantes teriam de pretender chegar a uma solução política por via de negociações. Na sua carta escrita ao Conselho de Segurança, o secretário-geral da ONU pediu à comunidade internacional que – pese os insucessos – não se resignasse e não retirasse o seu apoio ao processo de paz angolano, tentando convencer as partes a terminarem com as hostilidades e acabarem os combates. Simultaneamente, propôs ainda a prorrogação do mandato da MONUA por mais três meses, adiantando que caso a situação da segurança no país continuasse a piorar, encarregar-se-ia de pedir a sua modificação, incluindo a retirada total da MONUA do teatro de guerra.

6.6. A última prorrogação do mandato da MONUA

O Conselho de Segurança da ONU na sua Resolução 1213 (1998)³¹⁴ prorrogou o mandato da MONUA até 26 de Fevereiro de 1999. Nesta resolução, exigiu o desarmamento imediato e total das forças armadas da UNITA, bem como a total e incondicional colaboração com os órgãos soberanos da administração pública. Exigiu igualmente que a UNITA retirasse todas as suas tropas dos terrenos ganhos na sua nova expansão territorial e que colaborasse com as operações da MONUA, muito particularmente na evacuação dos observadores da ONU de Andulo e de Bailundo, onde tal retirada não estava a ser possível por razões da própria segurança dos dirigentes da UNITA, que até aí a não autorizavam. Finalmente, este resgate foi

³¹² [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1195\(1998\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1195(1998)) (descarregado em 10.12.2012).

³¹³ [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1202\(1998\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1202(1998)) (descarregado em 10.12.2012).

³¹⁴ [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1213\(1998\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1213(1998)) (descarregado em 10.12.2012)

realizado por uma operação em que 14 observadores acabaram por ser autorizados pela direcção da UNITA a evacuarem, que consentiu a aterragem dum avião da ONU.

O Conselho de Segurança da ONU expressou a sua preocupação pela constante deterioração do quadro humanitário também, chamando particular atenção para os largos milhares de pessoas desalojadas pelos combates, e para a instalação de minas antipessoais nos campos. Apelou ao governo, e encarecidamente à direcção da UNITA, para a garantia imediata da livre deslocação e segurança dos funcionários das organizações humanitárias internacionais, e a colaboração com estas na ajuda humanitária, para a desminagem (em vez da colocação de novos explosivos), e para o acatamento da legislação internacional relativa aos direitos humanos e humanitários, particularmente em relação aos refugiados. Chamou da mesma forma a atenção do governo e da UNITA para que estes solucionassem o conflito por via pacífica, já que a guerra não levava a resultado algum. O Conselho acolheu finalmente a proposta do secretário-geral para a remodelação necessária da estrutura e dos pontos de observação da missão.

A UNITA não se deixou influenciar muito pelas propostas apresentadas pela organização mundial, como ficou provado com o caso do desaparecimento do vôo 806 da ONU no espaço aéreo no centro de Angola controlado pela UNITA, faltando qualquer esclarecimento sobre o ocorrido. Após o acidente, o Conselho de Segurança na sua Resolução 1219 (1998)³¹⁵ exortou Savimbi a dar uma resposta imediata sobre o sucedido e a garantir a segurança do grupo de resgate de sobreviventes. O Conselho de Segurança pediu uma averiguação objectiva das causas do acidente de aviação, com a inclusão de peritos internacionais. Ainda não tinham sido concluídas estas investigações quando ocorreu um segundo desastre com um avião da ONU, no dia 2 de Janeiro, caído igualmente numa zona da UNITA. Este avião era aliás o sexto na lista dos desaparecidos na região, nos finais de 1998. O Conselho de Segurança, na sua Resolução 1221 (1999)³¹⁶, tomada a 12 de Janeiro, exigiu que fossem iniciadas investigações sobre os acidentes ocorridos com ambos os aviões da ONU, e que fossem nomeados os responsáveis pelo ocorrido, bem como se desse conta das circunstâncias do desaparecimento dos demais aviões comerciais que sofreram acidentes na zona. Exortou à celeridade das averiguações e inclusão de peritos internacionais, da Organização Internacional de Aviação Civil,³¹⁷ que fora chamada a cooperar logo que existissem as garantias de segurança para a sua actuação, oferecendo assessoramento técnico e meios para a investigação.

6.7. Cessa o mandato da MONUA

³¹⁵ [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1219\(1998\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1219(1998)) (descarregado em 10.12.2012)

³¹⁶ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/006/43/PDF/N9900643.pdf>(descarregado em 10.12.2012).

³¹⁷ International Civil Aviation Organization.

Os esforços para alcançar a paz em Angola não atingiram o seu objectivo, “o país volta a ser assolado por uma guerra civil, e nas circunstâncias actuais, a missão não tem outro remédio, senão diminuir a sua dimensão, começando desta forma a palatina retirada dos seus recursos humanos e sistemas de meios materiais” informou o secretário-geral das nações Unidas no seu parecer³¹⁸ apresentado ao Conselho de Segurança no dia 17 de Janeiro de 1999. Relativamente à situação da segurança, que piorava de forma escalonada, o secretário-geral chegou à conclusão de que a actividade da organização a favor da paz em Angola tinha chegado ao seu fim, já que as partes beligerantes pretendiam resolver o seu conflito com o recurso às armas, pelo que a MONUA não estaria na condição de poder realizar a missão de que tinha sido incumbida. Por seu turno, já não era apenas a UNITA que ocasionava problemas, mas também o governo angolano, que anunciou que deixaria de apoiar a prorrogação do mandato da MONUA para além do prazo que caducava a 26 de Fevereiro. Por estas razões, os capacetes azúis que prestavam serviço nos pontos de deslocação e nos centros regionais foram concentrados na cidade de Luanda em meados de Fevereiro, sendo a maioria deles retirada de Angola, e enviada para casa. Por proposta do secretário-geral ficaram no terreno algumas unidades que correspondiam a duzentos efectivos para a defesa dos equipamentos a serem ainda evacuados. O secretário-geral das Nações Unidas declarou que, pese os ocorridos, a ONU e a comunidade internacional não deveriam voltar as costas aos angolanos, cuja situação humanitária era crítica, pouco faltando para atingir um ponto catastrófico, cada vez mais iminente tendo em conta os combates mais e mais intensos. Propôs também a nomeação de um emissário especial com sede em Nova Iorque, para poder dar continuidade – na medida do possível –, à actividade humanitária e de defesa dos direitos humanos. O governo angolano anunciou a sua vontade de cooperação através de uma carta enviada pelo presidente José Eduardo dos Santos ao secretário-geral, afirmando não estar contra a indigitação de um representante especial do secretário-geral da organização mundial, representante esse que manteria o contacto com o governo angolano desde Nova Iorque, para informar sobre o que se passava no país.

No seu parecer datado de 24 de Fevereiro de 1999³¹⁹, o secretário-geral, além das notícias sobre a evacuação dos meios técnicos da missão de Angola, referiu também a situação do país. Quanto ao primeiro ponto, adiantou que a retirada dos meios técnicos estava a progredir ao ritmo previsto, seguindo o planeado. O secretário-geral sublinhou no entanto que as dificuldades provenientes da liquidação dos meios técnicos, dos equipamentos e bens móveis acumulados ao longo dos 10 anos da presença da missão, não era isenta de problemas, constituindo um desafio, previsto ser concluído nos seis meses seguintes, sendo necessária, para a sua cabal realização, a manutenção no terreno de um reduzido pessoal composto de efectivos administrativos, médicos, logísticos e outros. No que diz respeito à evacuação dos militares, polícias e funcionários civis, a sua retirada seria concluída até Março de 1999.

³¹⁸ http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1999/49 (descarregado em 16.12.2012).

³¹⁹ http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1999/202 (descarregado em 16.12.2012).

No dia 26 de Fevereiro de 1999, o Conselho de Segurança votou a Resolução 1229 (1999)³²⁰, na qual anunciou que o mandato da missão MONUA caducaria a partir desse mesmo dia, sendo mencionadas as propostas do secretário-geral para a retirada dos meios técnicos. No documento, fez-se referência a que, mesmo dado por terminado o mandato da MONUA, o Acordo „Staus of Force” manter-se-ia em vigor até as últimas unidades da MONUA abandonarem o teatro de operações e que o Departamento de Direitos Humanos iria continuar a sua actividade, mesmo depois da retirada dos meios técnicos. A Resolução do Conselho de Segurança expressou a sua reprovação e pesar pelo insucesso das averiguações sobre os acidentes dos aviões da ONU e da aviação civil desaparecidos na zona controlada pela UNITA. Voltou a exortar a UNITA para a colaboração numa investigação imediata e objectiva relativamente ao sucedido.

A 15 de Outubro de 1999, na Resolução 1268 (1999)³²¹ o Conselho de Segurança deu o seu aval positivo para a implantação de um Gabinete da ONU de Angola³²² para colaborar com as autoridades políticas, militares, policiaais e civis do país. Entre as tarefas deste gabinete, afigurava o mapeamento das possibilidades da criação da paz, e a coordenação dos programas humanitários, bem como os relativos à defesa dos direitos humanos e outros afins.

7. O desfecho do conflito

Os passos dados a favor da paz em Angola, os Acordos de Paz, a presença das forças de manutenção de paz da ONU, os esforços da diplomacia internacional, incluindo a colaboração de inúmeros dirigentes internacionais – como Nelson Mandela –, não tinham sido suficientes para atingir o objectivo inicial: a paz. Em resposta às provocações da UNITA, em Julho de 1998 o exército do governo empreendeu uma ofensiva contra as forças da UNITA. A guerra civil decorreu durante largos anos com uma intensidade variável até 2002, quando o comboio de viaturas em que seguia o dirigente de 67 anos de idade da UNITA, Jonas Savimbi, foi atingido por um ataque inesperado das forças do governo, a mil quilómetros a sudeste da capital, perto da fronteira da Zâmbia. A televisão angolana apresentou a imagem do corpo do dirigente sucumbido por balas, e a sua morte foi reconhecida por parte da UNITA também. A morte de Savimbi, bem como, poucos dias depois, a de António Dembo, vice-presidente da UNITA, enfraqueceu consideravelmente esta organização. As rápidas alterações nas cúpulas políticas deste movimento forçaram os dirigentes militares a assinarem em Abril de 2002 o Acordo de Luena³²³.

³²⁰ [http://daccess-dds-](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/053/20/PDF/N9905320.pdf)

[ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/053/20/PDF/N9905320.pdf](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/053/20/PDF/N9905320.pdf)(descarregado em 10.12.2012).

³²¹ <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/300/50/PDF/N9930050.pdf>
(descarregado em 16.12.2012).

³²² <http://www.un.org/peace/africa/pdf/Angola.pdf>(descarregado em 25.12.2012).

³²³ <https://peaceaccords.nd.edu/matrix/accord/12> (descarregado em 10.12.2012)

Em Outubro de 2002 a UNITA anunciou oficialmente que iria proceder ao desarmamento das suas tropas e que se transformaria num partido político democrático. Consequentemente, a ONU anulou todas as suas anteriores sanções impostas a esta organização. Embora as partes beligerantes tenham negociado a paz, os combates continuaram na província angolana de Cabinda. Um dos conflitos mais antigos de todo o continente africano, a guerra civil – travada com curtos intervalos a partir do momento da independência da colónia portuguesa (1975) –, estava prestes a chegar ao seu término. As perdas foram gravíssimas, aproximadamente um milhão de angolanos perdeu a sua vida, saíram do país meio milhão de pessoas, e foram desalojadas cerca de 4,7 milhões de pessoas³²⁴, que tinham sido forçadas a abandonarem a sua terra para se instalarem em regiões menos perigosas do país. Com a assinatura do Acordo de Paz angolana os angolanos passaram a saudar a possibilidade duma vida mais pacífica e um futuro mais feliz, tanto esperados.

³²⁴ Um terço da população de Angola.

Besenyő János: Experiências dos operacionais húngaros em Angola - depoimentos

Nas missões de paz em Angola prestaram serviço entre os anos de 1991 e 1999 um total 86 efectivos, entre militares e policiais, bem como, outros peritos do ministério dos Negócios Estrangeiros, com vínculo especial durante o mandato da ONU para o qual, foi requerida a sua presença. Praticamente, divididos por todos os *site-team* dos sectores da missão da ONU em todas as regiões, reunindo todos os tipos de serviço, dão-nos uma ideia geral sobre o que era ser-se *peacekeeper* em Angola. Foram enriquecidos por uma experiência ímpar, acumulando e aproveitando, parcialmente, para a preparação dos contínuos grupos do contingente, que foram rodando ao longo de quase uma década. Nos capítulos seguintes, reunimos e oferecemos ao nosso leitor uma parte desta experiência adquirida em Angola, por tantos depoimentos, frutos duma série de entrevistas gravadas com os protagonistas desta missão. Quando foram tirados a limpo estes textos para a sua primeira publicação em húngaro no nosso volume “Militares e polícias húngaros nas operações de paz da ONU em Angola” i.é. *Magyar katonák és rendőrök az ENSZ angolai békeműveletében* (Budapeste, Szakmai Szemle. 2012 3. szám), julgou-se conveniente passar para a terceira pessoa do singular tais recordações, oferecendo assim, um certo filtro da memória, que seria útil por causa da metodologia da *oral history*. Uma missão cumprida, mas uma missão cumprida. Eis os textos que, tal como nos outros ensaios reunidos nesta versão portuguesa da edição original, optou-se por utilizar à húngara, os nomes e apelidos, diferentes do que é usual em português:

Tenente coronel Varsányi Lajos

Major em 1992, foi destacado para formar parte da missão UNAVEM II nos quadros do Centro de Observação e de Informação da Diminuição dos Efectivos da Hungria, prestava serviço em Angola por um ano, em diferentes funções. Depois de ter voltado para a Hungria passou a integrar a Divisão de Relações Internacionais e, posteriormente, o centro de Formação de Efectivos para Missões de Paz, das Forças Armadas Húngaras, associado às tarefas de preparação de participantes. Voltou a ser destacado para servir em Angola (UNAVEM III, bem como MONUA), onde dadas as suas experiências prévias, passou a ser comandante do contingente.

Nas Forças Armadas da Hungria, em 1991, foi organizado um curso avançado de língua inglesa na cidade de Debrecen, com a intenção de selecionarem, dos participantes deste curso, aqueles que seriam destacados para poderem seguir para a missão em Angola. Como o Major Varsányi dispunha já de diploma de conhecimento de língua inglesa e alemã em nível médio, inscreveu-se no curso que terminou com sucesso. Passou a fazer parte dos seleccionados para a futura missão angolana, e depois de terminar com louvor o curso preparatório acabou, também, por integrar o primeiro grupo da UNAVEM II. Tratando-se duma missão pioneira das Forças Armadas Húngaras para o continente africano, o Major sentia-se orgulhoso e privilegiado por poder integrar este grupo, o primeiro dos primeiros, aliás. Inicialmente, saíram apenas quatro oficiais, que foram seguidos por mais 11

camaradas e, quatro meses e meio depois, já o contingente húngaro era composto por 15 pessoas.

Os efectivos do contingente húngaro, embora bem treinados, só podiam ser preparados de forma limitada. Afortunadamente, dispunham de informações detalhadas sobre o que se passava no país, facultadas pela nossa embaixada em Luanda e, portanto, desenrascavam-se melhor do que muitos outros companheiros de outros países, que não tinham lá representação diplomática. Os húngaros não tinham experiência prévia em operações de paz e, o mesmo acontecia com os observadores das outras nações, à excepção daqueles militares que tinham servido anteriormente na UNAVEM I, em Angola (na operação que verificava a retirada das tropas cubanas do território angolano). Os militares húngaros vinham muito bem preparados no aspecto sanitário: todos foram devidamente vacinados contra as doenças, e nenhum deles ficou doente ou hospitalizado. Havia, claro, doenças, que não se podiam prevenir vacinando, como a malária, que afectou um bom número deles. Lamentavelmente, o remédio que deviam tomar, os *peacekeepers*, era de aplicação diária e atacava o fígado. Quando os oficiais húngaros chegaram à missão, os médicos brasileiros recomendaram-lhes que deixassem de tomar este medicamento, substituindo-o por um outro, que tinha um componente de mefloquina. Como os brasileiros, em matéria de cura da malária, dispunham duma vasta experiência, a maioria dos húngaros observava os seus conselhos.

Os efectivos militares em missão saíram fardados de uniformes húngaros, os quais foram completados, precisamente nesta altura, com os novos equipamentos para o deserto, dos quais, não se dispunha ainda, de qualquer experiência concreta. De qualquer forma, levaram os dois tipos de fardas um pouco com o intuito de testar qual delas é que se adaptaria melhor. Tiveram razão, pois Angola era suficientemente grande para usarem os dois, em várias condições climáticas. No Norte, em Cabinda, e na província de Uíge, na terra dos diamantes, encontraram a selva tropical cerrada, onde chovia todos os dias, pois lá precisava-se de um uniforme tropical e roupa impermeável à chuva. Por outro lado, nas montanhas vizinhas da província de Uíge, o clima era seco e continental, a uma altura de 1500 metros e, em certas alturas do ano, com uma amplitude térmica entre os 5 e 10 graus positivos. Nestes sítios, não era descabido proteger-se, de noite, na estação fria, com um casaco forrado. O equipamento de deserto era sobretudo utilizado por aqueles que prestaram o seu serviço no Sul, no deserto de Namíbia. Este estendia-se pela província de Kvandoku Bango, que era principal base das operações da UNITA, por parte do litoral e da província de Namíbia. Esta área é semideserta e com precipitação mínima. Resumindo, a grande parte do equipamento levado pelos militares húngaros prestava e era útil.

Pese o facto de em Angola estarem em confronto grupos apoiados pelo “bloco socialista” e “capitalista”, os húngaros eram tidos como neutros já que, a sua presença na operação de paz tinha começado só em 1991, portanto, depois da mudança de regime na Hungria, e da retirada das tropas soviéticas do nosso país. Desta forma, os húngaros não estavam considerados como vindos dum país socialista. Foi esta a razão pela qual foram bem-vindos ou, mais do que isso, aceites e prezados pelas duas partes, não apenas pelas forças do governo, como também, pelos rebeldes. A sua experiência era concludente, os húngaros só foram vistos construindo escolas, hospitais e infraestruturas urbanas. Funcionava uma embaixada

e uma representação comercial, mas o governo húngaro, anteriormente à mudança de regime na Hungria, cultivava com Angola, relações sobretudo económicas e comerciais, sem venderem armas. Também é verdade que, ofereceram bolsas de estudo para angolanos na academia militar do país. Tais factos, também foram verificados no processo do desarmamento, pois não foi encontrada nenhuma arma fabricada na Hungria, ao passo que as armas em questão eram, principalmente, checas, russas, chinesas e ucranianas.

Os primeiros húngaros que chegaram foram recebidos no aeroporto e depois foram registrados no alto comando da missão. Não tiveram muito tempo para estranharem que tinham chegado no verão africano vindos do inverno rigoroso da Hungria. Estavam uns 38 graus, com uma humidade, que não lhes parecia menos do que 100%. Despidas as roupas transpiradas umas quatro vezes, voltam a ser envergadas para a água continuar a pingar. Já que o acampamento-cidade de contentores não fora ainda erguido, foram alojados primeiro num hotel. Foram para o alto comando todos os dias para participarem num curso intensivo de preparação local, organizado expressamente para os militares na sua condição de “novatos”. Estudaram matérias desde geografia militar até conhecimento da política local, muitas das quais, depois, foram verificadas como sendo úteis, principalmente por tratar-se de uma preparação especialmente virada para assuntos relativos à missão. A maioria dos professores-preparadores tiveram uma experiência local, já que estiveram presentes na missão anterior da UNAVEM I e, portanto, tinham um conhecimento prático. Estes funcionários, todos da ONU, reuniam um vasto conhecimento, isento de qualquer influência política pois, nenhum dos lados envolvidos, ou seus representantes, teve a possibilidade de estar por trás da sua preparação. Após o curso preparatório, os observadores foram sendo distribuídos por campos segundo o conceito da distribuição igualitária, num sistema rotativo. Desta forma, o observador servia em três quartéis e/ou campos diferentes. Isto funcionava baseando-se na divisão do ano em três partes equivalentes de quatro meses e, significava que, os acampamentos iam sempre rodando. A sua necessidade surge pela disparidade das condições do serviço, pois todos os acampamentos foram qualificados de acordo a sua qualidade, classificados em A, B e C. Os pontos de serviço da categoria “A” correspondiam ao serviço numa cidade, com boas infraestruturas, onde tudo podia ser comprado e adquirido com facilidade, ou seja, as condições eram de “primeira classe”. Os da categoria “B” funcionavam em sítios onde a vida era “sofrível” dado que, as condições eram muito menos cómodas do que no “A”. Os acampamentos de categoria “C” estavam deslocados em sítios inóspitos, no deserto ou na selva, carecendo de qualquer infraestructura e isolados do resto do mundo, vivendo em choças ou em tendas. Só se mantinha o contacto com o “mundo lá de fora” pela rádio, e o homem branco, curiosamente, só era visto de mês a mês. A regra geral consistia em que todos tinham que servir, alternadamente, em cada uma destas condições de serviço. A rotação do Major Varsányi era a seguinte: começava um primeiro turno num quartel urbano, tipo “A” na cidade de Lubango, controlada pelo governo. Esta cidade, a terceira maior de Angola, tinha duas curiosidades: a primeira, de tratar-se duma cidade bem localizada, pois era, depois de Huambo, a segunda mais alta do país. A segunda curiosidade prendia-se com um monumento que só tinha três idênticos no mundo lusófono: o Cristo Redentor, ou Cristo Rei do Rio de Janeiro, no Brasil, o segundo o de Lisboa e o terceiro, aqui em Lubango. O oficial húngaro trabalhava no quartel geral, num grupo de reação rápida, constituído por três elementos, e onde tinha, a

maior parte das vezes, o serviço de oficial de turno, ou estava a substituir algum observador que faltava em campos vizinhos, seja por problemas com a rotação, ou devido a férias e, quando havia, portanto, a necessidade de suprir uma falta temporária. Sendo assim, os “privilégios” dum serviço em condições “A” podiam faltar-lhe também... A cidade era controlada pelas forças do governo através de dois regimentos de infantaria, e não havia aqui conflictos armados ou roubos que pudessem caracterizar as áreas mais recônditas. Pertenciam ao quartel-geral 10-12 campos militares, cuja direcção operacional e supervisão estava ao seu cargo. O Major Varsányi tinha, maioritariamente, um serviço no quartel-geral e tinha, portanto, uma visão mais alargada sobre a actividade da missão. Os seus oficiais superiores estavam contentes com o seu trabalho, mas depois de três meses de serviço aqui, tocava-lhe seguir para Djamba, para o quartel-geral da UNITA.

Este posto considerava-se como de categoria “C”, tanto por causa da sua localização, como também, pelas condições de vida. Com um Coronel irlandês, que era o oficial de comunicação entre a UNITA e a UNAVEM II, e com um Major espanhol, compunham a tríade do serviço. Quando, passado um mês, caducou o tempo de serviço do Coronel irlandês, os dois majores, o húngaro e o espanhol ficaram apenas os dois, a servirem no acampamento que era requalificado pelo alto comando como um simples ponto de observação militar. Estes pontos de observação eram instalados em pontos mais importantes, como aeroportos, portos da marinha da guerra, pontos de passagem rodoviária das fronteiras de entrada, saída e de trânsito de pessoas e productos, e onde o papel desempenhado era exclusivamente de observação e de verificação. Controlavam, portanto, o trafego, mas sobretudo vigiavam se não entrava no país armamento ou outro material proibido pelos acordos de paz. E eis aqui o interesse da nova colocação do major húngaro, pois tratava-se de Jamba, que era o quartel-geral da UNITA, onde o comandante da organização, Jonas Savimbi e outros dirigentes do movimento passavam o tempo a maioria das vezes. Pese a esta circunstância, o facto de que, curiosamente, a ONU não conferia a este posto, significância maior. O acampamento fora instalado e localizado de forma que os soldados da ONU não tivessem uma visibilidade para o aeroporto e, de mais a mais, o acesso também não era funcional, pois deviam conduzir 17 quilómetros até lá chegarem, caso fosse permitido sair aos *peacekeepers*... eram tempos, em que não dava muito jeito protestar, pois como se diz na gíria militar, “não perguntavam, disparavam primeiro”. O Major Varsányi teve uma experiência, também por outros compartilhada, se serviam em postos de observação da UNITA: eram sempre espiados por militares de comunicação, que os acompanhavam a todos os sítios. Eram guarda-costas, mas queriam ser mais “secretários” (no sentido de conhecedores dos seus segredos).

Enquanto servia no quartel-geral da UNITA, o oficial húngaro encontrou-se várias vezes com os dirigentes desta organização. Celebravam juntos, por exemplo, o aniversário da fundação do movimento e o dia da independência pois, os oficiais da missão de paz eram convidados para estas e outras festas também. Apesar dos incómodos, o Major Varsányi gostou de Djamba, que lhe parecia uma cidade interessante. A localidade era construída por edificios cobertos de palha e choças de barro, que foi defendida com baterias de artilharia antiaérea *Bofors*, dispostas de uma forma particular. A cidade foi defendida por quatro unidades, de seis baterias cada uma, de forma que duas delas estavam dispostas fora da cidade, e o resto ao redor formava um cinturão de defesa da cidade. Isto levava a que na altura dum

ataque aéreo, os aviões MIG 21 bombardeassem “às cegas”, deixando cair a sua carga entre as unidades de bateria – e não sobre a cidade. As metralhadoras antiaéreas de 40 mm. do sistema BOFORS eram suficientemente eficientes para fitarem e afastarem os aviões a uma altura de 7 quilómetros, donde era impossível visualizar os “targets”. Mais a mais, os caçadores descolaram da base aérea Menong o que, tendo em consideração o seu raio de acção, ao chegar à bastante longínqua Djamba, só tinham à sua disposição combustível suficiente apenas para 5 minutos, e depois eram obrigados a voltar, pois de outra forma não podiam aterrar com a segurança necessária. Desta forma, a cidade nunca sofreu um ataque real, o que se atacavam eram as unidades antiaéreas.

Com a gente armada da UNITA não foi nada fácil colaborar, muitos queixavam-se de ser um tanto imprevisível a sua atitude e comportamento. Há casos registados de observadores atacados e maltratados, que não foi o caso do Major Varsányi, que nunca foi agredido. Quer dizer fisicamente, já que psicologicamente não escapou ao terror verbal. É que na sua experiência tanto podiam ser “descarados” como magnânimos. Numa ocasião, por exemplo, o comandante da região militar das unidades da ONU, que se encontrava então em Mawinga, foi convidado para um almoço. Nada mais natural, que o alimento, matéria-prima, do almoço fora tirado aos observadores da missão, obrigando a um agradecimento ao convidado, que depois soube que a generosidade do anfitrião provinha, nada mais nada menos, do que da própria comida comprada pelos participantes da missão. Sabido isso, o discurso da gente da UNITA não poupava o adjectivo de colonialista ao oficial espanhol, posta em quarentena de terror psicológico, dizendo que “com este porco colonialista nunca mais voltará a falar-se”. O oficial húngaro então colocou-se do lado do camarada e, claro, não deu azo a discriminação alguma entre os dois. Depois deste episódio não conseguiram sair do seu campo por umas 3-4 semanas. No que diz respeito a este acampamento, eram choças de palha contruídas para umas 10-12 pessoas, onde estavam dispostas ainda uma cozinha e uma sala de rádio. O oficial de comunicação da UNITA vivia na sua companhia, que observava atentamente toda a transmissão de rádio, como, de resto, tudo o que se passava no acampamento. Os observadores pensaram puder desviar esta atenção recorrendo a um estratégia. Quando tinham que passar uma informação mais sigilosa ou importante, o alto-comando pedia sempre a um húngaro, e era através dele que se comunicava para o alto comando também. Depois tinha-se apercebido de que tal sigilismo resultou muito relativo, pois havia mais angolanos a cuja ajuda podiam socorrer-se.

O Major Varsányi encontrou, em Lubango, um coronel da UNITA que falava perfeitamente o húngaro, mesmo na sua versão dialectal saborosa. Acontece que um belo dia ele passeava pela cidade quando ouviu uma voz num tom brincalhão: “o soldado vai para onde? “. Olha ao seu redor, mas não vê ninguém, excepto o coronel angolano. Vendo este, a cara estupefacta do oficial húngaro, contou-lhe que tinha feito o seu curso de sub-oficial na Hungria, na Escola Militar de Formação de Sub-oficiais no ramo da Defesa Anti-aérea de Debrecen. Depois voltou ao seu país – originariamente foi mandado estudar fora pelo governo socialista – só que passou depois para o lado da UNITA, onde começou a sua carreira como comandante duma bateria mas, como os seus superiores foram morrendo, ele foi subindo de escalão, chegando agora ao cargo de chefe dos serviços anti-aéreos da UNITA. Este contacto acabou por não se aprofundar entre eles, o que

não impediu que se sentassem a beber um copo para lembrar os bons velhos tempos. Ambos evocavam com muita saudade a guarnição e a caserna Kossuth da cidade de Debrecen. O Major Varsányi contou que foi precisamente aqui que teve o seu curso de preparação linguística. Claro, a beleza das húngaras de Debrecen foi também motivo compartilhado e saudoso nesta conversa... Este caso, por incrível que pareça, não foi o único, pois outros também contaram encontros semelhantes, em que de repente revelou-se que o interlocutor angolano dominava a nossa língua. Mas houve ainda mais casos surpreendentes pois, viviam em Angola alguns compatriotas com quem se podia cruzar. Estes eram muito diferentes entre si. Uns tinham emigrado depois de 56, ou mesmo tinham saído antes do país para passarem a viver em Portugal ou no Brasil, mas acabaram por instalar-se em Angola. De resto, os brasileiros tinham um excelente relacionamento com Angola, por um lado ajudado pela raiz linguística compartilhada a que se associava o facto de os brasileiros não terem sido seus colonizadores. Tal circunstância foi bem aproveitada pelos brasileiros, que tinham muitas empresas com bons negócios em vários terrenos. Foram eles que construíram um bairro para a alta sociedade angolana, e os serviços públicos também eram associados a uma sua empresa em Luanda. Nestas empresas não faltaram húngaros, que vieram a instalar-se junto da sua família em Angola. Os capacetes azuis húngaros encontraram-nos em várias ocasiões e situações, mas o contacto neste caso também não passava de ocasional e superficial. O major Varsányi vivenciou um caso espectacular também com húngaros em Angola. Estava no mercado a dar uma volta, quando fica plantado diante dele um senhor que começa cantar o hino nacional húngaro. Além de ficar boquiaberto, ficou muito comovido também com a história dum patricio que já estava vivendo em Angola desde os anos 50, e que foi poupado aos transtornos da guerra, sempre vivendo lá sem problema algum.

Ao propósito: os brancos não estavam expostos a atrocidades, só aqueles que tinham usado das armas. Em Angola nunca era praticado o sistema do *apartheid*. A colonização portuguesa era diferente da inglesa ou dos *boers*, nunca se fez sentir uma superioridade que tenha provocado um isolamento, ou de formarem castas. A colonização portuguesa era algo familiar, familiar no sentido de viverem entre os africanos, só que em condições e casas melhores do que os africanos. Ensinar-nos cultivar a terra, terra a que, aliás, podiam ter acesso. Em outras áreas da vida também deixaram os locais prevalecerem, se bem que, e em abono da verdade, depois da saída dos portugueses, lentamente tudo começava a desmoronar-se. Os aeroportos e as estradas eram carcomidas pelas ervas daninhas e faltava a manutenção. A indústria também deixou de produzir sob os efeitos da guerra civil, e por largas décadas.

Passados os três meses de serviço em Djamba, o oficial húngaro foi colocado em Cabinda, dominada pela FLEK. O território, no papel, pertencia a Angola mas, existia também, um poder paralelo, que estava longe de ser controlado pelos angolanos. Cada vez que queriam efectuar uma visita às unidades “colocadas lá pelo governo”, tinham que passar primeiro por uma tasca para encontrar certas pessoas, para combinarem por onde e quando é que iam atravessar uma determinada zona, para não lhes fazerem mal. Nunca podiam evitar esta consulta prévia, pois sabia-se que os de cá não estavam para brincadeiras. Os soldados da ONU encontraram em várias oportunidades cadáveres degolados, que originariamente teriam querido chegar a vê-los, só que ficando extraviados, custou-lhes a vida tal

engano. Morriam por ignorância ou falta de comunicação com a população local. Os da missão da ONU tinham que conviver com este contexto, nunca sofreram atrocidade alguma, e até tinha havido um bom relacionamento entre a ONU e a FLEK. O Major Varsányi também integrou varias negociações, onde sempre se tinha explicado que os da missão não tinham nada a ver com o seu movimento de libertação. O seu mandato exclusivo era supervisionarem as unidades angolanas na zona, em certos casos, procederem ao seu desarmamento, o que ia ao encontro dos interesses da gente daí, aliás. Em Cabinda a ONU operava apenas nas funções clássicas dum observador tanto mais que, o desarmamento nem sequer tinha começado. Em boa verdade, este só arrancou depois das eleições.

O mandato dos *peace keepers* foi regulado por um acordo de cessar-fogo assinado anteriormente, o que servia de padrão para a sua actuação. Deviam, neste período, ficar concentrados nos pontos de integração, tanto as tropas da UNITA como as do governo. No caso das últimas recorria-se às casernas, e quanto à UNITA recorria-se a pontos de reunião assinalados para este efeito. Aqui foram criadas autênticas cidades de soldados, onde foram unificados os 2000-2500 militares duma brigada, mas não só, pois viveram aqui também, os respectivos familiares. Congregaram-se, por tanto umas 8000-10.000 pessoas num ponto de reunião, uma imensa multidão, por tanto. Serem abastecidos *in loco* parecia impossível, e recorria-se à ajuda da ONU, que fornecia alimentos para os que viviam nestes campos. Junto ao acampamento do oficial húngaro também havia um campo deste tipo, que teve que visitar todas as quintas-feiras, para proceder à verificação do seu armamento. Foram contabilizadas as armas e as munições lá reunidas e guardadas, cujo número era informado para o alto comando. Além desta actividade participaram, também, na verificação de casos de violação do cessar-fogo, em caso de conflictos entre os que estavam sendo desarmados. Embora se tenha verificado mais do que um destes casos, o Major Varsányi foi testemunha apenas dum destes. Do ponto de vista jurídico tratava-se da violação do cessar-fogo, mas parecia-lhes mais engraçado do que grave aos observadores. Mas, convém explicá-lo melhor. A alegada violação do cessar-fogo teve lugar quando o oficial húngaro tinha que sair de Lubango para um ponto de observação e fazer uma substituição temporária dada a falta de efectivo. Foi então que se deu o caso único, que deslocado para o acampamento cujo comandante era o tenente-coronel Kállay László, o acaso proporcionou a circunstância inédita de serem dois oficiais húngaros a integrarem por duas semanas o pessoal dum acampamento, em cuja proximidade, estava a funcionar um campo de reunião da UNTA de vários milhares de pessoas, cujo abastecimento era mais do que problemático... Tinha começado a época da chuva, quando os camiões só podiam usar as estradas asfaltadas, só que o campo de unificação estava a uns 40 quilómetros daqui. A ONU tinha mandado uma remessa de abastecimentos para o campo, que devia ser escoltada pelos dois oficiais húngaros e depois entregue ao comandante para fazer a sua distribuição. Foram receber os abastecimentos vindos em coluna militar, seguindo para a estrada betonada, mas os camiões avançaram só dois quilómetros, quando caiu do céu uma chuva tremenda que fez intransitável o caminho secundário. E não apenas os camiões mas, também, as viaturas da escolta dos observadores estavam travadas numa lama da qual não havia saída alguma. Não tiveram outro remédio senão pernoitarem na sua viatura. A fogueira até podia ter proporcionado uma aura romântica para a noite, se uns macacos a saltearem no capote do jipe não tivessem desfeito este *feeling* de safari improvisado dos húngaros. Em qualquer dos casos, estava impedida a passagem para o campo e o

abastecimento de víveres. A solução alternativa era recorrer a helicópteros o que, também não era isento de problemas logísticos. A ONU utilizava helicópteros MI-8 e MI-17 transformados, que estavam munidos de depósitos de combustível de dupla reposição para poderem transportar mais 1000 litros desse material. Sendo assim, a sua capacidade de carga em espaço útil era limitado, razão pela qual, os helicópteros da região militar da ONU só podiam proceder ao reabastecimento do campo da UNITA com extrema dificuldade. O ambiente que se vivia lá era de linchamento. Sabendo isso, os húngaros, tinham que agir com a devida cautela em relação ao campo. Sentados diante da sua tenda, acontece que ouvem umas rajadas. Pedem esclarecimento ao oficial de comunicação relativamente aos tiros ouvidos, que responde evasivo que apenas utilizaram arco e flechas e não armas de fogo, pois estava proibido pelo cessar-fogo assumido, usarem-nas. Como não lhes parecia ser uma resposta cabal, insistem, pois, pedindo que fosse verificar o que é que se passa, para ficarem melhor informados. Ele sai e não passou meia hora, quando volta trazendo um lombo de impala. Vendo a cara estupefacta dos dois, confessa, envergonhado, que como não havia mais do que um pouco de milho no campo, as mais de oito mil pessoas do campo já estavam a passar fome. Foi assim que resolveram melhorar da sua ração com um pouco de carne, na extrema escassez. O que fazer? Evidentemente, os húngaros prometeram não passar esta informação para o seu alto comando, ao passo que os rebeldes repuseram as balas utilizadas do seu armazém e, assim, na verificação de armas e de munições da quinta-feira seguinte, os observadores encontraram exactamente o número correcto dos armamentos e equipamentos, incluindo as munições. Sabia-se aliás, que havia imenso material bélico, que se encontrava escondido em armazéns enterrados na selva, por tanto a reposição da munição era mais do que simples. Houve casos em que a gente da UNITA avisou os oficiais húngaros que deviam declarar e entregar algumas armas “encontradas” na selva. Foram guiados junto duma choça de palha e, por debaixo dela, encontraram o equipamento inteiro duma unidade de artilharia! Tal panóplia era armazenada em zonas onde os observadores nem sequer podiam ter posto o pé, mas então, e por alguma razão, acharam que tinha chegado o momento de se abrirem para com eles e entregarem as armas que correspondiam ao equipamento de uma unidade de artilharia completa. Do mesmo sítio, acabaram por sair armas numa quantidade ainda maior incomparavelmente.

O mesmo acampamento foi cenário dum outro episódio inesquecível para o Major Varsányi. Os que tiverem lido livros de Rejtő Jenő não acharão a situação inédita, pois este escritor falava dum certo leão de circo velho e desdentado que assustava a gente. Ora bem, os nossos húngaros tiveram um encontro inesperado com este animal em Angola. Uma certa noite terão bebido eventualmente um pouco demais da cerveja de marca local “Simba” pois, na madrugada Varsányi acordou com uma premente necessidade urgente e, estava para sair tenda para urinar, quando viu a cara do outro oficial, que só a grande esforço conseguiu conter uma gargalhada que ia a ponto de explodir. “Tú, de que estás a rir?” - perguntou desabotoando as calças. “Já verás” disse. De repente viu ante de si a silhueta dum enorme leão... O Major esqueceu-se, imediatamente, do motivo que o levava a sair e primeiro ficou petrificado... Estava a improvisar como esconder-se ou precipitar-se numa fuga, quando Kállay lhe disse para não gritar e não assustar o animal. “Assustá-lo, eu? Eu ao leão...” pensou, mas “Tu estás maluco?” Depois contou-lhe que tudo foi uma brincadeira da UNITA, que tinha escolhido este sítio para instalar lá as tendas dos observadores, intencionalmente. Tudo para o fazer cruzar o campo por uma senda,

que era utilizada pelos bichos para irem ao seu bebedouro nocturno. Mas este leão nunca acompanhava aos outros por ser velho, desdentado e medroso também. O Tenente-coronel já sabia disso, ao passo que Varsányi não tinha ainda esta informação, era, portanto, muito compreensível o susto que apanhou. Foi uma recompensa tardia ele ter conseguido assustar o pobre do animal, e não vice-versa.

Ao contrário do que poderíamos concluir do episódio contado, as partes beligerantes entre si e os funcionários da organização mundial, foram muito positivos e cooperantes. O mesmo já não acontecia com o advento da campanha eleitoral e as próprias eleições, em que foram acusados mutuamente de terem cometido fraudes eleitorais. Em finais de Agosto e início de Setembro, ou seja pouco depois de irem às urnas votar, voltou a eclodir a guerra civil no país. As operações da UNAVEM II foram paradas. O Major voltou a uma colocação numa zona ocupada pela UNITA, numa cidade chamada Kindege, na província de Uige. Curiosamente, a população local tinha sentimentos um tanto ambíguos para com os rebeldes. Gostavam e não gostavam deles. Primeiro, e por um lado, estavam obrigados a gostarem deles porque eram a força militar dominante naquelas paragens, mas, e por outro lado, desgostavam profundamente deles, quando destruíram, completamente, a cidade construída pelos portugueses, ao ponto de a transformarem numa cidade fantasma. Houve uma enorme cisterna cavada numa rocha, que retinha a água pluvial e que juntados dois geradores, faziam a circulação da água, portanto, a cidade dispunha de facilidades comuns. Logo que a UNITA chegou lançaram duas granadas para explodir os respectivos geradores e os moradores foram expulsos da cidade para irem viver para choças, “retorno à natureza” – diria Voltaire. A UNITA introduziu um sistema de comunitarismo excepcional alegando a guerra o que, também não foi muito aplaudido pela população. Gostando ou não deviam era ficar integrados no sistema centralizado de abastecimento, em que as doses de alimento recebidas fossem de acordo com seu cargo, rango ou importância. A gente comum, o “plebs” recebia umas quotas base mínimas de alimentos, os oficiais rango inferior, ou seja, os tenentes e capitães, para além da quota base recebia um ou uma ordenança, que vivia com a família do oficial, enquanto os maridos faziam a guerra. Entre os privilégios contava-se ainda o meio pacote de cigarro, marca Djamba, de produção local, bem como, uma caixa de cerveja. Para os oficiais de rango superior, estas quantias cresciam escalonadas conforme a patente militar, e recebiam o cigarro sul-africano Gans – réplica equivalente do Winston. Resumindo, de acordo com a importância política ou militar é que se beneficiavam dos diferentes privilégios. O oficial húngaro encontrou um general dos rebeldes, que tinha seis ordenanças, e podia obter tudo e sem limitações. De vez em quando, os observadores também tinham que ficar integrados neste sistema, em Djamba, por exemplo, depois do desastre dum avião da sua região militar, quando ficaram sem qualquer abastecimento por quatro semanas. Em casos semelhantes a UNITA veio a integrá-los automaticamente no seu sistema de abastecimento, com a excepção de como se tratavam de militares da ONU, recebiam uma garrafa de whisky por semana e meio pacote de cigarros e 6 cervejas *per capita* diariamente distribuídos. Naquela altura considerava-se isto como um tratamento extraordinariamente generoso...

O Major Varsányi cumpria a tarefa de observador em Kindegé também, só que, junto a uma UNITA muito menos cooperante. Decorridas as eleições em que ganha o MPLA, este, no governo, e a UNITA, nesta altura, devia ter correspondido

positivamente ao começo da planificação das novas forças armadas. Faltou, portanto, a integração das duas forças político-militares. Um projecto malogrado, já que Jonas Savimbi não aceitou os resultados, alegando fraude eleitoral. Foi o recomeço da violenta guerra civil. Ao nosso Major, protagonista desta história, encontrava-se neste momento já no alto comando, e cumprido o seu ano de serviço, a fazer as malas e em preparativos para voltar à sua terra. Coisa nem de um pouco fácil, diga-se de passagem. A única companhia que estava ainda disposta a voar para Angola era a Sabena, já que pouco tempo antes a UNITA tinha abatido um avião civil. Os participantes húngaros da missão – em cujo grupo se encontrava o Major Varsányi - estavam sentados no seu avião às 11 horas da manhã, mas o seu voo só iria descolar às cinco da tarde. O avião ainda fez escala em Brazzaville, onde tiveram que esperar com as portas abertas até o horário previsto da partida. Quer dizer, atrasaram-se ainda umas horas, por isso, a viagem calculada para um dia, durou o dobro do previsto anteriormente.

Pelos húngaros que voltavam, esperava uma numerosa comitiva no aeroporto de Budapeste para dar as boas-vindas e agradecer o serviço prestado. Voltaram então para continuar nos mesmos postos de serviço, donde tinham partido. Não os esperava a quarentena – como aconteceria aos outros pouco tempo depois -, pese-se o facto de mais de metade dos participantes na missão terem contraído a malária. Todos eles ainda em Angola aderiram ao Clube da Malária, fundado pela ONU, e cujos membros tinham direito a fardar um “uniforme” muito *sui generis*. A primeira vez que alguém tivesse apanhado a malária, pagava 10 dólares pela T-shirt. Os que não ficaram doentes só podiam ganhar a mesma camisola pelo dobro deste preço. O Major Varsányi nesta sua primeira missão podia ter adquirido três “uniformes” a preço especial ou seja, tinha ficado doente em três ocasiões. Na sua segunda missão em Angola voltou a comprar mais duas camisolas com a inscrição de “Clube da Malária” ou seja, no total, desafiou cinco vezes esta doença tropical.

A malária começa como uma doença do sistema respiratório superior e é propagada por mosquitos, podendo ser mortal, se não se tomar preventivamente a quinina sintética, ou a Mefloquina. Para os nativos não significa mais do que, para nós, uma gripe. Uma vez de regresso, os médicos húngaros nem acreditaram ter passado pela doença e perguntaram se trazia consigo algum atestado médico. Ele retorquiu perguntando se por seu turno, eles teriam passado algum atestado caso um seu paciente tivesse ficado engripado. Naturalmente que não, responderam. Pois é, disse ele, a malária lá é tão vulgar por lá quanto a gripe por cá, com a diferença de que se obtém um diagnóstico muito mais cedo, pois alguns sintomas apontam indelevelmente para a sua ocorrência. A malária tem seis variantes e só a análise de sangue é que pode fazer a distinção, e é muito pouca sorte ficar contagiado pela a mortal. Não é menos incómodo porém, ficar com a malária dita “resistente”, que pode ficar activa em qualquer momento numa longa vida. Sentindo que alguém toma quinina ou outro remédio contra ela, este tipo da malária fica “armazenada” no fígado e pode ficar “silenciosa” esperando momento de o organismo ficar debilitado para voltar a atacar. Conhecemos o caso de um oficial húngaro que tinha voltado com este tipo da malária e várias vezes abalado pela mesma.

Embora as condições tenham sido pouco habituais e deva ter trabalhado em situações de alto risco, pensa que a missão lhe tenha servido para abrir o seu horizonte e mundivisão, pois no regime anterior os militares basicamente estavam

proibidos de viajarem, e ao mesmo tempo tenha ganho mais do que o seu ordenado de cá. Não lhe faltava o espírito de aventura, claro, e achava que vale a pena arriscar para oferecer a si e à sua família uma vida melhor, à custa de um trabalho honesto. Então, por que não repetir a mesma experiência – pensava ele, na Hungria. Surge assim, a sua segunda participação numa operação de paz angolana em 1996. A sua candidatura a uma nova missão será o começo de uma outra história...

Nagy Lajos, major dos corpos policiais

Com uma experiência prévia de um ano de serviço no Cambodja, recebeu o convite para fazer parte da missão da UNVEM em Angola. Reunido o seu dossiê de candidatura, passou por um exame de admissão, que consistia numa sequência de provas psicológicas, um exame de inglês e vários exames médicos. Com o inglês não teve problemas, pois tinha-o estudado no liceu com suficiente número de horas de aulas, a que veio juntar-se uma prática adquirida durante o seu serviço no Cambodja.

Chegou depois a hora da sua preparação e treino para a nova missão na base do Ministério do Interior, em matérias como conhecimentos cartográficos, missão de paz, radiocomunicação e afins. O treino cartográfico e o exame foram organizados nas montanhas Pilis, mas também teve que passar um exame de tiro, radiocomunicação e condução de viatura. Recebeu também uma iniciação sobre Angola, mas procurou informar-se de forma individual, pela leitura de tudo o que se encontrava sobre o país, desde títulos como *Fui agente da CIA em Angola* até guias turísticos e livros de viagens. Naquele tempo, a Internet não tinha a divulgação geral de agora e também não havia acesso a ela, pelo que se procurava tudo o que estivesse publicado. Mesmo assim, ao chegarem a Angola, sentiram o quão limitados eram os seus conhecimentos sobre o país.

Tais lacunas foram sendo supridas por uma preparação da ONU, com base num programa de orientação que incluía matérias especiais, como os perigos das minas e explosivos, brochuras sobre os aspectos linguístico-culturais, conhecimentos especiais em medicina, saúde e higiene, através de palestras, bem como do testemunho e transmissão de vivências daqueles colegas e funcionários da ONU que tinham adquirido experiências prévias. Estas estavam já muito mais viradas para o seu interesse real e eram muito mais específicas.

Os polícias húngaros possuíam equipamentos de boa qualidade fornecidos pelo Ministério do Interior. Para Angola, receberam uniformes e fardas concebidos e desenhados expressamente para os trópicos, os quais, como não estavam padronizados nem eram usados nem no corpo policial nem nos guardas fronteiriços na Hungria, foram adquiridos especialmente para eles. Além disso, receberam um bom número de acessórios – binóculos, lanternas, canivetes, geradores, equipamentos de filtragem de água, etc. –, o que facilitava bastante a sua vida e serviço. Depois de

equipados, os polícias húngaros receberam as vacinas obrigatórias e fizeram as malas para a viagem, empreendida em dois grupos, tendo o major Nagy feito parte do segundo. Os cinco polícias do primeiro grupo do contingente viajaram em Dezembro de 1993, e eles em Janeiro de 1994 via Bruxelas, Mali e Angola.

Aterrar nos trópicos já lhe era familiar do Cambodja, mas o oficial húngaro mesmo assim não pôde fugir ao impacto imediato do clima tropical. O choque que recebeu na sua viagem desde o aeroporto até o centro foi porém muito maior. Atravessar o que era Luanda, passar dum momento para o outro dum ambiente europeu para um contexto africano foi outro choque tremendo, de carácter cultural. Tudo o que via parecia-lhe não apenas caótico, mas também desordenado e improvisado, como as montanhas de lixo (que tanto podiam arder como servir de pasto a cabras ou de parques para crianças), os subúrbios, os edificios em cubo de betão ou os edificios improvisados. Toda esta visão era um tanto chocante e marcada no seu conjunto pela diferença.

Os polícias húngaros foram recebidos pelo primeiro grupo de colegas, que os ajudaram a ocupar o seu alojamento, instalado pela ONU em casas-contentores. No estado-maior, tanto os gabinetes de trabalho como o espaço residencial foram instalados desta forma: tratava-se de uns contentores equipados com ar condicionado, proporcionando razoável conforto. Depois de ficarem instalados, teve início um treino de preparação, mediante um curso que terminava com exames práticos: teste linguístico e de condução de viaturas. O exame de condução era sempre muitíssimo importante nas missões da ONU, nunca se permitindo que ao volante se sentasse alguém antes de fazer o exame e obter uma licença de condução especial da ONU, demonstrando claramente as suas capacidades. Os países tinham enviado os seus participantes para a missão com cartas de condução, e mesmo não as havendo podiam passar-lhes a licença. Mas a prática e dar provas dos saberes aplicados era outra coisa. Os indianos, por exemplo, podiam ter a sua carta de condução, mas normalmente não conduziam, já que eram os seus ordenanças que guiavam e não eles. Isto significava que lhes faltava a prática, o que levou a que grande parte dos acidentes ficasse associada a eles. Por isso muitos examinandos chumbaram, e se não passassem um segundo exame de teor correctivo, podiam fazer as malas e voltar para casa. Afortunadamente, dos polícias húngaros ninguém chumbou.

Um maior embaraço constituía ainda o uso da língua, que foi ao mesmo tempo também o ponto fraco da logística na missão angolana. Ao passo que no Cambodja e na Bósnia tinham sido admitidos e contratados pela ONU intérpretes e tradutores preparados e pagos, em Angola o caso foi completamente diferente. O grande plano consistia na missão valer-se dos oficiais de língua nativa portuguesa para simultaneamente utilizá-los como tradutores: tratava-se de oficiais brasileiros, guineenses e portugueses. O projecto mostrava-se não apenas criativo como perfeito, só que ia ao desencontro das realidades. Acontece que, pese o facto de ter sido

condição *sine qua non* da admissão nas missões o domínio da língua inglesa, o contingente de alguns países, nomeadamente o brasileiro e o guineense, não considerava importante este factor, ou simplesmente esqueceram o inglês entre a sua colocação na missão e a sua chegada à mesma. Esta era uma situação caricata, já que falavam um português excelente, por ser a sua língua materna, mas nada de inglês, que deveria ter sido a sua língua de comunicação interna na missão. Muitos deles foram chumbados no exame linguístico e foram bem poucos os que puderam ficar, mas tendo em consideração a falta de efectivos, iam ficando mesmo assim. É por isso que pôde ter-se dado o caso, num distante ponto de observação no leste de Angola, de haver três elementos duma missão isolada com completa falta de comunicação entre si e com a população local. Os nativos não falavam português, por tratar-se uma área étnica tribal. O polícia da Guiné-Bissau falava por seu turno um português impecável, mas não havia modo de se entenderem. Os colegas malaio e europeu da tríade não falavam nem uma palavra de português nem o dialecto local, pelo que estavam linguisticamente isolados tanto interna como externamente. Isso ao final de contas levava a uma situação extrema de nem conseguirem organizar o seu auto-sustento nem fazerem funcionar o grupo de observação. O oficial malaio em vão pedia reabastecimento, pois não o recebiam, não estando instaurado ainda o sistema e rede de abastecimento da ONU e faltando o avião que tivesse podido viabilizar e fazer chegar o abastecimento aéreo. O capacete azul, tendo pedido a ajuda que não se lhe dava e já trocado por alimento tudo o que havia para oferecer, não teve outra opção que não pegar no carro e avançar para uma missão impossível: conduzir por meia Angola até ao quartel-general de Luanda e aos berros fazer entender que já era de mais, que não se podia continuar daquela forma e que era urgente fazer alguma coisa. Atravessou rios sem pontes, estradas minadas e zonas de conflito, arriscando a vida. Em termos práticos, cumpriu uma missão impossível equivalente às maiores façanhas da história das explorações geográficas, um autêntico Amundsen numa viagem polar, sozinho e apenas acompanhado por uma sorte invulgar. Este episódio dá algumas pistas de interpretação para as dificuldades por que se passava na primeira fase da implementação da missão.

O major Nagy não ficou em Luanda, sendo sim colocado relativamente perto, a 70 quilómetros da capital, na localidade de Caxito. Ao princípio, ele era o único europeu no acampamento misto de observadores militares e policiais, onde serviam junto com ele colegas do Bangladesh, Jordânia, Índia, Malásia e Zimbabwe. Tratava-se dum contingente em que tanto militares como polícias ficavam alojados e executavam as suas tarefas operacionais, sendo o seu comandante sempre militar, no caso concreto um oficial indiano.

O acampamento abrangia uma área de responsabilidade que equivalia a metade da Hungria, ou um pouco menos, pois eram entre 36 e 38 mil quilómetros quadrados, em que a maioria das estradas estava intransitável, ou melhor, só troços delas foram poupados a uma destruição total, como sinistra consequência da guerra civil. Ao abandonar Luanda, foi-lhe entregue uma tenda e ficou advertido de que de

futuro devia dormir nela. No entanto, afortunadamente e graças às autoridades locais, foi-lhes logo consignado um edifício de pedra, que já anteriormente tinham utilizado para a mesma finalidade os observadores da ONU numa anterior missão falhada. Basicamente deixaram-lhes apenas o lugar, e isto mesmo no sentido estrito da palavra, pois em vez da janela encontraram apenas o seu espaço vazio, e em vez das portas apenas o lugar delas, num edifício meio arruinado e completamente vazio. Na localidade não havia electricidade, água ou qualquer serviço público comunal. Luz e electricidade obtinham-na por um gerador, e a água tinha que ser trazida dum rio que ficava a uns 35 quilómetros. Dia sim, dia não, era preciso ir buscá-la com um carro-cisterna para ficarem reabastecidos. Com uma pinguinha de exagero, não mais, poder-se-ia dizer que a tarefa principal da missão era encontrar um modo de sobrevivência, mas a verdade é que uma boa parte da energia era mesmo gasta em assegurar o mínimo de condições de vida. Fazer funcionar um obstinado gerador, mudar o óleo, adquirir o combustível do centro, todos estes eram trabalhos hercúleos. O combustível vinha em barris de 200 litros do armazém central, que nem sequer estava muito longe (em termos europeus), mas a ida e volta de 150 quilómetros levava horas e horas. O depósito dos carros enchia-se, de resto, com uma bomba manual.

Com o seu companheiro da Jordânia, Nagy era responsável por toda a logística: reuniam o dinheiro de que faziam as compras, e dos 10 dólares semanais por pessoa comprava-se alimentos colectivamente. Na missão, principalmente quando se trata de pontos de observação meio afastados de tudo, era costume geral montar esquemas comunitários de auto-sustento. Há um certo convívio maior do que a mera coexistência, pois viviam mesmo juntos, quer tivessem querido quer não. A falta de tolerância ou flexibilidade podia ter causado alguns conflitos bem feios. Felizmente que o major Nagy não tinha este feitio e era capaz de conviver com as pessoas mais diferentes numa harmonia exemplar. Quando empregamos o termo conviver, falamos de uma total comunhão de existência: os observadores compartilhavam os quartos, comiam da mesma panela, cozinhavam juntos e adquiriram os víveres também de forma conjunta. O polícia húngaro teve também companheiros búlgaros, nigerianos e um francês da Legião Estrangeira, além dos já mencionados, ou seja, tinham de ser respeitadas pelo menos três orientações culturais e religiosas: a muçulmana, a hindu e a cristã. A comunhão era tal que se cozinhava nas mesmas panelas e tachos, por todos se saberem mutuamente respeitados nas convicções religiosas que tinham e apreciados nas diferenças. Cumpriram a missão de modo que as compras não fossem motivo de fricção e de forma a que todos pudessem comer do mesmo prato feito. O frango comprado era comprovadamente “halal” e mostrado ao colega muçulmano, para este verificar a procedência e poder comê-lo. Houve uma única ocasião em que não encontraram o rótulo, e o oficial húngaro responsável pela compra sentiu-se incomodado. Mas não era preciso, pois o muçulmano agradeceu a escolha do frango por causa dele, escusando-se porém a comê-lo por faltar o abatimento ritual comprovado. Cozinhou outra coisa qualquer para si, sem uma palavra de queixa.

A comida era comprada no mercado local, sobretudo os vegetais, a um preço razoável. A inflação era muito grande, pois quando chegaram um dólar equivalia a 1.600 kwanzas. Convinha não fazer o câmbio de muito dinheiro, no máximo 50 dólares, para não ficar desvalorizado o valor do câmbio, cuja desvalorização só numa semana podia ser significativa. Depois foi introduzida a nova divisa do país, a nova kwanza, a que se chegava dividindo a antiga por mil. A inflação desta forma ficou mais ou menos consolidada. Tudo isto tinha que ser tido em consideração, pois as suas compras não podiam ser feitas em dólares no mercado. Uma outra fonte de abastecimento foi um supermercado da capital, onde havia produtos congelados. As suas compras também eram condicionadas pelo estado das estradas, tão más, aliás, que só podiam escolher duas direcções: ir para norte, para a cidade portuária de Ambriz, ou então para o sul, para Luanda. As outras direcções eram, por um lado, intransitáveis, e por outro, mais grave ainda, estavam minadas. Uma vez receberam a ordem do centro para entrar em contacto com as autoridades locais de Muxaluando, que estavam a uns bons cem quilómetros. Foram num jipe Nissan Patrol 4x4, e foi por um triz que depois não tiveram que pagar eles a sua reparação. Avariou-se a embraiagem e os pneus foram furados por invólucros de cartucho. Os furos não foram por causa de pregos, mas sim por invólucros de munições, já que os cartuchos utilizados eram tantos que não podiam ter evitado o furo, pois tinham que passar por antigos campos de batalha abandonados. As próprias bermas da estrada não passavam de autênticos cemitérios de viaturas, de toda uma unidade de sapadores, com balas até aos calcanhares. As manobras eram para ultrapassar carros minados e explodidos, mas depois tornou-se impossível continuar. O último troço deste arriscado caminho só o puderam percorrer com a ajuda do exército local: foram rebocados por um camião e seguiram por sendeiro de selva dentro. As rodas do jipe não pisavam a terra, deslizando sim na própria estrutura do chassi, porque a estrada estava feita uma fossa bem profunda. Tudo isto já noite escura, o camião sem luz, só iluminando o caminho os faróis do carro rebocado dos observadores.

Durante o trabalho, o ponto mais problemático era a barreira linguística, pois não havia entre eles ninguém que falasse suficientemente português para se entender a sério com a população local. Entre esta também não havia praticamente ninguém que falasse por seu turno inglês, e os mais cultos o que mais falavam era o francês. Encontraram apenas uma única pessoa nas proximidades de quem podiam valer-se como intérprete ocasional, um indivíduo empregado na autarquia local por 8 dólares mensais. (A título de comparação, por esta quantia compravam-se 8 quilos de açúcar, por exemplo.) O “empréstimo” desta pessoa resultou numa limitada e temporária solução. Um efeito a médio prazo foi os observadores de paz se terem empenhado a estudar português, sempre numa sua “versão ligeira”. O major Nagy podia desenrascar-se algumas vezes através do russo, sobretudo quando estava colocado em regiões dominadas pelas forças do governo MPLA. A razão era muito simples e prendia-se com a ajuda recebida de lá. Inversamente, junto da UNITA, onde se recebia um treino militar ocidental, muitas vezes na França, era o francês

que mais se falava pelos oficiais da UNITA, e surpreendentemente bem aliás. Em último recurso, os gestos estavam sempre ao alcance da mão.

O abastecimento de água potável revelou-se altamente satisfatório, já que do acampamento de abastecimento central, onde funcionava uma estação de filtragem de água, recebiam água para beber em embalagens de plástico de 5 ou 10 litros. A água aí não foi responsável por nenhuma doença, era pura e de absoluta confiança, por causa duma possibilidade de filtragem cerâmica. Este não era o caso em outros pontos de observação, onde a água era tirada de rios, causando não poucas doenças. Angola é extremamente rica em ouro, diamantes, bauxite, mercúrio, cobre, chumbo, etc., minérios que em minúsculas micropartículas diluídas nas águas dos rios, que os levavam para as camadas de águas superficiais, eram a causa de muitas doenças, pois tanto os observadores como os locais se serviam destas águas para beber. No sangue dum dos polícias húngaros foi encontrada uma concentração tão alta destes metais pesados, que ultrapassava umas doze vezes o padrão base permitido. É claro que tal ocorrência foi verificada muito depois, já regressado à Hungria. Os rios eram aproveitados para tomarem banho, mas só passaram a tomar precauções mínimas quando um observador holandês foi atacado por um crocodilo. Caso atípico, aliás, pois a sinistralidade rodoviária era de longe a maior causa de perdas humanas. Além disso, era a malária a causa de bastantes mortes. No contingente policial húngaro não havia ninguém que não tivesse passado por ela. Houve um caso quando isto aconteceu três vezes seguidas, e como não havia medicamentos para curar a doença, o indivíduo foi mandado para casa. Naturalmente que os médicos disseram que um quarto eventual ataque o teria podido vitimar, tratando-se duma malária resistente. Praticamente ninguém foi poupado à malária no contingente policial húngaro, pese as advertências, os avisos, a preparação e uma disciplinada atitude de prevenção. Do ponto de vista médico, estavam muito bem informados, o que se associava a uma adequada prevenção pessoal. Mesmo assim, foi impossível fugir à malária.

Durante a sua preparação, os observadores húngaros foram influenciados pela opinião perita de médicos especialistas acerca das vantagens do Lariam, um medicamento suíço, de que fora abastecido o participante húngaro, pois julgavam ser este o melhor medicamento. Tinha que ser tomado um comprimido por semana com carácter preventivo, e numa dosagem cíclica de 3-2-1 comprimidos caso se tivesse já contraído a doença. A opinião médica da ONU era por seu turno diferente, pois em sua alternativa o que se promovia era o uso da Doxyciclina, que devia ser tomada diariamente. Tratava-se de uma guerra interminável... e académica. Os húngaros preveniam-se com Lariam, enquanto em Angola se preferia a Doxyciclina. Ambos tinham efeitos secundários, pois sabia-se que a Doxyciclina praticamente matava a flora intestinal, enquanto o Lariam prejudicava os rins, além de poder ser

causa de delírios. Resumindo, os policiais húngaros achavam que, face a tais circunstâncias, preferiam contribuir para a saúde pública da população local, a quem doaram os seus medicamentos, intensificando o uso de repelentes para se prevenirem contra os mosquitos. Com o fim da tarde, punham camisas de manga comprida e calças também compridas, pese o calor de 30 graus, e fechavam as janelas, para provocarem uma sauna interior de 40 graus. E acima de tudo não se cansavam de se defender, aplicando químicos e repelentes, principalmente nos espaços que não estavam tapados, como a região do pescoço, face e mãos. O major Nagy foi poupado durante 9 meses, mas no fim do seu serviço acabou por apanhar também a malária.

A malária tem três variantes padrão principais, conhecidas como *falciparum*, *vivax* e mais uma terceira. O que apanhou o major Nagy era o *falciparum*, a variante mais leve dos tipos mencionados. Pode dizer-se que precisou de três dias para ficar minimamente recuperado. Foi curado por médicos militares romenos no hospital destes, onde recebeu um tratamento farmacêutico por infusão. Estava mesmo mal: perdia os sentidos, tinha ataques de febre, um mal-estar generalizado, vômitos, diarreia, e sobretudo uma imensa fraqueza. O polícia húngaro só pode usar termos superlativos para qualificar o empenho e o relacionamento para com ele demonstrados pelos médicos militares romenos. Foram afáveis e delicados, além de eficientes, pois curaram-no em três dias. Ficar hospitalizado é fonte de experiências e aventuras: a sala era uma tenda de paredes abertas com seis camas, com seis doentes de seis nacionalidades. Os outros já estavam melhor do que ele, quando acabou por recuperar os sentidos. A propósito disto, lembra-se dum “enfermeiro” muito particular, um macaco que quis tirar-lhe a todo custo a infusão. Uma vez que o conseguira com o soldado indiano ao lado, pensou que valia a pena voltar a tentar a façanha. Tratava-se, como depois veio a saber, dum macaquinho que era o animal de estimação duma enfermeira assistente.

Os policiais que serviam na missão observavam em primeiro lugar as manobras militares e os movimentos das unidades numa operação, sobre a qual passavam os seus relatórios. Visitas ao posto da polícia local e o relacionamento com os polícias angolanos também faziam parte das suas tarefas. Era pouca a actividade e de alguma monotonia, sendo que na maioria das vezes estavam fechados no edifício que ocupavam e poucas vezes conseguiam sair, sobretudo aqueles que estavam mesmo fisicamente impossibilitados de o fazer, como foi o caso do posto de Kafunfo, onde prestava serviço um outro polícia húngaro, Tivadar Borszéki. Cada vez que tentavam sair, a resposta era uma rajada de tiros. O baptismo de fogo foi logo à chegada, pois aterrado o avião, a UNITA abriu fogo intenso, de forma que os pilotos russos nem sequer pararam, mas sim voltaram a tentar, embora a UNITA sempre encontrasse modo de os expulsar “aos pontapés”, juntamente com as suas bagagens e equipamentos. Esta parecia ser uma prática recorrente e rotineira. Os homens da UNITA continuaram a disparar sobre o aeroporto por uma boa meia hora, enquanto os observadores desarmados ficavam

escondidos numa fossa, na berma da estrada. Só depois é que arriscaram ocupar o seu edifício, tomando posse dos seus aposentos, cuja parede que dava para onde estavam as forças da UNITA se encontrava meio arruinada pelos efeitos das balas destinadas a discipliná-los. Não era esta portanto a porta de saída mais habitual e utilizada... Havia também casos de pontos de observação muito diferentes deste, instalados no meio do deserto, onde não havia gente com que os observadores se cruzassem. Por falar em cruzar-se, os cruzamentos de importantes vias de comunicação eram também ocupados prioritariamente para efectuar a tarefa de observação, sendo os mais indicados para reconhecer os movimentos de tropas. Um outro polícia húngaro, Attila Adorján, prestava serviço junto da fronteira da Namíbia, a uns 1.300 quilómetros de Luanda, num posto de observação que só podia ser apoiado por logística aérea. Esta podia faltar, como daquela vez quando Attila e mais dois colegas seus foram à Namíbia para se abastecerem, pois estavam já em apuros e escassez máxima no que diz respeito a víveres. Tiveram pouca sorte, pois as autoridades prenderam-nos e transportaram-nos para Windhoek. Não foi pouca a complicação diplomática para conseguir tirá-los daí, pois só depois de vários dias de intensa negociação é que foram entregues aos representantes da ONU. Em suma, as condições não eram sempre muito favoráveis para o exercício clássico do trabalho. A improvisação fazia parte dos recursos diários do major Nagy e seus colegas.

O campo do oficial policial húngaro, que se encontrava numa zona próxima de Luanda ocupada e controlada pelas tropas do governo, podia considerar-se pacífico e vantajoso. A própria proximidade da capital impunha paradoxalmente uma tarefa acrescida aos que aí serviam: controlar as forças policiais especiais que funcionavam em Luanda. Tratava-se de um corpo especial muito bem equipado e particularmente bem treinado, não só altamente profissional como de grande impacto, pois era uma força de repressão de primeira linha e podia considerar-se um exército privado do governo daquele tempo. A tarefa dos observadores consistia em verificar o número de seus elementos, observar a sua actividade e velar um pouco pela sua actuação. Passados os primeiros seis meses do serviço, o major Nagy devia mudar para um outro ponto de observação, mas acontece que precisamente aí havia um seu colega húngaro que queria ficar lá, e Nagy aceitou de bom grado a proposta de, em vez de trocarem de colocação, cada um ficar no seu primeiro posto. Tal procedimento não era nada usual, pois regra geral os participantes policiais da missão eram mudados e colocados em turnos semestrais. Desta forma, os que ficavam num posto particularmente mau beneficiavam depois duma colocação mais “civilizada”. Com esta troca, o nosso protagonista Nagy foi favorecido, pois tinha acesso à capital sem ter que recorrer ao avião, guiando poucas horas, o que era de todas as formas vantajoso. Por outro lado, estava habituado a Caxito, onde se sentia bem.

Aqueles eram tempos assaz conturbados, já que as partes beligerantes estavam hostilizadas e mutuamente desconfiadas uma da outra, tendo fracassado um anterior acordo quase realizado, que fizera antever a paz, e desembocando o

processo iniciado em nova e sangrenta chacina. A ONU era incapaz de criar ou gerir uma paz, bem pelo contrário, pois por uns tempos teve que abandonar também ela o país, evacuando os seus observadores. Com severas e duras negociações é que se acabou por lograr que a organização mundial pudesse ter voltado ao país, para tentar ensaiar mais uma iniciativa, a qual também resultaria nula. As forças do governo só conseguiriam depois chegar a uma paz liquidando fisicamente o dirigente da UNITA, Jonas Savimbi, o seu adversário. Nesse momento ficou evidente para todos que a gigantesca luta de dois mundos terminara. Já não podia ser mistificado o que acontecia no país como uma luta de dois mundos e mundivisões, comunismo e capitalismo, podendo-se identificar as cúpulas dos beligerantes adversários com as respectivas vanguardas e representantes de um e outro campo ideológico. Em 1995 ficou claro e evidente que não se tratava, no caso de Angola, de outra coisa que não a crua realidade duma luta desenfreada pelo poder. O polícia húngaro também chegou a esta conclusão. Desapareceram estrelas e ideologias dum firmamento artificial pintado e fictício, para aparecerem à vista de todos, em tons nítidos e caracteres puros, figuras que se batiam pelo poder como meio para a obtenção das avultadas riquezas do país. A contenda só podia ser resolvida com força brutal, até uma das partes cair, sem que a ONU pudesse intervir na luta por via de uma reconciliação entre as partes.

Curiosamente, e pese em Angola se sentir constantemente exposto ao perigo, não foi desta vez, mas sim em missões posteriores, que enfrentou o risco de eventualmente perder a vida... Aqui não, apesar de ter encontrado um posto de serviço onde havia janelas, mas sem vidro ou grades, pelas quais tanto podiam ter entrado balas como pessoas. Foi este último caso o que lhe aconteceu. Acordou sob um olhar que o fitava na escuridão, ficando logo menos assustado quando lhe pediram apenas algum refresco. A adrenalina subia e não foi fácil habituar-se a um ambiente em que se ouviam tiroteios a pouca distância...

O oficial do corpo policial gostou de ter estado em Angola, pois esta terra continuava a excitá-lo e a ser para ele estranha, perigosa e ao mesmo tempo tão curiosa também. Foi lá que tirou uma importante conclusão: imerso numa civilização diferente, o convívio traz um profundo entendimento da mesma, mais e mais sincero de que quaisquer outras informações livrescas, de fontes oficiais. Parecia-lhe fascinante a herança local dos portugueses, o emaranhado do catolicismo e de certos elementos de crenças tribais ancestrais, num curioso sincretismo. Ou então a poligamia, como tal. A título de exemplo, Sebastião, o tradutor católico praticante, abriu-se uma vez e segredou-lhe um projecto íntimo seu: querer adquirir mais uma esposa no futuro previsível. Das suas palavras ficou evidente uma motivação mais económica do que sentimental, pois uma esposa não bastava para que a família pudesse funcionar e abastecer-se sem problemas. Precisava duma para tomar conta das crianças e cozinhar em casa, mas precisava também duma segunda para trazer a água e a lenha, bem como trabalhar na roça e produzir na horta os vegetais do sustento familiar. O homem mais tarde saía e entregava-se a uma boa

vida, passeando com desdém, seguido pelas esposas e apenas de catana na mão, enquanto elas andavam carregadas.

Este era aliás um espectáculo muito habitual. A mulher angolana com um pote de 20 litros na cabeça, uma criancinha atada ao colo, 10 quilos de lenha debaixo dos braços e uma catana entre os dentes, num doce equilíbrio, dois passos para diante, outro para trás, sem sombra de dúvida feliz, e literalmente sem sombra, num calor de 40 graus de temperatura. Uma fileira de mulheres assim era um cenário muito habitual.

Não muito longe donde estavam estacionados o major Nagy e os observadores, encontrava-se a funcionar um campo de refugiados, com uns dez mil refugiados a viver em condições de grande miséria. Passavam de boca em boca, contadas por colegas que serviam na Namíbia, histórias arrepiantes de horror, como a de ser costume deixar propositadamente no meio da estrada bebês para serem atropelados pelos observadores, para que se pudesse fazer chantagem com eles ou com a organização mundial, exigindo o pagamento de avultadas somas de indemnização. Esta história ficou de certa forma gravada na memória de Nagy, e provavelmente foi esta a razão por que conseguiu escapar a uma armadilha deste tipo. Acontece que o comandante interino do acampamento dos observadores, um polícia da cavalaria zimbabuano chamado Mandi, lhe deu instruções para ir buscar água ao rio com o camião-cisterna, porque a água era pouca. Estava já o major Nagy de volta do rio, quando, descendo uma encosta, na penumbra do entardecer, reparou que algo se mexia no meio do caminho. Pensava que seria um cão e achou que correria e desapareceria ao vê-lo chegar, mas não foi esse o caso, pois tratava-se dum bebé exposto na estrada. Apercebeu-se que se tratava de algo encenado e intencional quando viu gente amotinada nas duas bermas da estrada para verem, curiosos e imobilizados, o que é que se iria a passar. Graças a Deus que, quando se apercebeu desta situação, fez a manobra certa, inclinando o camião 45 graus e aguentando a carga de uma tonelada de peso, e deslizou evitando o simulacro fatal de atropelar o bebé inocente. Só Deus sabe as consequências que resultariam de uma falta da atenção. Um outro grande susto que levou teve a ver com uma situação ainda mais perigosa. Estavam a atravessar a selva profunda, quando se lhes apresenta um bando armado, tipo piratas espanhóis de outrora, com uma figura trajada de uniforme com requintes de botões e cordões dourados, mandando parar a viatura. A cara disforme berrando, os olhos enxutos de sangue do ébrio chefe dos esquisitos bandidos, com os seus homens agitando as armas para não os deixar passar, estes eram enfim presságios de tudo menos de algo bom e agradável. Chegou realmente a visualizar uma chacina. Foi este o momento quando se levantou do assento traseiro da viatura o oficial de contacto do MPLA, cuja aparição conseguiu parar a delirante multidão agressiva. O chefe do bando, com passos de honra e o respeito dum humilhado, fez continência e apresentou-se junto do oficial, com rigor marcial, entre pompas e honras oficiosas, de alto grau de requinte. Ficou esclarecida – e salva – a assustadora situação pelo “nosso” bom tenente-coronel acompanhante.

Quando se soube que o irmão do tradutor Sebastião estava também entre os indivíduos armados, foi até feito o convite para dividir com eles a sua porção do jantar. Mesmo assim, os episódios mencionados não eram nada vulgares naquela região, onde o major Nagy prestou o seu serviço mais ou menos tranquilamente, pois a relativa proximidade da capital traduziu-se numa forma geral num ambiente mais calmo.

Mas sempre há momentos de exceção. O polícia húngaro estava ensinado e instruído para ponderar pouco se alguém estivesse a apontar a arma sobre ele, quando ao volante a conduzir. Se havia uma mínima chance para poder passar, a regra era acelerar em vez de parar. O seguinte caso porém não foi nada usual. Na capital, onde costumava passar mais frequentemente a caravana de carros do presidente, havia sempre uma grande preparação por parte dos corpos especiais, ora policiais ora militares, que asseguravam a passagem segura destas viaturas, parando o resto do trânsito. As unidades especiais de batedores iam afastando os outros carros para as estreitas bermas das estradas e faziam os motoristas parar o motor. Numa destas ocasiões, salta-lhe de repente para a frente, numa curva, um efectivo armado, e ele, guiado pelo automatismo, acelera ainda mais, conforme instruído. Ainda bem que teve uma fracção de segundo para dar-se conta de que estava a passar-se a mesma coisa com os carros que iam em sentido contrário, pelo que tratar-se-ia numa situação de asseguramento do itinerário da caravana presidencial. Estando o major apenas a cumprir uma regra básica do treino de instrução, foi por um triz que não atropelou o polícia angolano, que sem saber apontava a arma para um colega,

Pese estas situações embaraçosas, o observador da paz húngaro está ciente de que tem uma lembrança que nunca trocaria pela de ninguém. Viu muitas curiosidades e teve experiências nunca antes imaginadas, ou seja, novos saberes e amplos conhecimentos, neste ano de serviço que, por outro lado, correspondeu a um exílio voluntariamente querido e assumido. É que manter o contacto com a sua família era mesmo muito difícil. Teve direito a umas férias de três semanas, e só isso funcionou, pois ainda não havia Internet, se bem que houvesse nos gabinetes do campo central da ONU telefones por satélite. Usá-los equivalia porém a gastar em poucos minutos o que se ganhava em meses. Por estas razões, preferia-se a carta, mas manter uma correspondência àquela distância significava semanas de espera para uma demorada troca das cartas.

O regresso também já não tardou tanto assim, mas regressado à Hungria não foi recebido com fanfarras, louros ou louvores, ou mesmo com uma irreprimível alegria por parte das pessoas em casa. Acontece que o grupo original dos quinze polícias húngaros ficou reduzido a dez que conseguiram completar o seu ano de serviço. As razões foram muitas e diversas, maioritariamente eram as doenças que criavam esta situação, mas muitos opinaram que foi manchada a honra do corpo policial pelos que regressaram a casa. Ele discordava, mas de qualquer forma é

inegável o facto de um terço dos participantes da missão, por uma razão ou outra, não terem cumprido até o fim o seu compromisso, desistindo. Problemas de saúde ou com a língua inglesa puderam ter contribuído para esta fraqueza, mas essencialmente foi a malária a obrigar a saírem do sistema, sendo que o próprio trauma do cenário da guerra, ou seja, a pressão que reinava numa missão, também contribuiu a sua quota-parte. O major Nagy não é portanto da opinião de que foi uma vergonha o que se passou. Os participantes na missão de outros países também apresentavam índices semelhantes e não toleravam melhor as circunstâncias. Mesmo assim, e até por isso, foram chamados a passar a sua experiência pessoal durante a preparação dos grupos que os seguiram, para desta forma facilitar que lidassem com aquilo que os esperava. A polícia, precedendo e tomando a dianteira em relação ao exército, enfatizou que não se perdesse o *know-how* e experiência adquiridos no serviço da missão. Estas vivências foram sendo incorporadas na preparação. Houve portanto uma louvável utilização, sistematização e mesmo transmissão deste saber e experiência aplicados.

O tenente-coronel engenheiro Kovács Tibor

Em 1991, estava a dar aulas na Escola Superior Militar Kossuth Lajos, como chefe do Departamento de Blindados, quando apresentou a sua candidatura para integrar a missão UNAVEM, na qual foi bastante simples ficar admitido, dado o limitado número de oficiais húngaros que eram versados em inglês. Foi esta a razão pela qual logo depois a direcção do exército resolveu organizar cursos, onde suficiente número de oficiais aprendeu esta língua com relativa rapidez. Em 1991, o Departamento de Recursos Humanos do CEMFA pretendia reunir um número suficiente de oficiais que dominava já esta língua, visando a sua integração em missões de paz, tendo já contado com Kovács Tibor, tenente-coronel naquele tempo. Depois houve um processo de selecção propriamente dito, testando a capacidade linguística e aptidão física. Fechado o processo, foi incluído no primeiro grupo daqueles que seguiram para Angola para participar nas operações da UNAVEM II. Importa salientar todavia que o recrutamento para a integração nas missões de paz baseava-se no voluntariado, ou seja, sempre havia a necessidade de todos os candidatos apresentarem as suas candidaturas para serem seleccionados e destacados para os respectivos novos postos.

A preparação para a missão teve lugar na base do HIEK do HM, com a participação de oficiais que tinham tido uma experiência prévia em missões e de peritos oriundos de diversas origens, como por exemplo o Ministério dos Negócios Estrangeiros. O Exército Húngaro não contava ainda com experiências directamente colhidas em África, e pretendia-se então colmatar esta lacuna com experiências de

diplomatas que tivessem passado eles próprios tempo na região. Foram eles os responsáveis pelas palestras com informações sobre o país, enquanto os militares forneciam detalhes sobre os procedimentos da ONU. O grupo teve a sorte de integrar nas suas fileiras dois oficiais na reserva e peritos do MNE, sendo que um deles tinha pouco antes servido na nossa embaixada na capital de Angola, Luanda, pelo que tinha um conhecimento e experiência recentes sobre o local, onde voltaria a prestar o seu serviço. No começo de Agosto de 1991, partiram os primeiros cinco membros do contingente húngaro, ao passo que os restantes dez participantes húngaros da missão – incluindo o tenente-coronel Kovács -, ficaram à espera da sua saída, prevista para finais de Agosto, a qual se tinha atrasado por causa da demora na chegada das suas passagens aéreas de Nova Iorque. A saída foi portanto adiada para o início de Setembro.

Os observadores de paz húngaros foram recebidos no aeroporto e levados ao quartel-general da ONU instalado na “Villa Espa”, uma mansão portuguesa com um parque à sua volta, onde estavam já montados as tendas e os contentores em que eram alojados os observadores recém-chegados. Era neste alto comando que se procedia à sua instrução, orientação e distribuição para os diferentes pontos de observação. A preparação específica durava três dias, sendo aí reforçados os seus conhecimentos sobre o procedimento da ONU e fornecidas informações actualizadas sobre a situação em Angola. Foram verificados os seus equipamentos e vacinação, de modo a receberem no último dia a folha de distribuição dos serviços, especificando o lugar onde deviam começá-los. O contingente dos húngaros, composto por 15 oficiais, tinha por comandante o tenente-coronel Török László, que perdeu a sua vida numa posterior missão da ONU na Geórgia. Ele tinha chegado no grupo dos primeiros cinco oficiais, que voltaram depois para a Hungria em Março de 1992, altura a partir da qual coube ao tenente-coronel Kovács assumir a função de comandante do contingente húngaro. Estes 15 oficiais, seguindo a prática habitual da ONU, foram sendo distribuídos de forma a, regra geral e preferencialmente, nunca servirem juntos dois observadores da mesma nação. O primeiro posto onde foi colocado Kovács era uma aldeia de pescadores, Cabo Ledo, a uns 100 quilómetros de Luanda. A ONU montou aí um ponto de observação composto por dois elementos, ele e um outro oficial holandês. Importa ficar assinalado que os dois, que pertenciam a dois blocos militares outrora hostis um em relação ao outro, a saber, a NATO e o Pacto de Varsóvia, rapidamente puderam conhecer-se, reconhecer o valor um do outro, e apreciar mutuamente os seus conhecimentos e preparação. Os cubanos tinham construído nesta localidade, já no final da guerra, um aeroporto com uma enorme pista de aterragem, de vários quilómetros: era isto que o grupo tinha por tarefa observar. Tinham instalado ali o seu aeroporto, ao pé duma aldeia piscatória, afastados de tudo, num litoral distante, para que se pudesse isolar melhor do que o de Luanda, onde a observação do movimento era mais fácil por parte dos rebeldes. Deste modo, tinham conseguido esconder melhor o material bélico e equipamentos trazidos. Mas quando as obras foram concluídas, os cubanos já praticamente tiveram que retirar-se de Angola. Os

observadores tinham que controlar precisamente isso, porque mesmo as forças do governo também só podiam utilizar esta instalação com uma licença prévia especial. O ponto principal, que vertebrava todo o acordo de paz assinado em 1991, era que as partes beligerantes, as forças do governo e da UNITA, tinham que ficar paradas onde estavam no momento da assinatura do acordo, devendo ficar aí estacionadas. Desta forma distinguiram-se zonas que eram ocupadas pelas forças do governo e zonas ocupadas pelas forças da UNITA, a sua oposição, dirigidas por Jonas Savimbi. Este aeroporto estava nas mãos das forças do governo. Tinha havido uma anterior cooperação entre as duas partes, mas multiplicavam-se os sinais de que tal atitude conservar-se-ia apenas até ao limite dos seus interesses. O ponto mais embaraçoso era Jonas Savimbi, que acreditava firmemente que poderia ser ele a assumir o poder, e não o seu adversário, facto que não aconteceu, porque os resultados da eleição não o permitiram. A UNITA voltou então a lutar contra o governo, luta que em última instância só acabou quando, muitos anos depois, as forças governamentais puderam eliminá-lo.

Os pontos avançados de observação, que tinham a tarefa de verificarem todo o desenrolar do processo da paz, a reunião das tropas e o recolhimento das armas, eram compostos por um delegado de cada uma das partes. Curiosamente não se procedia à destruição das armas supérfluas, o que mais tarde se revelou ser uma decisão errada. As armas armazenadas eram guardadas pelas unidades que as possuíam anteriormente, sendo a sua quantidade verificada pelos observadores internacionais da ONU mediante uma contagem semanal. Com o reacendimento das hostilidades, as unidades simplesmente tiraram o cadeado e pegaram nestas armas para entrar em combate. Esta experiência valeu para a ONU, a partir daí, sempre pretender, quando possível, a destruição das armas nas suas operações de apoio da paz, sendo a excepção as armas que seriam depois utilizadas pelas unidades conjuntas das partes pacificadas. O seguinte e curioso episódio demonstra a predisposição das partes para colaborar no processo. A primeira coisa que faziam os observadores, logo depois de chegarem, era irem ter com o comandante local do aeroporto, onde servia um número bastante reduzido de efectivos, antigamente incumbidos de guardarem a instalação. Durante a primeira reunião dos delegados do ponto avançado da observação, foi decidido que entabuariam um diálogo para debaterem o funcionamento do processo da observação, onde é que os observadores seriam colocados, etc. A reunião começou e foi-se tornando cada vez mais esquisita aos olhos do tenente-coronel Kovács, pois o chefe dos dois delegados da UNITA estava calado que nem uma pedra. Kovács, através do intérprete, perguntou-lhe se concordava com aquilo que fora exposto. Continuou calado, sem responder. Então voltou a ser-lhe perguntado qual era o seu problema, pois se tinha ficado decidido ser convocada uma reunião para estas questões, altura em que não houve nenhuma objecção da sua parte, porque continuava ele mudo? A reunião estava condenada ao fracasso por causa desta atitude. O oficial húngaro decidiu nesse momento fazer um intervalo para dirigir-se-lhe a sós. Saíram e perguntou o que é que se passava. Ele perguntou se não tinha visto a pistola à cintura do comandante do aeroporto, que

participava na reunião, e que um observador internacional deveria saber que não podia portar armas. Respondeu-lhe ter visto, claro, e explicou-lhe que, segundo o acordo assinado, os militares não podiam portar armas, à excepção do comandante da unidade, que tem direito a andar com a sua pistola, sendo por isso que o comandante do aeroporto pôde entrar na reunião armado. O observador húngaro fez-lhe lembrar que se tratava de algo estipulado pelo acordo, pelo que não havia qualquer problema. O outro replicou que temia que, caso discordasse de algo que fosse proposto pelo comandante, a primeira coisa que este faria era matá-lo a tiro. De nada valeu explicar que, se o comandante apenas e tão só lhe apontasse a pistola, sem dar um tiro, este acto em si bastaria para provocar um escândalo internacional. Finalmente e aos poucos se foi convencendo, e foi possível, desta forma, continuarem a sua reunião. Esta é apenas uma achega, mas exemplar e demonstrativa para se perceber o grau de desconfiança, de ressentimento e de ódio que se criou ao longo da sangrenta guerra civil de décadas entre as partes envolvidas no conflito.

O relacionamento dos observadores com os soldados do governo estacionados no aeroporto era excelente, recebiam muita ajuda deles, que da sua parte também retribuía na medida do possível. Nos anos que se seguiram à guerra civil, o maior problema era o abastecimento de comida. Os observadores eram oficialmente auto-sustentáveis, pois deviam pagar o custo da sua alimentação da diária que recebiam para o efeito da parte da ONU. Neste caso, tratava-se porém duma aldeia tão pequena, que não dava praticamente para comprar nada lá. A ONU tinha pretendido ajudar da seguinte forma. Fazia-se-lhe chegar o que se pretendia comprar e ela levava o alimento de que ficara encarregada de comprar, na maioria dos casos na Namíbia, aos capacetes azuis no respectivo ponto de observação, por mais minúsculo e distante que fosse. Em Cabo Ledo, a única coisa que se podia comprar no mercado era peixe. Desta forma, era a ONU que os abastecia de tudo, sendo o valor descontado do vencimento que os observadores recebiam. O transporte dos produtos era semanal e realizado por aviões AN 26 e Hércules, em voos realizados para os seis quartéis-generais regionais, que faziam a distribuição por helicóptero nos campos mais distantes, para ficarem os pontos de observação avançados reabastecidos do que necessitavam os observadores. De resto, o abastecimento de víveres era melhor nas zonas controladas pelas forças do governo, ou seja, neste caso era mais fácil o auto-sustento alimentar relativamente a certos artigos a que se tinha acesso aí, e que se podiam comprar lá. No caso concreto, o relacionamento com a população local era impecável, e o oficial húngaro e o holandês iam comprar peixe fresco na praia directamente. O seu passeio até à praia, logo de manhã, coincidia com a chegada dos pescadores do mar, a quem se lhes compravam magníficos peixes. O tenente-coronel nunca na vida comeu tanto peixe como em Angola. Por muito agradável que tivesse sido este posto, foi aqui que se confrontou pela primeira vez com o perigo de perder a vida. Na sua preparação instrutiva, foi explicado aos observadores que gozavam de livre movimento e beneficiavam da chamada protecção diplomática. Numa ocasião, o oficial húngaro e

o colega holandês tiveram de ir apresentar o seu relatório no quartel-general da missão. Seguiam numa viatura branca da ONU, com todos os sinais oficiais requeridos, devidamente visíveis e evidentes, para poderem ser facilmente identificados. Chegaram a um posto de controlo montado pela polícia angolana, que funcionava nas proximidades de Luanda, para fazer a filtragem daqueles que se dirigiam para a capital. Os dois observadores tencionavam atravessar este posto. A passagem na sua faixa estava vedada, com polícias armados à frente, e o oficial húngaro disse ao seu colega holandês que estava ao volante para desacelerar um pouco, para a viatura poder ser identificada facilmente e os deixarem passar sem qualquer procedimento, e também para verem que eles, observadores, eram gente que respeita as regras. O holandês, por seu turno, pensava que estavam “acima de qualquer lei” e que podiam passar como quisessem, tendo até acelerado. Afortunadamente, não estava disposta uma tábua de madeira com pregos ou uma corrente, e assim puderam passar. Mas os polícias tiraram do ombro as suas metralhadoras, carregadas e prontas para disparar. Graças a Deus, alguém teve olho de lince, pois reconheceram que se tratava duma matrícula da ONU e acabaram por não disparar. O susto que apanharam... O oficial húngaro tinha tentado explicar ao seu colega holandês que o sistema não funcionava assim, porque se alguém tivesse a reacção mais rápida nos dedos do que na cabeça, os dois já estavam mortos...

A instalação dos observadores em Cabo Ledo era um sólido edifício, um antigo armazém e depósito usado anteriormente pelos cubanos, de que isolavam um espaço para cada um deles. Diga-se de passagem que se encontravam entre os mais afortunados, pois a maioria dos seus colegas estava alojada em choças de palha, que não ofereciam nem um nível de conforto nem uma defesa comparável à deles. Quando o tenente-coronel Kovács esteve colocado no seu segundo posto, ainda via estas choças em Mussende, mas já pouco a pouco estavam instaladas tendas climatizadas em todos os campos dos observadores, as quais ofereciam um conforto maior. Dadas estas diferenças entre as condições de vida e de serviço, a chefia da missão fazia rodar os observadores periodicamente de três em três ou de quatro em quatro meses. O sistema estava assente na divisão dos postos de serviço em três categorias, a saber A, B ou C, que diferiam no grau de conforto e de qualidade de vida. Os que funcionavam nas grandes cidades, com bom alojamento e boa qualidade de abastecimento, eram classificados de “A”, enquanto os que funcionavam muito longe e com problemas no abastecimento pertenciam à categoria “C”. Os casos intermédios eram os “B”. O critério da ordem de colocação que estava a ser rigorosamente seguido era que um observador que tivesse servido num ponto de observação “A”, seria depois colocado num campo classificado como “B” ou “C”, e vice-versa. Cabo Ledo era considerado um campo “A”, dada a proximidade de Luanda e do aeroporto, e desta feição o oficial húngaro acabou depois por ficar colocado numa zona controlada pelas forças da UNITA, num campo “C” em Mussende.

Perto de Mussende, no campo extremamente bem montado da UNITA, o comandante mantinha uma ordem incrivelmente rigorosa. O problema mais grave residia no facto de as estradas terem sido minadas com o mesmo rigor. Havia na selva uma clareira onde foram montadas as tendas militares habitacionais do campo da ONU e que distava do campo da UNITA dois quilómetros. Só que ao redor tudo estava minado, à excepção do caminho que levava à base da UNITA. De facto, como estavam isolados pelas minas, todo o abastecimento vinha por helicóptero. Saírem dali, nem pensar. É que não se podia mesmo, pois o campo de minas anteriormente instalado pela UNITA, com base no acordo, só deveria ficar desminado um mês depois, o que de facto ocorreu, abrindo mais um caminho para poderem ir fazer compras à localidade vizinha. O papel do coronel engenheiro consistia em visitar semanalmente o campo da UNITA, contar as armas, lavar as actas e enviar o seu relatório sobre o estado das coisas. As armas foram depositadas nos paióis (com excepção das do comandante), situação que os observadores da ONU iam inspeccionando periodicamente. O número das armas e dos efectivos constava numa lista em que os números estavam registados. É claro que tudo batia sempre certo, mas evidentemente saíam para caçar, muito embora houvesse uma proibição total de o fazerem ou usarem armas (além de que em princípio estas nem sequer existiam, a não ser que fechadas). Das duas uma, ou abriam o depósito ou as tinham escondidas, e nenhum dos casos ia particularmente ao encontro dos interesses dos observadores... Onde os soldados da ONU estavam instalados mais perto, talvez se pudesse evitar o roubo de armas dos respectivos armazéns. Mas diga-se também de passagem que, em abono da verdade, no caso de uma organização de resistência, teria sido difícil comprovar a procedência da arma, se tirada ao inimigo ou se resultado de uma violação do embargo e de aquisição ilegal. Ficou posteriormente comprovado que, tanto no caso de Angola como no de Moçambique, havia depósitos, armazéns e paióis escondidos na selva, de que ninguém sabia. Os capacetes azuis não podiam ir dar passeios para a selva, pois nunca se sabia quando um deles seria rebentado por uma mina, ou seja, as armas ficaram lá no meio da selva. Além destas circunstâncias, também não se podia ter procedido contrariamente, já que os observadores tinham uma actuação clássica, ou seja, prestavam um serviço desarmados, o que desaconselhava vivamente outra postura. Embora naquele tempo o desarmamento e o registo dos efectivos estivessem na ordem do dia, o processo avançava assaz lento, tal como a criação das forças armadas unificadas, prolongando-se tudo até as eleições. Por outras palavras, todos esperavam para ver o que se ia passar. Esta era também uma espera esperçada por parte da ONU, que acreditava que depois das eleições as coisas iam acelerar, sendo criado o novo exército mediante a integração das duas forças. Embora tenha havido um consenso entre as partes envolvidas, por todo este tempo mantinha-se e reinava um espírito de desconfiança geral.

Embora esta desconfiança não se estendesse àqueles que apoiavam a paz como observadores desarmados, estes também não estavam na situação de “observarem” mais do que era consentido verem. Não é que não tenham tentado, a

questão é que não lhes era fisicamente viável saírem do campo. Minas são minas, o que não lhes dava grande raio de acção. Em Cabo Ledo, os observadores tinham contacto com a população local. Lá, por exemplo, o presidente da câmara, que era simultaneamente o maior proprietário de barcos de pesca da localidade, convidava-os para jantarem na sua casa, onde comiam peixe grelhado. Mostrou-lhes as sequelas duma rajada de metralhadora no tecto da sua sala de estar e contou-lhes que, durante a guerra civil, uma unidade da UNITA conseguira avançar mesmo até aí, o que era considerado uma grande bravura militar. De noite confiscaram carros e foi nestes que vieram para atacarem a aldeia e o aeroporto. Os rebeldes quiseram sacar-lhes informações, mas como o mandatário da terra não quis colaborar, o chefe daquele grupo disparou para o tecto. Quando o oficial húngaro chegou a Mussende, o comandante da unidade da UNITA de aí perguntou-lhe donde vinha, qual tinha sido o seu posto anterior. Disse ter estado em Cabo Ledo, ao que o comandante respondeu que conhecia, pois ele e os seus tinham passado por aí. Certo, passaram sim, respondeu o tenente-coronel Kovács, pois vi o efeito que as suas balas deixaram num tecto lá. Que balas?, perguntou o comandante, sem perceber. Pois o comandante daquela unidade, quando passaram por lá, fez uma rajada no tecto. Foram as balas da sua AK que eu vi... O comandante ficou boquiaberto, e o seu espanto significava que o observador húngaro começava a ser visto de forma diferente: possuía sobre ele uma informação que não lhe tinha contado ele próprio. Um outro motivo para o respeito geral para com ele resultou do seu conhecimento de armas. Numa certa ocasião, foram-lhe mostradas umas armas que, por informação, eram inutilizáveis, pois eram não mais que uma estrutura. Pediu licença para fazer uma demonstração, pegou numa AK, fechou os olhos e de olhos fechados desmontou e voltou a montar a metralhadora. Nunca mais foi desafiado no que dissesse respeito a armas. Neste campo serviam cinco observadores – um norueguês, um brasileiro, um indiano, um nigeriano e o nosso oficial – em condições muito melhores do que os do grupo anterior, pois viviam numas tendas canadianas, então instaladas, podendo abandonar as choças tradicionais. É claro que havia problemas que subsistiam, como era o caso dos escorpiões. A regra básica em relação aos escorpiões era ter uma atenção especial logo de manhã: ao acordar e antes de pôr as botas, devia-se verificar se não se teria metido lá um, brincadeira usual do bicho. Por outro lado, o positivo, não havia serpentes ou outro animal no campo, embora a voz de alguns animais selvagens pudesse ser ouvida e distinguida claramente. Neste campo, por maioria da patente, já desempenhava a função de comandante do grupo, boa iniciação para experiências futuras, pois viria ainda a ser também destacado como comandante do contingente dos observadores húngaros.

A sua colocação seguinte calhou levá-lo ao sector de Huambo, na localidade de Ngove. O quartel-general funcionava em Huambo, antiga capital de Angola. A 1.000 metros de altitude, situa-se no planalto central angolano, pelo que desfruta dum clima ameno. Ao passo que Luanda tem um clima tropical com humidade, ali sentia-se em casa. Só não havia neve, mas o clima era muito familiar. Não era terra de malária, como Cabo Ledo, onde teve os primeiros dois ataques, a

que se somaram mais quatro ainda, numa missão posterior, razão pela qual pode justamente considerar-se como “perito em assuntos de malária”. A gente pode prevenir-se e tomar os medicamentos – argumenta –, mas é como uma vacinação contra a gripe, apanha-se na mesma, sendo mais suave a sua progressão. Muitas vezes reconhece-se pelas particularidades dos sintomas característicos, mas está “inscrita” até no olhar, de que pode fazer-se um diagnóstico prévio às análises feitas ao sangue. Os medicamentos receitados podem ter a sua utilidade, mas nem sempre é assim, motivo que levou alguns a deixarem de tomá-los. A malária pode ser extremamente perigosa. Conta o caso dum oficial húngaro, cujo diagnóstico começou por demorar, e que depois não foi tratado adequadamente, estando a ponto de morrer, quando foi transportado para a África do Sul, onde o salvaram. O medicamento que ele usava foi dado pelos médicos brasileiros da missão e, por alguma razão desconhecida, acabou por não produzir efeito. O resto foi um encadeamento de acontecimentos, que quase se revelou fatal. As análises ao sangue foram feitas tarde demais para poder evitar uma séria infecção do fígado. Foi por isso transferido para um hospital de Luanda, tendo porém o paciente chegado num estado tão crítico, que este hospital recusou o seu tratamento, tendo que ser transportado para a África do Sul. A ONU tinha primeiro preferido e proposto ser levado para a Hungria, coisa que o seu estado cada vez pior desaconselhava, pois quase não teria sobrevivido à viagem. Finalmente, a ONU acabou por fretar um pequeno avião para levá-lo, depois duma consulta com um hospital em Joanesburgo, onde tinham um tratamento especial para casos de malária como este. Foi efectivamente posto no avião para ser levado o mais cedo possível. Os ulteriores desentendimentos de carácter burocrático conjuraram-se contra ele. A ONU quis primeiro que os custos do transporte do major, bem como todos os custos do tratamento, ficassem a cargo da Hungria, enquanto os húngaros achavam que estes deviam ser pagos pela organização mundial. De qualquer forma, o piloto do avião fretado acabou por ficar farto dessa discussão, e assumiu todos os gastos por conta própria. Estes encargos foram aliás reembolsados depois pela organização mundial. Levantado voo, surgiu porém um outro problema. Os controladores aéreos primeiro não autorizaram a sua entrada em espaço aéreo sul-africano, a que respondeu o piloto não estar em condições de poder esperar por uma licença, pois estava a transportar um doente em risco de vida. Mais uma vez, radical, foi aterrar por responsabilidade própria. Foi por um triz, e o major já entrou em coma no avião, tendo que ser reanimado. Transportado imediatamente ao hospital, foi curado por mãos experientes, estando também à disposição os equipamentos necessários. O major esteve durante dias entre vida e morte. O coronel Forgács László, comandante responsável na Hungria pelo acompanhamento do contingente em missão, foi fazendo telefonemas diários para o hospital para ficar informado do seu estado. Nas primeiras vezes disseram que ainda seria melhor nem dizer nada aos familiares, pois as chances de sobreviver não eram muitas. Passados uns dias, deram uma primeira informação encorajante: disseram que os familiares já podiam ser avisados da melhora do estado do paciente, pois já havia hipóteses e mesmo alguma possibilidade de sobreviver à crise. Os húngaros da missão, entretanto informados,

foram ter com o piloto e agradeceram-lhe o carácter corajoso e a sua invulgar solidariedade para com o observador compatriota.

A propósito da comunicação interna entre os observadores húngaros, estando eles a prestar o seu serviço em diferentes sectores, não lhes era muito fácil manterem o contacto. No entanto, com esforço e empenho, conseguiu-se montar um esquema de comunicação, através do chamado “dia húngaro”. Puseram-se de acordo em relação aos dias e frequências para poderem comunicar entre si. Em todos os pontos de observação avançada funcionava uma estação de rádio de onda curta, em que, fixadas data e hora, podiam dialogar entre si e manterem o contacto. Cada campo dispunha de cinco frequências, e uma delas era cedida aos húngaros nestas circunstâncias especiais, de forma periódica, mas pontual. Todos fizeram o seu melhor para tomarem parte da conversa, que de resto também não era fácil desde o ponto de vista técnico. Podia acontecer um deles, a uma distância de 1.000 quilómetros, entrar na conversa com boa perceptibilidade, mas depois ficar perdido no ar, pois as condições atmosféricas mudavam num espaço de tempo inferior a uma hora. A direcção da missão também estava informada desta “corrente de informação” e da necessidade de os observadores de cada país manterem contacto, pelo que tomou a iniciativa de garantir que sempre serviria no quartel-general um oficial de cada contingente, para facilitar este tipo de contacto. Sorte gorda para os húngaros ter sido este oficial o capitão Nagy Zoltán, engenheiro informático, cujo contributo era bem necessário no quartel-general. A partir daí, foi ele que ajudou a resolver os problemas que surgiram relativamente aos observadores húngaros, colocados a enormes distâncias e a precisar de alguém que intervisse a seu favor, facilitando a própria gestão dos assuntos. A comunicação externa, com as suas famílias, era ainda mais difícil, já que naquele tempo não havia Internet ao dispor e alcance de todos. Se mandavam cartas, a troca da correspondência podia demorar um mês. Do quartel-general podiam ser feitas chamadas telefónicas, mas pelo balúrdio de três dólares por minuto. Chegar a poder ter este contacto via satélite tinha também as suas limitações, a começar por os observadores apenas uma vez por mês terem possibilidade de aí se deslocarem vindos das províncias. Havia na Bélgica uma organização de ajuda humanitária, com presença em África, que colocava à disposição dos observadores a sua rede telefónica, podendo estes telefonar para casa gratuitamente. Tal situação não persistiu por muito tempo, e pode ser que se tenha abusado da generosidade oferecida, já que a organização acabou com esta alternativa. Seja como for, era mesmo muito problemático manter o contacto com os familiares.

A já referida localidade de Ngove era conhecida por aí terem construído os portugueses uma barragem num rio e uma central hidrográfica subjacente, que durante a guerra civil a UNITA fez explodir. O oficial húngaro perguntou ao observador delegado da UNITA sobre os motivos, mas nunca recebeu uma resposta certa. A região era controlada aliás por forças do governo, e o tenente-coronel Kovács, como comandante do ponto de observação da ONU, tinha que se deslocar a

Huambo, ao quartel-general regional, com certa frequência. Quem aí prestava serviço operacional era o major Braun László, a quem lhe aconteceu a seguinte interessante história. Ele morava num hotel meio arruinado em que não havia água, a qual os inquilinos tinham que subir aos quartos em jarros. Também periodicamente faltava a luz. Pois ia a caminho deste seu hotel para o quartel-general, quando de repente pára ao pé dele um jipe, e um coronel angolano aborda-o desta forma: Te magyar? - assim mesmo, em húngaro. O major, meio a dormir e com os pensamentos no que se passaria naquele momento na Hungria, achou que ainda não tinha acordado. Depois teve uma conversa com este oficial e contou o caso a Kovács também. Chegou-se à conclusão que o oficial angolano tinha estudado na Escola Superior de Estudos Militares no ano lectivo de 1989-1990, precisamente no seu Departamento de Blindados, tendo o tenente-coronel sido o professor responsável pelo curso. Depois foram-no procurar: o oficial desempenhava um importante cargo no quartel-general da região militar. Alegaram-se os dois de voltarem a ver-se, e o oficial angolano foi apresentá-lo a todas as autoridades locais, nunca se esquecendo de mencionar que era o seu professor, vindo da Hungria. Foram depois encontrar ainda vários angolanos que falavam bem a nossa língua, o que era sempre uma excelente surpresa para observadores húngaros. O próprio tenente-coronel Kovács foi encontrar tanto em Luanda como na província outros oficiais e sub-oficiais que tinham tirado o seu curso na Hungria, ora em Budapeste ora em Debrecen. Eram histórias fascinantes as que lhe contavam todos, diferentes entre si mas sempre coincidentes num ponto: todos concordavam que foram aqueles os anos mais felizes das suas vidas. Na missão prestavam também serviço oficiais da Jugoslávia, incluindo um, cujo apelido era Kovac, que tinha parentes croatas e contava com húngaros entre a família, um deles o seu avô, de quem herdara o nome. Ele na altura já não falava húngaro. O seu problema era bem mais grave, pois foi nessa altura que os jugoslavos deixaram de falar a mesma língua, ou mais propriamente, deixaram de se falar uns aos outros. Antigos amigos e bons camaradas acabaram por cortar relações pessoais, por tudo o que acontecia no seu país em vias desintegração, lutando uns contra os outros numa guerra fratricida. O fenómeno acabou por ser “importado” para a missão, onde o convívio entre os oficiais sérvios, croatas e bósnios era cada vez mais problemático. Era um ambiente completamente alterado entre companheiros de armas outrora muito próximos, que começaram a tratar-se uns aos outros por “ustasha” ou “chetnik”, respectivamente. A situação acabou por dar para torto e foram cortadas as amizades, como foi o caso do oficial croata e do sérvio, inseparáveis tempos antes e que deixaram também de se falar. Este oficial, já isentado do serviço militar no seu país, veio a alistar-se nos quadros da ONU. Conhecera-o o Kovács húngaro na região de Huambo, donde três meses depois veio a ficar colocado na cidade de Namibe.

Esta cidade também era controlada pelas forças do governo. Situada na parte meridional do país, onde o deserto da Namíbia entra no território angolano, Namibe é uma cidade portuária. Entrando nela pelo interior, primeiro tem que se passar uma cordilheira montanhosa de 2.000 metros de altitude, a qual, chegando à

costa, forma uma parede abrupta de 1.000 metros no litoral. Entre as duas há uma passagem, controlada pelas forças do governo com a máxima severidade. O espaço físico mudava depois para dar lugar a um deserto de 100 quilómetros, o qual ninguém transitava, com a excepção de algumas tribos nómadas. Foi esta a razão pela qual as forças da UNITA nunca conseguiram ocupá-la. Os soldados teriam podido um por um infiltrar-se a pé pelas montanhas, mas no deserto não teriam podido ficar escondidos. Na cidade havia um aeroporto militar e, segundo as informações recebidas por parte dos militares locais, helicópteros de patrulha vigiavam de forma constante aquela zona, a qual, dadas as condições físicas, nunca teria podido ser ocupada pelo inimigo. Esta segurança, por seu turno, traduziu-se em condições paradisíacas de conservação do seu património, poupado a repetir a experiência de Huambo ou de outras cidades destruídas. O oficial húngaro teve a sorte de ficar a servir aqui por seis meses, já que, por causa das eleições, acabaram por deixar de fazê-los rodar. A razão era muito simples: se as eleições fossem realizadas com sucesso, era de se esperar serem concluídas as posteriores operações de paz da própria missão. Lamentavelmente, sabemos que não aconteceu assim, porque a UNITA não aceitou os resultados das eleições e a guerra civil voltou a eclodir. Foi esta a razão pela qual a maior parte dos efectivos que participavam nas operações da missão UNAVEM II tiveram que ser retirados do terreno operacional até os combates se atenuarem. Na cidade de Namibe, os portugueses haviam instalado um complexo recreativo, que continuava a funcionar mesmo naqueles tempos. Neste complexo de férias havia até discotecas, mas não foi por isso que as condições de serviço podiam ser classificadas de principescas, se comparadas com outros campos da ONU, mesmo que aqui os felizes dos observadores não tivessem a necessidade de morar em tendas, por mais sofisticadas que fossem, mas sim em casas habitacionais. O seu papel era patrulhar a maior das regiões de observação e patrulhamento da operação da missão, com uma superfície de 45.000 quilómetros quadrados. Se acontecesse qualquer acção policial que se fizesse notar ou algum movimento militar, os observadores deviam ficar informados, controlando tais acontecimentos. Os polícias da ONU, por exemplo, estavam incumbidos de acompanhar as investigações, verificando a sua imparcialidade, quer fossem roubos ou outros actos criminosos que fossem sendo verificados. E como a área de cobertura e subjacentes responsabilidades caíam sobre um território na sua maioria desértico, foi preferido o helicóptero a outras formas de deslocação, aqui impraticáveis. Sem dúvida alguma que nessa região o tenente-coronel Kovács apreciou o serviço, que se ia aproximando do fim.

Por causa da guerra civil reacendida, a ONU resolveu executar um corte radical no número dos observadores, incluindo e afectando o contingente húngaro, bem como o resto dos participantes da missão, que foram mandados para casa ou para outras missões. Em finais de Outubro, os oficiais húngaros destinados ao regresso foram concentrados em Luanda, tendo ficado a bebericar as suas últimas cervejas na cantina. Acompanharam-nos os ruídos rudes de uma guerra crua, pois os elementos da UNITA conseguiram aproximar-se da capital. Viram um avião civil

em descolagem, com o motor acelerado ao máximo, quase a tremer, com as luzes apagadas e a ganhar altura, enquanto passava a ser alvo da UNITA. Os rebeldes não estavam devidamente perto, pelo que felizmente não conseguiram abatê-lo. Aos húngaros tinha-lhes custado pensar que no dia seguinte estava previsto o mesmo espectáculo, só que com eles sentados no próximo voo da SABENA, que iria descolar no mesmo horário das 21:00 do dia seguinte. E se dessa vez os soldados da UNITA não falhassem? No dia seguinte, estavam a caminho do refeitório para almoçarem, quando foram avisados por um funcionário da ONU, para os que estavam previstos para sair naquele dia, que se apresentassem dentro de 20 minutos junto do portão, onde o autocarro já estava à sua espera. O tempo não era muito para ficar tudo arrumado, mas foram metendo o equipamento na mochila com uma pressa descomunal, pois a mala estava por fazer, pensando que não lhes faltaria tempo. A única coisa que depois lamentaram ter deixado por fazer foi tirar uma fotografia de despedida, pois tiveram que ir a correr para apanhar o autocarro para o aeroporto. O que os húngaros também não sabiam era a decisão da SABENA, pois a companhia não pensava voltar a arriscar o voo nocturno, tendo prudentemente antecipado a saída para as duas horas da tarde. O avião, de facto, saiu às duas, tendo-se evitado qualquer tiroteio.

O retorno não provocou nenhum sério eco, diríamos que passou despercebido. Um primeiro grupo já tinha voltado e não estava previsto sair nenhum grupo de substituição. Ao mesmo tempo, estavam a ser organizadas novas missões, estando a da Geórgia já a funcionar. Não voltaram para Hungria como heróis, foram simples militares que tinham feito um serviço igual aos outros, só que cumpriram-no no estrangeiro. Primeiro pensou-se seguirem para uma quarentena, já que chegavam dum país de elevado risco de doenças contagiosas, mas depois puderam seguir directamente para os seus familiares, e os exames médicos ficaram para logo a seguir. Foram entregar os respectivos equipamentos e voltaram para os seus anteriores postos de serviço. O nosso tenente-coronel teve sorte, foi destacado e esperavam-no no Estado-maior, já que estava a ser feito o recrutamento de um oficial que falasse bem inglês e que tivesse uma válida experiência de missão. A partir daí, dedicou-se as questões relativas às operações de paz.

O tenente-coronel Kovács afirma pessoalmente ter sido o seu desafio maior servir como comandante do seu grupo nesta missão. É claro que no fim do mundo é inevitável que gente fechada, isolada e proveniente de vários países tivesse fricções entre si. Contou um exemplo, o caso de um oficial indiano e de um nigeriano. O indiano pesava 60 quilos com todo o equipamento nas costas e media 1,60 m. O nigeriano tinha 1,90 m de altura e pesava uns 100 quilos. O tenente-coronel teve literalmente que servir como muro de separação entre os dois, que se desentenderam, discutindo qual das duas nações tinha uma melhor formação para os seus oficiais. O que é que se passa? – perguntou. Ambos têm uma formação excelente e invejável, que importa ser-se “o” melhor? Foi muito difícil chegar a uma reconciliação. Por seu turno, cabia-lhe servir de comandante dum campo de

observação maior, de cinco observadores militares, cinco polícias e cinco observadores eleitorais, que foram aumentando com a proximidade do processo eleitoral. Fazer funcionar e servir a sua integração não se revelou nada fácil. Quando chegou, reparou que os 15 membros do grupo usavam 3 viaturas, mas não dividindo-as conforme as conveniências, mas sim recorrendo e valendo-se da força maior. Isto significava que aquele que chegasse primeiro pegava no carro e os outros ficavam sem poder fazer uso da viatura. Mais a mais, corria-se de vez em quando o risco de não haver capacidade para fazer a operação de patrulhamento prevista. Os carros devolvidos à garagem estavam sujos e os tanques sem gasolina, por puro egoísmo, pois os que usavam os jipes não pensavam depois em fazer a sua manutenção. Impor uma certa ordem aos militares ou os polícias foi menos complicado do que convencer os civis a aceitarem e seguirem as indicações que se impunha dar. Mas finalmente também eles entraram na ordem e, por milagre, o espírito de colaboração melhorou, bem como a estima pelos outros naquela missão.

O tenente-coronel engenheiro Pintér István

A participação deste oficial húngaro na missão começa motivada por um triste acontecimento familiar, o seu divórcio. Nestas circunstâncias, teve de encontrar uma nova orientação e novos caminhos para a sua vida. Em conversa com dois amigos seus, Dékány István e Kovács Tibor, surge a ideia de que é preciso um diploma de conhecimentos de língua inglesa de nível médio, conforme fica informado, para poder candidatar-se para a participação na missão UNAVEM II. Naquele tempo já se sabia da intenção da participação da Hungria nesta operação de manutenção da paz, razão pela qual o tenente-coronel começou a informar-se onde é que se podia aprender a língua. O Exército Húngaro acabava de implementar o Comando para a Diminuição dos Efectivos, onde estavam a lançar um curso intensivo de inglês, que cobria as horas todas do horário laboral e parecia ser bastante eficiente. Só que os outros já tinham começado a estudar quando Pintér foi admitido no curso, ou seja, os outros estavam em vantagem em relação a ele – preparando-se aliás para um exame de nível superior – e ele tinha que se esforçar ainda mais para vencer os obstáculos. Foi duro, mas conseguiu fazer o exame em Abril de 1992, obtendo o diploma que atestava os seus conhecimentos de língua inglesa de nível médio. Foi este facto que lhe deu a oportunidade de entregar também de forma oficial o seu dossiê de candidatura para a participação na missão. Não tardou muito em receber a notificação sobre a sua aceitação naquele grupo que estava destinado para participar na missão em Angola.

A preparação do novo grupo ficou basicamente a cargo do tenente-coronel Kovács e da sua equipa. Receberam uma preparação séria e bem concebida, em que se pretendia serem equipados com toda a informação teórica útil e necessária, sem esquecer porém a vertente prática no curso de preparação. Tiveram também sorte e foram beneficiados pelas recentes experiências daqueles seus colegas que estavam de volta ou de férias na Hungria, e que foram chamados a complementar a sua instrução, frisando um quadro vivo e actualizado do que os esperava em Angola.

Naquela altura Angola estava dividida em seis regiões, em que estavam a funcionar 40 campos ou mais, nos quais os observadores da ONU estavam colocados. As experiências eram quase tantas quanto o número dos campos onde eram colhidas, e aquelas que eram válidas para um não eram para os outros, ou seja, tinham uma utilidade bastante relativa. Por exemplo, houve o conselho de andarem munidos e prevenidos para poderem consertar tudo, desde o gerador até ao mais simples instrumento que podia avariar-se, e por isso era uma boa ideia levarem jogos de parafusos e de ferramentas. O aviso foi tomado a sério e levaram quilos de ferramentas, fios, arames, pregos, tudo. Completamente supérfluos aliás, como acabaram por aperceber-se aqueles que estavam colocados em campos, onde as reparações e obras estavam entregues aos funcionários civis da ONU. A sua preparação profissional, recebida de oficiais húngaros, era por seu turno excelente, com informações detalhadas e sumamente úteis, como por exemplo sobre a natureza da missão, bem como sobre os protocolos e procedimentos que a ONU seguia. Naturalmente que os aspectos da segurança na região recebiam um enfoque especial, bem como a geografia e história do país, cuja composição étnica também foi abordada. Outro aspecto muito bem tratado era a situação política e militar, cuja matéria e informação foi fornecida pelos peritos do Ministério das Relações Externas húngaro. Foi séria a sua preparação também do ponto de vista ético de qualquer missão, ou seja, foram informados de que não podiam agir de acordo com algum preconceito ou parcialidade, pois a posição de observador não permitia compromisso algum, nem político, nem militar: devia ser-se isento, e aberto aos problemas de ambas as partes. No que diz respeito à sua preparação sobre a saúde e higiene pessoal, esta foi dada na secção de Doenças Tropicais do Hospital László sobre tratamentos e prevenção. Alguns ficaram mesmo mal depois das explicações, que resumindo e concluindo consistia em “pelar, descascar, cozer, fritar e depois da refeição continuar a rezar”. Foi feita a sua vacinação preventiva, embora mesmo assim para a maioria não tenha sido possível evitar um encontro com doenças exóticas, desde a malária, quase habitual, até diferentes infecções. Depois de tantos anos, podemos dizer que as Forças Armadas Húngaras fizeram tudo para que a sua partida fosse acompanhada por uma boa preparação, mas era completamente impossível estarem preparados para aquilo que os esperava no dia-a-dia na missão. A boa vontade e saber não faltavam, mas quem podia antever o futuro?

Os participantes da missão de manutenção da paz estavam esquipados e fardados de forma adequada, tendo em consideração para onde é que iam, um país de clima quente e por conseguinte um desafio também climático. Mesmo assim levavam fardas e equipamentos concebidos para outros climas, que em temperaturas amenas e condições climáticas davam perfeitamente, só que aqui pouco sentido faziam. O caso mais evidente eram as botas que se levavam naquele tempo, que não condiziam com as condições angolanas, sobretudo por serem quentes de mais. Noutros casos, com a estação das chuvas, as solas das botas davam de si, desprendendo-se com grande facilidade. Não se tratava duma experiência pessoal única... De resto, o pé fechado, com o suor, dava perfeitamente para começar a “apodrecer”. Podiam aplicar talcos, mudar as meias com a devida frequência, e muitos foram os que apanhavam infecções e fungos. A solução mais simples era ir ao mercado local e comprar uns sapatos de veludo, tanto práticos como adequados para as condições de trabalho. Por outro lado, quando iam de carro, também não era forçosamente necessário cumprir com um rigor máximo aquilo que fora prescrito. Há quem tenha conduzido de chinelos, havaianas ou sandálias, nada pior do que de

botas... Por conseguinte, sempre que as circunstâncias o permitiam, ia-se calçando o sapato de couro local, africano, mas é claro e evidente que, quando era preciso efectuar patrulhamento na selva, calçavam-se as botas, pois estas protegiam bem de possíveis perigos, como os animais venenosos. Outros dos problemas prendia-se com as fardas que também eram quentes de mais, pois concebidas para um clima húngaro. As condições climáticas são inversas às nossas. No inverno as noites são rigorosas, e em certas zonas o termómetro desce até os 0 graus, enquanto de dia sobe até aos 40. Durante essa estação, a farda que se levava da Hungria ainda prestava, mas não no Verão. Foi esta a razão que levou a serem introduzidos uns “uniformes para os trópicos” ou umas fardas de verão, de manga curta de matéria mais leve, incomparavelmente mais confortáveis. De resto, levava-se muita roupa e estavam bem aviados, com quantidades mais que suficientes de roupa interior, meias, etc. E como estavam integrados nas missões de manutenção da paz por aqueles tempos, pretendiam cumprir tudo ao máximo. Ou seja, levavam muito e de mais. Eram admitidos 120 quilos de peso no avião. Agora já não é este o caso, mas aqueles eram também tempos diferentes. Eram levados a planear com margens de erro de cálculo que excediam as medidas normais na previsão e provisão para os soldados participantes nas operações duma missão.

O contingente húngaro composto por 5 oficiais – Balogh Ferenc, Faludi Sándor, Tóth László, Tóth Zoltán e Pintér István- partiu para Angola em 16 de Abril de 1992, no itinerário Budapeste – Viena – Bruxelas – Luanda, numa viagem que durou quase dois dias. Quando chegaram a Luanda, foram recebidos pelos oficiais húngaros que naquele tempo estavam a prestar serviço e que logo que puderam os levaram de jipe para o alojamento. Mesmo assim não foi uma chegada muito gloriosa. Partiram em Abril, quando na Hungria estava frio, pelo que vestiram o seu casaco e gravata de gala, com que fizeram a viagem e que ficou que nem uma esfregona ao aterrar, logo de manhã, com 30 graus positivos e uma humidade assinalável. Até conseguir reunir a bagagem toda, mais de cem quilos de tralha cada um, primeiro na sala de espera e depois nas viaturas, as bonitas fardas ficaram uns farrapos de que escorria água aos cântaros. Estavam literalmente a pingar, mas não podiam sair sem primeiro preencherem os formulários que estavam à sua espera. E havia também um montão de gente, que estranhava a vinda de mais uns oficiais branquinhos, numa chegada um tanto caótica. Daqui seguiram para a “Villa Espa”, instalação herdada e adquirida aos cooperantes brasileiros, depois transformada num campo de contentores habitacionais e onde estava a funcionar o quartel-general da missão. Estavam instalados aqui os gabinetes, oficinas, os oficiais do comando e os recém-chegados que, como Pintér, antes de saírem para o seu posto recebiam um treino instrutivo. Primeiro visitaram as instalações, onde decorreu o seu curso de três semanas, bem semelhante às matérias e estrutura que tinham recebido na Hungria, só que muitíssimo mais focado nas condições locais. Foram sendo iniciados nos hábitos e costumes locais, no comportamento adequado, nos aspectos culturais e religiosos, e na diversidade étnica do país. Também a sua instrução e tarefas especiais receberam um retoque final. Passadas duas semanas, o general chefe da missão publicou a sua lista dos postos rotativos de colocação, em que já estavam incluídos os então “novatos.” Receberam assim a sua primeira colocação, em que podia ter havido ainda algumas alterações, um tanto de acordo com a possibilidade de *lobbying* de cada nação.

Os holandeses estavam por exemplo numa posição vantajosa, tal como os oficiais oriundos da África Negra de uma forma geral, também pelo simples facto de o general comandante da missão ser igualmente africano. Tais preferências traduziram-se nos melhores postos e cargos de serviço que podiam ocupar. Os húngaros também estavam favorecidos, graças ao capitão Nagy Zoltán, um informático, que passava a limpo e a computador as respectivas listas e que era a “mão direita” do general. Ele ficou de forma permanente em Luanda e escolheu ficar acompanhado por mais um compatriota, informático também, alegando que precisava duma ajuda. Tratava-se de Andrásy Kálmán, que passou a ser o seu assistente. O resto dos húngaros era destacado para diferentes campos da ONU na província, evitando, sempre que possível, que estes fossem os de pior reputação. Mas havia mais um aspecto em que os húngaros foram mais afortunados do que os outros. Aqueles que falavam russo eram de preferência colocados nos quartéis-generais regionais, em cujo comando era preciso que os oficiais dominassem esta língua, para poderem comunicar com os pilotos russos, responsáveis pelos transportes aéreos imprescindíveis para a missão.

O tenente-coronel Pintér foi colocado no campo de Bungo, na região norte, um campo de classificação “C”, que era um dos campos com piores condições naquele tempo. O comando do sector estava colocado em Luanda, no quartel-general da missão. Esta posição – a do comando regional – viria a ser pouco tempo depois ocupada aliás pelo coronel Forgács László, um outro oficial húngaro. Em Bungo fiscalizava-se a desmobilização do pessoal armado da UNITA, numa localidade relativamente pequena, uma aldeia fundada pelos portugueses e dominada pela UNITA, a dois mil quilómetros da capital. A curiosidade da situação residia no facto de que, favorecendo o entendimento, foi autorizado que o partido do governo também abrisse um gabinete local, pelo que o gabinete da UNITA funcionava numa ponta e o outro na ponta oposta. O acampamento onde era realizado o acantonamento das tropas da UNITA situava-se num planalto próximo da aldeia, onde não apenas viviam os soldados desmobilizados, uns 500 efectivos, mas também os seus familiares, num total entre duas e três mil almas. Os observadores da ONU faziam cada semana uma visita de inspecção ao campo, onde verificavam o número dos efectivos registados, fiscalizavam a quantidade de armas armazenadas, bem como vigiavam a não-violação das prescrições do cessar-fogo em vigor. Faziam o exame das metralhadoras, canhões e outras armas de fogo, como também contabilizavam por alto as minas, explosivos e munições. Por uma misteriosa razão, o número dos efectivos nunca batia certo com o número dos soldados registados, mas nunca foram levantadas maiores reservas quanto à situação existente. O número a ser contabilizado também era sempre diferente, porque nunca contavam os que estavam em patrulhamento, actividade que estava aliás expressamente proibida. Sim, porque todos eles deviam conviver desmobilizados e conscritos a uma área determinada, a do campo, onde prometiam levar uma vida pacífica. Pelo menos devia ser acatada esta situação até à sua integração nas forças armadas nacionais, cujas bases estavam a ser criadas segundo o acordo de paz. Mesmo assim, houve casos que não foram ao encontro do que estava negociado: saíam para patrulhamento ou eram simplesmente reagrupados segundo conveniência superior. Mas houve casos mais sinistros que também nunca foram apurados: o caso de fugas de pessoal que abandonava o campo, de que se sabia depois serem caçados por patrulhas que a breve trecho punham um ponto final radical às buscas.

O desarmamento dos soldados do campo de acantonamento fez com que as armas fossem retiradas. Apesar de tal circunstância feliz, havia um aspecto rotundamente errado. É que os soldados desmobilizados e as armas retiradas estavam concentrados no mesmo espaço físico. Deste modo, as armas, engenhos e munições estavam praticamente ao alcance da mão, “guardados” por eles próprios. Por conseguinte, com os resultados desfavoráveis para o seu lado, pura e simplesmente abriam os armazéns, pegavam nestas armas e lançavam-se imediatamente de novo para a luta.

Os moradores do campo, nos primeiros tempos, eram abastecidos pela ONU, mas não directamente pelos observadores, porque os abastecimentos de víveres e de água da ONU chegavam à cidade vizinha de Negage, e eram os soldados da UNITA que estavam a ser desmobilizados que os iam procurar lá. Além deste apoio, outras organizações humanitárias também estavam presentes nesta região, contribuindo também para o seu sustento.

A base de Bungo da ONU era, bem vistas as coisas, um único edifício. A aldeia também não era muito grande, correndo por duas amplas ruas paralelas, com casas de cada lado, mas não mais que uns 50 edifícios. O que estava no melhor estado de conservação era de certeza um casarão dum comerciante português, com um grande armazém e apetrechos adjacentes. Foi este que os observadores da ONU compraram e transformaram para as suas conveniências. Quando se soube que ia ser instalado aqui um grande campo de acantonamento das forças da UNITA na região, compraram então a casa e instalaram o necessário, a saber, um gerador, bombas de água, etc. Além disso, fizeram umas poucas obras que a modificaram. Lamentavelmente a aldeia não tinha água. Era preciso ir buscá-la a um rio próximo e assim a água para cozinhar e tomar banho era trazida depois purificada com cloro. A água potável era fornecida por uma tubagem que corria em Uíge, donde duma fonte do bispado era levada a água para as casas. Trazida daqui, a água potável tinha também que ser fervida antes de tornar-se apta para o consumo humano.

Na base de Bungo prestavam serviço cinco oficiais, cujo número real era mais propriamente três, já que sempre havia quem estivesse de férias, de comissão ou hospitalizado durante semanas. Lembra-se de casos, por exemplo, quando não tinham substituído um oficial com malária, hospitalizado já há mais de um mês, e até aconteceu ficarem também reduzidos apenas a dois oficiais. Quando o tenente-coronel Pintér chegou, o comandante da base era um oficial da Marinha da Argentina. Havia um major árabe jordano e dois capitães, um senegalês e um guineense. Dois meses depois, quando o tenente-coronel argentino acabou a sua missão, foi a vez do oficial húngaro assumir a chefia do campo. Os observadores da missão desempenhavam a sua função estritamente desarmados, sendo a sua tarefa reduzida a uma verificação clássica: subiam ao campo da UNITA para contabilizarem efectivos e armas, uma semana os soldados e a outra o armazém. As folhas de presença eram assinadas e homologadas também alternadamente, de duas em duas semanas, relativamente ao material bélico dos desmobilizados. Cada semana seguia um relatório detalhado para o quartel-general sectorial, onde eram reunidas as informações sobre a região, no que diz respeito a eventuais movimentos de tropas, a algo que considerassem imprevisível ou estranho, e sobre o ambiente que reinava. Estes relatórios eram recolhidos cada quinta-feira por um helicóptero, que reunia as informações dos respectivos campos dos observadores da ONU.

Nos restantes dias da semana, os observadores tinham pouco a que se dedicar, salvo o seu auto-sustento. O patrulhamento era raro, também porque a UNITA não se mostrava nestes casos particularmente alegre ou entusiasmada. Pese esta liberdade reservada, pretendiam chegar a todos os pontos de interesse, menos às proximidades do campo de acantonamento, o que aliás tinha muito interesse, mas também era muito pouco tolerado. Ao campo iam todas as quartas, sendo que as aldeias menores vizinhas e as suas proximidades eram visitadas com maior assiduidade. Dia sim dia não também ia até à cidade seguinte, Negage, para fazerem compras, ou a Uíge buscar água potável. De certa forma, o auto-abastecimento preenchia bastante a vida deles. Eram completamente auto-suficientes, ou seja, compravam tudo do seu ordenado e não podiam contar com ajuda externa. Os mercados locais também não ofereciam tudo de que eles teriam precisado, e uma refeição podia ter diversas origens no que aos ingredientes diz respeito... A monotonia, o tédio e o isolamento eram os pontos mais problemáticos nesta colocação. Tais circunstâncias favoreciam naturalmente a pouco salutar formação de “grupinhos” interiores no seio duma missão, as pessoas arrelhiavam-se umas às outras. O oficial húngaro conseguiu ficar à parte destes jogos, associando-se a outros: corria, fazia exercício físico no seu tempo livre, e aprimorava o seu inglês e os rudimentos do português, que acabava por ser cada vez mais importante. É que com a população local só podia entender-se em português, e embora tivessem um “tradutor e intérprete” na pessoa do capitão da Guiné-Bissau, o inglês deste não era muito avançado. Só este inglês básico já não lhe bastava para poder seriamente dialogar com o comandante da UNITA ou com os nativos. Tinha que pôr-se ele mesmo a estudar português (de que fez o exame uma vez regressado à Hungria), o que para ele significava mais do que um passatempo, sendo extremamente útil, pois não tinha que levar consigo intérprete nas voltas que dava pela zona, ganhando confiança junto dos seus interlocutores.

O dia-a-dia era portanto um desafio mais mental do que físico, e a rotina pouco ajudava. A quarta-feira passava-se bem com as visitas de observação feitas ao campo da UNITA, a noite com a informação sobre o que se tinha verificado, e a quinta-feira aguardando a chegada do helicóptero. Tudo tinha o seu ritual, pois tinham que preparar a chegada, que se limitava a receberem os barris da gasolina e a mala do correio, e a entregar informação. Nos restantes dias, a organização do seu tempo e vida não estava sujeita a grandes regras ou normas. É claro que sempre se discutia pelo carro, pois tinham uma única viatura, cuja “distribuição” era tarefa do comandante da base, decisão quase sempre contestada por parte daquele a quem não lhe tocava a vez. Evidentemente tentava fazer o seu melhor para que todos tivessem um acesso igual a irem fazer as compras, trazerem água, etc., ou seja, para as actividades que os pudessem fazer “ausentar-se”, nem que por apenas umas horas, do seu relativo isolamento. Tais saídas eram facilitadas pelo facto de não haverem minas e engenhos explosivos anticarro nos limites da zona. Houve uma única ocasião quando foram vistos uns fios e arames pela estrada, dispostos de forma alarmante. Mas nem isso era um explosivo, apenas uma brincadeira da UNITA, cujos soldados acabaram por retirar “as minas”, chutando os “dispositivos” para fora da estrada com os pés. Ameaças reais, minas, engenhos ou explosivos e afins não dificultaram o seu trabalho, e também não encontraram homens mutilados ou outros efeitos do seu uso. Mesmo assim, cumpriram todos os regulamentos em vigor, estabelecidos para os participantes da missão. Uma destas regras básicas era nunca abandonarem as amplas estradas africanas de terra batida, nem para a direita nem

para a esquerda, fossem canaviais, campos de pastos, ou um mato adjacente, nem sequer para urinar. Por mais vergonhoso que pudesse parecer aos soldados, nem eles nem civis se atreviam a entrar no mato. Desta forma evitaram acidentes, pois era de supôr a existência de minas dispersas, precisamente fora do espaço controlado das ditas estradas.

O que mais espantava o oficial húngaro era a total ausência de animais selvagens em toda a região de Bungo. Estes desapareceram, como se nunca tivessem vivido nesta parte de Angola. Provavelmente eram caçados e a própria guerra os fazia recuar para as selvas mais distantes. À excepção de alguns pássaros, a selva parecia aliás desabitada. Os animais domésticos também eram poucos: algumas cabras, dois ou três porcos e nada mais. Durante os oito meses de serviço, só viu uma única manada de vacas, de resto faltava toda a população animal. Mesmo assim havia excepções, como por exemplo répteis. Serpentes, escorpiões e aranhas pareciam contrabalançar a mencionada falta...

O bem-estar psicológico e a capacidade mental dos participantes das operações de paz nesta e noutras missões dependia muito da forma como podiam (ou não) manter o contacto com os seus familiares. Era basicamente por correspondência que se mantinham as relações familiares, através de cartas cuja troca, carta vai e carta vem, podia demorar umas oito semanas. O tenente-coronel só podia contactar os seus por telefone nas ocasiões que estava a passar por Luanda, pois no quartel-general havia uma cabina telefónica donde podiam fazer chamadas e cujo preço era cobrado logo, ou então descontado do seu vencimento. Os participantes do contingente húngaro trocavam também informações pessoais (locais, regionais ou do mundo) através de uma comunicação interna que montaram num dos canais da rádio, em que a horas combinadas ligavam uns para os outros. Eram estas as conversas que se utilizavam para a “candongá”, pois havia produtos a que não tinham acesso alguns que serviam em guarnições mais remotas ou isoladas. Neste caso, pediam aos seus camaradas³²⁵ para lhes mandarem o que faltava: selos, envelopes, papel, sabão, cigarros ou chocolate. Estes dois últimos eram os primeiros da lista quando Pintér ia a Luanda, sobretudo o chocolate com amendoim. O sistema da rede húngara de mútua entajuda funcionava da seguinte forma: mandavam-se por onda curta as mensagens com as encomendas, as quais, quando adquiridas, iam sendo despachadas por helicóptero na semana seguinte, ou daí a duas semanas, conforme o caso. Os que recebiam as suas encomendas mandavam o valor do preço, e o tenente-coronel não se lembra que tenha havido qualquer desentendimento por alguém não pagar. Amigos amigos, negócios à parte.

O relacionamento que reinava entre os oficiais húngaros era bom e caracterizado por um espírito de camaradagem, pese o facto de fisicamente não se cruzarem durante alguns dias, tendo sido dispersados por vários campos e bases da ONU. Os húngaros geralmente davam-se também bem com os das outras nações, e as poucas vezes em que havia discrepâncias, isso tinha a ver na maioria dos casos

³²⁵ Nota do tradutor: Utilizo esta palavra não na sua acepção política, mas na militar. Numa certa ocasião fui testemunha de um oficial da marinha que rectificou um outro, dizendo que colegas só têm as prostitutas, os militares têm camaradas. A palavra deriva portanto de camaradagem: convívio muito próximo, alusivo, neste caso, ao dormitório que compartilhavam. A expressão húngara „bajtárs” é muito bonita e um tanto pessimista, pois significa um companheiro no „mal”, seja desastre, perigo ou ameaça iminente.

com os brasileiros. Isto não se passava por serem melhores ou piores do que os outros, mas sim por causa de uma situação sua muito delicada e curiosa. Acontecia que na guerra civil o Brasil tinha ajudado as forças do governo com o envio de peritos e de armas com que combatiam a UNITA, pelo que as pessoas não nutriam uma particular simpatia por eles nas zonas dominadas pela UNITA e onde apareciam depois outros oficiais brasileiros no estatuto de observadores. Eram mais tolerados, por constar entre os pontos acordados a sua inclusão na missão, do que apreciados. Quando Savimbi perdeu as eleições e a guerra civil se reacendeu, as cúpulas da missão decidiram evacuar dos pontos mais quentes os seus observadores. Os primeiros destes campos postos em perigo a serem evacuados, e não por mera coincidência, foram aqueles onde serviam brasileiros, expostos a uma ameaça ainda maior. Temos registo de casos quando pessoas treparam a cerca das bases dos observadores da ONU e dispararam contra eles, mas sabemos também de casos específicos, quando observadores brasileiros foram encontrados meio mortos, pela sova que levavam por parte dos rebeldes. Nestas circunstâncias, talvez não seja de estranhar uma certa psicose da sua parte. Os brasileiros não tinham confiança em rigorosamente ninguém, nem nos angolanos, nem nos outros participantes da sua missão, de quem pensavam poderem ser traídos e/ou eventualmente entregues ao furor da UNITA. Embora não com eles, passou-se também algo bastante parecido na base onde Pintér servia. Era já Novembro ou Dezembro, quando notaram uma estranha transformação na aldeia do seu campo. É que a pulsação da localidade estava diferente. Espreitando fora, notaram a total ausência de mulheres e crianças, pois pelas ruas só passeavam os homens. Elas tinham sumido. Estavam desaparecidas. De repente aperceberam-se de que os seus vizinhos passaram a ser diferentes: em vez dos inquilinos de sempre, estavam as casas vizinhas e próximas cheias de soldados da UNITA. Não tardaram a ver um capitão da UNITA, a quem tinham uma certa amizade, aparecer um dia armado, com a pistola à cintura, e já eram também os homens que abandonavam a aldeia. Reinava um silêncio muito tenso e pouco natural, e os observadores da organização mundial passaram então a uma outra condição: de observadores a observados, sentindo-se agora cercados, embora não cortados do mundo exterior. Não sabiam o que se passava, mas o comandante do campo de acantonamento da UNITA, através de mensageiros e contactos, fez-lhes saber que não podiam voltar a aproximar-se do campo objecto da sua verificação, caso não quisessem apressar o seu martírio. Foi este o momento em que de imediato organizaram patrulhas para se aperceberem da situação nas imediações, e constataram que nas aldeias vizinhas estava gente de novo armada a tomar as rédeas da situação, pronta e de metralhadora. Os homens armados na sua aldeia não se mostravam hostis: os capacetes azuis podiam deslocar-se livremente para onde quisessem, à excepção do campo da UNITA, que estava interdito às suas visitas. Passaram alguns dias nesta estranha e peculiar situação, quando um oficial indiano foi a Uíge para os abastecer de água. Disse que ia lá e que regressaria na manhã seguinte, o mais tardar. Acontece que nunca mais voltou, muito menos no dia a seguir. Foi então que souberam que as coisas andavam pior nas cidades vizinhas: em Negage havia um quartel das forças do governo e Uíge era a capital, sede administrativa da província. Houve um ataque de golpe de mão por parte das forças da UNITA, que surpreendeu e vitimou membros da administração local e os soldados do governo, os quais foram sendo perseguidos. Sabiam onde é que moravam, iam lá procurá-los e fuzilavam-nos. Em certos edifícios, onde se sabia estarem os donos ainda dentro, meteram bombas e explodiram com eles. Foi esta a situação que esperava o oficial indiano, que tinha considerado mais prudente nem

tentar voltar à sua base. Simplesmente fugiu, abandonando os outros em Bungo. O tenente-coronel teve depois que informar o quartel-general de que tinham ficado sem viatura. A promessa era receber um carro transportado por helicóptero. Segundo os planos, vinha também nesse transporte o capitão Balogh Ferenc, que devia ser levado por Pintér para Negage, para a cidade que já estava nas mãos da UNITA. Acabaram por chegar dois helicópteros, um trazendo o jipe e o outro gasolina para os aparelhos ficarem reabastecidos, pois o que vinha sobrecarregado com o carro consumiu imenso combustível. Os helicópteros aterraram e os observadores descarregaram a viatura, em que seguiram a viagem para Negage, depois de os helicópteros terem levantado voo. Quando chegaram a esta cidade, estava sem iluminação e saqueada por bandos armados. Tiroteio já não se ouvia, mas largas dúzias de cadáveres jaziam nas estradas. Depois presenciaram também ajustes de contas internos da UNITA. Acontece que a UNITA tinha bastantes delegados nas novas forças armadas conjuntas e, com o recomeço das hostilidades, nem todos obedeceram à chamada para voltarem para a sua anterior obediência. Estes foram perseguidos e, quando não conseguiram “reformatá-los” ou “reconvertê-los”, foram executados se capturados. Provavelmente foram estas as vítimas em que tinham tropeçado ao entrar na cidade.

O oficial húngaro, quando servia em Bungo, chegou a estabelecer laços de amizade com o comandante do campo da UNITA, o coronel Gongo, e com o seu subcomandante, o tenente-coronel Tujula. Durante a guerra civil, Gongo tinha participado em atrocidades que não lhe permitiam passar para as fileiras das novas forças armadas conjuntas. Estava proscrito. O seu subalterno, o tenente-coronel Tujula, foi por seu turno integrado no novo exército e subiu de patente, passando a coronel, e quando recebeu a ordem de regressar para junto dos seus anteriores companheiros, recusou obedecer. Foi detido e levado para o campo onde servia, onde o encarceraram e torturaram para o fazerem voltar para as fileiras da UNITA, além de lhe fazerem chantagem com a família retida como refém. Tudo isto chegou ao conhecimento do tenente-coronel Pintér, quando o coronel angolano foi libertado por algum tempo e, se calhar por razões de abastecimento, veio ter com ele para lhe contar o que se passava. Resumindo, não foi pouca a crueldade da UNITA mesmo para com os seus. Entretanto, o estado da segurança tornou-se tão imprevisível que o comandante sectorial (ou seja, o da região dos observadores) não autorizou o seu regresso Bungo e, mais do que isso, encarregou-o de ficar com o cargo de comandante dos observadores em Negage. O seu campo anterior fora abandonado em três semanas e os dois observadores de lá também foram incorporados no ponto avançado de observação em Negage. Esses foram tempos em que receberam a ordem e instrução de serem fechados um por um todos os campos expostos a um perigo iminente. Na prática, isto significava que, além das viaturas, que se levavam, todo o material remanescente tinha que ser destruído. Quando, já em Negage, o tenente-coronel e o seu grupo tiveram que abandonar também o seu posto, foi necessário proceder desta mesma forma: destruir a comunicação do sistema de rádios, perfurando peças ou cortando fios, tornando as estações inoperáveis, tal como as máquinas de escrever, juntamente com os documentos e naturalmente os arquivos produzidos. Só as reservas de combustível não puderam levar consigo, e teriam ficado atrás valiosos equipamentos, como, por exemplo os geradores. Ficando apenas dois, o capitão brasileiro e Pintér, foi fragilizado a presença dos observadores neste teatro dos operações, porque um observador espanhol entretanto foi evacuado, tendo cumprido o seu ano de serviço. O caso do brasileiro, de resto,

foi também muito complicado, pois estava à beira dum ataque de nervos, esgotado e fragilizado. Naquele tempo, os observadores da ONU estavam expostos a muitas fricções com a UNITA, que se tornou cada vez mais agressiva e ameaçadora. No campo onde se tinha instalado a ONU refugiaram-se quinze soldados de governo na altura das matanças para salvarem a vida, não tendo sido fuzilados graças ao “refúgio” encontrado. Os soldados da UNITA, para evitar a sua fuga, ocuparam um apartamento vago ao lado e vigiavam tanto os soldados refugiados como também os observadores, estes últimos para não darem qualquer ajuda aos primeiros, claro. O tenente-coronel Pintér perguntou ao coronel Gongo, dono da cidade, porque é que soldados ocupavam posição numa área controlada pela ONU, ao que Gongo respondeu que era apenas para garantirem a sua segurança, evitando algum linchamento por parte da população civil revoltada, a qual, por seu turno, eram eles próprios que incitavam à revolta. De qualquer forma, esta era uma resposta credível, embora claramente falsa. Por muito que reclamassem, os soldados da UNITA preferiram permanecer... e o círculo vicioso ficou fechado. O escândalo aconteceu quando dois dos soldados do governo conseguiram escapar. Os guardas que estavam de serviço informaram Gongo, cuja reacção não tardou muito: a casa foi rodeada por uma unidade de soldados da UNITA, que não deixaram sair ninguém, tendo mesmo agredido o oficial húngaro que teve a ideia de tentar pôr a cabeça de fora. Pior sorte tiveram os soldados do governo, que foram arrastados para fora da sua “protecção”. Depois de detidos, nunca mais se soube o seu paradeiro.

Pouco depois, o tenente-coronel Pintér teve a visita do coronel Tujuca, que lhe veio pedir alimentos e combustível. Estava magro e visivelmente muito maltratado. Deixaram-no sair sob a condição de ir pedir à organização mundial alguma comida para poderem distribuir entre si no campo da UNITA. Vendo a sua situação, o oficial húngaro colocou-lhe a hipótese de lhe darem uma mão para conseguir que fugisse ou que se escondesse algures. Disse não, e explicou que era a família que pagaria o preço da sua fuga, e que não hesitariam em fuzilar a sua mulher e os três filhos que se encontravam na posse deles. Ou seja, não tinha nenhuma alternativa. O tenente-coronel, como estava bem aviado de comida e de combustível, não lhe negou o pedido e abasteceu-o. Do mesmo campo da UNITA tiveram também um outro visitante, renovando o pedido, mas como vinha arrogante, acabou por sair de mãos vazias. O oficial húngaro em nenhuma destas ocasiões teve que recorrer-se da ajuda da tradução do oficial brasileiro, já que falava suficientemente português. Tal circunstância acabou por virar-se contra ele, já que o oficial brasileiro pensou que estavam a tramar alguma coisa contra ele. Criou-se aí um mal-entendido e, conforme deixou registado depois no seu depoimento, pensava que o iam a matar. Assim, aproveitando-se de ser solicitado a ir procurar água, pegou num dos carros e deu-se a sua fuga. Não parou até o quartel-general, onde informou que o seu superior estava a conspirar contra a sua vida e que, a troco da sua livre saída, estava preparado para “vendê-lo”. Fez uma descrição pormenorizada das ameaças que pensava estarem a pesar sobre ele, nomeadamente que podiam torturá-lo ou até executá-lo. A situação de pânico estava relacionada com a rede de comunicação interna, que foi espalhando os casos de maus-tratos e fuzilamentos que se multiplicavam. De qualquer forma, excitado e em pânico, resolveu pôr-se em fuga e não parou até Luanda, pois deixara de acreditar em quem quer que fosse, sentindo-se traído e por sua conta caso tivesse algum problema no caminho. Resumindo, desertou e o tenente-coronel ficou sozinho na base. Telefonou então para o comandante da região de operações, o coronel Forgács László, que o advertiu para ficar, e pediu reforços para poder ombrear com

as tarefas dos cinco efectivos previstos. Isto passou-se em Janeiro de 1993. Foi então que deslocaram para Negage o major Bézi László, cujo campo de observação fora fechado. Os dois húngaros resistiram por mais três semanas até receberem também a sua ordem de evacuação.

Os observadores e a população local continuaram a manter um relacionamento normal, pese o facto de ter assumido a liderança naquela região o coronel Gongo. Afortunadamente, conheciam o seu superior, o general Apolo, com quem o capitão Balogh tinha bons laços, ao ponto de os oficiais húngaros terem sido convidados para almoçar algumas vezes com ele. Este general professava uma outra linha. Não desejava mais hostilidades e matanças, razão pela qual teve uma atitude diferente também para com a ONU. Cabe dizer aqui que nesta altura o ambiente era de certa forma hostil para com a ONU. Foram várias as atrocidades contra os capacetes azuis, o que nunca acontecia naquela região militar, já que o general Apolo tomava as rédeas com pulso firme. A ordem e a disciplina eram exemplares, pois o general punia os seus próprios oficiais de forma bem dura e sem vacilar. Num belo dia, os dois observadores húngaros estavam no caminho para Uíge, quando receberam via rádio a ordem do coronel Forgács para voltarem imediatamente para atrás, de forma a prepararem a sua evacuação, pois tinha sido decidido fechar também o seu campo. Foram-lhes comunicadas a hora aproximada e as coordenadas exactas onde devia aterrar o avião de carga que ia buscá-los. Os dois oficiais húngaros puseram-se de acordo de que não deixariam cair em mãos da UNITA as reservas de que não precisassem, deixando-as sim à disposição da missão católica de Negage, que funcionava sob a orientação de padres mexicanos. Retiraram a bandeira da ONU e a antena de comunicação via rádio, e começaram a destruir todos os equipamentos que não cabiam nas viaturas. E o problema maior era este conjunto de carros, quatro no total, que só os dois evidentemente não podiam conduzir. Contactaram entretanto a missão católica e disseram-lhes que, a troco de ajudarem a levar dois dos jipes ao ponto de encontro para a evacuação, podiam levar os alimentos e tudo que o lhes fazia jeito ou era necessário. Não faltava a cerveja, que foram oferecendo aos soldados da UNITA que estavam ao pé da sua casa, conversando em altas gargalhadas das piadas que contavam, bebendo na maior, ao mesmo tempo que os seminaristas carregavam as caixas para camiões, carrinhos de mão ou para o que tinham à disposição. Enquanto isso, os observadores cortavam fios, destruíam o material lá dentro, esvaziavam a cozinha, limpavam o campo e uma ponta à outra, pois os soldados estavam proibidos de entrarem. Foi um pouco descarado. Estando prontos, dois dos seminaristas juntaram-se aos observadores húngaros ao volante dos jipes, e esta caravana de viaturas pôs-se em marcha em direcção ao aeroporto, deixando para atrás os soldados, por esta altura já completamente bêbedos. Quando os observadores chegaram ao aeroporto militar, estabeleceram ligação com o quartel-general de Luanda, donde foram informados que o avião ia demorar uma hora ou hora e meia. Entretanto, na cidade fora descoberta a sua fuga precipitada. Os homens da UNITA chegaram e aproximaram-se dos carros. Quando uma patrulha também chegou, ligaram por rádio para a cidade, informando estarem ali as quatro viaturas e os dois oficiais “sumidos”. Chegou também um tenente-coronel da UNITA, vestido à paisana, que lhes perguntou o que andavam ali a fazer e porque é que partiam? O tenente-coronel Pintér disse-lhe ter recebido instruções nesse sentido, mas que não fechariam o campo e que fizessem o favor de ir lá verificar. Os húngaros não pararam de rezar para que aquilo não acontecesse, pois naturalmente encontrariam o campo completamente vazio. O oficial foi-se embora e finalmente o

avião chegou, mas demorou a aterrar, tendo dado duas voltas, porque, segundo depois lhes contaram, ouviam-se disparos, provavelmente dum casario à volta. O protocolo nestas circunstâncias era os helicópteros darem a volta imediatamente, mas para fortuna deles veio buscá-los um avião de carga que, uma vez aterrado, abriu as suas portas. Desceram dois soldados que, com os oficiais húngaros, meteram os carros imediatamente avião dentro. No entanto, já prontos para saírem, começa logo uma discussão. É que apareceram duas freiras, que imploravam para serem também levadas a bordo do avião, mas os rebeldes não as deixavam subir. Pintér não estava em condições de poder decidir, pois era o capitão do avião que tinha a última palavra. Tratava-se duma monja mexicana e de uma freira negra, que os homens da UNITA estavam decididos a impedir de embarcar. O capitão do avião acabou por embarcá-las e estender a elas a sua protecção, e todos levantaram voo. Afortunadamente, o tenente-coronel não tinha voltado da cidade e a saída deles de Negage foi desta forma menos complicada. Aterrados em Luanda, eram já esperados no aeroporto tanto eles como as viaturas. Seguiram para o quartel-general, e o tenente-coronel teve que lavrar um relatório sobre todo o sucedido. Entretanto, já todos os oficiais húngaros estavam lá, após fechados os seus campos que se encontravam sob ameaça. Os observadores aqui reunidos ou esperavam o fim do seu ano de serviço ou seguiam para outras missões. O nosso tenente-coronel não seguiu nenhum destes trâmites, tendo sido destacado para comandante da divisão de logística de toda a missão da ONU, o que era considerado um sério reconhecimento. Ao mesmo tempo, foi informado no quartel-general que o oficial brasileiro fugitivo fizera uma denúncia contra ele, caluniando-o, entre outras coisas, de contrabando de diamantes, tendo sido aberto um processo de averiguação dos factos relativamente à sua actuação.

Neste processo, o tenente-coronel teve que prestar declarações por escrito sobre todo o seu procedimento. O seu relatório foi revisto pelo coronel Forgács, seguindo os bons costumes dos superiores húngaros. O depoimento escrito foi entregue, e uma averiguação interna do caso revelou que as acusações não só eram falsas, como também as calúnias tiveram consequências negativas para o dito oficial brasileiro, que foi repatriado, acusado de comportamento desonesto e caluniador. Fechado o processo, foi tomada a decisão de Pintér, à semelhança dos outros oficiais húngaros, seguir para Moçambique para lá completar o serviço nas operações da missão ONUMOZ, entretanto criada, já que praticamente todos os observadores da UNAVEM III foram retirados do teatro das operações de Angola. Primeiro passaram por Windhoek, na Namíbia, e daí os oficiais continuaram para Maputo num avião fretado pela ONU, o que já é matéria para uma outra história.

Depois de regressar para a Hungria, foram poucos os que se interessaram pela sua experiência e, de uma forma geral, a sua vivência africana despertou pouco ou nenhum interesse. Tanto ele como outros “veteranos” da mesma missão levaram isto a mal naquela altura, mas volvido relativamente pouco tempo foi criado no seio das Forças Armadas Húngaras um Centro de Direcção de Operações, onde repetidas vezes foi pedida a sua colaboração, para partilhar a sua valiosa informação com os que estavam a preparar-se para participar numa missão. Pese tal circunstância, as experiências angolanas não foram reunidas e muito menos publicadas. Segundo a opinião do tenente-coronel, valeria a pena lançar-se a esta tarefa, pois são cada vez menos as testemunhas que poderiam perpetuar uma memória de interesse colectivo.

Márkus Tamás, tenente-coronel do Corpo Policial

Em 1996, o tenente-coronel Varga, da capitania geral nacional da polícia húngara, mandou apresentar-se no seu gabinete o jovem tenente policial, dizendo-lhe: “Ora bem, rapaz, agora são dez da manhã e você deve dar-me uma resposta, tipo sim ou não, até à uma da tarde, se não quiserá integrar uma missão de um ano em Angola, onde, na última hora, foi preciso substituir um efectivo”. Passada meia hora telefonou, para dizer que aceitaria mais este desafio e que estaria disposto para partir. Pese a rapidez da decisão, esta não lhe foi fácil, pois estava seleccionado para integrar um grupo de segurança que daria cobertura nos Jogos Olímpicos de Atlanta nesse mesmo ano. A sua preparação não foi muito complicada: deram-lhe dois números de telefone, com um nome que devia contactar na esquadra da polícia do bairro XVIII de Budapeste. Foi lá ter para falar com um colega que tomou uns dois minutos do seu tempo, enumerando as razões pelas quais ele nunca aceitaria tal comissão em seu lugar. A lista começava por serpentes, aranhas e lagartos, e passava pela malária, pelo que, resumindo e concluindo, o posto era só para doidos varridos. Recebeu outro endereço, por causa das vacinas, e passou ainda por um depósito onde complementaria o seu equipamento – faltava pouca coisa, pois acabava de regressar de uma missão no Sara. Por isso, pegou em mais umas fardas de camuflagem tropical, uns uniformes, um aparelho de filtragem de água, redes de mosquitos, etc. A sua preparação em termos práticos estava pronta.

Fez a viagem a partir da Bélgica, num voo da companhia Sabena para Luanda, com uma escala técnica em Kinshasa, onde o avião foi reabastecido. No aeroporto era esperado por um funcionário da ONU, que o acompanhou ao acampamento central, onde ficou alojado e onde de seguida teve início a sua preparação.

Esta, por seu turno, foi já bem diferente, com muitas informações sobre o país, o contexto, o seu sistema rodoviário e os tipos de actividades envolvidas no serviço (patrulhamento, condução, telecomunicação, etc.). Recebeu também muitos e bons conselhos de índole prática, tais como, por exemplo, quando se está em patrulhamento, nunca se deve sair da estrada para a árvore mais próxima para urinar, pois nunca se deve sair da faixa do betão (caso houvesse algum revestimento na estrada em questão) para fazer as necessidades. Muito particularmente, deveria evitar esta situação junto de pontes, ou a caminho de um rio, para lavar as mãos, pois aqui certeza absoluta que o esperava qualquer engenho explosivo. Era uma iniciação na Angola das minas. Devia passar também por uma prova de inglês, que para ele foi fácil, mas houve um colega húngaro que ficou reprovado. Por causa dele, experimentou uma outra profissão: dia e noite dava explicações para o colega não voltar a chumar, pois neste caso era mandado para casa, devendo também pagar do seu bolso os custos da viagem. Houve uma prova prática de condução, que era pouco mais do que ir em frente e depois engatar a marcha atrás. Quem acertava nas velocidades, passava o exame. Por incrível que pareça, isto também podia ser difícil para alguns, acarretando as mesmas consequências do que a reprovação em inglês: a compra do bilhete para voltar para a sua terra. Um dos seus instrutores foi particularmente chato e rude, um oficial nigeriano, temido de uma forma geral. Uma vez mandou umas bocas para uns nativos que, andando armados, não hesitaram em se vingar: pela frecha da posta atingiram-no numa perna, ficando a perder sangue e vida antes de ser evacuado.

O jovem polícia húngaro, acabado o seu curso, teve de esperar algum tempo na capital até receber o seu posto, a sua colocação. Como era novo e novato, esperava-o um dos piores campos, ou pelo menos considerados como tal, em Maquela do Zombo. Esta é uma localidade junto da fronteira congoleza, onde serviu o dobro dos três meses previstos. Pese tais circunstâncias, podia considerar-se um felizardo, pois vivia no único edifício de tijolo de toda a região. Diga-se de passagem que este luxo não era acompanhado nem por luz nem por água canalizada, pois era numa casinha ao lado que estavam instalados o gerador e o filtro da água, para completar o conforto. A água era trazida de um rio de água poluída e bombeada para um barril disposto no teto da casa, de onde tomavam banho. Não se atreviam, estando também proibido beberem dessa água. Tinham um equipamento de filtragem ultravioleta de água, com que obtinham um decilitro por hora, pelo que funcionava todo o dia, para lhes dar água para ferver, utilizada em sopas ou em chá. Abasteciam-se principalmente de água engarrafada, que recebiam por encomenda da capital. Ou seja, reinava certo puritanismo quanto as suas condições de vida, já que nem havia vidros na janelas e nem porta tinham...

O seu campo ficava a várias centenas de quilómetros do quartel-general da missão, onde só podiam chegar fazendo várias escalas. Primeiro ia-se, salvo erro, até Uíge, em cujo campo devia esperar um ou dois dias pela sua “ligação”, dormindo num cantinho numa tenda. Chegado o Cessna, seguia a viagem, mais o homem do que a sua mala, pois muitas vezes esta já não cabia, circunstância que foi responsável por vários conflitos. Acontece que a “mala” era a água potável que se levava e podia ficar “para trás” em certas ocasiões. Quando, por exemplo, se devia dar prioridade ao carregamento de vinte quilos de carne em conserva do seu comandante sueco, ficavam com muita falta de água. As tempestades tropicais também podiam fechar as vias normais de reabastecimento: água, conservas ou mesmo o gasóleo podiam demorar dois ou três dias, tornando ainda mais duras as suas condições.

A comida compravam-na no mercado local, onde, em termos práticos, nunca havia carne. Muito de vez em quando compravam uma cabra viva – motivo para festas e regozijos – ou então uns frangos pele e osso, que dava dó matar. Se havia galinhas, mais valia tê-las para ovos. O tamanho dos ovos era também minúsculo, mais de pombo do que de galinha, para os padrões da Hungria. As galinhas traziam uns laços coloridos para serem identificadas, e assim sabia-se a quem pertencia o animal. Numa ocasião, assistiram à caça a um ladrão de galinhas, perseguido pela aldeia toda, o que muito desaconselhava tentarem “vias alternativas” de abastecimento. Por esse motivo, o frango também não fazia muito parte da sua dieta. Comiam mais umas papinhas à base de tubérculos e raízes, couves, e sobretudo muita e variadíssima fruta. Ninguém ficava com fome, mas de carne certamente é que não se alimentavam. Havia momentos de excepção, quando os caçadores voltavam com alguma gazela, que logo iam comprar, para sentirem um sabor realmente a carne, e que não fedia a cabra. Isso era sempre muito criticado pelo comandante sueco (ambientalista, mas bem abastecido de carne de conserva que nunca pensava em oferecer aos subalternos), que os denunciava por terem comprado carne de animal selvagem sob protecção. Pior só foi o caso quando compraram uma galinha sultana em vias de extinção. A eles parecia-lhes porém que as redes de abastecimento de carne sueca enlatada não estavam a ser ameaçadas da mesma maneira... O comandante, de resto, tinha alguma razão, pois os animais selvagens

estavam a desaparecer. Apenas numa única ocasião viram um elefante vivo durante o patrulhamento... O que achavam no mercado eram cebolas e tomates, e o que nunca perceberam era porque é que cresciam tão pequenos, pois uma cebola roxa não passava do tamanho duma cereja e um tomate ligeiramente maior já se contava como recordista. Márkus contava que na Hungria podiam chegar ao tamanho duma maçã, e ninguém acreditava. Pior ainda era que no sabor também não competiam com as versões europeias, estando também muito longe de poderem ser adquiridos com a mesma facilidade. Vale a pena ainda falar da cerveja, de que a oferta se limitava a uma marca de mau sabor, importada do Zaire. Sendo a única a que se tinha acesso, não demoraram muito a se familiarizar com ela.

O ponto de observação que ocupavam era a casa da autoridade local, que a alugava para a organização mundial. Pintaram-na e colocaram umas persianas na janela, para ficar mais protegida do sol. Instalaram um WC com autoclismo, utilizando a água disposta no tecto. Mas o que mais prestígio lhes dava era sem dúvida ser a única casa iluminada ao cair a noite, o que por um lado atraía todos os insectos possíveis, mas por outro lado permitia verem televisão. Ver é uma forma de expressão, pois transmissão não havia, nem captavam nenhum canal. O que tinham era um grande ecrã de televisão *Sharp*, que receberam de algum lado e que ligavam a um videogravador. Tinham ainda um limitadíssimo número de cassetes, nomeadamente do Mr. Bean, que foram vendo até conhecerem o filme de cor. Não eram os únicos que viam televisão. A curiosidade atraiu também nativos... Virada para a janela, a TV serviu depois de cinema e passatempo popular na aldeia. No mês seguinte, o Mr. Bean em sessões contínuas tornou-se extremamente popular por aquelas bandas. Os primeiros dez habitantes que estavam a espreitar por entre as persianas o espectáculo foram espalhando a notícia deste luxo.

A sua base ficava a escassos quilómetros da fronteira, à beira duma estrada (mais propriamente dizendo um sendeiro), onde a tarefa principal do polícia húngaro e dos seus companheiros consistia em obstaculizar o contrabando de armas. Como cumpriam um serviço sem possuírem eles próprios armas, cujo tráfico vigiavam, esta actividade não estava isenta de perigos. O próprio comandante dos observadores também só por um triz escapou de levar um tiro, e a partir daí receberam a ordem de nem tentarem parar os contrabandistas, apenas anotarem a matrícula, o tipo do carro e, no melhor dos casos, a sua identificação. Foram instruídos para nem pensarem em saltar para diante dos carros, fazerem sinais para parar ou outra actividade que os pudesse levar a ficarem expostos a um perigo desnecessário. Bastava apresentar um relatório da infracção. Foi precisamente isso que fizeram. Geralmente de noite eram acordados pelo tremor da terra, seguido de um ruído, e não tardava muito até os contrabandistas aparecerem. Então corriam para fora da casa, contavam o número de carros que passavam e voltavam a deitar-se. Esse não foi o caso do seu comandante sueco, recém-nomeado, que os fez levantar para saírem todos de casa, de lanterna na mão a tomar posição no meio da estrada para mandar parar a caravana de veículos. Márkus pediu-lhe, implorando, que não fizesse isso, primeiro em inglês e depois em todas as línguas possíveis, tentando fazê-lo entender, puxando-o pela manga, gritando que não, que se deixasse daquilo se amanhã não quisesse ser notícia de necrologia. Aconteceu que desceu dum dos carros um indivíduo de olhos como relâmpagos, e o sueco, precipitando-se para viatura, ia saltar para cima dele. O polícia húngaro foi atrás dele, para tirá-lo de qualquer maneira daquela estúpida situação. O polícia húngaro era um jovem, mal havia cumprido 24 anos, ao passo

que o seu superior, maior e mais experiente, de alta patente de tenente-coronel, tinha pelos vistos menos instinto para aperceber-se do perigo mortal e do sarilho em que estavam metidos. Márkus agarrou-o e atirou-o para chão, gritando que, se não ficasse quieto, seria com ele que teria que lidar. Basta dizer que sobreviveram os dois, recebendo porém uma jamais esquecida lição do que é andar armado ou não... Em outras ocasiões, foram alvo da pontaria dos contrabandistas que, escondidos por detrás duns arbustos, andavam a brincar com eles, mas os observadores achavam muito pouca piada a esta brincadeira. Como também quando viajavam numa caravana de carros e ouviam o silvar das balas, que de vez em quando batiam e faziam um som diferente no metal do carro furado. Não era muito indicado saírem do carro para ver o que se passava, mais valia nem desacelerar, bem pelo contrário.

O campo, que era uma base mista de militares e de polícias, cujo comandante era sempre um militar, primeiro o sueco seguido por um queniano, era considerado relativamente pequeno e nele serviam apenas uns seis ou oito observadores. Como se para contra-balançar o já mencionado sueco, o comandante africano era de um excelente sentido de humor, propenso a uma certa preguiça despreocupada. Quando acordado, ia apresentar-se ao rádio, mas voltava logo que podia para a sua cama, salvo quando expressamente exortado a dirigir uma patrulha, para verificar o que se passava. Os efectivos eram de composição mista e verdadeiramente multicultural, provenientes da Jordânia, Bangladesh, Zimbabwe e Zâmbia, e foram rodando durante os seis meses de serviço do polícia húngaro, conforme cada caso. Se alguém saía, cumprido por exemplo o ano de serviço, vinha um outro em sua substituição, que foi o caso de um ucraniano, com quem se dava particularmente bem. As amizades faziam correr sempre mais depressa o tempo, passado sobretudo no patrulhamento regular daquele troço de trinta quilómetros da estrada transitável. A patrulha levava seis ou sete horas na sua ida e volta, e todos os dias rodavam os observadores. Os que estavam de serviço verificavam ainda os movimentos junto da fronteira, do que elaboravam os respectivos relatórios diários.

Foi neste campo que o tenente Márkus passou pelo ataque da malária, em circunstâncias assaz complicadas. Verificou-se a Lei de Murphy, dir-se-ia, pois uma tempestade tropical e a doença coincidiram, e por esta razão não pôde ter sido levado ao hospital de helicóptero e a sua evacuação foi impossível. Márkus nunca se sentiu tão mal como daquela vez, quando dum momento para o outro, sem nenhum sinal que o indicasse, começou a sentir um calafrio e a tremer, para em menos duma hora chegar ao estado de perda de sentidos e alucinações. Na dor, gritava em húngaro, sobressaltado, que o acudissem e que os colegas se apercebessem da gravidade da sua situação e chamassem o helicóptero-ambulância. Eles não tardaram em fazer a chamada, mas o helicóptero não veio, pois não podia por causa da tempestade. O que o salvou foi o excelente relacionamento com o campo de refugiados do outro lado da fronteira, no Zaire, em que funcionava uma equipa dos Médicos sem Fronteiras. Mantinham o contacto por rádio e visitavam-se mutuamente, pois organizavam uns jogos de vôlei para se divertirem. Veio um médico colombiano de lá, logo que contactado, para tratar do jovem polícia húngaro, mas estava completamente carente de quaisquer meios. Como não podia dar-lhe uma infusão, tinha que improvisar: pegou em duas garrafas de plástico de dois litros cada, em que meteu uns sais diluídos na água que o paciente tinha que beber, mesmo contra a sua vontade. Sabia que se não bebesse a sua dose diária, morria. O líquido cheirava mal, dava náuseas, mas ele tapava o nariz e engolia o remédio de péssimo

sabor, mas salva-vidas. Não deixava também de tomar os comprimidos de quinina, que tiveram por efeito secundário quase a perda da audição: era um zumbido contínuo, como se alguém não parasse de tocar uma campainha. Foi depois duma cura de uma semana que começou a melhorar ligeiramente, sentia como se estivesse a recuperar-se duma gripe. Continuava abatido, sem apetite algum, mas estava salvo, e aguentava-se cada vez melhor.

A população era duma forma geral amistosa. Acontece que alguns excediam mesmo este nível de amizade para com os observadores, como o caso dum capitão chamado Domingos, que tinha umas seis esposas e um sem número de filhos, aliás. De vez em quando, uma das esposas passava por eles, logo de manhã, para tomar lá o pequeno-almoço, pois eles ainda tinham umas manteigas em lata. Passado algum tempo, basicamente uma delas ofereceu-se-lhes de tal forma, que passava a incomodá-los, pois eles bem sabiam que ultrapassar certos limites não teria significado uma falta de cortesia, mas sim um perigo iminente. O capitão foi informado, mas depois veio ela acompanhada do marido, para repetirem sorridentes a mesma proposta, que os oficiais húngaros nunca teriam tido a ousadia de aceitar...

Mas as pessoas duma forma geral foram hospitaleiras para com eles, como demonstra o seguinte caso. Quando estavam precisamente num patrulhamento, avistaram uma choça de barro com um lindo quintal com umas roseiras, a terra batida varrida e o anfitrião à espera deles na sua porta. Convidou-os para entrarem. Já eles estavam a preparar algum dinheiro para recompensarem a comida fraternalmente partilhada (metade dum prato de arroz e a metade duma cerveja), quando o anfitrião disse que não aceitaria, pois era por pura amizade que os tinha convidado para a sua mesa. Os observadores encontraram muitos angolanos levados por esta atitude de gestos humanos, magnânimos, sobretudo na província, onde a escassez dos meios estava associada a um tradicional comportamento para com as visitas. O dinheiro, de resto, tinha muito pouco valor e importância. As pessoas iam-se mantendo com as frutas que cresciam por todo lado e iam para as festas, onde se bebia e dançava: nunca tinham conflito algum com a gente da terra. A título de curiosidade e a exemplo da ingenuidade, conte-se o caso de um vizinho se ter lembrado de construir a sua casinha no meio duma pista de aterragem, num aeroporto junto do campo militar. Há menos de uma semana que aí estava aterrado um avião, que o senhor parecia ignorar, mas como tinha visto que o terreno estava bem plano e não tinha que usar da sua catana para o limpar, resolveu construir aí a sua casa. Nunca teria pensado que essa faixa podia ter sido eventualmente utilizada para outras finalidades, até irem lá informá-lo e desfazer a sua choça, enquanto um avião já estava a dar a sua segunda volta no ar. Pediu desculpas e levou o material da sua construção desfeita para outro lugar menos movimentado. O avião conseguiu aterrar nas calmas, e o assunto ficou arrumado.

A propósito disto, o tenente Márkus, na qualidade de polícia, teve também alguns casos de quebra-cabeças. Numa ocasião, os homens duma aldeia entraram na aldeia vizinha, montados num camião IFA, e raptaram todas as mulheres. Na noite seguinte os homens da aldeia roubada foram recuperá-las, e o tenente Márkus teve de averiguar o que é que se tinha passado. Mas tiveram que proceder também a uma investigação, levantamento de verificação aliás, pois não tinham competência para efectuarem nenhuma investigação policial propriamente dita dum homicídio. Para tal tiveram que viajar uns vinte quilómetros de carro desde o campo militar, e a outra

metade da viagem numa jangada e a pé, até chegarem à aldeia onde tinha ocorrido o caso. Vivia lá uma rapariguinha, que devia ter alguma doença incurável e que fora levada junto do xamã local, para este efectuar a sua cura. Pese o tratamento, a rapariga morreu, e o curandeiro foi culpado pela multidão, que resolveu matá-lo por vingança. Os polícias não tinham nenhuma testemunha que quisesse dar o seu depoimento, nem prova criminal, e só sabiam ter acontecido realmente tal caso ao irem encontrar uma campa fresca no cemitério, sobre o qual estava deitada uma muleta e apenas um sapato. Como sabiam que o xamã era perneta, tinham-se apercebido que o alvo da vingança popular estava enterrado lá. O caso não teve aliás quaisquer consequências, não funcionava lá nenhuma força policial local que tivesse indagado o caso, e nunca era visto por ali polícia algum.

Depois de ter cumprido aí seis meses de serviço, o polícia húngaro foi temporariamente colocado num “no name camp” junto dum lago, na parte central do país, onde servia com um colega ucraniano. Daqui seguiu para o paraíso de Namibe, pois em relação ao seu posto anterior, era um luxo em todos os sentidos da palavra. Foi aqui que passou os restantes cinco meses de serviço, numa base tipo “A”, junto ao mar. A base dos polícias era uma mansão com piscina (que não tinha água) e as condições eram óptimas: na cidade portuária compravam todos os dias peixe ou carne frescos e todos os artigos que tanta falta tinham feito no seu posto anterior.

Namibe anteriormente era uma cidade balnear muito desenvolvida, com tudo: avenidas, mansões, discotecas, praias de areia dourada, etc., que agora estavam abandonadas, faltando-lhe qualquer tipo de cuidados. A cidade parou no momento quando, 30 anos atrás, os portugueses a tinham abandonado. Exemplo e símbolo deste processo poderia ser aquela árvore crescida no meio duma auto-estrada de faixas duplas, que por ser grande ninguém arrancava. Mas era uma linda cidade, que oferecia tudo do que o tenente-coronel tinha anteriormente sido privado. Das choças sem electricidade, chegou ao mundo do consumo: estava mimado, pensava, no colo de Deus.

Os polícias da ONU tinham que fiscalizar os barcos que chegavam ao porto, verificando a sua carga, abrindo pontualmente alguns dos contentores. Também efectuavam patrulhamento com os militares até Huambo, observando se as disposições do Acordo de Lusaca eram respeitadas. Com a população local mantinham um bom contacto, da mesma forma do que no Norte, na região de Maquela. A única diferença que havia era que lá era a UNITA e cá as FAA, ou seja, as forças do governo, que estavam a dominar a zona de observação. Tal separação não acontecia noutras paragens.

A segurança pública era bastante maleável e, duma forma geral, na capital aconteciam coisas mesmo duras. Era prática recorrente os carros da ONU estarem dotados de umas grelhas de metal nos seus pára-brisas, já que quando estavam parados num semáforo, andavam logo amotinados à sua volta bandos de adolescentes, que não apenas iam mendigando, mas que, distraída a atenção, iam roubando peças, e muito frequentemente tiravam das molduras de plástico também o pára-brisas, e logo desapareciam com ele. Era um jogo popular. Quando o tenente Márkus chegou, perguntou o porquê das grelhas protectoras no carro. Já verás, foi a única resposta. De qualquer forma, era perigoso ficar parado junto da sinalização. Se tinham que resolver aí qualquer assunto, eram imediatamente abordados por trinta ou quarenta rapazes, e neste caso a solução era escolher o maior deles, dar-lhe algum

dinheiro e a troco disso ele ia afastando os mais pequenos. Caso contrário, teriam desmontado o carro, peça por peça, roubando-lhe tudo. Além destes bandos, estavam sempre à beira da estrada outros pedintes, os inválidos, pernetas, feridos e mutilados por causa das minas, que mendigavam na sua triste situação. Era horrível. E perigoso, como as favelas que iam surgindo à volta da cidade, onde os carros da ONU eram impreterivelmente roubados. Muitas vezes os ladrões não eram a rapaziada ou os criminosos, mas os próprios polícias que controlavam e desviavam para si os nefastos lucros da criminalidade. Em vários pontos de Luanda estavam instalados pontos de passagem e de controlo policial, onde em princípio os carros da ONU não deviam parar e tinham passagem livre, embora na prática, e sobretudo de noite, quando se sabia que os observadores também andavam em “missões de lazer”, pois iam para festas, estas viaturas fossem também logo paradas. Nestes casos, era preciso dar uns cinco ou dez dólares, caso contrário teriam tirado o dinheiro à força, não poupando a violência. Por esta razão, independentemente do motivo das suas saídas, os observadores da ONU iam já com o dinheiro pronto, que reuniam anteriormente. Baixavam a janela do carro, entregavam a “multa”, os polícias angolanos faziam continência, e seguiam o seu caminho. Os polícias não eram nada moles. O polícia húngaro foi aliás testemunha ocular dum espantoso episódio, quando ao pé duma discoteca um polícia local deu um tiro na perna dum soldado que parecia querer levar a sua namorada para o bailarico. Com aquelas pernas nunca mais.

A situação na província era completamente diferente. As pessoas conheciam os observadores, que as cumprimentavam e eram vistos também de havaianas a fazer as suas compras diárias no mercado. Lá ninguém teria pensado em agredi-los, até porque sabiam que não tinham dinheiro, pois era regra geral nunca andarem com mais do que o suficiente para o seu auto-abastecimento. Tal medida de precaução justificava-se pela generalização dos roubos cometidos contra observadores, depois que a UNITA se tinha desobrigado de cumprir o acordo de paz. Por tais actos dos rebeldes, a própria missão da ONU, a UNAVEM II, ficou suspensa temporariamente.

Cumprida a sua missão, o tenente Márkus entregou os equipamentos recebidos lá, foi posto num avião da ONU que o levou a Joanesburgo, de onde seguia com um voo da Lufthansa até Frankfurt, e depois até Budapeste. Chegado a casa, não sabia muito o que fazer de si, já que a sua experiência não tinha um valor directamente convertível. Pediu para ser destacado para o corpo policial da província de Pest, para um outro tipo de função, que, com poucas interrupções, continua a desempenhar até hoje.

Pese o facto de a polícia não ter encontrado aproveitamento para as suas experiências africanas, tal não se aplica a si próprio. Voltou a candidatar-se a outras missões, onde as suas experiências e competências adquiridas lhe prestaram um bom serviço. Por outro lado, foi depois convidado regularmente para passar aos colegas seleccionados para missões deste tipo as suas vivências pessoais, nos cursos no Centro de Formação Internacional do Ministério Interior. Estas vivências acabaram por ser úteis, através de apresentações relativas às missões, e sobretudo no que diz respeito aos aspectos de direito criminal, cooperação entre polícias e civis, e outras informações afins.

Em 1992, o então capitão Makay Viktor estava a ser transferido do Regimento de Batedores nº 24 Bornemissza Gergely para o regimento de reacção rápida de Szolnok, e regressava de uma conversa pessoal que tivera lugar no comando regional de Cegléd. Nesta viagem, cujo itinerário foi Cegléd-Budapeste-Eger, teve de esperar duas horas para a sua transferência, e resolveu matar o tempo passando pelo Ministério de Defesa, que se situava bem perto da estação ferroviária. Lá encontrou o coronel Szabó László, com quem servira na missão da ONU no Iraque, e que na altura era o responsável pelo assunto das missões da ONU. Como tal, tinha a possibilidade de indicar pessoas idóneas para serem convocadas para a participação em missões no estrangeiro. Depois de uma breve conversa, foi isso que sucedeu: ofereceu ao capitão continuar a servir numa outra missão no estrangeiro, só que a possibilidade agora em aberto era Angola. Depois do consenso do seu comandante, foi frequentar um curso de preparação de três semanas na Academia Militar Zrínyi Miklós, juntamente com outros oficiais seleccionados para a participação nessa operação de paz. Receberam uma preparação pormenorizada por parte dos peritos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Gabinete de Serviços de Inteligência Militar, em que foram reunindo vastas informações jurídicas, sanitárias e mesmo um mínimo de “português militar”. Para a época pode considerar-se que foram também bem apetrechados, se bem que alguns equipamentos acabaram por revelar-se inaptos ou inúteis.

Depois da sua preparação, o capitão³²⁷ fez a sua viagem para a missão UNAVEM- II da ONU em Angola, onde, após uma preparação local específica, foi colocado no campo militar de Mucosso, na região sudeste do país, situado no triângulo das fronteiras de Angola, Namíbia e Zâmbia, junto do rio Okavango. Com um outro polícia, foi encarregado de controlar o trânsito fronteiriço e, através da sua presença física, dificultar o labor dos contrabandistas. O comandante do sector de Mavinga era um coronel canadiano, Cameron Ross, que depois foi incumbido de formar um grupo preparatório de peritos, responsável pela criação do núcleo da implementação do estado-maior do que viria a ser a missão de verificação da fronteira entre o Uganda e o Ruanda – a missão UNOMUR.³²⁸ Estes peritos foram escolhidos de entre os efectivos activos de mais elevada capacidade da missão

³²⁶ Texto organizado por Besenyő János, com base em entrevista gravada em novembro de 2011.

³²⁷ Em abono da verdade, naqueles tempos a patente de Makay Viktor era de primeiro-tenente, mas como nos começos da década noventa eram muito poucos os que falavam inglês e detentores das capacidades requeridas para poder participar em missões, muitas vezes recorria-se ao estratagema de os subirem de patente nas Forças Armadas Húngaras. Isso foi possível por uma “promoção” temporária, recebendo o oficial húngaro a patente requerida para a missão (*mission rank*). Depois de cumprido o seu período de serviço, os oficiais voltavam para o seu posto e patente anteriores. O caso inverso (o de servirem oficiais de mais altas patentes num posto inferior) só acontecia pouquíssimas vezes. Nos finais da década noventa, tal estranha situação foi ultrapassada, já que então havia suficientes oficiais que falavam inglês a se candidatarem para uma missão no estrangeiro.

³²⁸ Sobre o coronel e a sua actividade, faz também menção o tenente-general canadiano Roméro Dallaire no seu livro sobre o massacre do Ruanda (*Shake Hands with the Devil: The Failure of Humanity in Rwanda*).

angolana. Makay Viktor tinha sido seleccionado para esta elite: o grupo de peritos indigitados.

Nos inícios de Janeiro houve uma deterioração da situação em Angola. Jonas Savimbi, que tinha perdido as eleições, tendo portanto ficado na oposição, decidiu voltar para o mato e continuar a sua luta contra o governo. Desta forma, a UNITA violou o que tinha assumido num cessar-fogo anterior, para além dos acordos. Isto não significava apenas o recomeço dos ataques armados contra o governo, mas foram também atacados os campos militares da ONU, acusados por Savimbi de fraude eleitoral. Os observadores da missão da ONU que operavam nos territórios dominados pela UNITA foram todos eles declarados *persona non grata*. A organização mundial fazia funcionar naquele tempo em Angola uns 70 campos militares e pontos de observação (Team Site), cujo número em pouco tempo foi diminuído para 5, funcionando no território dominado pelas forças do governo. O resto dos campos ficou inoperacional, pois os seus observadores foram espoliados. O capitão Makay também se viu forçado a abandonar o seu campo militar de Mucosso, tendo sido a seguir colocado no alto-comando da ONU em Luanda. A evacuação do acampamento não decorreu da forma como teriam desejado. Já antes de as hostilidades terem sido de novo retomadas, o ambiente era visivelmente tenso, mas havia um bom relacionamento entre os observadores da ONU e os militares da UNITA. Encontravam-se várias vezes, faziam questão de estar presentes nos eventos de uns e outros, e até havia certa entreaajuda se a situação requeria algum favor. Era este também o espírito no campo militar de Mucosso, e foi por causa disso que ficaram surpreendidos e espantados com as hostilidades que sentiram da parte das fileiras da UNITA e da própria população. Os militares da UNITA, se iam caçar, sempre lhes levavam algum animal abatido, enquanto os observadores não hesitavam em oferecer-lhes água filtrada, cigarros ou electricidade, se lhes faltava. Por conseguinte, havia uma troca de ajudas e gestos de apreço entre ambas as partes. Foi por isso que lhes custou ver o ambiente de repente tão deteriorado e hostil por parte da população.

Um dia, uma centena de pessoas iradas apareceram e começaram a sacudir a cerca do campo militar por todos os lados, sitiando os observadores com uma chuva de pedradas, de que estes se foram refugiando sob a protecção das suas tendas. Isso pouco ajudava, pois a população irada derrubou a cerca e ocupou o acampamento.³²⁹ Notava-se, por outra parte, que a população civil – os manifestantes “pacíficos” – estava a ser manipulada e orientada pelos soldados armados da UNITA, que acabaram por contribuir fisicamente para a ocupação do campo. Abandonando o seu campo militar, os observadores só puderam levar consigo os seus objectos pessoais, ao passo que todo o equipamento, incluindo as tendas, os geradores de electricidade, viaturas e rádios, tiveram que ser deixados aí, onde estavam. Foi nestas circunstâncias de um abandono feito à pressa que o oficial húngaro foi agredido nos rins com a coronha da metralhadora dum soldado da UNITA, para que não se demorasse tanto e acelerasse o passo em direcção ao helicóptero que os viria evacuar. Em outros lugares também não foram poupados a uma agressão, como por exemplo em Lubango, onde prestava serviço o capitão Hornyák Ferenc. Lá os

³²⁹ A missão UNAVEM era uma clássica operação de verificação, em que os observadores estavam completamente desarmados, não lhes sendo possível transportar qualquer arma que os tivesse protegido, pois estavam ao abrigo apenas dos acordos que foram sendo assinados para oferecerem alguma garantia.

soldados até abriram fogo sobre os observadores, se bem que não houve nenhum ferido mais grave. Evitar o agravamento desta situação foi mais obra da experiente paciência dos observadores do que da boa vontade da outra parte.

Depois de a ONU evacuar a maioria dos campos militares, a maior parte dos observadores ficou concentrada no alto-comando de Luanda, onde não havia condições para acolher e abastecer um número de efectivos consideravelmente maior. Tiveram que recorrer a uma diminuição do contingente, e os que “sobravam” foram sendo evacuados para Windhoek, a capital da Namíbia, onde passavam entre 2 e 3 semanas, sendo retirada uma parte deles, terminado o seu serviço, enquanto os outros eram redistribuídos para outras missões. Foi então que passaram para a missão da ONU em Moçambique, entre outros, Varjú Gusztáv, Katona István e outros oficiais húngaros.³³⁰ Durante esta diminuição do número de efectivos, ninguém não foi mandado voltar para a Hungria, à excepção daquele oficial infectado pela malária e que recuperava mais lentamente do esperado.³³¹

Alguns oficiais húngaros – como o coronel Forgács László, o major Nyári Dezső, os capitães Hornyacsek Ferenc, Kranczizki József e Makay Viktor – puderam continuar a servir na missão em Angola. O nosso capitão foi colocado primeiro numa cidade do litoral, Namibe, perto de Lubango. Foi então que o encontrou o coronel Ross com a sua proposta, oferecendo-lhe uma posição de perito no grupo preparatório do estado-maior da UNOMOR (Missão de Verificação da ONU no Uganda e Ruanda), proposta que aceitou após uma breve reflexão.

Quando se tratava da transferência de uma missão da ONU para outra, a Hungria também tinha que dar o seu aval positivo, mas como os custos da recolocação ficavam a cargo da ONU, o Exército Húngaro não levantou nenhum obstáculo, autorizando a colocação numa nova missão. O oficial húngaro deixou Angola em Abril de 1993 e a seguir passou mais de quatro meses no Uganda, nas operações da UNOMUR, onde ainda se cruzou com os oficiais húngaros que o foram render. Voltou a ser colocado na missão angolana, onde cumpriu os restantes três meses do serviço previsto. As experiências colhidas no Uganda, num estado-maior, foram bem aproveitadas na sua nova posição, pois veio a prestar serviço no alto-comando da UNAVEM-II, como oficial de serviço, coordenando e fiscalizando o trabalho dos oficiais de serviço das bases regionais e sectoriais. Foi então que

³³⁰ Um deles, o coronel Papp István, acabou por tornar-se um dos *peacekeepers* mais experientes das Forças Armadas Húngaras. Pese esta condição, e por uma decisão provavelmente pouco ponderada, passou muito jovem para a reforma, com uma licença especial, considerando os seus anos de serviço. Aceitando o convite da UE, serviu mais dois anos no Congo, onde participou da reforma do sector da segurança. Mais tarde, a pedido da ONU, encontrou uma colocação no Nepal, de onde foi mandado para o Darfur, onde trabalhou como vice-comandante do grupo de desarmamento. Aqui foi raptado e depois libertado a troca de um resgate nunca especificado. Presta actualmente serviço nas fileiras da ONU no Haiti. É de destacar que a ONU recorria de bom grado e com certa frequência à contratação de oficiais húngaros na reserva, já que estes tinham muito boa fama nas missões.

³³¹ Naquele tempo, eram relativamente poucos os que estavam a cumprir o seu serviço na missão e que só o tivessem feito num período parcial da sua estadia, pelo que todos aceitaram continuarem numa outra missão africana da ONU. Desta missão só houve um repatriamento (quando por qualquer razão se põe fim a um contrato), por questões de saúde, mas nunca por motivos disciplinares. Os participantes húngaros eram considerados os mais disciplinados de todo o contingente, o que se devia a um processo de selecção aparentemente adequado.

encontrou uma senhora húngara, originária de Balmazújváros, casada com um militar angolano, que no momento do rebentamento do conflito já não tinha tido a possibilidade de voltar para a Hungria. Tanto ele como os outros oficiais húngaros a ajudaram na medida do possível, até encontrarem uma solução para que ela e os seus filhos nascidos lá pudessem ser repatriados para a Hungria. Abrindo um parêntese, em Angola encontrou vários oficiais e políticos que tinham feito o seu curso universitário na Hungria, e muitos deles continuavam a falar fluentemente o húngaro.

Ao longo do seu serviço de capitão, os maiores problemas foram as condições que eram diferentes das da casa: a falta de boa água potável, a monotonia da dieta alimentar, as diferentes doenças tropicais, os bandos da UNITA e das diferentes fracções que encontrava, além dos explosivos e minas não desactivados, lagartos, serpentes e insectos venenosos. Uma longa lista. Uma vez sofreu também um acidente de carro, mas isto aconteceu no Uganda, quando um seu companheiro canadiano perdeu o controlo da viatura. Despistaram-se e, depois de darem várias voltas, acabaram por parar com as rodas viradas para cima, deixando cortada toda uma faixa na plantação de milho que ficava junto da estrada. O dono das terras começou por ficar irado, mas pouco depois viu-se finalmente compensado por uma fotografia que lhe fora tirada, uma compensação bem mais moderada do que a média que a ONU pagava de indemnização em casos semelhantes.

Foi inesquecível entre as suas vivências uma visita feita ao Lago Vitória e às nascentes do rio Nilo, pois naquele tempo eram bem poucos os húngaros que se pudessem gabar de terem passado por aquelas maravilhas. Naturalmente, considera algo muito gratificante poder ter visto também algumas das belezas naturais de Angola, como a foz do rio Okavango, justamente famosa por todo o mundo.

Depois de ter voltado para a Hungria, as suas experiências começaram por ser desaproveitadas, já que a maioria das pessoas nem sequer sabia em que estranha parte do Continente Negro tinha prestado o seu serviço na missão. É claro que em momentos como aqueles, em pleno processo de reorganização e redução do número dos efectivos das Forças Armadas Húngaras, também não era aquela a necessidade colectiva mais premente. De qualquer forma, as muitas competências adquiridas em Angola revelaram ser de máxima importância nas suas ulteriores posições e colocações.

Foi em 1992, no Departamento de Operações de Paz do Alto Comando de Nova Iorque da ONU, que foi colocada a possibilidade de a Hungria poder mandar para Angola um oficial de alta patente para a posição de comandante regional. Naquele momento foi o coronel Forgács o único a preencher os requisitos estabelecidos pela organização mundial, pelo que foi indigitado para ocupar aquela posição. Não recebeu nenhuma preparação especial focada em Angola, já que os seus superiores tinham considerado que, por causa das suas experiências em anteriores missões, não era preciso participar em mais um curso de preparação para a missão. Desta forma, recebeu os seus equipamentos e provisões e aguardou pela ordem de partida. É claro que isto não significa que não tivesse feito indagações para obter o máximo possível de informações sobre Angola e as operações que estavam em curso.

Segundo os planos, teria sido colocado na posição de comandante da região sudeste, em Mavinga. Naquele tempo, Angola estava dividida em seis regiões do ponto de vista das operações da ONU, mas em 1993, com as hostilidades reacendidas, ninguém sabia o que esperava o observador, pois a situação militar era confusa. Os representantes do ministério despediram-se dele e dos outros dez oficiais húngaros, com palavras lembrando que a situação poderia estar aquém das suas expectativas. Já estavam em Angola vários observadores húngaros cumprindo o seu serviço, sem que tivessem tido acesso a uma posição mais séria de chefia ou de comando, pois eram todos da categoria de capitães e majores. Depois deram-se conta da utilidade de estar presente no teatro das operações um oficial húngaro de maior patente militar, porque tendo em consideração a sua posição e patente podia contribuir para melhor se resolverem os assuntos dos oficiais húngaros em quase todos os aspectos da sua presença. Mal tinha chegado a Luanda, quando foi informado que as coisas não andavam de acordo com o previsto. Mavinga tivera que ser evacuada e os seus efectivos estavam concentrados em Luanda. Foi-lhe então oferecida a posição do comandante da região de Luanda-norte, o que estava de acordo com a sua patente.

A guerra tinha sido na altura retomada, pois Jonas Savimbi, o dirigente da UNITA, abandonara a mesa de negociações para recomeçar a sua luta. A UNITA foi de tal maneira bem-sucedida que os „galos” (como eram chamados pelos observadores pelo símbolo que utilizavam) chegaram ocupar 80 % do território do país. Ou seja, tudo parecia correr a favor dos „galos”, o que teve como primeira consequência os observadores da ONU terem que ser evacuados e retirados da maior parte de Angola, mantendo forças insignificantes no terreno nas diferentes regiões, sobretudo nos seus comandos sectoriais. Foi nestas condições que o coronel Forgács passou a ser o comandante da região a norte de Luanda. As suas tarefas também foram bastante particulares, porque, à medida que Savimbi ia ganhando e ocupando terreno, ele tinha que organizar a evacuação ou retirada de quase todas as forças de observadores da ONU, que estavam sob a sua alçada na região norte do país. Talvez se tenha reduzido a dois pequenos pontos de observação a sua presença física real, sendo que o resto teve que ser evacuado. Esta operação não deixou de ser também, por outro lado, muito curiosa, já que foi feita com helicópteros MI-8 e MI-17,

³³² Texto organizado por Besenyő János, com base na entrevista com o coronel em Maio de 2012.

fretados pela ONU (adquiridos e operados com pessoal soviético/russo), já que por esta altura as vias de comunicação terrestres estavam intransitáveis por causa da guerra, que as afectava. Esta operação de resgate dos efectivos teve que ser organizada segundo cronogramas e metodologias que elaboraram. Também teve que ser imposto um protocolo para o procedimento. Primeiro tinham que destruir os materiais e documentos secretos, seguidos das estações de transmissão de rádio, e assim sucessivamente, trazendo, na medida do possível, tudo o que se podia nas operações de evacuação. Os pilotos russos disseram a certa altura que só estavam dispostos a levantar voo se acompanhados por algum oficial húngaro, já eram os húngaros que tanto falavam russo como inglês. Nestas condições aterraram mesmo sob fogo cruzado. Houve um episódio caricato, quando o comandante da base, em plena evacuação, foi a correr directamente para o helicóptero, para ficar bem escondido. Nessa ocasião, coube ao oficial húngaro fazer o trabalho que o comandante deveria ter feito no seu lugar, mas com os soldados da UNITA bem próximos, dentro do raio de fogo naquela zona. É que era esta a regra geral: evacuar todos os observadores da ONU e todo o material possível, tentando porém pontualmente preservar certa presença da organização internacional. Nessa altura, os observadores estavam expostos a sérias ameaças e perigos, incluindo os húngaros. Há quem tenha estado na mira da espingarda e há quem tenha levado uma sova por parte dos soldados da UNITA, para apressar a saída do seu campo e embarcar logo no helicóptero que o evacuava. Afortunadamente ninguém não sofreu qualquer ferimento de maior gravidade. Depois as coisas foram-se acalmando.

Fez também parte da área atendida pelo comandante húngaro a província de Cabinda, o rico enclave inserido entre o Congo e o Zaire. Por coincidência, o comandante da base da ONU era um oficial húngaro. Este oficial um dia manda-lhe uma sucinta mensagem a dizer que fora raptado um oficial jordano. O comunicado limitou-se a estas palavras, tendo depois deixado de ficar acessível a fonte da informação. Instaurou-se imediatamente o pânico, pois em boa verdade desconhecia-se tudo: o que é que se passava ou como e onde tinha acontecido o episódio. A única coisa que se sabia era o nome do observador. Começou imediatamente a sua busca, mas as patrulhas voltaram sem terem encontrado qualquer pista, estando desaparecidos tanto ele como a sua viatura. O que veio a ser revelado foi que, desobedecendo às regras de segurança estabelecidas, o oficial saíra da base sozinho e fora a uma loja operada por americanos para fazer compras, tendo porém sido parado e raptado no caminho. O coronel deu a ordem de continuarem a busca com todos os recursos e meios disponíveis, e entretanto também ele, como comandante da região, pegou num helicóptero e foi para Cabinda reforçar o assunto com a sua autoridade. Mal chegou, soube-se terem encontrado o carro do oficial, escondido por entre os arbustos, embora sem qualquer rasto de sangue ou outra pista que indicasse tratar-se de um rapto. O rádio do carro funcionava normalmente, mas o rádio portátil desaparecera. O que fazer? Começaram um diálogo com os representantes locais do governo e do exército, que tinham afirmado que o oficial jordano provavelmente teria ido encontrar-se com a sua namorada e que não deveria tardar muito a voltar para a base. Alguns funcionários angolanos tinham um contacto secreto com as organizações que operavam em Cabinda e tentaram obter mais informações. Estes angolanos disseram tratar-se de algo muito feio e que se calhar tinham querido desacreditar a própria ONU com a história da namorada. Respondendo à insistente pergunta de Forgács sobre o oficial e o seu paradeiro, disseram que fora detido e que tinha sido maltratado, pois corriam vários boatos.

Entretanto tinha sido organizado para ele um encontro secreto com um sacerdote, que era a pessoa de ligação com os separatistas de Cabinda. Com o maior sigilo possível, ele e mais alguns dos oficiais foram ter com este padre, que lhes prometeu informar-se e logo dar parte dessa informação. O assunto ficou por ali e os observadores voltaram para Luanda. Entretanto, a ONU tinha contactado oficialmente países vizinhos, como o Congo ou o Zaire. Durante alguns dias não aconteceu nada e não se sabia o que se passava com o oficial. Ao quinto dia, o representante da ONU em Kinshasa informou que tinha um contacto e que o observador jordano tinha sido raptado pelo movimento separatista de Cabinda, que exigia que com eles se sentasse um alto funcionário da ONU. Acontece que a mais alta funcionária era a chefe da missão, Margaret Anstee, que não queriam ver posta em perigo. Quem poderia substituí-la? Que fosse o comandante da região dos observadores em causa, concluiu-se. Foi assim que Forgács foi mandado para Kinshasa. Com um dia de antecedência, informaram da intenção de voarem lá para negociar com as autoridades zaienses, e lá voaram. Sobrevoaram a fronteira e os controladores aéreos zaienses disseram que, mesmo não tendo a sua licença de voo, podiam continuar a sua viagem, pois não iriam ser abatidos... Quando chegaram sobre Kinshasa, não receberam licença de aterragem, pelo que ficaram a dar voltas cerca de meia hora. Entretanto, os controladores aéreos perguntaram em francês quanto combustível ainda tinham. O capitão disse que naquele momento já só o necessário para aterrarem. Então disseram-lhe que aterrassem. A comitiva foi detida imediatamente após a chegada. O coronel Forgács foi levado para a sala VIP, tiraram-lhe o passaporte e fecharam a porta à chave. „Mas como? Nós viemos para negociar com fulano tal, que todos vocês conhecem muito bem ... Tem aqui em Kinshasa o seu quartel-general”. „Nós não temos nenhuma informação.” Os pilotos tiveram uma atitude muito correcta: comunicaram por rádio a Luanda que as coisas não andavam bem e que tomassem as devidas diligências. Foram cinco horas de espera. Durante esse tempo, Forgács esteve sentado na sala, sem maiores transtornos, pois o ar condicionado estava a funcionar e de vez em quando serviam-lhe algum refrigerante, se bem que comida não. De repente aparece um jipe, no qual estavam alguns soldados e polícias pendurados aos montes, e não tarda a aparecer um senhor gordo de cor bem escura, que irrompe pela sala à procura de um oficial húngaro de alta patente. Veio a saber-se que era o chefe da polícia de Kinshasa que, para evitar um eventual desaparecimento da comitiva, tirou-lhes os passaportes e autorizou a conversa... O coronel teve pouco depois a sua reunião com o dirigente da ala militar do movimento de resistência de Cabinda e colocou algumas perguntas relativas ao observador da paz capturado. O interlocutor limitou-se a uma declaração política e exigiu que o seu ultimato fosse levado ao representante especial do secretário-geral. Prometeu porém que o oficial jordano seria libertado, apesar de todas aquelas circunstâncias. No entanto, tal libertação não teve lugar por uma razão banal, a saber, um desentendimento entre a ala política e a ala militar, tendo o oficial continuado refém. Foi então que o oficial húngaro de alta patente fez uma segunda viagem, mas desta vez com licença e tudo, podendo aterrar sem problemas e tendo combinado o lugar de entrega do refém. Isto foi no fim da terceira semana de sequestro, que não foi nem o primeiro nem o último em Cabinda, onde a mais curta duração destes actos ia além de meio ano e o resgate ultrapassava um milhão de dólares. O coronel Forgács não prometeu nem um tostão e mesmo assim conseguiu libertar o refém. Os rebeldes tiveram uma única condição, a saber, de que a conferência internacional que pediram para ser convocada tivesse lugar em Cabinda e não em Kinshasa. A Organização Mundial aceitou e a entrega do observador de

paz foi prevista para uma localidade vizinha na fronteira, em Boma, onde o único avião que estava na pista do aeroporto era o dos observadores. Levaram consigo médico e um oficial de imprensa, foram para a cidade, de lá para o mato e, no limiar da selva, para uma fábrica de cerveja. O capitão foi entregue lá, chorando nos ombros do coronel. Finalmente foi possível fazer-lhe uma consulta médica, de que aliás bem precisava, pois doença exótica que pudesse ter sido contraída, ele apanhava-a. Tinha malária, diarreia e outras infecções, e até tiveram que tirar-lhe um insecto que lhe tinha penetrado no ouvido. Depois os observadores seguiram para Kinshasa, onde a frente de libertação tinha convocado uma conferência de imprensa internacional sobre a libertação de Cabinda. Nesta, os jornalistas estrangeiros fartaram-se de criticar a atitude do movimento, dizendo que com sequestros não se alcança liberdade alguma. Pediram tanto ao capitão como ao coronel, comandante da região dos observadores, que fizessem uma declaração, e finda a conferência de imprensa, voltaram para Angola. Ao oficial jordano ofereceram-lhe a sua evacuação, por razões médicas, embora por fim tivesse ficado, tendo sido curado pelos médicos brasileiros do hospital da missão. A grande e boa surpresa do coronel Forgács foi que, passado um mês, recebeu uma carta de agradecimento assinada pelo rei da Jordânia.

O oficial de alto patente já estava prestando serviços em Angola há 6 meses, e abriam-se varias alternativas quanto a sua nova posição. Por um lado ofereceram-lhe assumir o posto de chefe do estado maior da missão angolana, que de resto teria pretendido continuar desempenhando um coronel indiano. O alto comando da ONU em Nova York, por seu turno, aventou a hipótese de ir para Uganda como comandante do grupo preparatório da sua nova missão. Esta posição acabou por ser ocupado por um coronel indiano, que em companhia do capitão húngaro, Makay Viktor, tinha feito os preparativos da abertuta desta missão. Finalmente recebeu um telefonema de Nova York em que lhe perguntavam, se estaria de acordo em seguir para Bamako, a capital do Mali, como o acessor militar do representante especial da ONU, já que na Libéria estavam para ser fechadas as negociações sobre a paz. Ele respondeu, que estava perfeitamente ao dispor das instruções que recebesse, pois considerava-se “emprestado” por um ano para a ONU por parte das Forças Armadas da Hungria. Desta forma, foi participante das negociações que decorriam em Genebra onde acompanhava ao representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, sir Trevor Gordon-Sommers. Concluídas as negociações voltou para Angola, mas pouco tempo depois recebeu ordens de seguir para Libéria, passando a ser o chefe militar numero um da missão da paz de lá (Unomil) e de que ocupou o cargo de chefe do estado maior. Concluído entre tanto o seu ano de serviço em comissão, regressou da Liberia para a Hungria no natal de 1993. Antes de passar para a reserva e ficar reformado em setembro de 1995, viu desempenhar mais uma missão na Geórgia.

Com este rico currículo em cinco missões de paz da ONU, foi pedido pela Direcção das Operações de Paz na ONU para redigir as suas experiencias adquiridas em forma escrita. Foi com o maior prazer que aceito o convite, e foi para Nova York, onde escreveu um ensaio de 52 páginas, intitulado “ A cooperação dos observadores da ONU com as forças de manutenção locais da paz”, que mesmo hoje é um dos manuais de instrução de que se faz uso nesta matéria. Passou por tanto seis meses trabalhando no alto comando da ONU em Nova York, onde lhe foi oferecida mais uma possibilidade para por em prática as suas pouco menos vulgares

experiencias. Tendo trabalhado em cinco diferentes missões, e adquirindo vastíssimas experiencias em variadíssimas situações, falando fluentemente tanto inglês como russo, não queriam renunciar aos seus conhecimentos. Na ONU os competentes representantes acabaram por oferecer-lhe a posição de chefe responsável pela área da logística da missão UNAVEM-III, em Angola. Aceite o desafio, foi nomeado como chefe duma das mais importantes repartições da Direcção Geral de Logística, da Divisão de Equipamentos, que era o responsável de abastecer, cobrindo toda Angola de todos equipamentos necessários não só para os observadores, senão dos campos de refugiados também. Concluído o seu contrato em Angola passou a ser o chefe de operações, e depois o observador principal da OPCW – Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons, sediado em Haia, onde também soube rentabilizar bem as suas experiencias angolanas.

Surányi Péter, Major do Corpo Policial

Foi ainda oficial subalterno entre 1996-97, apresentou, voluntariamente, a sua candidatura para a missão em Angola. Depois de entregue esta candidatura foi chamado a apresentar uma prova escrita de inglês, seguida do exame oral, que teve lugar na Escola Superior de Formação de Oficiais para o Corpo Policial. Aprovado nos exames, foi para o Hospital do Ministério do Interior, onde passou por um exame médico exaustivo, para averiguarem a sua aptidão para o serviço. Como foi qualificado também neste, ficou seleccionado entre os candidatos que seguiriam para a missão em Angola. Não tardou muito para iniciarem um curso preparatório de uma semana numa base da Capitania Nacional da Polícia. A maioria das aulas preparatórias foi ministrada pelos antigos participantes das missões em Angola e Moçambique, respectivamente, já que o objectivo do curso foi passar as informações mais práticas. Depois de passarem pelo exame do curso, os membros seleccionados dos efectivos foram receber as suas provisões e equipamentos. Segundo as lembranças do major, os equipamentos estavam - de acordo com os níveis e padrões que caracterizavam a época - de acordo com as normas vigentes para poderem desempenhar as suas funções na missão com a eficiência esperada. À excepção do vestuário que tinha peças de materiais sintéticos, pouco aptas para as condições africanas, razão pela qual preferiram depois, as fardas de uso diário, de materiais mais aptos, incluindo a camuflagem tipo selva tropical, que estavam a par, não da moda, mas da utilidade e conforto. Uma das particularidades da missão angolana foi o fraco grau de reabastecimento de víveres, razão pela qual 60-70% da bagagem que os polícias levavam consigo eram conservas, sopas em pó, etc. ou seja, alimentos. Depois de equipados, tiveram um período de espera de, praticamente, um mês até receberem a ordem de partida seis polícias, que foram fazer a substituição dos colegas rendidos.

Os membros deste contingente, primeiro voaram com a Malév (Companhia Húngara de Aviação) até Bruxelas, e com a transferência da Sabena chegaram a Luanda, via Kinshassa. No aeroporto de Luanda eram esperados por um oficial de recursos humanos da missão, que deu um primeiro briefing, e levou-os ao seu alojamento temporário. Desfeitas as malas, começaram os preparativos para o seu curso intensivo, mais específico e focado, exclusivamente para Angola, onde receberam informações muito mais concretas do que na Hungria: sobre o terreno, o seu trabalho, a atenção especial em certos terrenos, etc., que finalizou com um exame e foi completado por provas linguísticas. Os cursos e exames que se fizeram na Hungria não estavam credenciados pela ONU e, por isso, tiveram que fazer um teste de compreensão auditiva (à base de gravações sobre situações reais) e, a parte escrita do exame foi baseada na realização de um ensaio. As outras provas e exames estavam correlacionados com o trabalho técnico: redigir participações e estabelecer contactos por rádio, áreas, onde a sua preparação apresentava mais lacunas, devido a falta de experiências e a uma menor ênfase no decorrer da sua preparação. Nenhum deles teve problemas com o seu exame de condução, já que na Hungria todos guiavam. Mesmo assim, ficaram algo assustados com os boatos que corriam sobre um oficial egípcio, que costumava chumbar os examinandos que depois, tinham a triste sorte de serem repatriados. Segundo as más línguas, houve casos de alguns contingentes que foram seriamente dizimados. Muito compreensível aliás, já que

alguns oficiais asiáticos e africanos guiavam de forma extremamente perigosa pois, nos seus países, não adquiriram prática nenhuma. Isto porque, por um lado, não tinham carros particulares e, por outro, não tiveram necessidade de aprender a conduzir: tinham os seus ordenanças, que eram os seus motoristas particulares. Por não passar o exame de condução, foi um único militar húngaro, reprovado e repatriado, acompanhado de resto por um polícia por repetidos casos de indisciplina o que, comparando com os outros contingentes, era um número insignificante aliás.

Esta sequência de exames não foi nem complexa nem muito complicada, o que era, de certa forma, o reflexo duma realidade diferente, duma missão africana: se uma missão é chefiada por dirigentes asiáticos ou africanos, os exames são mais permissivos e menos exigentes. Nas operações dirigidas por comandantes europeus ou norte-americanos há mais rigor e menos flexibilidade. Nesta operação, todos os comandantes tinham uma origem asiática ou africana o que, se traduziu também, no grau de organização e mentalidade vigentes. Tudo isto não foi mencionado pelo major húngaro como uma crítica negativa, não. Eram apenas as realidades das diferenças culturais e outras, que numa missão multicultural e plural têm que se ter em consideração no dia-a-dia das operações. Voltando ao assunto concreto, o exame de condução não resultou muito difícil e nenhum dos polícias húngaros teve dificuldade em passar até porque, a regra básica angolana e húngara (conduzir pela direita) coincidiam.

Depois de terem passado o exame, os polícias húngaros, segundo as regras da ONU, foram sendo distribuídos por campos diferentes por todo o país, mas não todos, ao mesmo tempo. Isto fazia lembrar o famoso livro policial de Agatha Christie, *Dez Figuras Negrinhas*, quando “as vítimas” foram desaparecendo um dia depois do outro. Nós também fizemos a despedida aos que partiam para o desconhecido pois, na maioria dos casos, tratava-se disso mesmo. As viagens sempre foram de manhã, ou seja, no mata-bicho eramos sempre um a menos sentados a mesa. O Alféres Surányi ficou para último, portanto, não teve nenhuma despedida. A sua primeira colocação foi na esquadra geral da polícia em Menongue, capital de província. Esta cidade, localizava-se na parte sudeste de Angola, a vários quilómetros de Luanda e a viagem fazia-se de avião: duas horas e meia de voo num C130, incluindo uma paragem técnica para reabastecimento de querosene em Lubango. Uma outra particularidade desta missão, residia no facto de as viagens só serem possíveis de avião. Acontece que não podiam usar o transporte rodoviário normal, devido à falta de segurança e instabilidade generalizada, quando, depois de reacesas as lutas entre as forças do governo e da UNITA, mesmo as viaturas da ONU estavam a ser regularmente atacadas. Por seu turno as estradas também estavam em péssimo estado, as asfaltadas quase não existiam, enquanto que, as de terra batida eram completamente impraticáveis na estação da chuva. Outro problema crucial era o dos engenhos explosivos. A direcção da missão acreditava que podiam haver 30 milhões de minas espalhadas por toda Angola, ou seja, que o país, depois de Cambodja, tinha sido transformado no segundo país mais perigoso sob o ponto de vista da existência de minas. Uns 80-90% das pontes e estradas tinham sido destruídas por minas no país. Ninguém sabia onde estavam dispersas, não as mapeavam, e o seu número aumentava constantemente com o desenrolar da prolongada guerra civil. Por esta razão, quase poderíamos dizer, com uma ponta de exagero, que até estava proibido fazer uso de transportes rodoviários. Estes estavam organizados por pontes aéreas, que ligavam os campos militares e as sedes regionais

por helicópteros, ao passo que, entre as sedes regionais e o comando da missão os transportes estavam assegurados por aviões nos quais, viajavam, além de equipamentos, os observadores da missão. Mesmo assim, e fugindo a esta regra geral, por pouco frequente que tenha sido, também se usavam as estradas, só que de forma excepcional. No entanto não foi exceção, o caso dum campo militar que estava situado mesmo no meio dum campo de minas, e onde, só por helicóptero é que se abasteciam os observadores da ONU, que voavam até lá, cumpriam o que lhes competia fazer e voltavam da mesma forma. Estes campos eram mistos, ou seja, serviam e conviviam lá, militares e polícias em conjunto. O Alferes Surányi, como servia numa cidade sede regional, não convivia com esta situação. No entanto, convivia com muitos militares e polícias, que estavam assegurados de duas formas: um regimento militar de Bangladesh deslocado fora da cidade, vigiava a segurança numa cidade rodeada por minas, que se tentavam evitar recorrendo ao patrulhamento por itinerários previamente limpos, mas nunca era um seguro de vida usar estas estradas. Portanto, o helicóptero estava, mais que justificadamente, posto ao serviço por lá também.

Os observadores de paz que estavam a prestar serviço na esquadra-geral, tinham uma missão muito diversificada, cooperando com a polícia das forças do governo e com a gente armada da UNITA. Os centros regionais, e duma forma geral, as cidades, eram dominadas pelas forças do governo, ao passo que, as zonas rurais estavam ocupadas pelas forças da UNITA: o mato, a selva, e... o resto do país. Por isso tinha a capacidade de instalar pontos de passagem e de controlo junto das cidades, e decidia autorizar, ou não, a circulação das pessoas por eles. Por outro lado, e naturalmente dentro das cidades, era tudo controlado pelas forças do governo. O acordo de cessar-fogo tinha perpetuado esta delicada situação, e os observadores da organização mundial tinham a tarefa de verificar este status quo, bem como, a não violação do que fora acordado. Para esse efeito, devia-se levar a cabo um patrulhamento regular nas imediações da cidade e nos seus nós mais importantes. O patrulhamento era, regra geral, uma tarefa militar, mas neste caso, estavam também chamados a participar os polícias que estavam integrados nestas equipas. A intenção era verificarem, se na dada e determinada passagem a circulação era realmente livre ou obstaculizada, ou se não teria ocorrido aí algum conflito armado entre as partes envolvidas. No caso da ocorrência de qualquer delito, e até o homicídio era bastante vulgar, os polícias actuavam em cooperação com a polícia local, o que não significava terem ficado integrados na investigação, mas sim, controlando o trabalho dos colegas locais, dos quais lavravam participações para os seus superiores – através de determinadas hierarquias - dando testemunho para a ONU da legalidade, ou da falta dela, durante o seu procedimento. Além disso, visitavam regularmente os cárceres, observando se os direitos humanos básicos estavam a ser respeitados, ou não, pelas forças do governo, incluindo os polícias. Portanto o seu papel era este.

A visita a uma prisão foi fruto dum processo de preparação em que o comandante do corpo policial delegado pela ONU - neste caso um tenente coronel policial uruguaio – e o comandante do corpo policial local procuravam encontrar um certo consenso, concertando os horários quando os observadores fiscalizariam as condições da reclusão, verificando, por exemplo, se a sua alimentação estava assegurada, ou não. Por outras palavras, procurava-se assegurar condições e tratamento condignos para os reclusos. Além disso, quando se tratava de

encontrarem pessoas aprisionadas sem qualquer julgamento com validade legal passado por um tribunal (que na maioria dos casos podia, puramente, não existir) pretendia-se que fizessem todos os esforços para as tirar da prisão. A título de exemplo, havia o caso de um indivíduo que estava na prisão já há quatro anos, sem que tivesse havido qualquer julgamento. Afinal de contas, ninguém sabia por que é que estava lá, mas de facto e, incontestavelmente ali estava, e foi isto, que verificaram. Não foi um assunto muito fácil, pois nem os funcionários da prisão, nem ele próprio, tinham ideia de qual era a sua aldeia e de como é que teria ido parar ali. Depois de aprofundadas pesquisas, veio a encontrar-se o rasto da sua família, que depois o levou para casa. Nas prisões e cárceres havia condições indescritíveis a todos os títulos. Não havia, por exemplo, uma alimentação centralizadamente fornecida aos reclusos, eram os próprios familiares que tinham que garantir o seu sustento. Faltando a família, estavam basicamente, condenados a uma lenta morte nestes calabouços. Outro factor incrível, que deixou o polícia húngaro também estupefacto foram as condições técnicas destes estabelecimentos, que eram um perigo de vida. Se torturavam ou não os prisioneiros, era difícil de averiguar, posto que, os presos não denunciaram tais casos, mas se os sinais de qualquer mau trato não foram vistos, já os da subnutrição eram mais que evidentes. O seu estado de saúde também era miserável, mas era difícil de acreditar no drama das condições paupérrimas em que estavam... Porque não os tinham deixado a Europa! De qualquer forma, naqueles tempos, direito e leis andavam um tanto divorciados no país. Aliás as próprias leis, que certamente ficaram apenas no papel, eram bem difíceis de perceber, até num sentido linguístico... já que o Alferes Surányi, como também, a maioria dos seus colegas, não dominava o português. Para conhecer, portanto, a lei, deviam ter recorrido à ajuda, sempre imprescindível, de tradutores para fazerem a sua interpretação. Tais tradutores em princípio existiam, eram os rádio-transmissores da missão, que eram oriundos do mundo luso-falante. Só que, para além de outras circunstâncias a comunicação com eles também não foi muito fácil ou eficiente, pois só falavam um inglês básico, no qual, não entrava muito o léxico jurídico, como também, não se podia confiar muito na credibilidade do texto “transposto”. A incomunicação e, também, a má tradução podiam ter originado – e originavam – perigos e problemas. Dar-se bem com os técnicos da rádio era aliás vital por outras razões também. Para se solucionarem alguns problemas pessoais, sempre se devia recorrer aos seus bons officios pois, mandavam-se via rádio, as mensagens aos colegas húngaros dos outros campos, recorrendo a mensagens previamente escritas à mão num pedaço de papel que, depois, o soldado do turno digitalizava na máquina. O recado era recebido, digamos em Luanda, onde havia uma caixinha para as mensagens dos húngaros, onde o iriam buscar. Muitas vezes era esta a única forma de comunicação pois, dadas as enormes distâncias, a rádio e o telefone podiam não funcionar. O sistema que estabeleceram era um e-mail primitivo e rudimentar.

O polícia húngaro participava em várias investigações de diferentes delitos cometidos. Este foi um trabalho policial clássico, tal como o que fazia na Hungria, só que em condições menos favoráveis. Os polícias da ONU averiguavam os casos que lhes diziam respeito, por exemplo, roubos de alguma pertença nas tendas onde dormiam, excesso de velocidade na condução, estado de embriaguez na entrada ao serviço. Depois da investigação lavravam as actas, que seguiam os seus trâmites até ao centro. Na região onde o Alferes Surányi estava, havia pouquíssimos casos deste tipo, já que estavam numa região calma e pouco problemática neste aspecto. Por

outro lado, as próprias condições que não favoreciam os crimes, também não favoreciam a sua investigação, devido à escassez de meios. Pese a estas, que sempre se fez tudo para fechar, o mais eficiente e satisfatoriamente possível, a investigação nos casos em que estas se produziram. Uma outra vertente do seu trabalho foi observar o trabalho dos polícias locais, e claro, sempre que tal fosse pedido, ofereceram um apoio profissional às investigações. Por isto, efectuavam visitas regulares aos postos de polícia, entravam em contacto com os chefes e os efectivos policiais das esquadras visitadas e iam-se conhecendo mutuamente. O polícia húngaro tinha a nítida sensação que, por aqueles tempos, o importante não foi o empenho profissional que exerceram, mas sim, a própria presença física. Com esta presença eram os guardiões de uma paz muito frágil, funcionavam como um pára-raios entre as forças do governo e os homens armados da UNITA.

Os polícias angolanos gostaram dos polícias estrangeiros, porque o reconhecimento dos observadores da paz da ONU tinha sido grande e o seu apreço considerável. A gente sabia o quão importante era a sua presença para proteger a paz num conflito do qual, as pessoas já estavam fartas e cansadas. Talvez se tenha devido a isso, o facto de nunca terem sido alvos de nenhuma atrocidade por nenhum dos lados. Quando efectuavam as suas visitas, era notável a alegria com que a população os recebia, de uma forma genuína, puerilmente inocente e de gente boa, que nunca escondia os sinais de sua simpatia e apreço. O Alferes Surányi sentia um apreço particular, sendo húngaro. Em Angola encontrou várias pessoas que tinham estudado na Hungria nos tempos do socialismo, e as pessoas trataram-no como se fosse da mesma família. Cabe mencionar aqui, que nunca, nem militares, nem polícias, tinham sido acusados de alguma parcialidade na sua actuação. A sua neutralidade foi sempre inegável e incontestável também. Mesmo assim, não deixa de ser curioso que, quando as insígnias ou o brasão que levavam no seu uniforme, davam a entender a sua origem, muitos, até de forma automática, dirigiram-se a ele em russo pois, sabia-se que, na época socialista, era esta a “língua franca” internacionalista. Alguns húngaros moravam, também, em Luanda, mas até foi mais emocionante ouvir um “szervusz” da boca dum angolano, com quem podia ter conversado sobre tudo, com a maior fluidez. No começo, tal foi a surpresa, que nem sequer deu conta de que lhe falavam em húngaro. Depois ficou tudo esclarecido: tratava-se de um antigo estudante angolano que tinha passado cinco anos na Hungria.

Na opinião do Alferes Surányi, das missões por ele conhecidas, era este o team site no qual as condições de trabalho e de alojamento eram mais problemáticos. O tipo de alojamento podia ser bem diferente. Há quem tenha ficado em tendas, outros em choças, ou então em barracas, ou até em contentores, mas houve quem tenha ficado em hotéis de cinco estrelas. Tudo dependia da posição e colocação da gente. As missões eram categorizadas em três classes: o tipo A, quando as pessoas viviam em tendas ou em choças de palha, longe da civilização e expondo a vida a múltiplos perigos. O tipo B, que correspondia a uma situação intermédia, onde já se podia escolher entre tendas e barracas militares e onde, o serviço era ligeiramente mais fácil, mas se tinha que trabalhar duro pelo próprio sustento e a sobrevivência. Nas boas posições e colocações da categoria “C” os observadores viviam em hotéis ou contentores, principalmente nas grandes cidades, onde as condições de compra de alimentos ou de restauração eram incomparavelmente melhores do que nas categorias supracitadas. Oficialmente, a rotação era semestral, mas os que tinham

uma rede de contactos ou cunhas, ficavam sempre melhor colocados do que os outros e podiam ficar com um posto privilegiado, enquanto os outros, iam de mal a pior. O polícia húngaro podia considerar-se como privilegiado pelo facto de ter começado o serviço numa posição “C”, numa grande cidade, onde os observadores moravam num campo de tendas militares. Esta podia não ser a melhor – a tenda de Surányi não dava para ser fechada, por exemplo, e como não dispunha de ar condicionado, aquecia rapidamente... Estava equipada com uma cama campal metálica, uma cadeira de metal e uma mesa da mesma matéria partilhada com o seu companheiro, já que viviam em pares. Este equipamento podia ser melhorado por complementos como um fogão, mas a maioria pretendia ficar integrado naquilo que se chamava uma “comuna de cozinhar”.

“Era sumamente importante conseguires ficar integrado nestes grupos de auto-sustentação, nas chamadas comunas de cozinhar, porque a sua alimentação estava a cargo do observador” - diz na sua entrevista Péter Surányi. Se alguém conseguia ficar integrado, podia reservar para si melhores condições, se não, devia fazer as compras, armazenar e cozinhar ele próprio e tudo sozinho, o que de forma colectiva era muito mais fácil. Por isso mesmo, havia uma regra básica que vertebrava o *modus vivendi* na operação da UNAVEM. Cada nação que participava na missão, devia ter alguém que servisse no alto comando da missão, para que houvesse alguém que pudesse ajudar no caso dos problemas que surgiam nos campos militares dispostos nas províncias, e que se responsabiliza por solucioná-los. Em Luanda comprava-se tudo, enquanto que, havia campos onde as possibilidades de compra eram nulas. Por isso, se alguém precisasse o colega na capital comprava alimentos, água em garrafa, cigarros ou o que estivesse a fazer falta, e despachava no próximo voo para o ponto de ligação aérea mais próximo. Por outras palavras, com este sistema montaram uma rede logística de abastecimento paralela quase institucionalizada organizada a escala “nacional”. Na maioria dos casos os homens da ONU bebiam água de poço, mas havia alguns campos, onde esta faltava e, nestes casos, os próprios observadores tinham que ir buscar a água a rios ou nascentes próximos. Banhavam-se nela, mas não só, bebia-se destas fontes pouco seguras. Por isso, houve quem se negasse rotundamente a beber desta água, recorrendo, portanto, a água purificada em garrafas, se pudesse permitir-se a este “luxo”. Acontece que, a prática da ONU era bastante contestada já que, só pagava, oficialmente, o alojamento mas, de forma assaz problemática. A diária do observador em missões de paz estava a ser calculada, neste caso, para 120 dólares, donde se descontava o preço do alojamento, ou seja, recebia-se apenas 72 dólares. Mas, não é bem a mesma coisa dormir numa tenda, com o sol a bater sobre ela, pelo mesmo preço de quem está instalado num hotel à beira-mar, com vista para o oceano. Em ambos os casos eram descontados 48 dólares, indiscriminadamente. Muitos protestaram, mas houve com certeza alguns, a quem convinha precisamente, esta situação. Como a alimentação não foi proporcionada pela ONU nesta missão, o maior desafio – para todos – residia em lidar com este desafio. Claro está que, os que estavam na província, estavam mais vulneráveis. Foi precisamente por isso, que foram inventadas as “comunas de abastecimento”, uma livre associação ditada pelas necessidades comuns. O Alferes Surányi fez parte duma comuna dos uruguaiois, ou melhor dizendo, uma “cooperativa” criada pelo Tenente-coronel uruguaio com patrícios e estrangeiros. Esta integração resultou ser vital. Ia-se reunido o dinheiro necessário e, semanalmente, iam todos às compras para ficarem abastecidos de matérias-primas. Fazia-se uma ementa consensual, que era preparada rotativamente e previamente

acordada. Assim, a pessoa que fazia o serviço da cozinha, ficava no campo militar, enquanto os restantes dez, trabalhavam mas, sempre na expectativa de se seguirem dez dias em que se isentaria de tais tarefas “domésticas” e se dedicaria aos seus afazeres. No mercado havia poucas frutas e vegetais e, mormente, limitavam-se a dois produtos, que eram complementados por batata doce, cana de açúcar e sardinhas em conserva com prazo de validade já expirado. Milho, trigo ou feijão adquiriam quando chegavam os carregamentos da FAO, dos stocks geneticamente manipulados ou hidrofílicos, se bem que, estes não eram destinados à comercialização, mas sim, a servirem de sementes nas sementeiras. Em boa verdade, os homens que não queriam morrer de fome, preferiam come-las do que as semear... Por isso, havia sempre “retalhistas” locais que iam comprando aos camponeses baratinho estas sementes doadas, para vende-las a preço de ouro nos mercados. O que foi aparecendo, também, no mercado, foi a abóbora, não se sabe donde e como, mas de vez em quando havia, e portanto, os observadores compravam e comiam com bastante frequência. Destas matérias-primas limitadas surgiram depois, as autênticas criações e combinações culinárias simplesmente, inacreditáveis na “cavaquinho” dos observadores. O Alferes Surányi não era um cozinheiro muito conceituado mas, também ele, tinha que se submeter à prova do paladar dos outros. Ora bem, nunca foi linchado, e não por razões físicas, sendo mais forte, mas sim, pela simples razão dos outros também não lhe levarem grande dianteira na arte gastronómica. Todos pretendiam fazer da melhor forma, a pouca variedade de matéria-prima predeterminada. Os pratos podiam sair melhor ou pior, mas nunca ficaram cheios e, acontece que, a fominha era grande, que como se sabe é o melhor condimento... O que era saboroso, era o pão que compravam fresco, acabado de sair do forno, ao vendedor ambulante, que o trazia num saco de plástico horrível, ao ombro, todas as manhãs. Pão quente e fresco era o seu acepipe mas, também, a comida que os saciava. O pão tinha que ser comido no dia, caso contrário, era intragável, ao passo que fresco, era uma delícia.

Carne já era mais difícil de adquirir, e era mais frango do que cabra, mas tudo bastante raro. O frango, no acto da compra ainda se parecia com o frango normal, mas depois de depenado e limpo, mais parecia a uma pomba do que a um frango. Imagine-se repartido, igualmente, por dez... Ouve quem se tenha aventurado na caça e na pesca com ajuda local, no que, o polícia húngaro teve muito pouca sorte, não por ser desprotegido por Diana, ou a sua boa sorte, mas porque os animais foram praticamente extintos pela população faminta, em toda a zona de Menongue. No tempo do seu serviço não tinha visto nenhum animal vivo, até pensava que em África não os havia mas, depois, foi informado pelos polícias locais de que boa parte da fauna, fugira da zona por causa da guerra, outra parte, fora caçada e, finalmente, uma terceira parte, foi vítima das minas. Como toda a vizinhança do campo estava minada, ficava explicada e não se estranhava a ausência total duma rica fauna local. A situação era mesmo perigosa, havia engenhos explosivos por todos os lados, e a gente não podia sair da fina cinta de asfalto das estradas desminadas. Os acidentes com minas que se iam sucedendo ensinaram também, a lição aos observadores...

A desminagem era efectuada não apenas pelas Nações Unidas, mas também, por várias organizações civis. Na missão angolana serviam sapadores especializados na desactivação de explosivos, mas estes ocupavam-se apenas das minas que punham em perigo o trabalho dos observadores e os obuses não explodidos. As outras áreas, na maioria dos casos foram sendo limpas por organizações civis. Entre

elas, o maior grupo era constituído por sul-africanos, que iam formando, paralelamente, especialistas locais. Estes eram muito menos experientes, e só podiam desactivar minas na presença de seus instructores estrangeiros e, mesmo assim, foram numerosas as baixas sofridas. Apesar dos altos riscos e numerosos acidentes fatais, a substituição das vagas era imediata, já que os novos especialistas angolanos ganhavam 150 dólares ao mês pelo seu trabalho, o que era assaz atractivo. Em muitos casos faltava-lhes um adequado equipamento de protecção, razão pela qual, estavam nas mãos da sua boa sorte. Com tudo a desactivação de minas dum determinado terreno podia não ter sido perfeita. Há memória de casos, que quando os sul-africanos acabavam de desactivar as minas num determinado troço duma estrada, que davam por inaugurada ao trânsito, no dia seguinte, a abandonar o terreno para continuar num terreno seguinte, a sua viatura explodiu num engenho explosivo anti-tanques na estrada limpa por eles, matando toda a unidade. Uma história idêntica foi a daquele oficial uruguaio, que após uma prévia experiência na UNAVEM-II, voltou para a nova edição das operações angolanas, e foi colocado como comandante duma unidade de draga-minas. Foi para o terreno em desactivação, pisou numa mina, que lhe arrancou o pé, vitimando-o com apenas uma semana de serviço na nova missão. As tristes histórias de acidentes deste tipo eram inúmeras, portanto, se a vida era importante, para os observadores nunca se esqueciam de acatar as regras de protecção básicas. Nunca sair do carro, nem em apuros e, se não se aguentava mais, era preferível fazer xixi da viatura e não pisar nada, nem o betão. Nunca fazer uma inversão, abandonando a estrada, ou seja, de preferência não se mexer... O polícia húngaro teve a possibilidade de fazer uma viagem de 10 dias com um seu colega holandês para a Namíbia nas suas férias. Naquele local, este país era uma ilha da paz, e muitos observadores optavam por fazer a sua regeneração neste paraíso vizinho, se as férias o permitiam. Chegados a Windhoek, apanharam um táxi para ir ao centro. Ao avistarem as lindas montanhas da paisagem por onde estavam a passar, pensou como era bom dar um passeio entre as montanhas, e perguntou ao motorista – sem reflectir no sentido das suas palavras – se ali se podia passear pelas montanhas. O motorista pensou que não estava bom de cabeça. Perguntou donde é que vinha. Disse que vinha de Angola. Acenou. Foi então, que se apercebeu do sentido que fazia a pergunta, e contestou que sim, claro que se podia passear por ali à vontade. Aqui não há minas. As regras de protecção estavam a funcionar por puro automatismo e, basta lembrar o episódio que se passou no Parque Etosha, onde foram fazer campismo. O oficial holandês ficou a preparar a comida e ele foi apanhar a lenha. Foi até à cerca do parque, ficou imobilizado depois de ter passado por debaixo do arame. Por um momento, não sabia sequer porque é que ficou petrificado. Depois, deu-se conta de que estava a cumprir as regras de protecção instintivamente, pois tinha acabado de sair da “zona protegida”. Sabia que estava na Namíbia, sabia que lá não havia minas nem perigos, mas, mesmo assim, o timbre do alarme começou a funcionar... Regressando com a lenha, entre o suor e o seu próprio mecanismo de auto-defesa, desatou a rir de si mesmo.

Nas missões, para além delas havia também outros riscos de segurança, como as diferentes doenças tropicais, a começar pela malária. Muitos acabaram por contrai-la e alguns deles só puderam ser evacuados tarde de mais, tendo partido literalmente moribundos. E morriam mesmo bastantes observadores da missão por causa desta doença. Para sorte do alferes Surányi, ele não foi infectado, mas não foram poucos os húngaros, tanto militares como polícias, que não foram poupados pela doença. Para se prevenirem da malária, receberam na Hungria um fármaco, o

Lariam, cujo efeito era tão contraditório na opinião dos médicos que, em boa verdade, não sabiam se valia a pena tomar o medicamento ou não. Assim cada qual decidia se tomaria ou não este produto. Mas havia também outros procedimentos para prevenir uma infecção, ou pelo menos para reduzir o seu risco. Ao cair da tarde, valia a pena vestir camisas de manga comprida e aplicar sobre a pele repelentes onde o corpo não estivesse tapado. Uma outra prática que lá aprendeu – das boas práticas africanas existentes – foi a (correcta) utilização das redes de mosquitos. Estas tinham que estar bem apertadas por debaixo do corpo, porque se não o mosquito subia pelos lados para entrar. É por isso que dormiam com uma lanterna debaixo da almofada. Primeiro faziam a inspecção da rede por fora antes de irem para a cama e deixavam-na ajustada debaixo deles quando deitados. Antes de adormecerem, deveriam fazer uma última inspecção, para ver se estavam “limpos”, ou seja, sem nenhum mosquito. Ele regularmente encontrava a sanguessuga na sua terceira inspecção, que passou a ser uma espécie de acto ritual, mas também uma prevenção que valia a pena seguir com a maior atenção possível. De resto, a utilização das redes era obrigatória para todos, embora para os que tinham estado a trabalhar fora fosse vital. Houve um observador militar húngaro que estava a servir na capital de uma forma contínua, mas foi colocado na província nos últimos dois meses da sua missão. Surányi logo lhe tinha oferecido a sua própria rede, e disse que a levasse porque iria encontrar nela grande utilidade. O observador disse que não, que não precisava, que estava acostumado àquele clima... Foi para o seu campo e em menos de dez dias teve que ser evacuado, tendo emagrecido 10 quilos até o terem conseguido trazer para o estado-maior geral, infectado com malária.

Nos primeiros tempos da sua missão, o polícia húngaro ainda tomava o Lariam, mas como chegou à conclusão de que, independentemente de o tomar ou não, o indivíduo podia adoecer de um momento para o outro, deixou de tomar este remédio. Em vez do medicamento, dedicava mais atenção a outras formas da prevenção, e lembrou-se de um bom conselho geral que recebera ainda na Hungria: tomar uns golos de uma qualquer bebida espirituosa, como a aguardente, para desinfecção do estômago antes de qualquer refeição e assim evitar infecções e cólicas. Por outras palavras, o homem branco e o clima reinante no país não andavam sintonizados. Afortunadamente, como Angola é um país cristão e não muçulmano, encontrar bebidas alcoólicas – embora no meio do mato não houvesse naturalmente tabernas – não era uma tarefa irrealizável. Para além da malária não faltavam outras doenças, como infecções dos intestinos, razão pela qual devia dar-se uma atenção especial ao que se comia, cozinhando-se tudo. A água potável era outro dos problemas, já que água limpa, que se podia beber sem ter de a ferver, era bem difícil de encontrar. A água que encontravam tinham que a filtrar eles próprios. Para este efeito, levavam consigo muitas pastilhas de desinfecção e tinham entre os seus equipamentos um aparelho de filtração da água por carvão activado. A água, quando não se bebia, também podia ser fonte de doença – tinham que ter também cuidado com os banhos e higiene pessoal, por causa de doenças tropicais especiais, como a bilharziose intestinal. Um banhinho e levava-se a recordação para toda a vida... Muitos pensavam que os rios de maior fluxo podiam ser ideais para os banhos, pois bactérias ou parasitas eram aí muito menos frequentes. Só que os crocodilos também compartilhavam da mesma opinião, e além disso gostavam especialmente da carne dos observadores desprevenidos. Inteirinhos.

Um polícia holandês estava a terminar a sua missão, preparando-se para voltar ao seu país, e foi em companhia dos seus amigos fazer a despedida a um dos rios. Os outros estavam mais perto da margem, enquanto ele foi para o meio do rio, já que nadava bem. O crocodilo foi porém mais rápido e apanhou-o. O que aconteceu não foi o habitual, pois normalmente as vítimas são apanhadas e levadas para o fundo do rio, afogando-se. O colega holandês teve outra sorte: o animal deu uma dentada no meio do corpo, separando-o quase em duas partes e deixando a vítima a flutuar. Os outros conseguiram levá-lo para fora do rio, mas já não conseguiram salvá-lo. Perecendo desta forma tão estranha, precedendo apenas em uma semana o fim da missão, num rio onde anteriormente não se tinha visto crocodilo algum, o caso deu para contar muitas histórias depois... Mas há também histórias de crocodilos diferentes, como o animal de estimação de um observador húngaro, que o tinha capturado num rio, levado consigo e “domesticado” num campo. Mais típico que os crocodilos era o perigo constituído por arranhas, escorpiões e diferentes tipos de serpentes. O alferes Surányi também não os encontrou, à excepção das serpentes, que havia por todo o lado. Sabe-se de alguns casos de observadores mordidos por serpentes, mas também de “caça desportiva” praticada por outros observadores.

Durante a sua missão, não se deparou com nenhum perigo de vida, se bem que ainda em Menongue o seu campo tenha sido evacuado, por ter ficado avariado um dos tanques no centro da cidade contendo cloro gás. O comando do campo tinha dado ordem imediata para a evacuação dos efectivos. Os que aí serviam corriam perigo de vida, sem que se tivessem dado conta dele. Afinal de contas até foi mais cómodo, pois passaram três dias no campo dos zambianos. Por outras palavras não se tratara de uma evacuação programada... Levou-se tudo o que se pôde, transporte não havia, tiveram que andar à boleia para conseguir subir a um camião e poderem chegar até ao dito acampamento dos zambianos. O incómodo da situação não era tanto para eles, mas precisamente para os que estavam de baixa, por causa da malária, como por exemplo um oficial do Bangladesh para quem tiveram de encontrar algum cantinho onde o colocar. Finalmente encontraram uma tenda para pelo menos o oficial ficar na horizontal. As condições eram literalmente desumanas, mas tinham que passar aqueles três dias. Descontando este episódio, não pode dizer que tenha passado por algum perigo maior, não tendo sido atacado ou roubado. Nem sequer houve tentativas, como aconteceu a outros. De resto, e diga-se de passagem, a gente nunca sabe quando passa por perigos numa missão. Não se contam as vezes quando uma mina não explode com uns por pura sorte, explodindo com outros. Havia um major húngaro que andava em serviço de patrulhamento sempre numa mesma e determinada parte de uma estrada, onde passado um mês apareceu um buraco, no qual acabaram por encontrar uma sanduíche de explosivos antitanque, cujo detonador por alguma razão não funcionava. E como não passavam por aí de camião mas sim de jipe, isso não fez explodir a viatura. Pensando bem, eles andavam a utilizar aquele troço da estrada diariamente durante semanas...

De Menongue passou para o quartel-general do comando da missão, onde serviu numa unidade especial, criada expressamente para a protecção da vida e segurança do comandante da missão. Não se tinha candidatado a esta posição, tendo isso sido fruto do mero acaso. Uma vez encontrou um polícia holandês que anteriormente tinha sido membro da unidade especial responsável pela protecção pessoal da rainha holandesa. Em Angola, servia na unidade especial responsável pela segurança do chefe da missão. Em Luanda havia um centro recreativo da

missão e os dois encontraram-se na respectiva piscina. Palavra puxa palavra e os dois polícias perguntaram um ao outro onde é que trabalhavam. Surányi mencionou que acabara de chegar, que era húngaro e que se ocupava destas áreas. Então o colega holandês mencionou que estava a recrutar, para uma posição vaga na sua unidade, alguém que percebesse de assuntos como prevenção do terrorismo, guarda pessoal, etc., e que o candidato deveria ser europeu, já que saíra precisamente um europeu com esse perfil da sua equipa. No final da conversa, fez a promessa de tomar a iniciativa de propor a sua entrada para esta posição na unidade especial, facto que se realizou quatro meses depois. Até aí ele estava a prestar serviço em Menongue, onde recebeu a sua ordem de colocação na nova posição. Haveria de ficar ao longo dos restantes meses nessa unidade de elite, até finalizar a sua própria missão.

Os participantes desta unidade especial não estavam sequer sob a alçada hierárquica do comandante do contingente policial, mas sim organizados numa unidade independente, formalmente chamada “TASK FORCE”, cuja tarefa consistia na protecção do representante especial do secretário-geral da ONU. Foi este que lhes deu as instruções, e o alferes Surányi assegurara os programas dele, acompanhando-o dia e noite. Basicamente pertenciam ao seu gabinete de apoio, mas é claro que não interferia nos seus assuntos de perfil profissional, pois eram dirigidos pelo chefe da unidade. Esta estava muito bem apetrechada, tendo em consideração as condições locais. Tinham um gabinete decente, equipamentos e viaturas – dois Land Rover Discovery – com bandeiras e sinalização especial. Se o representante especial se deslocava onde quer que fosse, eles iam com ele para a sua protecção pessoal. Não se podia ter tudo, pelo que eles não transportavam armas, como a equipa de quatro guardas pessoais do diplomata, bem como mais alguns polícias militares, que dispunham de arma de fogo para a sua protecção. Como eles também rodavam o seu pessoal, entre eles e os efectivos que não pertenciam ao contingente policial havia um relacionamento muito harmonioso.

Esta posição era considerada um privilégio, bastando pensar nos seus “objectos de cultura de luxo”, uns walkie-talkies com código de identificação próprio, que na ONU eram acessíveis a um limitado número de pessoas. Contavam-se entre elas os membros dessa unidade. Mais do que isso, não tinham de vestir farda a tempo inteiro, como os outros polícias, pelo que eram alvo de não pouca inveja por parte dos outros. A inveja era mais que justificada, mas compensada por seu turno por uma roda-viva constante. Por outro lado, esta facilitava passar o tempo mais depressa. Não foram todos que gostaram deste seu estatuto privilegiado. O já mencionado instrutor de condução egípcio, por exemplo, fez de tudo para tirar-lhes as suas viaturas “VIP”, mas a sua luta de vários meses acabou frustrada, sendo que puderam manter as melhores viaturas da missão. Mais do que poder reservar para si estas viaturas, não as tiveram de estacionar na garagem central, ficando sim com elas para seu uso pessoal e permanente.

A família do alferes Surányi suportava mal a sua ausência, principalmente por causa dos problemas em comunicar. Essa era uma outra diferença que havia, por exemplo, entre húngaros e holandeses no que diz respeito às respectivas “comodidades.” Os holandeses recebiam de forma regular, semanal e previsível a sua correspondência, que lhes chegava por mala diplomática, sendo que as cartas e encomendas iam e vinham a despesas do seu Estado. Os húngaros, por seu turno,

longe de terem um serviço gratuito, tinham que recorrer aos serviços postais angolanos ou da organização mundial. Neste caso, a troca de cartas era de quatro em quatro semanas. Claro que os que serviam na província tinham que fazer chegar primeiro as suas cartas à capital, já que nos campos militares não funcionavam correios. Esta foi uma das razões pela qual se tinha optado por uma rede logística paralela: a de servir cada uma das nações presentes na missão com pelo menos um dos seus efectivos. Tal sistema podia aliás tanto funcionar bem como mal, de acordo com o grau de responsabilidade com que o “nosso homem na capital” assumia este papel. Faltando de víveres, era-lhe enviada uma lista para o respetivo abastecimento, com a certa e devida antecedência, pois os vôos eram semanais e tanto podiam chegar como não, ou até a encomenda perder a sua ligação. O sistema funcionava assim: quando se sabia que ia por exemplo um avião para Menongue, deviam levar a encomenda encaixotada e endereçada para o aeroporto, para despachá-la. Mas se o “nosso homem na capital” era preguiçoso, ou por alguma razão só podia despachar a encomenda com atraso, o observador no campo militar da província ficava aí pendurado. Uma vez o alferes Surányi também deu por um lapso semelhante. Passado mês e meio, foi a Luanda por alguma razão de serviço, ou para tratar de algum assunto oficial, e foi encontrar um molho de cartas por distribuir – incluindo as suas. Lá no seu posto de serviço estranhava não ter recebido nenhuma correspondência, até encontrar a carta e o motivo da sua preocupação e da dos familiares, que tinham ficado sem informações... Fazer uma chamada telefónica também não era tão fácil a partir a capital, onde havia fisicamente cabinas públicas. Nas tabacarias podiam comprar cartões de telefone para poder iniciar uma chamada para casa. Havia cartões de cinco dólares, o que dava para um minuto, cartões de dez dólares para dois minutos e de quinze e vinte dólares, sendo que este último dava para falar durante quatro minutos. Isto era de qualquer das formas muito dispendioso. Além de cara, a chamada revelava-se também muitas vezes inútil, pois tinham tão pouco tempo para falar, que a chamada só baralhava as coisas em vez de se solucionar algum assunto familiar. Até certas vezes resultou pior do que não falar, por aumentar a saudade. Passado algum tempo, e depois de chegados, deu para perceber o contingente ter perdido este hábito de manter o contacto com a sua família. Restavam portanto as cartas. Lentas, isso sim, mas pelo menos dava para exprimirem as suas ideias e pensamentos de forma cabal e muito mais económica do que por telefone.

O alferes Surányi não tirou férias para voltar à Hungria, mas havia tanto militares como polícias que regressaram às suas custas para passarem lá as férias durante duas ou três semanas. Surányi resolveu aproveitar o tempo e as circunstâncias para conhecer um pouco mais de África. Ou seja, só voltou depois de um ano de serviço, para duas semanas, tendo voltado para continuar ainda os restantes três meses da prorrogação do seu serviço na missão em Angola.

Considerava como o seu maior desafio pessoal ir ao encontro de uma digna representação da Hungria. Tinha no ombro o brasão e insígnia húngaros, todos sabiam de onde vinha, que era húngaro, pelo que o seu rendimento e eficiência pessoais, bem como a sua conduta, davam motivo para formarem uma opinião sobre todos os húngaros e sobre todo o nosso país. Para ele, que estava a cumprir a sua primeira missão, e numa linha de primeira visibilidade, era realmente de importância máxima representar e representar bem a Hungria e a polícia húngara – incluindo a sua unidade através da imagem que tinha – e não apenas ele próprio. O outro maior

desafio era estar ao nível das exigências profissionais que lhe competiam na sua unidade especial, satisfazendo as demandas que o representante especial do secretário-geral esperava do seu serviço. Pensa que soube satisfazer estas últimas, pois passado algum tempo foi promovido para subcomandante da unidade de elite. A terceira área onde deveria ter um excelente rendimento era o serviço logístico dos seus camaradas e colegas húngaros: prestar o apoio que eles esperavam daquele representante patricio, a fazer o seu serviço na capital, contribuindo para minguar os seus problemas de aprovisionamento. Por seu turno, considera ter feito tudo para ser bem sucedido também nesta tarefa: fez tudo para que chegassem a todos as suas cartas, bem como as suas encomendas de alimentos e de medicamentos, que lhe pediam para comprar e despachar o quanto antes para os campos na província. Recebeu o reconhecimento de muitos e todos sabiam o muito que trabalhava para eles, intercedendo até em seu favor. Lembra ter feito ele as chamadas para esposas e namoradas, felicitando-as no aniversário do casamento ou quando faziam anos, já que pessoalmente alguns não estavam em condições de fazê-lo... Fazia-o ele. Emprestava sempre uma cama quando os seus colegas estavam de passagem pela capital, onde no seu contentor tinham um ponto de apoio. Organizou programas, arranjou vistos, tentava fazer avançar os assuntos de ordem burocrática, acompanhava-os para fazerem as suas compras no mercado em Luanda, ou seja, mostrou-se útil para eles em tudo o que podia. O alojamento do alferes estava sempre cheio de caixas de variadíssimo tamanho para embrulhar as encomendas a serem despachadas para os campos. No aeroporto era já um velho conhecido dos pilotos, que o cumprimentavam logo que lá chegava. Foi ele que reuniu as mensagens transmitidas por rádio, que foi coleccionando, pois pensava poder vir a publicá-las em forma de livro, mensagens engraçadas e mesmo as tristes, algumas delas sentimentais ou surpreendentes, pois reflectiam bem toda aquela psicose em que um serviço é realizado numa missão. Longe dos entes queridos, perto do dia-dia dos observadores da missão de manutenção de paz, essas mensagens reflectiam bem os desafios individuais que, somados, constituíam o sacrificio colectivo de uma missão.

Por isso o maior reconhecimento foi os seus companheiros terem podido contar sempre com ele. É claro que havia sempre um comandante do contingente em Luanda, mas era ele a primeira pessoa que chamavam tanto militares como polícias em apuros, pois ele pretendia dar sempre o seu melhor.

Finalizados os seus quinze meses de serviço, voltou para a Hungria, onde não esperava ninguém no aeroporto, mas também não vinha para andar perdido em Budapeste, e foi se desenrascando. Entregou o equipamento recebido, passou por um exaustivo exame no hospital central do Ministério do Interior, para ver se trazia consigo algum parasita ou doença exóticos. Logo depois, tirou as suas férias acumuladas e apresentou imediatamente a sua candidatura para ingressar na Escola Superior de Formação de Oficiais do Corpo Policial. No resto do ano até começar os estudos, ainda passou seis meses à frente da Divisão de Intervenção da província de Csongrád, após o que voltou para Budapeste. Lamentavelmente encontrou também aquela atitude que os outros companheiros da missão haviam igualmente encontrado: de repente multiplicaram-se os invejosos do seu posto de trabalho anterior, que pensavam que lá no estrangeiro “se ganhava uma pipa de dinheiro sem fazer nada”. Independentemente do que tivessem dito, o certo é que nenhum deles teria feito algum sacrificio para se alistar numa missão, da qual ele, por seu turno,

ganhou imenso, nomeadamente uma nova mentalidade e uma nova mundivisão. Tinha-se dado conta de que o mundo funciona de forma diferente do que se pensava a partir da Hungria. É mais colorido e as tonalidades destas diferenças são também muito variadas. Tinha-se apercebido de que dois terços da humanidade pensam e interpretam as coisas de forma totalmente diferente de nós, com os nossos valores professos na Europa. Uma Europa tão pequena e até insignificante para 70% das pessoas, que nem sequer sabe onde é que se encontra o velho continente. Apercebeu-se de que nós, no coração da Europa, pensamos ser o centro do mundo. Mentira! Iguamente veio com a consciência reciclada no sentido de estar ciente de quão afortunados e privilegiados nos podemos considerar aqui na Europa. Viu a miséria nas suas formas mais horríveis, de que a maioria dos húngaros tem uma visão superficial, obtida em documentários que passam na televisão. Em Angola vira hospitais que, comparados com os húngaros, estes últimos podem considerar-se hotéis de não apenas cinco, mas de nove estrelas. Com base nas suas experiências, julga poder ter tirado a conclusão de que o homem como tal é o animal mais flexível e adaptável do mundo, já que é capaz de adaptar-se às piores situações existenciais, conseguindo sobreviver aguentando. Deste ponto de vista tinha sido muito sortudo e afortunado, porque partiu para a missão com o coração e cabeça abertos, não pela “pipa de massa” que ganharia mas sim pelo desafio que o trabalho numa missão representava. Significava muito também ter sido da “selecção”, ter vestido as cores nacionais quando se lançou para ir correr o mundo. Por isso, tentou encontrar o lado positivo mesmo no pior, e não o pior do que era mau, sendo certo que havia casos destes também. Como o observador húngaro que, ao acordar no primeiro dia, lhes disse: “bom, temos ainda 256 dias, 14 horas, 30 minutos e 18 segundos para o fim de tudo isto.” Os outros, entre militares e polícias, não sabiam o que lhe dizer, apenas que “se não acabares com esta contagem decrescente vais acabar no manicómio, findo o serviço.” Tinham-lhe tentado explicar que valeria a pena se calhar encontrar também o lado bonito do mundo. “O quê?- disse – aqui tudo é merda e cheira mal.” Pois para esse observador deve ter sido horrível a mesma experiência que para ele constituiu a sua vivência mais marcante, gostando de Angola, sendo esta a sua missão favorita e não apenas a primeira das futuras missões. Nunca se arrependeu de ter dado este primeiro passo.

As suas experiências africanas foram desaproveitadas, mas depois o general brigadeiro Boda József ofereceu-lhe uma posição no quadro do Departamento de Relações Internacionais do Ministério do Interior, que lhe abriu a possibilidade de participar nos cursos de preparação que foram organizados para os futuros participantes de missões de manutenção de paz. Aqui já teve a possibilidade de dar palestras em que passava as suas experiências, colhidas ao vivo nesta missão.

Varsányi Lajos, tenente-coronel (2)

Quando foi indigitado para participar nas operações da UNAVEM-III, os seus superiores tinham-no incumbido já em várias ocasiões de integrar a equipa dos preparadores que instruíam os novos grupos de contingentes que seguiam para Angola. Como outros oficiais das Forças Armadas Húngaras também tinham uma mesma experiência que a sua e fora pedida a sua participação nestes cursos de

preparação, podemos concluir que o quadro dirigente do Ministério da Defesa teve a preocupação de não deixar cair no esquecimento as informações anteriores relevantes que iam passando para as novas gerações de cooperantes. O que faltava era porém a sua sistematização: a análise e avaliação das mesmas, que não se ia avolumando num conjunto coerente e polivalente de informações, pelo que ao longo dos anos se desvirtuavam. Para que isso tenha tido esse triste percurso contribuíram vários factores de ordem hierárquica e estrutural: o Centro de Formação de Efectivos para a Manutenção da Paz e a Divisão de Relações Internacionais foram extintos, pelo que acabavam por desvanecer-se aqueles potenciais ateliês científicos que teriam podido realizar esta tarefa de sistematização do saber adquirido, faltando estes e/ou outros focos que tivessem podido recolher, analisar ou mesmo sistematizar estas informações. Quando se tratava de passar ao vivo uma série de informações úteis num prazo próximo da necessidade da informação, podemos dizer que as coisas não falharam.

Depois da sua preparação específica bem-sucedida, o tenente-coronel Varsányi foi nomeado comandante do novo grupo do contingente que se preparava para viajar, e passados alguns dias os observadores fizeram a sua viagem para Angola. Depois de chegados, foram reciclados num novo curso local específico: tiraram as suas cartas de condução e passaram pelas provas linguísticas. Lamentavelmente, a primeira destas provas foi penosa para um dos oficiais húngaros. Como na Hungria só conduzia o seu Trabant, não foi capaz de tirar a licença de jipe e foi mandado para casa. Tal desgraça acontecia aliás também noutros contingentes...

A primeira colocação do tenente-coronel Varsányi durou pouco tempo, tendo sido uma posição que desempenhou apenas durante um mês. Num acampamento militar misto de observadores militares e policiais, a 150 quilómetros e umas 3 horas de viagem de Luanda, tinham surgido sérios problemas disciplinares. Basicamente, uma terceira parte dos efectivos não queria trabalhar, ficando em Luanda sempre que podiam, “numa boa”. A chefia da missão tinha-se dado conta da situação e quis acabar com aquilo, sendo essa a razão para o tenente-coronel ser aí colocado: para restabelecer a ordem. Para ele, uma instrução destas não lhe parecia estranha, e se havia algo para que estava assaz bem preparado, pela sua experiência húngara, era para dizer “não”. Quando chegou, os efectivos foram aparecendo um a um, a pedir licença para se ausentarem em Luanda. Ele disse-lhes que transporte para Luanda sim que havia, uma vez por semana e para fazer compras, ou então por expressa ordem recebida por parte do alto comando. O resto dos seus problemas, que os resolvessem aí, de forma local, ou então que tirassem por favor as suas férias. Não passou sequer uma semana e deixou de praticar-se o vaivém contínuo e a anterior bagunça, e os observadores puseram-se a trabalhar. O campo militar estava afinal de contas funcional, o que lhe faltava era a disciplina, por causa da mão pouco firme do comandante anterior, o que fazia com que uma parte dos efectivos vivesse ao seu bel-prazer, enquanto a outra trabalhava por todos eles. Foi isso que Varsányi cortou pela raiz.

Em Angola, ao contrário do que se passava noutras missões, não havia uma grande animosidade tácita entre militares e polícias e os dois complementos da missão davam-se bem. É que não estavam hierarquicamente articulados um com o outro, nem no aspecto profissional. A distribuição do serviço tinha sido feita por Varsányi, que estava coordenado com o comandante policial, e efectivos de ambos

os lados faziam o seu melhor. Os polícias tinham uma viatura que era só deles, embora precisassem duma licença prévia do oficial húngaro para poderem sair do acampamento. De resto, tratava-se de polícias muito bem preparados e treinados, com quem desenvolver contacto humano não era difícil.

Depois do melhoramento deste campo militar, o militar húngaro recebeu uma nova colocação, a saber, a posição de comandante da região militar de Menongue. Esta tinha já sido a sua região militar favorita durante a sua experiência anterior, quando servia em Djemba. Por outras palavras, voltou aqui para a posição de comandante, numa área ocupada pela UNITA, com a diferença de que Menongue, aquando da sua missão, pertencia a Lubango, porque fora dominada pelas forças do governo. Agora eram as forças armadas unificadas que controlavam a área, e o desarmamento dos militares dos dois lados estava em curso, e numa fase adiantada. Foi a ONU que nestas circunstâncias deslocou o seu comando regional de Mavinga para Menongue. A razão principal resultava porém da maior batalha de tanques que estava a ser travada entre as forças do governo e as da UNITA junto desta cidade, além de a zona vizinha ter ficado completamente minada de explosivos. Partiram daqui em dois carros para o outro campo militar da ONU, o oficial húngaro e os observadores, um conduzido por Varsányi e o outro por Botev, um capitão búlgaro. Mantinham as duas viaturas o contacto por rádio, quando Botev decidiu fazer as suas necessidades ao pé da estrada junto de uns arbustos, onde o mapa da ONU, que ambos tinham à sua disposição, indicava como sendo um terreno seguro e limpo de minas. Foi neste percurso que um representante duma organização que se dedicava à desactivação de minas veio transmitir-lhe a nova informação de que precisamente aquele lugar onde Botev estava era uma zona ainda não desminada. O tenente-coronel, banhado em suor, teve de repente um calafrio, pois para urinar Botev não levava consigo o seu rádio. Tentou contactá-lo, mas em vão, e não teve como comunicar com ele até que voltasse para a viatura. Tinha de esperar e esperar pelo melhor... Quando voltaram a ver-se, Varsányi, sem dizer uma palavra, tirou do porta-luvas uma garrafa de uísque e entregou-lha com os seus votos de “feliz aniversário”. Botev, mais do que surpreendido, disse que não tinha nascido naquele dia, ao que o tenente-coronel lhe respondeu que acabava de renascer, pois não sabia do perigo por que passara, ileso. O búlgaro abriu a garrafa e bebeu-a toda antes de agradecer as preces e o presente. Acabavam de receber uma excelente confirmação por que é que estava na hora de fazer a mudança do campo militar para uma cidade, que sempre tinha condições de segurança mais sofríveis. Embora o quartel do comando fosse um campo militar de tendas, como os outros, agora já havia lojas e os observadores podiam mandar cozinhar pão para si, não tendo que perder tanto tempo com o seu sustento. Desta cidade podiam ter alargado uma segurança maior para os colaboradores das organizações humanitárias, holandesas e alemã, que se ocupavam da desactivação das minas, ou as internacionais como os “Médicos sem fronteiras” do que anteriormente, que deviam ter continuado a apoiar. Naquele tempo o tenente-coronel era o oficial de maior patente da ONU em toda aquela região militar, e como tal era o responsável pelo trabalho de todos os campos militares instalados naquela província e da cooperação das ONGs e das organizações governamentais. Por outras palavras, teve por missão realizar o clássico trabalho de planificação, organização e coordenação que competia a um oficial num estado-maior, por um período de nove meses e meio.

Aqui também vivenciaram alguns episódios bem curiosos. Cabe mencionar aqui, para uma melhor compreensão, que ao contrário da UNAVEM-II, nesta nova missão, para além dos observadores militares e policiais *darmados*, participavam também nas operações soldados de manutenção de paz armados. Esta precaução tornava-se imperiosa com a guerra civil reacendida, e a ONU passou a estacionar em Angola primeiro seis brigadas e depois batalhões de soldados. Cada uma das unidades militares estava instalada numa das regiões militares demarcadas, sendo distribuídas por companhias nos pontos estratégicos mais importantes, aquarteladas nos mesmos campos militares que os observadores militares e policiais que serviam sem armas. Evidentemente estas unidades tinham a sua estrutura de comando hierarquizado independente, a quem não se lhes dava nenhuma ordem ou instrução, embora mesmo assim colaborassem com eles estreitamente. Uma das tarefas do tenente-coronel Varsányi foi efectuar, com uma periodicidade mensal, visitas de inspecção a cada um dos campos militares deslocados na região militar. Tanto o subcomando como o oficial responsável pelas operações no seu *staff* e quase todos os oficiais subalternos eram zambianos. Ia ele visitar, acompanhado deles, uma companhia precisamente de zambianos no campo de *Liqua*, quando ao aterrar com o seu helicóptero em Mavinga ouviram um grande barulho. A roda de aterragem do aparelho tinha-se partido e eles foram deslizando para a direita e entrando pelo mato adentro. O piloto, depois do primeiro susto, disse que iria abrir a porta de trás para saírem, mas recomendou vivamente tomarem o caminho do sendeiro aberto, pois o terreno estava minado. Essa é que não foi brincadeira nenhuma e, como reza o ditado inglês, “*toda a dor dos dentes toca cair no sábado*”. Isto foi numa sexta-feira à noite, mas no sábado e no domingo não havia voos previstos. A região militar tinha aquele único aparelho, para o qual estavam asseguradas duas rodas sobresselentes, estando estas porém armazenadas em Luanda. Ora bem, a roda, indispensável para os nossos observadores poderem seguir viagem, primeiro parou numa outra região militar, passou por uma segunda e terceira escalas, e acabou por chegar só na terça-feira à tarde. Por conseguinte, desde a noite de sexta-feira até terça à tarde, o comando passou a desempenhar as suas funções temporariamente a partir do campo de *Liqua*: chegavam lá os relatórios e também se transmitia de lá as informações para o estado-maior geral da missão. Por outras palavras, não há fel sem mel, e foram muito bem tratados pelos zambianos. No regresso também não faltaram aventuras. O piloto do helicóptero MIG 17 russo, que trouxe a peça de substituição, tinha sugerido que o oficial húngaro regressasse com eles para o seu posto de comando, por ser mais seguro que o aparelho que estava sendo reparado. Varsányi pensou que se calhar seria mais rápido, por isso aceitou a proposta, para esta nefasta situação poder voltar quanto antes à normalidade. A meio caminho, junto de Mavinga, também ele teve que pousar o helicóptero para reabastecer os seus depósitos. A longa viagem requer companheiros e os pilotos optaram por umas *vodkazitas*. Resumindo, estavam tão bêbedos, que quase foram acertar no outro helicóptero em reparação. “*Despentearam*” o rotor, o que se traduziu em mais duas semanas de “*inoperabilidade*” para o seu comando. Tudo isso repercutia nos campos militares da zona, que deixaram de ver assegurado o seu abastecimento por via aérea, já que as estradas eram inseguras. Na manhã seguinte, os pilotos, já sóbrios, seguiram o seu itinerário, como se nada se tivesse passado... E não se passou mesmo, não podiam ser dispensados ou castigados, pois a sua presença era indispensável...

Nesta nova missão já não se praticava o anterior sistema de rotação da UNAVEM-II, posto que os cinco ou seis anos passados trouxeram um desenvolvimento tal na própria missão que os diferentes campos militares ofereciam aos observadores um nível de vida mais ou menos equivalente em qualquer posto onde serviam. Com o oficial húngaro passou-se a mesma coisa. Na sua primeira posição e colocação serviu um mês e na outra nove meses e meio. Antes de partir para a Hungria, foi ainda passar algum tempo junto das minas de diamantes. Tudo isto porque o governador daquela província, um antigo coronel, originário das fileiras da UNITA, não estava disposto a entrar em negociações com o anterior comandante da ONU, por ter anteriormente a patente de major, dizendo que o desprestigiava tratar de assuntos com ele. Como tinha excelentes contactos políticos, conseguiu que não fosse desrespeitado o seu vaidoso pedido para ser mandado um oficial de patente maior, com que estava mais à vontade para negociar os assuntos. Foi esta a razão que o levou para o tal campo militar – não menos bonita aliás. Aqui já estava a prestar serviço um outro oficial húngaro também. Passou em Angola por não poucas aventuras, mas não pelo risco de perder a vida. Isto estava reservado para ele no Kososvo, onde participaria depois nas operações da KFOR.

Os húngaros gozavam de boa fama geral na missão. Não apenas a população local não tinha problemas com eles, em nenhum dos lados aliás, como a ONU também os soube prezar. Para tal confluíam vários factores. Por um lado, nunca exportaram armas para Angola, e por outro, quando estavam presentes no país, vinham para construir e não para destruir. O seu empenho profissional era reconhecido, pois queriam e sabiam trabalhar. Porquê? Os húngaros tiveram um passado militar diferente do dos outros. O exército húngaro, mesmo na sua época áurea, passava por enormes problemas internos, o que se traduziu numa capacidade de resolução dos problemas por parte dos seus oficiais. Lá não se podia trabalhar à americana, ou seja, esperar que os grupos de apoio logístico viessem solucionar-lhes os problemas que surgiam numa operação. Com os húngaros tal não existia. Tinham os comandantes que resolver os problemas eles próprios, quaisquer que fossem, desde trocar a roda de um carro até desbloquear outro impasse maior, improvisando. O oficial húngaro sabia lidar com os problemas cuja resolução estava normalmente nas mãos de uma patente inferior, e tinha até, em certos casos, capacidade para executar o que estava previsto fazer um simples efectivo, um soldado recrutado. Devia ser polivalente e ter uma mentalidade que visava resolver um determinado problema, e não apenas pensar sobre ele na óptica do oficial comandante. Os observadores da manutenção da paz húngaros várias vezes tinham que encarar problemas de muitos tipos, mas houve pouquíssimos casos em que não os tenham podido resolver pela sua criatividade e ideias trazidas consigo. Podiam passar, e até passaram, por maus lençóis, mas não ficaram em perigo de vida pela sua incapacidade ou falta de preparação. Terminado o seu serviço, o tenente-coronel Varsányi nunca mais voltou a África, mas sempre guardou e guarda ainda óptimas recordações de Angola.

Depois de obter o diploma que atesta os seus conhecimentos de língua inglesa, recebe a possibilidade de participar num curso de formação de observadores de manutenção da paz na Hungria, organizado pelas Forças Armadas Húngaras na primavera de 1994, testado durante um ano na prática, aquando da sua participação na missão da ONU em Moçambique. A vida numa missão foi “contagante” e, mal regressou à Hungria, alistou-se na missão da UNAVEM-III. Tratou-se de uma obra do acaso: alguém desistiu, houve uma vaga para servir em Angola e como os dois comandantes da missão, o coronel Kiss Ernő e o tenente-coronel Pávits Sándor o conheciam ainda dos tempos da anterior missão moçambicana, ofereceram-lhe a possibilidade de participar nesta missão. Pese o facto de ter passado já por um curso de preparação semelhante, bem como possuir uma experiência de missão como observador, teve que repetir o curso específico com os outros. Finalizou o seu curso e viajou para Angola em dezembro de 1996.

Quando chegou, fez o curso local obrigatório de especialização e, depois de passar o exame final, foi colocado na localidade de Cuíto. Tratava-se de uma localidade que antigamente devia ter sido uma cidade maravilhosa, mais tarde completamente destruída, e situada num planalto, a 2.800 metros de altitude. No campo militar vizinho serviu juntamente com um polícia russo, um búlgaro e um sul-americano. Faziam o patrulhamento de uma enorme área de extensão, tanto a pé como de carro, e ajudaram também os colaboradores das organizações humanitárias presentes nessa região, cuja segurança pessoal era também por eles assegurada. Quando o oficial húngaro chegou, o pequeno campo militar estava sob o comando de um oficial russo de alta patente, que passados três meses recebeu uma nova posição e veio a ser substituído pelo tenente-coronel Bozsik. Este era portanto responsável por tudo, desde a distribuição do serviço por turnos de 24 horas às informações que três vezes por dia, de manhã, a meio-dia e à noite, eram transmitidas para o comando regional superior. O campo dispunha também de um aeroporto, cujo funcionamento era igualmente da sua competência. Na prática, isto significava que era necessário assegurar a aterragem segura dos aviões. Quando eram avisados da chegada de um avião da ONU ou de qualquer aparelho das organizações humanitárias, tinham que ir „avaliar” as condições meteorológicas, coisa simples, pois bastava saírem para o exterior e, se avistavam as montanhas, comunicavam uma boa visibilidade ao piloto. Depois recolhiam da pista de aterragem todos os objetos por aí dispersos e que pudessem causar algum dano para os motores do avião. Da pista iam também afastando os animais, já que as cabras e ovelhas sempre pastavam por aí, sendo que em mais de uma ocasião tiveram que afugentar dos aviões esses „obstáculos vivos”. No seu aeroporto havia também um depósito de querosene feito de borracha, que servia para reabastecer os aviões que chegavam. A existência destes aviões era vital, já que tudo chegava por via aérea para o sustento do campo de observadores, inacessível mormente para as viaturas mais pesadas. Claro que podiam servir-se de carros mais ligeiros para se deslocarem às localidades mais próximas, mas daí podiam trazer apenas os víveres básicos mais necessários.

³³³ Baseado na entrevista com o tenente-coronel, realizada em Agosto de 2012.

Os observadores moravam em condições espartanas, mas, ao contrário de outros campos militares, viviam em edifícios de pedra e não em tendas. As operações eram semelhantes em muitos aspectos à da missão ONUMOZ. Apesar destas semelhanças, havia muitas diferenças que provinham da diferença das situações existentes entre os dois países, o que se repercutia nas respectivas missões. Mas havia um aspecto em que não diferiam: as minas. Os campos minados significavam o mesmo perigo para os observadores, tanto aí como em Moçambique, embora em Angola a situação fosse bem pior por causa dos franco-atiradores, que actuavam em emboscadas e tiroteios. Aconteceram perdas humanas, quando os observadores sentados ao pé do motorista eram pontualmente abatidos desta forma, da mesma forma que os roubos abundavam também muito mais do que em Moçambique. O oficial húngaro, apesar destas sinistras circunstâncias, gostou mais de Angola, cujas condições naturais lhe agradavam mais, rica que era em diamantes e minérios de todo tipo, o que talvez tenha resultado por seu turno numa luta mais feroz pela posse desta terra por parte dos seus habitantes.

Viu esta conclusão ser ainda mais reforçada na província de Cabinda, quando o tenente-coronel Bozsik foi aí colocado, poucos meses depois: esta província setentrional era a terra do petróleo, dos diamantes e de outros minérios. A área era ocupada pela Frente para a Libertação de Cabinda, e não pela UNITA, sendo o domínio efectivo das forças do governo bastante limitado. Os observadores de paz da ONU em Cabinda realizavam um patrulhamento que visava apenas reforçar a confiança, já que não estava em curso o programa de desarmamento que funcionava noutras províncias. No campo militar de Cabinda, o tenente-coronel Bozsik também servia como comandante, ou seja, tinha que desempenhar funções semelhantes das da sua colocação anterior, só que em condições e num contexto diferentes, tratando-se de um outro movimento de resistência. Os húngaros gozavam de muito boa fama na missão, pois gostavam de trabalhar e não fugiam das responsabilidades. Muitos passaram a integrar os quadros de comando ou, numa percentagem maior do que teria justificado a sua presença numérica, vários trabalhavam nos estados-maiores da missão e das regiões militares. Lembra o caso de húngaros terem desempenhado simultaneamente as funções de chefe de recursos humanos, subcomandante responsável pela área da logística e comandante de uma das regiões. Mas havia muitos comandantes a chefiar também campos militares dispersos pelo país.

O tenente-coronel Bozsik já era tratado como „veterano”, dadas as experiências adquiridas em Moçambique. As condições climáticas já não lhe constituíam um desafio maior ou desconhecido, sendo que as condições de deslocação eram também semelhantes entre os dois países. Angola era porém considerada uma área de serviço muito menos segura do que Moçambique. Por esta razão, estavam colocados guardas locais à entrada dos campos da ONU. Todos os dias vinham polícias que faziam os seus turnos. Um deles parece não ter gostado muito desta tarefa, ou simplesmente estava aborrecido, pois de vez em quando se ausentava para ir beber, e à tarde já estava completamente bêbedo. Aconteceu que uma vez os observadores estavam precisamente a fazer a recolha do dinheiro destinado para a compra semanal de alimentos, pois preparavam-se para ir ao mercado, tendo o dinheiro sido colocado num envelope. Toca o telefone, o tenente-coronel levanta-se para atender a chamada do comando superior e deixa a lista de compras e o envelope sobre a mesa, ao sair para o quarto das radiotransmissões. Ao voltar, o envelope desaparecera. Uma das criancinhas que por lá andava indicou que fora o polícia quem o tinha levado. O

tenente-coronel Bozsik chamou-o, tirou da sua algibeira o dinheiro dos observadores e advertiu que não admitiria se outra vez voltasse a acontecer a mesma coisa. Quando voltava para o seu quarto, o policia humilhado, cheio de raiva, regressou para os seus copos e, como se soube depois, jurou vingança ao oficial húngaro. Da vez seguinte que saiu do seu gabinete, as quinze ou vinte crianças que estavam sempre a brincar ao lado do campo como um bando de pardais dispersaram, exclamando e gritando-lhe algo, que primeiro não percebia, pois não entendia português, embora em tudo aquilo houvesse algo de muito sinistro e agourento. Foi então que viu o policia na rua, diante dele, a uns três ou quinze metros, com a metralhadora apontada, pronta a disparar. O oficial sabia que devia tentar tirar-lhe de alguma forma a arma, mas sabia também que se fosse em direcção a ele seria abatido. Fez como se nada tivesse visto e nada tivesse acontecido, deu meia-volta, e foi em direcção do portão de metal do campo, que estava aberto. O caminho pareceu-lhe uma eternidade... Entrou, fechou o portão atrás de si, foi a correr para o seu gabinete, que dava para a rua, e dirigiu-se à janela para ver o que se passava. O policia atirou a arma para o chão, bem como o seu quépi, caiu de joelhos e começou a bater na própria cabeça. Estava completamente embriagado. Afortunadamente, meia hora depois chegou a rendição e levaram-no de carro. O intérprete dos observadores disse ao motorista que na próxima rendição o comandante húngaro do campo queria falar como o comandante do policia. Quando este chegou, informou-o do que tinha sido cometido pelo seu subalterno e exigiu que este fosse afastado daquele serviço, pois não o queria voltar a ver. O policia foi levado e os observadores inteiraram-se depois que foi fuzilado quase imediatamente a seguir. O tenente-coronel teve que informar o Centro e os seus superiores sobre esta ocorrência, e o alto comando resolveu colocá-lo numa outra posição para evitar que ficasse exposto à vingança dos familiares do policia. Faltavam-lhe poucos dias para completar o seu serviço de um ano, que aliás tinha passado no comando da missão. Em contraste com a maioria dos observadores, o tenente-coronel, depois de regressar à Hungria, aproveitou muito bem as suas experiências africanas. No ano de 2000 finalizou um curso na Faculdade de Letras da Universidade de Pécs, e na sua tese conseguiu dar uma síntese da experiência adquirida na missão de Angola. O júri avaliou com uma nota excelente o seu trabalho, o qual no futuro tenciona ainda publicar em livro.

Bibliografia utilizada:

1. David B. Abernethy: The Dynamics of Global Dominance. European Overseas Empires 1415-1980. Yale University Press, New Haven, 2000. pp 536.
2. Victor Agadjanian, Ndola Prata: War, Peace, and Fertility in Angola. In: Demography, Vol. 39, No. 2. (2002), pp. 215-231.
3. Charles Ambler: African Resistance to the Atlantic Slave Trade. In: The Journal of African History, Vol. 46, No. 3. (2005), pp. 513-514.
4. Dr. Axmann Ágnes: Fertőző és trópusi betegségek (Doenças tropicais e contagiosas) 2002- Alexandra kiadó, pp 398
5. Gerald J. Bender: Angola Under the Portuguese: The Myth and the Reality. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1978. pp 287.
6. Béres Mária: Számok Fekete-Afrika mindennapi életében (Os números no quotidiano da África Negra) In: Afrika Tanulmányok (Estudos sobre a África), Budapest, VII. évf. 1. sz.
7. Besenyő János: Harc az afrikai olajért, Kína gazdasági térnyerése a fekete kontinensen.(Luta pelo petróleo africano, a expansão da China no continente negro) In: Nemzetvédelmi Egyetemi Fórum XI. évfolyam, 2007. 4. szám, pp.36-37.
8. Besenyő János: Magyar békefenntartók tapasztalatai: Angola és Uganda(As experiências dos peacekeepers húngaros: Angola e Uganda – In: Afrika Tanulmányok, (Estudos sobre a África), Budapest, 2011. V. évfolyam, 4. szám, pp.112-127
9. Besenyő János: A Magyar Honvédség részvétele az angolai békefenntartásban (A participação Das Forças Armadas Húngaras no processo de paz angolana) In: Sereg Szemle, (MH ÖHP szakmai tudományos folyóirat)[Revista científica do Exército] VIII. évfolyam, 1. szám, 2010. január-március pp.134-143
10. Besenyő János: Magyar békefenntartók Afrikában, (Húngaros nas missões de paz em África), Katonai Nemzetbiztonsági Szolgálat kiadványa, 2013, 489 pp.
11. Besenyő János: Szudán. Országismertető.(O Sudão, Dados sobre o país), Seregszemle, Székesfehérvár, 2010. pp
12. Besenyő János: Az Afrikai konfliktusok és kezelésük sajátosságai, a békefenntartó műveletek során szerzett tapasztalatok (Os conflitos da África, as experiências adquiridas nas missões de paz) In: – Felderítő Szemle, VII. évfolyam, 3. szám, 2008. szeptember (Magyar Köztársaság Katonai Felderítő Hivatal tudományos folyóirata), pp.5-15.
13. Besenyő János – Molnár Erik: ENSZ békefenntartás magyar részvétellel: Namíbia,(Manutenção da paz da ONU com participação húngara), Seregszemle, (MH ÖHP szakmai tudományos folyóirat) X. évfolyam, 1. szám, 2012. január-március pp.133-144.
14. Besenyő János – Molnár Erik: A fegyverkereskedelem jelenlegi helyzete és szabályozása Afrika déli részén (A situação do comércio das armas na região sul-africana) - Szakmai Szemle, 2012. 1. szám, nn. 97-107. Biernaczky Szilárd: Még egyszer Magyar Lászlóról (Mais

- uma vez sobre László Magyar) In: Magyar Tudomány, Vol.172. No. 6. pp. 710-716. Philippe le Billon: Angola's Political Economy of War: The Role of Oil and Diamonds, 1975-2000. In: African Affairs, Vol. 100, No. 398. (2001). pp. 55-80.
15. Blahó András–Prandler Árpád: Nemzetközi szervezetek és intézmények. (Organizações e instituições internacionais) Aula Kiadó, 2005, pp 700
 16. Inge Brinkman: Angolan Civilians in Wartime 1961-2002. In: John Laband (ed.): Daily Lives of Civilians in Wartime Africa: From Slavery Days to Rwandan Genocide. Greenwood Publishing Group, Westport, CT., 2007. pp 301.
 17. Victoria, Brittain: Death of Dignity, Angola's Civil War, 1998. pp 109
 18. Ian Brownlie, Ian R. Burns: African Boundaries: A Legal and Diplomatic Encyclopaedia. C. Hurst & Co. Publishers, London, 1979. pp 1315.
 19. Búr Gábor: A 21. század Afrika évszázada? (O século 21, um século de África?)In: Afrika-történeti tanulmányok. (Estudos de história da África) Mundus Novus , Budapest, 2011. pp 349.
 20. Búr Gábor: A szubszaharai Afrika története 1914-1991. (A história da África sub-saarina), Kossuth, Budapest, 2011. pp 215.
 21. Búr Gábor: Afrika vallásai (As religiões da África) In: Afrika Tanulmányok. Vol. 3. No. 1. 2009. pp. 3-21.
 22. Edward Burnett Tylor: Primitive Culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom. Murray, London, 1873. pp 426.
 23. Thea Büttner: Geschichte Afrikas. Afrika von den Anfängen bis zur territorialen Aufteilung Afrikas durch die imperialistischen Kolonialmächte. Teil I. Von den Anfängen bis zur Gegenwart. Akademie Verlag, Berlin, 1976. pp 285.
 24. Allan Cain, Mary Daly, Paul Robson: Basic Service Provision for the Urban Poor: The Experience of Development Workshop in Angola. Human Settlements Working Paper Series. Poverty Reduction in Urban Areas. No. 8. Human Settlements Programme, International Institute for Environment and Development London, 2002. pp 46.
 25. Patrick Chabal: A History of Postcolonial Lusophone Africa. C. Hurst & Co. Publishers, London, 2002. pp 339.
 26. James Ciment: Angola and Mozambique: Postcolonial wars in southern Africa. Facts on File, New York, 1997. pp 246.
 27. Thomas Collelo (ed.): Angola: A Country Study. Area handbook series 550. No. 59. Washington, 1991. pp 61.
 28. Jacopo Corrado: The Creole Elite and the Rise of Angolan Protonationalism: 1870-1920. Cambria Press, New York, 2008. pp 312.
 29. Jose C. Curto, Raymond R. Gervais: The Population History of Luanda during the Late Atlantic Slave Trade 1781-1844. In: African Economic History 29. 2001. pp. 1-59.
 30. James Duffy: Portuguese Africa (Angola and Mozambique): Some Crucial Problems and the Role of Education in Their Resolution. In: The Journal of Negro Education. Vol. 30, No. 3, 1961. pp. 294-301.

31. Peter Forbath: *The River Congo. The discovery, exploration and exploitation of the world's most dramatic river.* Harper & Row, New York, 1977. pp 404.
32. Eustache de la Fosse „*Voyage d'Eustache Delafosse sur la cote de guinée, au Portugal & en Espagne 1479-1481.* Collection magellane. Editions Chandeigne, Paris, 1992. pp 181.
33. Füssi Nagy Géza: *Határtalan Szakrális Tér: Fekete-Afrika (Um espaço sagrado sem fronteiras: África Negra)* In: *Korunk*, Vol. 10. No. 2. 2005. pp. 36-45.
34. Marek Garzdecki: *Angola. Recent History.* In: Katherine Murison (ed.): *Africa South of the Sahara 2003.* Routledge, London, 2003. pp 1305.
35. Piero Gleijeses: *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976.* University of North Carolina Press, Chapel Hill, N.C. 2003. pp 552.
36. Didier Gondola: *The History of Congo.* Greenwood Publishing Group, Westport, CT., 2002. pp 215.
37. Joseph Greenberg: *The Languages of Africa.* Bloomington, 1963. Indiana University Press. pp 180.
38. William David Hammond-Tooke (ed.): *The Bantu-Speaking Peoples of Southern Africa.* Taylor & Francis, London, 1980. pp 298.
39. Lazarus Hangula: *Die Grenzziehungen in den afrikanischen Kolonien Englands, Deutschlands and Portugals im Zeitalter des Imperialismus 1880-1914, Europäische Hochschulschriften, Reihe III, Geschichte und Hilfswissenschaften, Band 493, Lang Verlag, Frankfurt am Main, 1991. pp 266.*
40. Patricia Hayes: *Order out of Chaos: Mandume Ya Ndemufayo and Oral History.* *Journal of Southern African Studies*, Vol. 19, No. 1, Special Issue: *Namibia: Africa's Youngest Nation (1993)*, pp. 89-113.
41. Bernd Heine, Derek Nurse: *African Languages: An Introduction.* Cambridge University Press, Cambridge, 2000. pp 396.
42. Bernd Heine, Derek Nurse (eds.): *A Linguistic Geography of Africa.* Cambridge University Press, Cambridge, 2008. pp 371.
43. Linda M. Heywood: *The Growth and Decline of African Agriculture in Central Angola, 1890-1950.* In: *Journal of Southern African Studies*, Vol. 13, No. 3 (1987), 355-371.
44. Linda M. Heywood: *Church, State and War.* In: *The Journal of African History*, Vol. 43, No. 1 (2002), pp. 181-182.
46. Linda M. Heywood: *Unita and Ethnic Nationalism in Angola.* In: *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 27, No. 1 (1989), pp. 47-66.
47. Linda M. Heywood: *Contested Power in Angola, 1840s to the Present.* Boydell & Brewer, Rochester, NY., 2000. pp 305.
48. Tony Hodges: *Angola from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism.* Indiana University Press, Bloomington, 2001. pp 201.
49. Rolf Hofmeier, Mathias Schönborn: *Politisches Lexikon Afrika.* Beck Verlag, München, 1984. pp 510.
50. C. Silvester Horne: *David Livingstone: Man of Prayer and Action.* Christian Liberty Press, Arlington, IL., 2002. pp 129.

51. John Iliffe: *Africans: The History of a Continent*. Cambridge University Press, Cambridge, 1997. pp 323.
52. International Energy Agency: *Angola towards an Energy Strategy*, 2006. pp 172
53. IBP Usa staff: *Angola Mineral & Mining Sector Investment and Business Guide*, 2009. pp 300
54. Abram J. Jaffe: *Methods of Appraisal of Quality of Basic Data for Population Estimates*. Manuals on methods of estimating population. Population Studies, No. 23. United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Branch, New York, 1955. pp 278.
55. W. Martin James: *A Political History of the Civil War in Angola: 1974-1990*. Transaction Publishers, Piscataway, N.J., 2011. pp 314.
56. W. Martin James: *Historical Dictionary of Angola*. Scarecrow Press, Plymouth, 2011. pp 400.
57. Ryszard Kapuściński: *Golyózáporban Angola földjén (Mais um dia da vida, Angola 1975)* Kossuth, Budapest, 1977. pp 125.
58. David Killigray: *African Civilians in the Era of the Second World War, c. 1935-1950*. In: John Laband (ed.): *Daily Lives of Civilians in Wartime Africa: From Slavery Days to Rwandan Genocide*. Greenwood Publishing Group, Westport, CT., 2007. pp 301.
59. Kiss Zoltán László: *Magyarok a békefenntartásban. (Húngaros na manutenção da paz)* Zrínyi Kiadó, Budapest 2011. pp. 143
60. Krizsán László: *Magyar utazók Afrikában, (Viajantes húngaros em África)* Nemzeti Tankönyvkiadó, Budapest, 1994. pp 104.
61. Bethany Lacina, Nils Petter Gleditsch: *Monitoring Trends in Global Combat: A New Dataset of Battle Deaths*. In: *European Journal of Population* 21(2-3), 2005. pp 145-166.
62. David Lea, Annamarie Rowe: *Political Chronology of Africa*. Taylor & Francis, London, 2005. pp 499.
64. Magyar László *Délafrikai levelei és naplókivonatai. (Suas cartas e excertos do seu diário)* (kiadta: Hunfalvy János) Pest, 1857. pp 92.
65. John A. Marcum: *The Angolan Revolution: The anatomy of an explosion (1950-1962)*. M.I.T. Press, Cambridge, MA., 1969. pp 473.
66. John Samuel Mbiti: *The Prayers of African Religion*. Orbis Books, New York, 1976. pp 193.
67. Joseph C. Miller: *Angola before 1900: A Review of Recent Research*. In: *African Studies Review*, Vol. 20, No. 1 (April 1977), pp. 103-116.
68. Bjorn Moller: *Privatisation of Conflict, Security and War*. Danish Institute for International Studies, Working Paper No. 2005/2. Copenhagen, 2005. pp 41.
69. Yasu Nakayama: *International Waters in Southern Africa*. United Nations University Press, Tokyo, 2003. pp 306.
70. Bernard Nantet: *Dictionnaire d'histoire et civilisations africaines*. Larousse, Paris, 1999. pp 228.
71. Roland Oliver, Anthony Atmore: *Medieval. Africa, 1250-1800*. Cambridge University Press, Cambridge, 2001. pp 251.
72. Roland Oliver, Anthony Atmore: *Africa since 1800*. Cambridge University Press, Cambridge. 2005. pp 405.

73. Adebayo O. Oyebade: *Culture and Customs of Angola*. Greenwood Publishing Group, Westport, 2007. pp 183.
74. Paulo S. Polanah: „The Zenith of our National History!” National identity, Colonial Empire, and the Promotion of the Portuguese Discoveries: Portugal 1930s. http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-64322011000100003&script=sci_arttext (Descarregado em: 13 de fevereiro 2013)
75. Gérard Prunier: *Africa's World War: Congo, the Rwandan Genocide and the Making of a Continental Catastrophe*. Oxford University Press, Oxford, 2009. pp 576.
76. Rákóczi István: *A Portugál Tengerentúli Birodalom. (O Império Ultramarino Português)* In: Poór János (szerk.): *A kora újkor története (A história universal pre-moderna)* Osiris Kiadó, Budapest, 2009. pp 494.
77. István Rákóczi: *Monopoly and free trade – Tordesillas become global*. In: *Tradcraft Review, Periodical of the Scientific Board of Military Security Office*, 2011/1. pp. 91-104.
78. Rákóczi István: *Tengerek tengelye. Ibér terjeszkedés az Atlantikumban a 15-16. században. (O eixo dos mares. A expansão ibérica no Atlântico, nos séculos 15-16)* Mundus, Budapest, 2006. pp 288.
79. Luís Nuno Rodriguez: „For a better Guinea”. *Winning Hearts and Minds in Portuguese Guinea*. In: Phillip E. Muehlenbeck (ed.): *Race, Ethnicity, and the Cold War*. Vanderbilt University Press, Nashville, 2012. pp 324.
80. Ricardo Roque: *The Razor's Edge: Portuguese Imperial Vulnerability in Colonial Moxico, Angola*. In: *International Journal of African Historical Studies*, Vol. 36, No. 1. Special Issue: Colonial Encounters between Africa and Portugal (2003), pp. 105-124.
81. Matthew Schoffeleers: *Myth and/or History: a Reply to Christopher Wrigley*. In: *The Journal of African History*. Vol. 29. No. 3. November 1988. pp. 385-390.
82. Sebestyén Éva: *Kaland és kutatás Afrikában. Magyar László életrajza. (Aventura e exploração. A biografia de László Magyar)* ELTE Eötvös Kiadó, Budapest, 2008. pp 288.
83. Eduardo de Sousa Ferreira: *Africa: the end of an era. The effects of Portuguese colonialism on education, science, culture and information*. Bernan Associates, Paris, 1974. pp 170.
84. Matthew G. Stanard: *Interwar Pro-Empire Propaganda and European Colonial Culture: Toward a Comparative Research Agenda*. In: *Journal of Contemporary History*. Vol. 44. No. 1. (2009) pp. 27-48.
85. Mike Stead, Sean Rorison: *Angola*. Bradt Travel Guides. Guilford, CT., 2009. pp 280.
86. Jamie Stokes (ed.): *Encyclopedia of the Peoples of Africa and the Middle East*. Infobase Publishing, New York, 2009. pp 824.
87. Thirring Gusztáv: *Magyar László élete és tudományos működése: kritikai adalékok a magyar földrajzi kutatások történetéhez: Magyar László kiadatlan írásaival. (Vida e obra científica de László Magyar,*

- Achegas para a história das explorações geografias húngaras), Kilián, Budapest, 1937. pp 166.
88. John Thornton, Andrea Mosterman: A re-interpretation of the Kongo-Portuguese War of 1622 according to new documentary evidence. In: The Journal of African History, Vol. 51, No. 2. (2010) pp. 235-248.
 89. Jan Vansina: Ambaca Society and the Slave Trade c. 1760-1845. In: The Journal of African History, Vol. 46, No. 1. (2005), pp. 1-27.
 90. J. D. Vincent-Smith: The Anglo-German Negotiations over the Portuguese Colonies in Africa, 1911–14. In: The Historical Journal, Vol. 17, No.3. (1974) pp. 620-629.
 91. Peter Walkenhorst: Nation - Volk - Rasse: Radikaler Nationalismus Im Deutschen Kaiserreich 1890-1914. Vandenhoeck & Ruprecht, Berlin, 2007. pp 400.
 92. Stephen L. Weigert: Angola: A Modern Military History, 1961-2002. Palgrave Macmillan, New York, 2011. pp 284.
 93. Peter Wise: Portugal appeals to Angola for funds. Financial Times, November 17, 2011.

Artigos sem menção do seu autor:

94. Angola: Towards an Energy Strategy. International Energy Agency. OECD/IEA, IEA PUBLICATIONS, 9. Paris, 2006. pp 170.
95. ONGC Videsh to buy into Angola block for \$600 mn. In: Business Standart, Mumbai April 9, 2004.

Fontes na Internet:

Angola to end military reform aid in Guinea Bissau.
<http://www.reuters.com/article/2012/04/10/ozatp-angola-guineabissau-idAFJ0E83900P20120410>(Descarregado em 28.02. 2013)

Markus Weimer: The Peace Dividend: Analysis of a Decade of Angolan Indicators, 2002–12. Programme Paper. Chatham House, London. 2012. pp 1-19. 2012/03<http://www.chathamhouse.org/publications/papers/view/182750> (Descarregado em 9.02. 2013)

<http://www.reuters.com/article/2010/09/23/ozatp-angola-hydropower-idAFJ0E68M08W20100923> (Descarregado em 18.02. 2013)

<http://www.angola-today.com/country-profile/transport-and-infrastructure/> (Descarregado em 18.02. 2013)

Guus Meijer, David Birmingham: From military peace to social justice? The Angolan peace process, 2004.

http://www.c-r.org/sites/c-r.org/files/15_Angola_2004_F_ENG.pdf

(Descarregado em 18.02. 2013)

Miscanthus - A great research effort in Africa.

<http://biozio.com/blog/2009/07/miscanthus-a-great-research-effort-in-africa.html>

(Descarregado em 18.02. 2013) (Letöltés ideje: 2013. február 28.)

<http://www.goruma.de/Laender/Afrika/Angola/Wissenswertes/index.html>

(Descarregado em 02.02. 2013)

<http://www.reuters.com/article/2010/03/09/us-angola-elephants-idUSTRE6283KE20100309>

(Descarregado em 21.12. 2012)

<http://www.fv-berlin.de/oeffentlichkeitsarbeit/pressemitteilungen-1/pressemeldungen-archiv/2006/seltenste-antilopenart-der-welt-wieder-aufgetaucht>

(Descarregado em 28.02. 2013)

<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/>

(Descarregado em 18.01. 2013)

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html>

(Descarregado em 03.02. 2013)

<http://data.worldbank.org/country/angola>

(Descarregado em 08.02. 2013)

Population and development in Africa. Philippe Rekacewicz, Delphine Digout, UNEP/GRID-Arendal.

http://www.grida.no/graphicslib/detail/population-and-development-in-africa_918d

(Descarregado em 29.01. 2013)

(Descarregado em 29.01. 2013)

<http://www.un.org/esa/population/publications/worldageing19502050/pdf/034angol.pdf>

/034angol.pdf

(Descarregado em 21.01. 2013)

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTHEALTHNUTRITIONAND>

RITITIONAND

POPULATION/EXTDATASTATISTICSHNP/EXTHNPSTATS/0,,contentM

DK:21737699~

menuPK:3385623~pagePK:64168445~piPK:64168309~theSitePK:3237118~is

CURL:Y,00.ht ml (Descarregado em 02.02. 2013)

<http://www.un.org/esa/population/publications/worldageing19502050/pdf/034angol.pdf>

/034angol.pdf

(Descarregado em 21.01. 2013)

<http://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.TFRT.IN> (Descarregado em 21.01. 2013)

http://www.unicef.org/sowc2012/pdfs/SOWC%202012-Main%20Report_EN_13Mar2012.pdf (Descarregado em 29.01. 2013)

<http://www.chathamhouse.org/publications/papers/view/182750> (Descarregado em 09.02. 2013)

http://www.unicef.org/infobycountry/angola_502.html (Descarregado em 09.02. 2013)

Birth right. Where to be born in 2013. Jan 1st 2013, 14:14 by Economist.com. <http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2013/01/daily-chart> (Descarregado em 01.02. 2013)

Alex Duval-Smith: UNICEF and EU-supported training for teachers boosts education quality in Angola. http://www.unicef.org/infobycountry/angola_61321.html#sthash.X1aRHpA4.dpuf

(Descarregado em 24.02. 2013)

Yolanda Nunes Correia: Slow but steady results in Angola's fight against malaria.

http://www.unicef.org/infobycountry/angola_62286.html#sthash.ULJD4vyO.dpuf
http://www.unicef.org/infobycountry/angola_62286.html (Descarregado em 22.02. 2013)

<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/> (Descarregado em 14.02. 2013)

<http://search.worldbank.org/data?qterm=angola&language=EN> (Descarregado em 14.02. 2013)

World Urbanization Prospects, the 2011 Revision. Data on Urban and Rural Populations. <http://esa.un.org/unpd/wup/CD-ROM/Urban-Rural-Population.htm> (Descarregado em 14.02. 2013)

http://www.unicef.org/sowc2012/pdfs/SOWC%202012-Main%20Report_EN_13Mar2012.pdf (Descarregado em 09.02. 2013)

http://www.unicef.org/sowc2012/pdfs/SOWC%202012-Main%20Report_EN_13Mar2012.pdf (Descarregado em 09.02. 2013)

<http://www.gutenberg.org/files/1039/1039-h/1039-h.htm> (Descarregado em 28.02. 2013)

United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division. World Urbanization Prospects. The 2011 Revision.Sources of Data for

Estimates of Urban Agglomerations and Capital Cities.
http://esa.un.org/unup/pdf/FINAL-FINAL_REPORT%20WUP2011_Annextables_01Aug2012_Final.pdf
(Descarregado em 14.02. 2013)

Growth of Africa's Top 20 urban agglomerates over the years 2005-2015.
<http://public.tableausoftware.com/views/AfricasTop20UrbanAgglomerates/AfricasUrbanAgglomerates>(Descarregado em 14.02. 2013)

United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division. World Urbanization Prospects. The 2011 Revision.Sources of Data for Estimates of Urban Agglomerations and Capital Cities. File 1: Population of Urban and Rural Areas and Percentage Urban, 2011. October 2012.
http://esa.un.org/unup/pdf/FINAL-FINAL_REPORT%20WUP2011_Annextables_01Aug2012_Final.pdf
(Descarregado em 14.02. 2013)

UN-HABITAT:The State of African Cities 2008. A framework for addressing urban challenges in Africa. Figure 5.1.2: Luanda Urban Growth by Source. <http://reliefweb.int/report/world/state-african-cities-2008-framework-addressing-urban-challenges-africa> (Descarregado em 10.02. 2013)

<http://data.worldbank.org/indicator/SM.POP.NETM/countries> (Descarregado em 14.02. 2013)

Top 50 cities: Cost of living ranking.
http://www.mercer.com/costoflivingpr#City_rankings (Descarregado em 11.02. 2013)

Julie Zeveloff: The Insane Cost Of Living In Poverty-Stricken Luanda, Angola. Business Insider, Oct. 3, 2011.
<http://www.businessinsider.com/luanda-angola-expensive-city-2011-10?op=1#ixzz2MEf5PZMc> (Descarregado em 18.02. 2013)

World Directory of Minorities and Indigenous Peoples - Angola: Ovimbundu.
<http://www.unhcr.org/refworld/country,,MRGI,,AGO,,49749d63c,0.html>
(Descarregado em 14.02. 2013)

<http://www.uiowa.edu/~africart/toc/people/Chokwe.html> (Descarregado em 15.02. 2013)

<http://www.nshr.org.na/index.php?module=News&func=display&sid=720>
(Descarregado em 20.02. 2013)

<http://architectafrica.com/NETWORK/ANGOLA/category/person/mwe-ne-mbandu-iii> (Descarregado em 28.02. 2013)

<http://www.artafrika.es.tl/MBUNDA.htm> (Descarregado em 28.02. 2013)

<http://www.ethnologue.com/language/knw> (Descarregado em 27.02. 2013)

<http://angolafieldgroup.com/historic-tours/> (Descarregado em 27.02. 2013)

<http://www.gcatholic.org/dioceses/diocese/luan0.htm> (Descarregado em 27.02. 2013)

<http://www.catholic-hierarchy.org/country/dao.html> (Descarregado em 27.02. 2013)

David Shukman: Angola: War without end. BBC World Service, Friday, 5 May, 2000. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/736421.stm> (Descarregado em 27.02. 2013)

<http://search.worldbank.org/data?qterm=angola&language=EN> (Descarregado em 14.02. 2013)

<http://www.dfat.gov.au/geo/fs/ango.pdf> (Descarregado em 14.02. 2013)

<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?page=1> (Descarregado em 14.02. 2013)

Lucas Kawa: The 20 Fastest-Growing Countries In The World. Business Insider. Jan. 29, 2013. <http://www.businessinsider.com/fastest-growing-economies-through-2015-2013-1?op=1> (Descarregado em 14.02. 2013)

http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/economia/2012/2/10/Angola-exports-reached-over-USD-billion-2011,69d4248d-f010-47b7-9570-02b8afbc9421.html (Descarregado em 14.02. 2013)

<http://www.dfat.gov.au/geo/fs/ango.pdf> (Descarregado em 14.02. 2013)

<http://www.angola-today.com/country-profile/industries/oil-and-gas/> (Descarregado em 11.02. 2013)

<http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/ep> (Descarregado em 26.02. 2013)

<http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=CH> (Descarregado em 28.02. 2013)

Markus Weimer: Angola: Slick Business Deals. <http://www.chathamhouse.org/media/comment/view/179785> (Descarregado em 26.02. 2013)

Markus Weimer: The Peace Dividend: Analysis of a Decade of Angolan Indicators, 2002–12. Programme Paper. Chatham House, London. 2012. pp 1-19. 2012/03 <http://www.chathamhouse.org/publications/papers/view/182750> (Descarregado em 09.02. 2013)

Angola Produces Over 1.7 Million Barrels of Crude-Oil Per Day. 27 FEBRUARY 2013. http://allafrica.com/stories/201302271037.html?aa_source=slideout (Descarregado em 27.02. 2013)

<http://www.angola-today.com/outlook/economy/> (Descarregado em 27.02. 2013)

<http://www.angola-today.com/country-profile/industries/oil-and-gas/>
(Descarregado em 11.02. 2013)

Overview data for Angola. <http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=AO> (Descarregado em 27.02. 2013)

<http://prosperitysaskatchewan.files.wordpress.com/2012/01/diamonds-2011-mining-journal-supplement.pdf> (Descarregado em 23.02. 2013)

<http://www.primestyle.com/news/richest-diamond-mines-in-the-world#sthash.WgSblZEK.dpuf>
(Descarregado em 23.02. 2013)

<http://www.macauhub.com.mo/en/2013/01/04/angola%E2%80%99s-endiama-begins-alluvial-diamond-mining-this-year/> (Descarregado em 23.02. 2013)

Pascal Fletcher: Angola sees iron ore production from 2014 or 2015.
Reuters, Wednesday, Nov 7, 2012.
<http://www.reuters.com/article/2012/11/07/angola-mining-iron-idUSL5E8M7DWT20121107> (Descarregado em 23.02. 2013)

http://www.southafrica.diplo.de/contentblob/3310136/Daten/1696203/Angola_Agrar.pdf (Descarregado em 23.02. 2013)

http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Food_Security_Risk_Index_2013_Map.pdf (Descarregado em 24.02. 2013)

http://csis.org/files/publication/110623_Vines_Angola_Web.pdf
(Descarregado em 23.02. 2013)

Data underlying the Calculation of the 1990, 1996, 2001, and 2012 Global Hunger Index Scores.
<http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/ghi12.pdf> (Descarregado em 23.02. 2013)

<http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/ghi12.pdf> (Descarregado em 23.02. 2013)

http://www.ipim.gov.mo/worldwide_partner_detail.php?tid=11400&type_id=1285&lang=en-us (Descarregado em 25.02. 2013)

Agrarwirtschaftliches Profil der Republik Angola, 28.06.2011.
http://www.southafrica.diplo.de/contentblob/3310136/Daten/1696203/Angola_Agrar.pdf (Descarregado em 22.02. 2013)

<http://www.angola-today.com/country-profile/industries/agriculture/>
(Descarregado em 23.02. 2013)

http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/economia/Coffee-Production-Angola-Rises-5000-Tons.a8d1cf1c-ce27-41cf-9e7a-c4d46c9229f2.html (Descarregado em 19.02. 2013)

<http://www.espressocoffeeguide.com/gourmet-coffee/arabian-and-african-coffees/angola-coffee/> (Descarregado em 23.02. 2013)

http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/noticias/economia/2012/2/10/Angola-exports-reached-over-USD-billion-2011,69d4248d-f010-47b7-9570-02b8afbc9421.html (Descarregado em 23.02. 2013)

<http://data.un.org/Data.aspx?q=angola&d=FAO&f=itemCode%3A789%3BcountryCode%3A7> (Descarregado em 25.02. 2013)

http://www.southafrica.diplo.de/contentblob/3310136/Daten/1696203/Angola_Agrar.pdf (Descarregado em 22.02. 2013)

The Fishing Industry in Angola - International Trade Centre, Cancún, Mexico – September 2003.
https://www.google.hu/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.intracen.org%2FWorkArea%2FDownloadAsset.aspx%3Fid%3D52007&ei=bzYtUZWsEYWctAaTnYDgBQ&usq=AFQjCNGk3cVNAWIpxJVZ_R-a_-cVMhKHg7g&sig2=NAAet7r07Tcli4V0OtifcQ (Descarregado em 24.02. 2013)

Angola - Structure and characteristics of the fishing industry.
<http://www.bonganisa.co.za/www/content286> (Descarregado em 24.02. 2013)

http://www.ipim.gov.mo/worldwide_partner_detail.php?tid=11400&type_id=1285&lang=en-us (Descarregado em 25.02. 2013)

<http://www.unesco.org/new/en/unesco/events/prizes-and-celebrations/celebrations/anniversaries-celebrated-by-member-states/2013#> (Descarregado em 20.02. 2013)

Paulo S. Polanah: „The Zenith of our National History!” National identity, Colonial Empire, and the Promotion of the Portuguese Discoveries: Portugal 1930s.
http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-64322011000100003&script=sci_arttext (Descarregado em 13.02. 2013)

<http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/africa-brazil-bridging-chapter2.pdf> (Descarregado em 23.02. 2013)

Teresa Pinto Coelho: Lord Salisbury’s 1890 Ultimatum to Portugal and AngloPortuguese Relations.
http://www.mod-langs.ox.ac.uk/files/windsor/6_pintocoelho.pdf (Descarregado em 23.02. 2013)

Gus Meijer, David Birmingham: Angola from past to present. p. 13.
<http://www.c->

r.org/sites/cr.org/files/accord%2015_3Angola%20from%20past%20to%20present_2004_EN G.pdf (Descarregado em 11.02. 2013)

<http://www.menszt.hu/layout/set/print/content/view/full/186>

Robert Moss: Battle of Death Road. <http://www.rhodesia.nl/moss3.htm> (Descarregado em 11.02. 2013)

<http://www.guardian.co.uk/technology/2012/nov/27/call-of-duty-savimbi> (Descarregado em 02.02. 2013)

World Directory of Minorities. Africa Minority Rights Group International. Directory, Angola, Ovimbundu. <http://www.minorityrights.org/?lid=3881&tmpl=printpage> (Descarregado em 13.02. 2013)

African Elections Database. Angola. <http://africanelections.tripod.com/ao.html> (Descarregado em 02.12. 2011)

<http://daccessddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/502/71/PDF/N9350271.pdf?OpenElement> (Descarregado em 02.02. 2013)

Lusaka Protocol. Lusaka, Zambia, November 15, 1994. Peace Agreements Digital Collection. http://www.usip.org/files/file/resources/collections/peace_agreements/lusaka_11151994.pdf (Descarregado em 13.05. 2011)

<http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/Monua/monuab.htm> (Descarregado em 20.02. 2013)

<http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/134/03/PDF/N9913403.pdf?OpenElement> (Descarregado em 18.02. 2013)

https://peaceaccords.nd.edu/site_media/media/accords/The_Luena_Agreement_2002.pdf (Descarregado em 18.02. 2013)

<https://peaceaccords.nd.edu/matrix/accord/12> (Descarregado em 18.02. 2013)

<http://www.angola-today.com/country-profile/transport-and-infrastructure/> (Descarregado em 22.02. 2013)

http://www.gichd.org/fileadmin/pdf/ma_development/wk-landrights-oct2010/LMAD-wk-Angola-case-study-Feb2011.pdf (Descarregado em 26.02. 2013)

Angola election judged „free and fair” by African Union. BBC News, Africa, 2 September 2012. <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-19460914> (Descarregado em 09.02. 2013)

<http://www.rnw.nl/africa/bulletin/dos-santos-mpla-takes-718-angola-elections-commission> (Descarregado em 09.02. 2013)

<http://www.governo.gov.ao/Organismos.aspx?op=P> (Descarregado em 01.02.2013)

<http://www.expatarrivals.com/angola/safety-in-angola> (Descarregado em 25.02.2013)

<http://info-angola.ao/images/stories/dpa-grande.png> (Descarregado em 13.02.2013)

Louise Redvers: Angola's Chinese-built ghost town. BBC News Africa, 2 July 2012. <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-18646243> (Descarregado em 25.02.2013)

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2034rank.html?countryName=Angola&countryCode=ao®ionCode=afr &rank=32#ao> (Descarregado em 23.02.2013)

http://www.deagel.com/news/Embraer-Delivers-the-First-Three-A-29-Super-Tucano-to-the-National-Air-Force-of-Angola_n000011185.aspx (Descarregado em 28.02.2013)

Angola and Serbia Agree On Building Military Infrastructures. AllAfrica, 27 February 2013. <http://allafrica.com/stories/201302280218.html> (Descarregado em 28.02.2013)

Angola, Brazil Agree On Joint Defence Committee. AllAfrica, 19 February 2013. <http://allafrica.com/stories/201302200152.html> (Descarregado em 28.02.2013)

Rákóczi István: Notas civis sobre uma fotogaleria militar

A maioria das fotografias selecionadas foram propositadamente retiradas do espólio particular de um único militar húngaro, o tenente-coronel engenheiro Németh Sándor, operacional na missão “MONUA” em Angola. O nosso objectivo foi juntar assim ao texto dos depoimentos que acompanha este anexo não apenas um apêndice foto-documental, mas um verdadeiro “depoimento” visual. As fotografias, por seu turno, têm uma função de *pars pro toto*, pois apesar do seu cunho pessoal, configuram na realidade um testemunho colectivo. O facto de terem transcorrido quase duas décadas sobre o momento em que as imagens foram captadas, ajuda a conseguir uma maior distância sentimental e a focarmo-nos em “janelas de leitura” atípicas.

As primeiras fotografias giram em torno das medalhas que materializam o reconhecimento de um importante período do serviço militar prestado por cada militar em missão de paz. Motivos de legítimo orgulho e reconhecimento de sacrifícios, as fotografias que seguem têm a curiosidade de retratarem o momento da entrega das medalhas e diplomas. Para todos os que tenham servido meio ano numa missão de paz da ONU – independentemente do cenário de guerra – é esta uma cerimónia habitual, diríamos, uma quase ritualização da presença, real e simbólica. A imposição desta distinção, que se reveste de uma importância tanto no plano individual como no colectivo, é uma auto-narrativa do ponto de vista corporativo, em que se documenta e retrata o militar na sua mais nobre função, a de guardião da Paz. Experiências colectivas e tanto plurinacionais como multiculturais, aponta para um plano pedagógico maior. No painel comemorativo seguinte, um espaço mural, associam-se duas atitudes. A primeira é a marca da presença – “eu passei por aqui” –, e a segunda a de que paralelamente a uma certa ritualização oficial da memória, existiam também registos íntimos da memória. Primitiva e sincera, esta “arte naïf militar” caracteriza-se por um certo orgulho nacional, o sentimento de que os participantes numa missão representavam mais do que a si próprios, representavam a terra de onde vieram para se juntarem um Team Site, destacados de entre muitos dos seus. Daí recorrerem às suas bandeiras na sua simbologia, embora cultivem também uma memória “internacionalista”: precisamente uma das mais gastas e esvaziadas categorias para aqueles que conheceram por experiência própria o Pacto de Varsóvia, que se regia ou pelo menos dizia orientar-se precisamente por este ideal. Ir ao seu extinto reencontro, e ser parte da sua reconstrução numa micro-sociedade real e nascida por estes sentimentos, foi uma vivência, que marcou estes militares, que, por seu turno, emitiam a si próprios estes comoventes diplomas: “monumentos à camaradagem”, com uma força documental e uma autenticidade moral notáveis.

RECONHECIMENTO DO SERVIÇO NA MISSÃO MONUA



Medalha de Distinção „Pela Participação em Missões de Paz” outorgada pelo Ministro de Defesa da Hungria, nesta medalha foi gravada „Missão MONUA”, na fita aparecem as cores de Angola



Diploma sobre a outorgação da medalha

Medalha de Participação na Missão da ONU
(MONUA, UNAVEM I., UNAVEM II.)



A medalha recebida pelo major engenheiro Németh Sándor



Acto de entrega da medalha ao major engenheiro Németh Sándor,
no fim da sua missão

UNITED NATIONS

NATIONS UNIES



This is to certify that
The Secretary-General of the United Nations
has awarded
The United Nations Medal
to

Maj Nemeth Sandor

In recognition of having completely
met the requirements of eligibility as
a Military Member of the
United Nations
Observer Mission in Angola

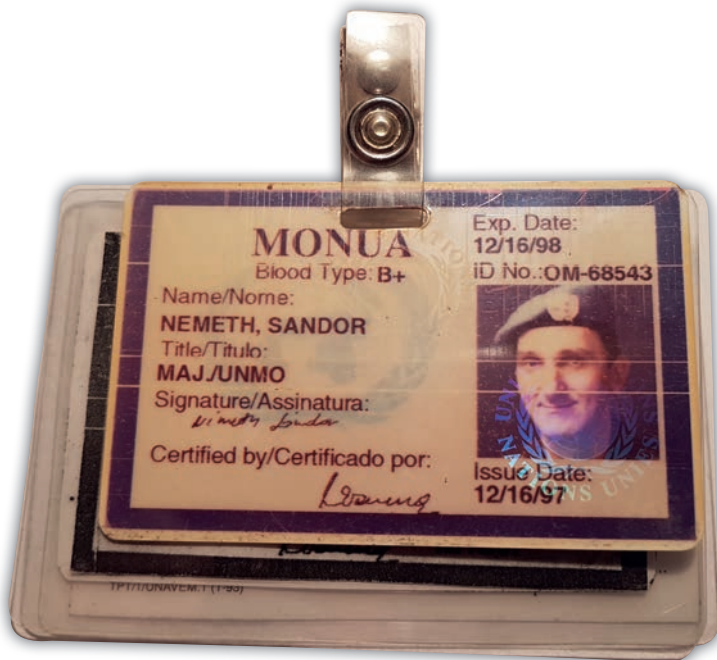
Date *20th August, 1998*

S. J. Obeng
Maj Gen Seth Kofi Obeng
MONUA Force Commander

Diploma sobre a outorgação da Medalha Missão da ONU

Por óbvios motivos, imanentes à sua função, as fotografias que representam o militar em serviço são menos frequentes do que as que reportam para o descanso e lazer entre duas jornadas de serviço. A nossa “janela de leitura” na fotografia que retrata o tenente-coronel é um dicionário sobre a escrivania no seu posto de trabalho. A comunicação tanto pela CAP-SAT (ligada a um portátil) e junto com os dois aparelhos de radio-comunicação ao alcance da mão, eram inoperacionais sem o prévio uso de uma ferramenta convencional, o inglês, que era mormente utilizado nesta comunicação. A língua inglesa foi simultaneamente o veículo e a maior barreira e desafio à intercomunicação. Para os não anglófonos, o inglês básico foi se aperfeiçoando com o uso no quotidiano: um bom dicionário tinha um valor incalculável. Uma das outras fotografias mostra um veículo blindado com capacetes azuis armados. Convém não esquecer que as memórias deste grupo de militares era completamente diferente dos “observadores”, expostos a perigos diários diferentes. A disposição em forma de “U” da estrutura do veículo de fabrico sul-africano era concebida assim para evitar maiores danos quando passava por minas, um acidente certamente mais grave do que o furo do pneu do veículo fotografado. Simbolicamente falando, os “furos” que dificultavam o avanço do processo de paz que os capacetes azuis supervisionavam, não eram menos frequentes, pois armas só não possuíam os que não o quisessem. O desarmamento em Angola era um processo tanto difícil, como moroso.

Entre os “veteranos húngaros de Angola” criaram-se também laços de sólida amizade. Os militares tinham direito a determinados dias de folga, que quando acumulados eram aproveitados para visitas a Luanda, onde funcionava uma “casa dos húngaros” no quartel-general. Aqui a maioria dos “prédios” usados eram quartos-contentores dispostos em forma de filas de blocos, providos de um aparelho central de ar condicionado, luxo que não os esperava nos Team Site. Ao tenente-coronel esperava o posto de serviço em Huambo, que precisamente nos tempos em que prestou serviço era um dos focos mais intensos da luta fratricida angolana. Foram aqui abatidos vários aviões da ONU também, de que seguem algumas fotografias elucidativas. Os voos operados eram mistos, de carga e pessoas, improvisados pelas circunstâncias e necessidades. Pese os acidentes mencionados, e como dão testemunho concludente os depoimentos dos militares e polícias húngaros seleccionados, os aviões constituíam o único meio de deslocação no país, uma vez que as artérias rodoviárias não funcionavam devido às minas.



Cartão de identificação da ONU passado para o major engenheiro Németh Sándor



O major Németh junto do terminal de comunicação



Com um grupo de companheiros num HQ regional



Servir numa missão internacionalista



Um grupo de militares húngaros que servia em Angola em 1993



O tenente-coronel Kovács Tibor no campo militar da ONU em Mussende



Carro blindado da ONU com um pneu furado



Recolha de armas no processo de desarmamento previsto pelos acordos de paz



Vista sobre quartel general da ONU em Luanda



A „Casa dos Húngaros” no quartel general da ONU em Luanda



Dois aviões utilizados pela ONU no aeroporto de Huambo



A bordo do avião de transporte da ONU



Cerimónia de entrega de medalhas que encerra a missão



Uma típica paisagem angolana



Despedida do solo angolano

Angola ficou gravada na memória dos participantes húngaros das missões da ONU como um país cujo exotismo, flora, fauna e clima eram desconhecidos no seu país, e que abriram novos horizontes do imaginário. Não apenas deles, mas de colegas e familiares também, pois estas imagens, chegadas também à Hungria, circulavam entre familiares e amigos. Desempenhavam uma função de dar veracidade à passagem da memória verbal. Um cacho de bananas, o artesanato local, as cores vivas africanas incitava outros a lançarem-se em semelhantes aventuras. Servir em missões de paz era cada vez mais uma “saída” mais atraente, numa carreira prejudicada, ora por motivos económicos, ora por obra das sucessivas reformas e reorganizações internas das forças armadas húngaras em declínio. Uma parte dos participantes das missões de paz de Angola, em cujo grupo se inclui o tenente-coronel Németh também, não se tornou “vagabundo”, mas repetiu mais do que uma vez a aventura de ser-se capacete azul. As relíquias foram religiosamente guardadas pelo tenente-coronel, como também a memória daqueles seus novos amigos húngaros e angolanos que soube ganhar no seu ano de serviço. Out of Africa...

Os autores do presente volume foram entrevistando e recolhendo a viva memória daqueles observadores húngaros da ONU que, servindo em Angola, vieram a enriquecer através das suas experiências pessoais e depoimentos os nossos conhecimentos. Angola ficou gravada na memória como um país cujo exotismo, flora, fauna e clima eram desconhecidos no seu país, mas que abriram novos horizontes do imaginário na Hungria, reforçando as relações de amizade que unem os nossos dois povos.

